

O QUARTINHO

A DEPENDÊNCIA DOMÉSTICA NA HABITAÇÃO
MULTIFAMILIAR NA CIDADE DE JOÃO PESSOA
(PB) NO SÉCULO XXI

FERNANDO DE OLIVEIRA MORAIS





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO

O QUARTINHO

A DEPENDÊNCIA DOMÉSTICA NA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NA
CIDADE DE JOÃO PESSOA (PB) NO SÉCULO XXI

FERNANDO DE OLIVEIRA MORAIS

JOÃO PESSOA-PB

2017

FERNANDO DE OLIVEIRA MORAIS

O QUARTINHO

A DEPENDÊNCIA DOMÉSTICA NA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NA
CIDADE DE JOÃO PESSOA (PB) NO SÉCULO XXI

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Arquitetura e Cidade:
Processo e Produto

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Doralice Sátyro Maia

JOÃO PESSOA-PB

2017

M827q

Morais, Fernando de Oliveira.

O quartinho: a dependência doméstica na habitação
multifamiliar na cidade de João Pessoa (PB) no século XXI /
Fernando de Oliveira Moraes. - João Pessoa, 2017.
255 f. : il.

Orientadora: Doralice Sátyro Maia.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CT/PPGAU

1. Arquitetura. 2. Habitação multifamiliar - João Pessoa.
3. Dependência completa de empregada (DCE). 4. Quarto de
Empregada. I. Título.

UFPB/BC

CDU - 72(81) (043)

FERNANDO DE OLIVEIRA MORAIS

O QUARTINHO

A DEPENDÊNCIA DOMÉSTICA NA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NA
CIDADE DE JOÃO PESSOA (PB) NO SÉCULO XXI

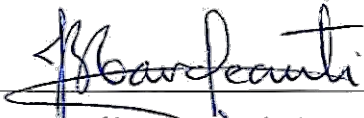
Dissertação aprovada em 31 de janeiro de 2017

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof.^a Dr.^a Doralice Sátyro Maia

Universidade Federal da Paraíba - UFPB



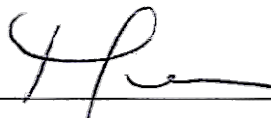
Examinadora Interna: Prof.^a Dr.^a Jovanka Baracuhhy Cavalcanti Scocuglia

Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Examinadora Externa: Prof.^a Dr.^a Livia Izabel Bezerra de Miranda

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG



Examinador Externo: Prof. Dr. Mário de Oliveira Saleiro Filho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

JOÃO PESSOA-PB

2017

Dedico este trabalho aos
diversos sujeitos que
expuseram os quartinhos
do Brasil, na esperança
que estes espaços de vida
e trabalho ganhem mais
visibilidade e dignidade.

AGRADECIMENTOS

Durante os 30 meses, na elaboração desta dissertação, muitos aprendizados foram adquiridos, diversas experiências fizeram parte da finalização dessa pesquisa, exigindo muita paciência, perseverança e dedicação. Nesse momento, posso expressar os sentimentos de satisfação e de gratidão que serão convertidos em forma de palavras destinadas àqueles que possibilitaram a materialização desta pesquisa e acompanharam-me durante a sua formação:

Aos meus pais, Rubens e Albertina, pelo esforço na minha educação e por terem acreditado no meu potencial e investindo nos meus estudos da pós-graduação. Contudo, gostaria de deixar registrado um agradecimento em especial à minha mãe, que participou da etapa das visitas e se prontificou em acompanhar-me nos edifícios residenciais, dos quais desconhecíamos os moradores ou síndicos, pois dependíamos da permissão deles para entrar em suas residências e realizar a pesquisa, e, portanto, precisávamos passar a sensação de segurança e credibilidade aos participantes no primeiro contato.

Ao meu irmão, Anderson, e à “tia Lili”, pela companhia e suporte durante o convívio diário.

Aos demais familiares, pelo estímulo e exemplo de perseverança para conclusão do curso.

À estimada orientadora, Doralice Maia (Dora), meus agradecimentos começam antes mesmo da oficialização e início desta pesquisa, primeiramente por ter me aceitado como aluno especial na disciplina “A Cidade e o Urbano: História, Morfologia Urbana e Cotidiano”, no período de 2014.1, e, posteriormente, por ter aceitado o convite para ser minha orientadora e pela confiança depositada. Continuo com os agradecimentos pela coragem e disposição de ter continuado ao meu lado mesmo após tantas mudanças de tema e metodologia durante o processo da pesquisa, pois iríamos estudar, inicialmente, a relação do cinema (Recife Frio) e cidade, e acabamos no quatinho de empregada, numa escala intrafamiliar da arquitetura doméstica e que foge do campo do urbano/geografia! A experiência das mudanças refletiu não só no amadurecimento da pesquisa, mas também no meu próprio enquanto pesquisador. Contudo, elas demandaram um acréscimo de tempo para sua realização, que estendeu e necessitou mais ainda da paciência e da perseverança de ambos. Agradeço novamente. Sou grato também pela solícita prestatividade nas reuniões de

orientação, sempre de grande aprendizado, além de introduzir-me no grupo de estudos do Laboratório de Estudos Urbanos (LEU). Por último, agradeço pela presença, participação e paciência nos momentos finais, os mais importantes e decisivos; na conclusão da pesquisa, por meio das correções e contribuições, ainda mais aquelas que foram enviadas em horários inoportunos (desculpe-me!), mas que sempre foram atendidas e que desempenharam um papel essencial no aperfeiçoamento deste trabalho, mais uma vez, muito obrigado pelas lições e aprendizados!

À equipe do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), pela organização das atividades acadêmicas que contribuíram com a formação do corpo discente, e, em especial, um agradecimento a Sinval, pelos atendimentos na secretaria, prestação de informações e pelas conversas acadêmicas.

Aos professores da graduação e da pós-graduação da UFPB, pela efetiva contribuição na minha formação enquanto arquiteto e mestre, em especial aos amigos e eternos mestres: Aluizia Marcia, Betta Romano, Denise Dieb, Marcele Trigueiro, Marcos Santana e Wylinna Vidal.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que garantiu o financiamento da bolsa de estudos para a realização da pesquisa.

À banca, composta por professores e amigos, pela disponibilidade, por ter aceitado o convite para participar do processo de avaliação e por sua efetiva contribuição no aperfeiçoamento dessa pesquisa: Jovanka Baracuhy, que desde a graduação à pós-graduação, contribuiu na minha formação nas práticas socioculturais; Livia Miranda, que acompanhou e esteve presente na evolução da pesquisa desde o Seminário de Dissertação, indicando as soluções para o desenvolvimento da pesquisa; Mário Saleiro Filho por encorajar a pesquisa do quatinho, tema de estudo compartilhado por nós, pela disponibilidade, desde o primeiro contato ao disponibilizar a dissertação, pelo esclarecimento de eventuais dúvidas e aconselhamentos que otimizaram a condução da pesquisa. A todos o meu muito obrigado!

Ao professor e amigo Xico Costa, por me aceitar na disciplina “Análise do Espaço Urbano” durante o estágio de docência, ao contribuir na prática do ensino e no incentivo à produção audiovisual permeada pelo conceito “filmar para ver”, que encorajou, motivou e embasou metodologicamente o registro das visitas nos edifícios residenciais.

À equipe do Laboratório de Estudos Urbanos (LEU), que me recebeu de braços abertos e que, certamente, foi um dos presentes inclusos ao ser inserido em um grupo de estudos formado por integrantes de outros cursos diferentes da Arquitetura, como Geografia e História. Fiz grandes amizades, em especial Elizangela e Eliana Calado, que tive a honra de ser padrinho de casamento e acompanhou-me por toda trajetória da dissertação. Com certeza as amizades, os “debates lefebvrianos”, as indicações de leituras e as confraternizações – que se refletiram nos aprendizados, nas lembranças e nas fotos –, valeram a pena na expansão para a área de Geografia.

Aos colegas e amigos discentes do mestrado, principalmente os da turma de 2014, expresso o meu agradecimento pelos momentos de companheirismo nas disciplinas, nos quais dividimos muitas alegrias e angústias. Em especial, gostaria de agradecer a presença e o apoio solidário de Mariane e Natália (da turma 2015), amigas e companheiras de ligações de longa duração, e de Maiara, nas trocas de ideias acadêmicas. Também agradeço a companhia e convívio com os amigos de outras turmas, como Andrei, Camila, Marjorie e Paula Dieb, que motivaram seguir em frente com a pesquisa.

Aos amigos que fui agregando ao longo da vida, tanto os que permaneceram quanto os que se afastaram – mas que fizeram parte da construção dessa pesquisa –, serei eternamente grato, pois vocês foram a fonte das minhas alegrias, o meu porto seguro. Obrigado pelo companheirismo e por fazer parte dessa trajetória: Alvino, Anabel, André, Carla, Cássia, Cleber Cardoso, Cléber Lemos, Dany, Elis, Euclides, Fernando, Gil, Janaine, Juca, Lebana, Leonardo, Malu, Manu, Marcus, Mariama, Mercilya, Nayana, Rebecca, Rodolfo, Roger, Rosi, Sabrina, Sandra e Túlio.

À turma das aulas de Pilates, Laura, Marthinha e dona Helide, pela amizade e companhia entre os desabafos acadêmicos e os alongamentos físicos.

À equipe da Ad'or - Centro de Estudos da Kabbalah, pelas amizades e pelos ensinamentos de meditação que auxiliaram na abstração dos momentos difíceis.

Ao psicólogo Alberto, pela terapia que auxiliou nos momentos de desestímulo e cansaço.

Aos servidores: da Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Adelaide, Ceiça, Daniel e Gerlane; da Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo: Alex, Francisco, Irene e Marcio; do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP): Adonai e Socorro; do Jornal Correio da Paraíba: Isabelle, Janaina e Shyrleide), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Tércio; da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) na Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e Arquivo Central: Aninha, Aurora, Dreyson, Gilson, Marcelia, Mayara e Moisés, pelos atendimentos solícitos, prestação de informações e eficiência na disponibilização de documentos, jornais e livros.

Aos autores dos livros: “Entre o Rio e o Mar” (2016), Berthilde Moura Filha, Ivan Cavalcanti Filho e Marcio Cotrim, por concederem o acesso ao conteúdo do livro antes do seu lançamento; e “Quando o ambiente é Hostil” (2014), Lúcia Leitão, pela cortesia do livro. Todos contribuíram no embasamento teórico da pesquisa.

À Ana Tereza Carvalho e a Ricardo Trevisan, por disponibilizarem suas pesquisas para consulta acadêmica.

Aos arquitetos Carol Costa, Carolina Chaves, Erika Diniz, Fábio Galiza, Lízia Paiva e Rosangela Regis, pela contribuição ao acesso do conteúdo gráfico e histórico dos exemplares das habitações da cidade de João Pessoa.

Aos corretores imobiliários Fábio Henriques e Pedro, pela explanação acerca do mercado imobiliário da cidade de João Pessoa.

A José Romero, pela indicação de moradores que desconhecíamos nos edifícios multifamiliares que foram selecionados por nós.

Aos participantes da pesquisa, que, por questões de ética, não posso identificá-los aqui, registro o meu eterno agradecimento por viabilizarem a realização da pesquisa *in loco*, assim como pela confiança em receber-me em suas residências, permitindo o registro e a obtenção de dados dos quatinhos.

A Vimerson, pela eficácia e rapidez das impressões dos exemplares desse volume para a defesa da dissertação.

A Robson, pela amizade, pelas conversas diárias e pela correção do *abstract*.

À Letícia pela amizade e pela correção ortográfica e gramatical.

Finalizo parafraseando a celebre frase do cantor Raul Seixas: “um sonho sonhado só é apenas um sonho, um sonho sonhado junto é realidade”.

A todos os que colaboraram e fizeram parte dessa pesquisa, muito obrigado!

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar e revelar as configurações contemporâneas do quarto de empregada, popularmente conhecido por “quartinho”, que integra moradia e trabalho, a partir dos anúncios de lançamentos de apartamentos na cidade de João Pessoa no intervalo temporal de 2001 a 2015. A Dependência Completa de Empregada (DCE) tem passado por transformações na história da casa brasileira, sendo considerado um espaço indissociável da residência urbana, e, até mesmo, representante dos resquícios modernos da senzala, segundo os autores Reis Filho, Carlos Lemos, Yves Bruand, Chico Veríssimo e William Bittar. Recentemente, com as conquistas de direitos trabalhistas, com mudanças na economia e com a diversificação do modo de morar, tema estudado por Antônio Cabrita e Douglas Brandão, a habitação brasileira tem sofrido alterações na forma e no uso. A problemática instigou a formulação de questões que conduziram a pesquisa: quais são e como se dão as configurações contemporâneas espaciais da dependência de serviço nas residências multifamiliares da cidade de João Pessoa, enquanto espaço socialmente produzido? A hipótese trabalhada foi a de que esse espaço tende a não desempenhar sua designação original de dormitório para o trabalhador doméstico, além de apresentar dimensões reduzidas em relação à produção do século XX. Para responder à questão anteriormente citada, a pesquisa deu-se a partir do levantamento de anúncios de lançamentos de apartamentos na sessão dos classificados dos jornais da cidade de João Pessoa no período anteriormente citado e nos *websites* das construtoras, a fim de registrar o maior número de concepções do quarto de empregada nos edifícios residenciais. Posteriormente, elegeram-se os edifícios mais representativos dentre as tipologias identificadas e os elementos de análise: localização, acesso, dimensões e disposição de mobiliário. A realização das visitas nas unidades habitacionais deu-se para testemunhar os seus usos atuais, utilizando-se o registro fotográfico e a medição do espaço *in loco*. O estudo revela que a oferta do quarto de empregada está relacionada diretamente ao poder aquisitivo do proprietário. Contudo, o seu uso tem reduzido consideravelmente devido à preferência pelas novas formas de prestação de serviço doméstico sem vínculo empregatício e sem a permanência do trabalhador na residência do patrão, às novas formas de habitar, ao perfil das famílias e às necessidades de uso e funções do espaço doméstico. Em relação à produção desse espaço, afirma-se que na maior parte dos anúncios coletados, os incorporadores e as construtoras atribuem dimensões mínimas, ou abaixo destas, além de outros recursos que desfavorecem o quarto em relação ao demais cômodos da residência. Assim, a pesquisa contribui para o registro iconográfico e arquitetônico, bem como para a discussão acerca da evolução dos modos de habitar na sociedade brasileira, particularmente da camada de rendimentos médio a alto na cidade de João Pessoa, e seus rebatimentos nos espaços residenciais, além de fornecer subsídios que embasem a ação projetual, trazendo uma reflexão sobre as transformações do “quartinho”.

Palavras-chave: Quarto de Empregada; Dependência Completa de Empregada (DCE), História da Habitação Brasileira; Habitação Multifamiliar; João Pessoa (Cidade).

ABSTRACT

The research aims to analyze and reveal the contemporary settings of the maid's room, popularly known as "little room", which integrates the worker's housing and workplace, from the apartment launches ads in the city of João Pessoa in the time span from 2001 to 2015. The maid's room has undergone transformations in the history of Brazilian homes, being considered an indissoluble space of the urban residence, and even representative of the modern remnants of the slaves quarters, according to the authors Reis Filho, Carlos Lemos, Yves Bruand, Chico Veríssimo and William Bittar. Recently, with the achievements of labor rights, with changes in the economy and with the diversification of the way of living, a subject studied by Antônio Cabrita and Douglas Brandão, Brazilian housing has undergone changes in form and use. Such problematic instigated the formulation of questions that led to this research: what and how are the contemporary spatial configurations of the service area in the multifamily residentials of the city of João Pessoa as a socially produced space? The elaborated hypothesis was that this space tends not to perform its original designation as a dormitory for the domestic worker, also presenting reduced dimensions in relation to the ones built in the twentieth century. In order to answer the aforementioned question, the research was based on an analysis of apartment launches ads in newspapers classifieds of the city of João Pessoa, in the aforementioned period, and on construction companies websites, in order to record the highest number of conceptions of the maid's room in residential buildings. Subsequently, the most representative buildings were chosen from among the typologies identified and the elements of analysis: location, access, dimensions and furniture layout. On-site visits to the housing units were made to witness their current uses, using photographic record and the measurement of the space *in loco*. The study reveals that the supplying of a maid's room is directly related to the owner purchasing power. However, its use has been reduced considerably by the preference for new forms of domestic service without employment and without the worker living in the employer house, the new forms of living, the profile of families and the needs of the use and functions of the domestic space. In relation to the production of this space, it is stated that in the majority of ads collected, the developers and construction companies assign minimal dimensions to the maid's rooms or even less than the ones advertised, as well as other resources that depreciate the maid's room in relation to the other rooms of the residence. Thus, the research contributes to the iconographic and architectural record, as well as to the discussion about the evolution of the ways of living in Brazilian society, particularly the medium to high income layers in the city of João Pessoa, and its refusals in residential spaces, also providing subsidies that support the projectual action, bringing a reflection on the transformations of the "little room".

Key words: Maid's Room; Housekeeper Room; History of Brazilian Housing; Multifamily Housing; Joao Pessoa (city).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APUD: Citado por, segundo

BNH: Banco Nacional de Habitação

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEF: Caixa Econômica Federal

CENARC: Construção, Engenharia, Arquitetura e Comércio

CNS: Conselho Nacional de Saúde

COPAC-JP: Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa

DCE: Dependência Completa de Empregada

ED.: Editor / edição

FCJA: Fundação Casa José Américo

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC: Fernando Henrique Cardoso

Fig.: Figura

FUNESC: Fundação Espaço Cultural da Paraíba

HM+HC: Habitar Moderno e Habitar Contemporâneo

IAPB: Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBID.: Na mesma obra

Id.: Igual a anterior

IHGP: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Il.: Ilustração

IMENSA: Indústria Metalúrgica do Nordeste

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAEP: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estado da Paraíba

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU: Imposto Predial e Territorial e Urbano

KM: Quilometro

LEU: Laboratório de Estudos Urbanos

LPPM: Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória

M: Metro

M²: Metro quadrado

MHS_31: Massai Home Service 31

MTPS: Ministério do Trabalho e Previdência Social

N.: Número de fascículo

N.º: Número

NBR: Norma Brasileira

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OP. CIT.: Na obra citada, na obra editada

ORG.: Organizador

P.: Página

PB: Estado da Paraíba

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PMJP: Prefeitura Municipal de João Pessoa

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGAU: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

R5: Uso Residencial 5

R6: Uso Residencial 6

SEPLAN: Secretaria de Planejamento

SFH: Sistema Financeiro da Habitação

SINDUSCON-JP: Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa

STAR: Sistema Tributário

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UNIPÊ: Centro Universitário de João Pessoa

V.: Volume

W.C.: *Water Closet*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Montagem acerca da atividade doméstica e suas atuais reminiscências.....	15
Figura 2: Analogias da representação exploração sexual no quartinho: a) desenho referente ao assédio da época colonial; b) charge da invasão do quartinho na habitação moderna; c) cena do filme “Casa Grande”, com as visitas noturnas e tentativas de assédio sexual do filho dos patrões no quartinho.	16
Figura 3: Tabulação dos dados coletados da pesquisa no programa AutoCad.....	28
Figura 4: Senzala do Engenho da Graça (PB)	40
Figura 5: Senzala do Engenho Itapuá (PB)	41
Figura 6: Senzala no porão da casa-grande do Engenho Una (PB).....	42
Figura 7: Planta-baixa esquemática de uma casa térrea com alojamento de serviço nos fundos	47
Figura 8: Croqui de rebatimento dos esquemas das plantas mais simples	47
Figura 9: Setorização da habitação colonial, com tentativa de preservar o quintal.....	49
Figura 10: Redesenho do Sobrado Mourisco do Pátio de São Pedro, Olinda (PE).....	52
Figura 11: Senzala urbana do Solar José Rufino, Praça João Pessoa, nº 76, Areia (PB)	53
Figura 12: Corte em perspectiva de residência nº 90 na Rua Conselheiro Henriques	55
Figura 13: Casa de porão alto na Avenida General Osório, nº 164.....	55
Figura 14: Porão habitável do palacete da família d’Avila Lins, na Avenida Monsenhor Walfredo Leal, nº 147	64
Figura 15: Projeto da residência Berenice Ribeiro Mindêllo na Rua das Trincheiras, nº104	65
Figura 16: Projeto da residência Oswaldo Brayner Avenida João da Mata, nº 821	66
Figura 17: Edícula da residência Flaviano Ribeiro Coutinho na Rua das Trincheiras, nº 358	69
Figura 18: Planta Baixa do Edifício Itaoca, com o oitavo pavimento destinado aos alojamentos coletivos de empregados domésticos Copacabana, RJ, 1928.....	72
Figura 19: Foto área da Avenida Presidente Epitácio Pessoa em 1955.....	75
Figura 20: Foto área da expansão da cidade de João Pessoa ao litoral em 1955	75
Figura 21: Edifício Presidente João Pessoa em 2015	78
Figura 22: Antiga Ladeira dos Pedrosa com destaque para a antiga Escola de Música Antenor Navarro	78
Figura 23: Perspectiva do edifício de apartamentos Presidente João Pessoa em 1957	79
Figura 24: Vista panorâmica do centro histórico de João Pessoa em 1968.....	79
Figura 25: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício Presidente João Pessoa	80

Figura 26: Detalhes da dependência de serviço na planta-baixa original do edifício Presidente João Pessoa	81
Figura 27: Foto da antiga da Avenida Almirante Tamandaré no bairro de Tambaú em 1927	82
Figura 28: Edifício Santo Antônio em 2015.....	83
Figura 29: Foto aérea do bairro de Tambaú com o Hotel Tropical Tambaú em construção e o edifício Santo Antônio já construído	83
Figura 30: Planta-baixa do pavimento-tipo (1º e 2º andar) do edifício Santo Antônio	84
Figura 31: Planta-baixa do pavimento-tipo do apartamento da superquadra sul 308, com destaque ao quarto e banheiro de “criada”	85
Figura 32: Anteprojeto dos pavimentos-tipo do edifício de apartamentos Caricé em 1959 ..	86
Figura 33: Edifício Caricé em 2015	88
Figura 34: Publicidade do edifício de apartamentos Caricé em 1964	88
Figura 35: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos Caricé em 1964.....	89
Figura 36: Edifício João Marques de Almeida em 2015	92
Figura 37: Publicidade do edifício João Marques de Almeida em 1965.....	93
Figura 38: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos João Marques de Almeida	94
Figura 39: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do edifício João Marques de Almeida.....	94
Figura 40: Edifício Manoel Pires em 2015.....	96
Figura 41: Publicidade do edifício Manoel Pires	96
Figura 42: Foto de 1977 do edifício Manoel Pires	97
Figura 43: Foto de 1974 na inauguração das escadas rolantes da loja Gran Pires	97
Figura 44: Foto de 1977 no interior da loja Gran Pires	97
Figura 45: Planta-baixa do pavimento-tipo e da cobertura do edifício de apartamentos Manoel Pires	98
Figura 46: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do pavimento-tipo dos blocos A e B do edifício Manoel Pires	99
Figura 47: Edifício Estrela de Ouro em 2015.....	100
Figura 48: Anúncio de Jornal do Edifício Estrela de Ouro, 1979	100
Figura 49: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos Estrela de Ouro...	100
Figura 50: Edifício Kumamoto em 2015	102
Figura 51: Plantas-baixas dos pavimentos do edifício de apartamentos Kumamoto	102

Figura 52: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do pavimento-tipo do edifício Kumamoto	103
Figura 53: Edifício Clarissa VI em 2015.....	104
Figura 54: Anúncio no jornal de 1986 do Edifício Clarissa VI.....	104
Figura 55: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos Clarissa VI.....	105
Figura 56: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do pavimento-tipo do edifício Clarissa VI.....	105
Figura 57: Edifício Nabor de Assis em 2015	106
Figura 58: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos Nabor de Assis ...	106
Figura 59: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do pavimento-tipo do edifício Nabor de Assis	107
Figura 60: Edifício Maison D'Ampege em 2015.....	108
Figura 61: Plantas-baixas do edifício de apartamentos Maison D'Ampege	108
Figura 62: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do pavimento-tipo do edifício Maison D'Ampege.....	109
Figura 63: Diferenciais do condomínio residencial Mansões Heron Marinho.....	119
Figura 64: Maquete eletrônica do Holanda's Prime Shopping Residence com lojas do shopping no pavimento térreo	119
Figura 65: Edifício residencial Massai Home Service 31 com serviços <i>pay per use</i>	120
Figura 66: Anúncio publicitário de um edifício residencial sem constar a representação das plantas-baixas dos apartamentos a serem comercializados	122
Figura 67: Anúncio publicitário com 2 páginas destinadas para venda de um único edifício residencial sem constar a representação das plantas-baixas dos apartamentos a serem comercializados	123
Figura 68: Edifício residencial Alisson Holanda com três tipos de DCE	134
Figura 69: DCE ou depósito (?) em anúncio de publicidade de um edifício residencial em João Pessoa.....	141
Figura 70: Edifício residencial Genova com separação da DCE por porta na cozinha.....	143
Figura 71: Edifício residencial Jeová Mesquita com acesso direto à DCE pela área de serviço	144
Figura 72: Edifício residencial William Ramon com DCE separada por porta na Cozinha e na Área de Serviço.....	145
Figura 73: Edifício residencial Paulo Victor com DCE com acesso Reversível.....	146
Figura 74: Edifício residencial William Ramon com DCE com acesso Reversível	146
Figura 75: Edifício residencial Sangallo sem representação de portas na planta-baixa.....	147

Figura 76: Edifício residencial Príncipe de Veneza com DCE separada por porta na Área de Serviço.....	148
Figura 77: Edifício residencial Ibiza com quarto e banheiro de serviço justapostos	151
Figura 78: Edifício residencial Moliere Maison com quarto e banheiro de serviço separados	152
Figura 79: Tipos de módulos / guardas roupas de 1 porta.....	160
Figura 80: Tipos de camas para a DCE que não possui guarda roupa	160
Figura 81: Edifício residencial Bessa Tower com DCE próxima da área de equipamento técnico.....	163
Figura 82: Detalhes da reforma do banheiro de serviço no edifício residencial Presidente João Pessoa.....	170
Figura 83: Fotos da DCE do edifício residencial Presidente João Pessoa em 14/10/2015 ..	171
Figura 84: Indicação da reforma no banheiro de serviço na planta-baixa no edifício residencial Santo Antônio.....	172
Figura 85: Fotos da DCE do edifício residencial Santo Antônio em 15/10/2015	172
Figura 86: Apartamento Médio 2 Eixo Sul do edifício residencial Caricé	173
Figura 87: Fotos da DCE na tipologia “Médio 2 Eixo Sul” do edifício residencial Caricé em 06/10/2015.....	174
Figura 88: Apartamento Médio 3 Eixo Sul do edifício residencial Caricé	175
Figura 89: Fotos da DCE na tipologia “Médio 3 Eixo Sul” do edifício residencial Caricé em 06/10/2015.....	175
Figura 90: Apartamento visitado no edifício residencial João Marques de Almeida.....	176
Figura 91: Fotos da DCE do edifício residencial João Marques de Almeida em 05/10/2015	176
Figura 92: Apartamento visitado do bloco A no edifício residencial Manoel Pires.....	177
Figura 93: Fotos da DCE do pavimento-tipo do edifício residencial Manoel Pires em 14/10/2015.....	177
Figura 94: Apartamento visitado da cobertura no edifício residencial Manoel Pires	178
Figura 95: Fotos da DCE da cobertura do edifício residencial Manoel Pires em 08/10/2015	178
Figura 96: Apartamento visitado no edifício residencial Estrela de Ouro	179
Figura 97: Fotos da DCE do edifício residencial Estrela de Ouro em 03/10/2015	179
Figura 98: Apartamento visitado no edifício residencial Kumamoto	180
Figura 99: Fotos da DCE do edifício residencial Kumamoto em 11/10/2015	180

Figura 100: Comparação do projeto original e do <i>as built</i> da DCE do edifício residencial Clarissa VI.....	181
Figura 101: Apartamento visitado no edifício residencial Clarissa VI	182
Figura 102; Fotos da DCE do edifício residencial Clarissa VI em 14/10/2015	182
Figura 103: Apartamento visitado no edifício residencial Nabor de Assis	183
Figura 104: Fotos da DCE do edifício residencial Nabor de Assis em 06/10/2015.....	184
Figura 105: Apartamento visitado no edifício residencial Maison D'Ampege	184
Figura 106: Fotos da DCE do edifício residencial Maison D'Ampege em 07/10/2015	185
Figura 107: Planta baixa do acervo publicitário do edifício residencial Saint Michel Boulevard com destaque para a DCE	186
Figura 108: Comparação do projeto publicitário e do projeto da prefeitura da DCE do edifício residencial Saint Michel Boulevard	186
Figura 109: Fotos da DCE do edifício residencial Saint Michel Boulevard em 10/12/2016.....	187
Figura 110: Planta baixa do acervo técnico do edifício residencial Niagara com destaque para a DCE.....	188
Figura 111: Comparativo da representação da DCE do edifício residencial Niagara	189
Figura 112: Planta baixa do anúncio publicitário do edifício residencial Royal Tropical com destaque para a DCE.....	190
Figura 113: Comparação da representação da DCE do edifício residencial Royal Tropical.....	190
Figura 114: Fotos da DCE do edifício residencial Royal Tropical em 11/12/2016	190
Figura 115: Planta baixa do acervo técnico do edifício residencial Pablo Neruda com destaque para a DCE.....	191
Figura 116: Fotos da DCE do edifício residencial Pablo Neruda em 22/12/2016	192
Figura 117: Planta-baixa do anúncio publicitário do edifício residencial Paineiras com destaque para a DCE.....	192
Figura 118: Indicação da reforma no banheiro de serviço na planta-baixa no edifício residencial Paineiras	193
Figura 119: Fotos da DCE do edifício residencial Paineiras em 20/12/2016.....	193
Figura 120: Planta-baixa do anúncio publicitário do edifício residencial Valle Valognes com destaque para a DCE.....	194
Figura 121: Comparação do projeto publicitário e do projeto da prefeitura da DCE do edifício residencial Valle Valognes	195
Figura 122: Planta-baixa técnica do pavimento da cobertura do edifício residencial Valle Valognes com destaque para a DCE.....	195

Figura 123: Planta-baixa do anúncio publicitário do edifício residencial Namastê com destaque para a DCE.....	196
Figura 124: Comparação da representação da DCE do edifício residencial Namastê	196
Figura 125: Fotos da DCE do edifício residencial Namastê em 10/12/2016	197
Figura 126: Planta-baixa do anúncio publicitário do edifício residencial Namastê com destaque para a DCE.....	198
Figura 127: Comparação da representação da DCE do edifício residencial Palazzo Milleluci	198
Figura 128: Fotos da DCE do edifício residencial Palazzo Milleluci em 20/12/2016	199
Figura 129: Planta-baixa do acervo técnico do edifício residencial Maison Saint Laurent com destaque para a DCE.....	199
Figura 130: Fotos da DCE do edifício residencial Maison Saint Laurent em 20/12/2016...	200
Figura 131: Projeto do armário suspenso para a DCE.....	200
Figura 132: Planta-baixa do acervo técnico do edifício residencial Porto Di Bari com destaque para a DCE.....	201
Figura 133: Fotos da DCE do edifício residencial Porto Di Bari em 13/12/2016.....	202
Figura 134: Planta-baixa do acervo técnico do edifício residencial Monte Aconcágua com destaque para a DCE.....	203
Figura 135: Fotos da DCE do edifício residencial Monte Aconcágua em 06/12/2016.....	203

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa da mesorregião do Estado da Paraíba, com destaque para a delimitação espacial proposta por Juliano Carvalho (2005a; 2005b) acerca da expansão inicial da atividade açucareira e dos primeiros engenhos na várzea da Capitania da Paraíba	34
Mapa 2: Mapa da Itamaracá com a nomeação de senzala na legenda.....	35
Mapa 3: Mapa da Itamaracá com a indicação de uma senzala.....	36
Mapa 4: Mapa do levantamento dos engenhos que possuem senzala / bloco operário na várzea do rio Paraíba	38
Mapa 5: Mapa de localização das cidades de Areia e João Pessoa	45
Mapa 6: Mapa de localização das principais ruas da cidade de João Pessoa até o século XIX	45
Mapa 7: Mapa de localização de exemplares residenciais do século XX	60
Mapa 8: Mapa de expansão da cidade de João Pessoa	76
Mapa 9: Mapa de localização dos edifícios residenciais eleitos para a pesquisa construídos no século XX na cidade de João Pessoa	77
Mapa 10: Mapa de verticalização no bairro de Manaíra em 2010	128
Mapa 11: Mapa do custo médio dos imóveis por metro quadrado no primeiro semestre de 2013 em João Pessoa associado ao Mapa de renda média da população residente em João Pessoa, 2010	129
Mapa 12: Mapa de localização dos edifícios residenciais eleitos para a pesquisa construídos no século XXI na cidade de João Pessoa.....	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro explicativo da seleção da amostragem temporal e geográfica.....	20
Quadro 2: Tipologias das dependências de serviço do edifício Caricé	89
Quadro 3: As categorias de análise das DCEs nos edifícios do século XX	114
Quadro 4: As categorias de análise das DCEs especiais nos edifícios do século XX.....	114
Quadro 5: Quadro comparativo de dois apartamentos anunciados no bairro de Manaíra entre 1999-2009	125
Quadro 6: Quadro comparativo de dois apartamentos anunciados no bairro Jardim Oceania entre 2002-2011	125
Quadro 7: Anuários de alvarás de construção das habitações multifamiliares da soma dos usos R5 + R6 na cidade de João Pessoa (PB).....	126
Quadro 8: Quadro do valor do rendimento nominal médio mensal (em reais) nos bairros de João Pessoa no censo de 2010	136
Quadro 9: Quadro com apartamentos com 2 DCEs	137
Quadro 10: Significado e interpretação do termo “dependência”	140
Quadro 11: Exemplos dos tipos formas geométricas irregulares encontradas nas DCEs	153
Quadro 12: Exemplares de DCE equipadas com 2 camas de solteiro	161
Quadro 13: Seleção dos apartamentos do século XXI	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela ilustrada dos 5 bairros com o maior número de unidades de domicílios particulares permanentes na tipologia de apartamentos em João Pessoa nos censos de 2000 e 2010	128
Tabela 2: Levantamento das habitações multifamiliares no bairro de Manaíra em 2010	129
Tabela 3: Tabela ilustrada dos 5 bairros com valor mais alto por m ² em João Pessoa, de lançamentos imobiliários em 2015	130
Tabela 4: Variação do número de empreendimentos lançados de acordo com quantidade de dormitórios entre o ano de 2006 e o primeiro semestre de 2013.....	131
Tabela 5: Quantidade de habitantes e veículos que serão acrescentados no bairro Altiplano após a conclusão das obras aprovadas até maio de 2013	131
Tabela 6: Tabela com a identificação dos bairros com edifícios residenciais com DCE encontrados nos meios de publicidade residencial	133
Tabela 7: Tabela com a identificação dos bairros com tipologias de DCE encontrados nos meios de publicidade residencial	134
Tabela 8: Tabela com a relação da DCE x número de quartos do apartamento.....	135
Tabela 9: Tabela com os bairros que abrigam apartamentos com 4 e 5 quartos + DCE.....	135
Tabela 10: Tabela com o “índice de nobreza” dos bairros que abrigam apartamentos com 4 e 5 quartos + DCE	136
Tabela 11: Tabela com a denominação do espaço destinado ao alojamento do empregado doméstico.....	139
Tabela 12: Tabela com os tipos de acesso para DCE	142
Tabela 13: Tabela com o índice de apartamentos com DCE separada por porta na Cozinha e na Área de Serviço.....	144
Tabela 14: Tabela com o índice de apartamentos com DCE com acesso Reversível	145
Tabela 15: Tabela com os tipos de implantação da DCE	149
Tabela 16: Tabela com os tipos de circulação interna nas suítes de serviço	149
Tabela 17: Tabela com o índice de tipologias de <i>layout</i> e disposição de mobiliário sugeridos na DCE	156
Tabela 18: Tabela com o índice da disposição do <i>layout</i> de cama + guarda roupa na DCE	157
Tabela 19: Tabela com os tipos de acesso para DCE	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - QUADRO CONCEITUAL METODOLÓGICO	11
1.1. CONCEITOS	12
1.2. METODOLOGIA	16
CAPÍTULO II - A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA DA DCE	31
2.1. O PANORAMA DA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR: DA SENZALA AOS CASARÕES DE MEADOS DO SÉCULO XX	33
2.2. O PANORAMA DA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NO SÉCULO XX	70
CAPÍTULO III - A DCE NA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR DO SÉCULO XXI	116
3.1. A DCE NAS PLANTAS-BAIXAS DOS MEIOS DE PUBLICIDADE RESIDENCIAL	132
3.2. A VERIFICAÇÃO <i>IN LOCO</i> DA DCE NOS EDIFÍCIOS RESIDÊNCIAS ENTREGUES PARA MORAR DO SÉCULO XXI	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211
ANEXOS	225
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA DA UFPB	226
APÊNDICES	227
EMIÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO DE USO R5 E R6 NOS ANOS DE 2003 A 2015	228
LISTA DE APARTAMENTOS NOS BAIROS DO CENTRO, TAMBAÚ, CABO BRANCO E MANAÍRA (1957-1999)	230
LISTA DOS 180 APARTAMENTOS NOS MEIOS DE PUBLICIDADE IMOBILIÁRIA NO SÉCULO XXI	240
MODELO DE FICHA DE ANÁLISE	244
ROTEIRO DE ENTREVISTAS	246
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (EMPREGADO DOMÉSTICO)	247
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (MORADOR)	249
VALOR DO M² POR BAIRRO EM JOÃO PESSOA - LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS EM 2015	251
VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL NOS BAIROS DE JOÃO PESSOA NO CENSO DE 2010	252
VERTICALIZAÇÃO DE APARTAMENTOS EM JOÃO PESSOA NOS CENSOS DE 2000 E 2010	254



É que apesar de já ter entrado no quarto, eu parecia ter entrado em nada. Mesmo dentro dele, eu continuava de algum modo do lado de fora. Como se ele não tivesse bastante profundidade para me caber e deixasse pedaços meus no corredor, na maior repulsão de que eu já fora vítima: eu não cabia. (LISPECTOR, 1998, p. 45)

Foto: Acervo pessoal do autor, 2015.

INTRODUÇÃO

“Eu já sei que essa casa onde você diz morar / Onde todo dia no portão eu venho lhe esperar / Não é a sua casa / Eu já sei que o seu quarto fica lá no fundo / E se você pudesse fugir desse mundo e nunca mais voltar” (“Deixe Essa Vergonha De Lado”, de Odair José, 1973).

Desde o final do século XX, o espaço doméstico na habitação brasileira vem sofrendo transformações derivadas dos novos hábitos e estilos de vida da sociedade contemporânea que se relacionam com o conjunto de fatores sociais, econômicos, demográficos, geográficos, históricos, culturais e políticos que mudam constantemente durante o curso do tempo e afetam a forma e o uso da habitação (CABRITA, 1995). Do mesmo modo, a vida privada das famílias também pode sofrer alterações devido ao momento familiar, as diferentes fases, e por isso, as demandas mudam conforme as necessidades momentâneas da família. Douglas Brandão (2002), Francisco Veríssimo e William Bittar (1999) afirmam que a mudança de mentalidade e comportamento da sociedade é resultado da evolução demográfica e diversificação das configurações familiares. Complementamos que estas mudanças também são frutos dos novos papéis desempenhados pela mulher, das conquistas pelos direitos da mulher (movimentos feministas), dos benefícios prestados pelos programas de assistência social às populações de baixa renda, do aumento nos custos, em especial, da terra (especulação imobiliária), da tendência do emprego *home-office*¹, do impacto de novas tecnologias e mídias no espaço doméstico, da necessidade de inovar, da produção de habitações compactas (como as tipologias: conjugado, *kitchenette*, estúdio, *loft*, *flat*, *apart-hotel*, hotel-residência) e da inserção do *home-service*² nas habitações, que resultam na diversificação do morar, possibilitando assim, a individualização e a personalização do produto habitacional através da diversidade tipológica, da flexibilidade, da adaptabilidade, da ampliabilidade, da junção ou desmembramento de ambientes. Deste modo, intui-se que novas demandas geram novas formas de habitar, que podem manter ou modificar, padrões culturais e arquitetônicos que influenciam no mercado imobiliário e na produção do espaço.

As transformações também atingiram as relações entre patrão-empregado, através da execução de novas leis trabalhistas e da formalização da prestação de serviço doméstico, contribuindo, assim, numa nova forma de habitar e trabalhar no espaço doméstico. Mais enfaticamente, elas repercutem na redefinição de práticas, comportamentos, usos e configurações sócioespaciais da dependência doméstica na habitação.

¹*Home-office* é uma expressão inglesa que significa “escritório em casa”, onde o trabalho profissional (não incluso o trabalho doméstico) é desenvolvido em ambientes que compartilham a infraestrutura do ambiente doméstico.

²*Home-service* é uma expressão inglesa que significa “serviço de quarto”, também conhecido como serviços “*pay per use*”, trata-se de um conceito imobiliário que indica apartamentos compactos que oferecem serviços opcionais, como o uso de equipamentos, como a lavanderia; e de serviços profissionais, como diarista, com valores inclusos na taxa de condomínio ou pagos de acordo com a demanda.

A nomenclatura da dependência doméstica no Brasil pode ser identificada na literatura com diferentes vocábulos que remetem a diversas temporalidades. Os encontrados foram: senzala, “casa para pretos”, porão, sótão, edícula, quarto das agregadas, quarto externo, quarto-prisão, quarto-jaula, quarto-despensa, quarto de despejo, quarto / dormitório / alojamento / dependência - de empregada /de criada ou creados / de funcionário / de serviço, DCE - Dependência Completa de Empregada (quarto + banheiro, suíte), “quartinho”, “suitezinha”, depósito, quarto reversível ou multiuso³ (BRANDÃO, 2002; COSTA, 1989; GUERRA, 2001; REIS FILHO, 2014, SOUZA, 1991).

Durante a história da arquitetura brasileira, esse cômodo inseriu-se predominantemente nos programas de necessidades das habitações voltadas aos segmentos médios e de elite⁴, sendo derivada no período da colonização, passando por mudanças desprivilegiadas de localização no interior da residência unifamiliar – nos fundos ou no quintal, no porão, no sótão ou segregada do restante da edificação sob a forma de edícula – sempre vinculada e próxima à área de serviço enquanto determinante da identificação funcional e social. Desde a fase conceitual do projeto arquitetônico, este ambiente costuma ser hierarquizado espacialmente, além de possuir atributos desfavoráveis, para não dizer mínimos ou abaixo deles, em relação às dimensões espaciais, à circulação interna, à inserção de janelas, aos aspectos ambientais (ventilação, iluminação e acústica), afora a grande possibilidade de dividir o espaço com o depósito da residência ou com os equipamentos de trabalho (sobreposição de atividades). Contudo, observa-se que, desde a década de 1980, no cenário da habitação multifamiliar brasileira, já se tem o prenúncio da extinção do quarto de empregada (CARVALHO, 2014; SALEIRO FILHO, 2001; SOUZA, 1991) refletindo os novos usos divergentes do dormitório destinado ao trabalhador doméstico, as novas formas de prestação de serviço doméstico sem vínculos empregatícios, a produção de habitações compactas e o novo modo de morar.

Conceitualmente, a dependência doméstica pode ser compreendida como a forma espacial que integra trabalho/moradia, o âmbito de vida e de descanso destinado ao trabalhador doméstico no interior da residência do empregador. Contudo, enquanto produto de formação social, ela é projetada com intencionalidades: representa, para o seu usuário, o espaço de exploração para o trabalho ininterrupto, da opressão, da falta de individualidade,

³Nomenclatura utilizada atualmente pelas imobiliárias em projetos de apartamentos para os quartos próximos à área de serviço com possível reversibilidade de uso.

⁴Souza (1991) descreve o costume remanescente da época colonial que todas as famílias “que se prezavam” tinham empregados domésticos em sua residência.

da falta de privacidade do trabalhador doméstico, do cenário que possibilita o assédio sexual, da distinção e das hierarquias sócioespaciais entre patrões-empregados e entre os próprios empregados, da exclusão, sendo “[...] carregado de valores e subjetividade e reflete as relações que historicamente os homens estabelecem no modo de produzir e gerir a sociedade [...]” (SOUZA, 1991, p. 03). As configurações sociais refletem-se no espaço físico, competindo à arquitetura a materialização e reprodução dos valores e discursos da sociedade e da época na qual ela se insere, numa relação espaço-sujeito ou espaço-sociedade, que dá forma ao espaço edificado onde a organização espacial traduz a ocorrência das estruturas do domínio, do poder e a autoridade (LEITÃO, 2014).

A existência do quarto de empregada e seus espaços agregados (banheiro, vestiário, espaço para refeições, e, tudo aquilo que é destinado especificamente ao empregado doméstico) revelam ligações sócioespaciais muito próximas com a senzala, reproduzindo a inserção do trabalhador doméstico em instalações de dimensões espaciais mínimas, precárias e excluídas dos cômodos principais, independente das duas vertentes sociais: 1) na impessoalidade ao trabalhador doméstico como um “ser estranho” no interior da unidade familiar através do notável empenho para manter “cada um em seu determinado lugar”, assumindo que a convivência deverá ser restrita à prestação de um serviço de forma isolada do convívio social, onde seu espaço está distante e excluído ao restante dos outros, reforçando a segregação e a sua invisibilidade; 2) na consideração do empregado doméstico como sendo “parte da família” ou “praticamente da família”, devido aos anos de serviço prestados à família, às vezes por gerações, compreendendo o campo de comportamentos afetivos, mas também exploratórios. No entanto, ainda assim, o discurso não o livra da destinação a aposentos de qualidade espacial inferior aos demais da residência, com grande possibilidade de dividir o dormitório com o depósito ou com os equipamentos de trabalho.

Sabe-se que a atividade doméstica, inicialmente escrava, no Brasil, provém desde o século XVI (ALGRANTI, 1997). Ela era designada às mucamas, escravas negras tidas como escravas de estimação, podendo desempenhar as funções de: a) auxiliadora em serviços domésticos; b) dama de companhia de pessoas da família (geralmente as sinhás - patroa e filhas); c) ama-de-leite (amamentadora da criança alheia quando a mãe natural está impossibilitada de fazê-lo, preferencialmente escolhidas às escravas que já tinham filhos); d) concubina (escrava sexual - patrão e filhos) (GASPAR, 2013; SIMÕES, 2001), transformando-se, posteriormente, como uma das mais tradicionais e culturais formas de trabalho presentes na história brasileira. Desde então, a sociedade brasileira incorporou e

formalizou na habitação das famílias, de poder aquisitivo médio-alto, o espaço destinado ao trabalho e ao trabalhador doméstico, qualificado pela paisagem social do centralismo, da domesticidade e do privatismo⁵ (LEITÃO, L., 2014), herança das relações escravistas, excludentes e patriarcais.

A respeito do emprego doméstico, segundo definição oficial do Ministério do Trabalho e do Emprego, este pode ser definido como:

[...] trabalhador doméstico aquele maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do empregador. (BRASIL, 2013)

Apesar da definição oficial, ainda existem muitos trabalhadores domésticos com idade inferior aos 18 anos, que atuam em variadas funções/nomenclaturas como: a própria empregada doméstica (nomenclatura informal: “a secretária / ajudante do lar”, “a empregue”, “a piniqueira”, “a moça que trabalha em casa”), a criada, a servente, a serviçal, a faxineira, a arrumadeira, a camareira, a copeira, a cozinheira, a lavadeira, a passadeira, a engomadeira, a babá, a ama, a enfermeira particular, a cuidadora de idosos, a dama de companhia, a governanta, o mordomo, o porteiro, o jardineiro, o motorista particular, o manobrista, o caseiro, o guarda particular, o vigia, etc. (BRASIL, 2013; SIMÕES 2001; TELLES, 2014).

Até as recentes conquistas trabalhistas, a história do trabalho⁶, do trabalhador e do local de trabalho doméstico no Brasil estruturou-se: na configuração de emprego⁷ mal remunerado, desvalorizado, sem jornada fixa de trabalho (trabalho ininterrupto) e sem direitos trabalhistas (TELLES, 2014), com a predominância do perfil do trabalhador por classe social, raça e gênero (RONCADOR, 2008). Estabeleceu-se também pela intrínseca

⁵Na obra “Sobrados e Mucambos”, Freyre destaca que “o privatismo patriarcal ou semipatriarcal ainda nos domina. Mesmo que a casa seja mucambo – o aliás tão caluniado mucambo” (FREYRE, 2003, p. 37), ou seja, independente da casta social, tal característica da formação da sociedade brasileira ainda se faz presente na contemporaneidade.

⁶Considerando o trabalho doméstico em seu estado primário, atividade, como forma de serviço que dispensava regulamentação legal, no qual pode ser facilmente exercido por qualquer pessoa, exigindo apenas conhecimentos rudimentares (VIEIRA, 2010), até tornar-se reconhecido como profissão, regulamentado legalmente e remunerado.

⁷Emprego pode ser definido como: 1) lugar em que se exerce uma atividade produtiva qualquer; 2) cargo, função, ocupação em serviço público ou privado, exercido por uma pessoa em troca de remuneração (as atividades não-remuneradas diretamente, como a de dona-de-casa, não são consideradas empregos pelos economistas e estatísticos); 3) existência, no mercado, de oferta de trabalho maior que sua demanda, em oposição a desemprego (FERRARI, 2004, p. 139).

ligação à história da família brasileira (ALGRANTI, 1997; ALENCASTRO, 1997), com a criação de vínculos (afetivos a exploratórios), estabelecidos pela moradia do empregado no âmbito residencial do empregador, geralmente, indispensável nas residências de famílias abastadas.

Contudo, as relações trabalhistas, mesmo que tardiamente, também entraram em processo de transformação através das lutas da categoria trabalhadora e da divisão do trabalho, que resultaram na criação de uma lei que amplia os direitos trabalhistas dos empregados domésticos, conhecida como “PEC das Domésticas” (Proposta de Emenda à Constituição n° 72/2013), em vigência desde abril de 2013, que equiparou os direitos dos empregados domésticos aos demais trabalhadores urbanos e rurais, conforme previsto no artigo 7° da Constituição Federal de 1988, garantindo proteção e conquistas trabalhistas, tornando-o mais seguro contra as irregularidades e a exploração, tão comuns aos trabalhadores domésticos.

Na Paraíba, no ano de 2009, foram registrados cerca de “117 mil pessoas trabalhando como empregadas domésticas, desse total mais de 90% são mulheres” (SINDICATO, 2015), enquanto, até o final do ano de 2015, registraram-se, no Brasil, 1.409.181 empregadores e 1.596.669 empregados domésticos cadastrados no eSocial (GUIA, 2015), um projeto do governo federal, disponível desde outubro de 2015, que unifica o envio de informações e de recolhimento dos tributos e do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) pelo empregador em relação aos seus empregados. Com a nova legislação, houve a acentuação de novas formas para prestação de serviço doméstico (SOARES, A., 2015), implicando na redução de contratação de trabalhador com vinculação familiar (morar-dormir), pois está mais dispendioso pagar por esse serviço, e, na substituição para prestação de serviços formalizados, especializados, esporádicos e sem vínculos empregatícios (ex.: diarista, serviços terceirizados e afins⁸), resultando, assim, em novos usos ao espaço destinado ao quartinho (quarto reversível, depósito, ateliê, escritório, *closet* ou ampliação de algum cômodo). Essa realidade já é estabelecida na Europa e nos Estados Unidos há décadas, enquanto no Brasil, iniciou-se a partir da década de 1980, com uma maior predisposição a atuar na Região Sudeste, diferente da Região Nordeste, que ainda predispõe de uma maior resistência (SOUZA, 1991).

⁸Na cidade do Rio de Janeiro há a *website* (parafuzo.com/diarista) que possibilita uma nova modalidade de contratação da prestação de serviço doméstico por meio virtual, no qual solicita-se um (a) diarista, especificando o número de ambientes que compõem o imóvel, e o tipo de trabalhos domésticos a serem desenvolvidos, perfazendo um certo número de horas.

Segundo os dados indicadores sobre estatísticas de trabalho resultantes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), apresentados em outubro de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento no número de diaristas no Brasil: no trimestre encerrado em abril de 2016, 6,2 milhões de pessoas trabalhavam como empregados domésticos, 200 mil a mais do que no mesmo período em 2015. Entre estes trabalhadores, a presença das diaristas aumentou entre o total de trabalhadores domésticos, enquanto, no segundo trimestre de 2016, as diaristas representavam 26,8% do total de empregados domésticos, mais do que os 25,3%, que eram, em 2015, três pontos percentuais acima do registrado no segundo trimestre de 2012 (SILVEIRA, D., 2016). Para o economista especialista em mercado de trabalho e pesquisador FGV/IBRE, Bruno Ottoni, a mudança vem sendo provocada mais pela política de aumento real do salário mínimo do que pela crise econômica ou pela nova lei que garante benefícios às domésticas: “essa política acabou levando a uma valorização maior do salário mínimo do que a do salário médio da economia. Então pra família de classe média típica, como proporção do seu orçamento houve um aumento do custo do empregado doméstico” (LEVANTAMENTO, 2016).

O interesse pela investigação do tema das relações sócioespaciais do quartinho surgiu por meio da observação, da vivência e da evidência das transformações supracitadas, tanto no cotidiano quanto na mídia, principalmente pela instigação da crítica social através do curta-metragem “Recife Frio” (BRA-PE, 24’, 2009), do diretor pernambucano, Kleber Mendonça Filho (responsável, também, pelo filme “Aquarius” (BRA-PE, 145’, 2016)), e, mais recentemente, com a grande repercussão internacional do filme, “Que horas ela volta?”, de Anna Muylaert (BRA, 112’, 2015). A maioria das habitações com o alojamento para o empregado doméstico apresentou características espaciais desfavoráveis, motivando a pesquisa na tipologia da habitação multifamiliar⁹, onde se encontram as maiores transformações e desigualdades espaciais do quarto de empregada: os primeiros edifícios construídos em São Paulo trazem diversas investigações sobre a presença e a localização de quartos de empregada (REIS FILHO, 2014; VERÍSSIMO; BITTAR, 1999), assim como apresentam a relação da supressão ou diminuição das áreas de serviço. Posteriormente, a dependência doméstica vem sofrendo o processo de reversibilidade, assim como, de camuflagem ilegal através da mudança de nomenclatura para “depósito”, como meio de burlar a regulamentação das dimensões mínimas de um quarto nas plantas dos edifícios,

⁹O estudo de Carvalho, A. (2014) demonstrou que, nas casas modernistas unifamiliares, houve pouca transformação nas áreas de serviço e nos quartos de empregada, o mesmo não pode ser dito com relação aos apartamentos contemporâneos, confirmando-se na pesquisa de Saleiro Filho (2001).

resultando numa perda ainda maior da qualidade espacial. A tipologia de habitação multifamiliar vem predominando no Brasil como escolha e estilo de morar contemporâneo, devido ao aumento da densidade demográfica nos centros urbanos, ocorrido nas primeiras décadas do século XX, mas também pela possibilidade de flexibilidade, personalização, *status* social, boa localização, infraestrutura adequada, sensação de segurança¹⁰, economia¹¹ e comodidade do morar.

Diante do panorama das transformações e das relações de diversas esferas públicas e privadas referentes aos espaços destinados à dependência doméstica na habitação, a especulação imobiliária desempenha um importante papel na produção do quartinho: o lucro tornou-se o principal vetor e não mais a qualidade de vida, na concepção de apartamentos com muitas unidades habitacionais adensadas e dimensões reduzidas, proporcionando à dependência doméstica, que já carrega consigo estigmas históricos de organização espacial e de transmissão de hereditariedade social - aspectos ainda mais desfavoráveis. Tais aspectos referentes à produção contemporânea desse espaço, condicionado às variações do morar e às transformações recentes na remuneração do trabalho doméstico, instigaram questões que motivaram a investigação da pesquisa na cidade de João Pessoa (PB): como se configura a produção espacial e os usos da dependência doméstica na habitação multifamiliar nas primeiras décadas do século XXI? Trabalhamos com as hipóteses que este espaço tende a não desempenhar sua designação original de dormitório para o trabalhador doméstico, além de apresentar dimensões reduzidas em relação à produção do século XX, já que, o tamanho da moradia diminui na proporção do aumento da densidade populacional nas cidades, o alto custo do solo.

A relevância do estudo compreende o campo de estudo da habitação no Brasil, enfatizando a dependência doméstica, cômodo residencial que ainda não foi muito contemplado nas pesquisas acadêmicas no âmbito da arquitetura nacional, podendo, assim, vir a contribuir na compreensão da produção e transformação da dependência doméstica, tomando a tipologia da habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa (PB) como estudo de caso. O recorte temporal escolhido, século XXI, ressalta a importância do estudo devido

¹⁰Segundo Sposito e Góes (2013), os condomínios horizontais fechados são um produto imobiliário resultante de um planejamento que visa à maximização de lucros, tendo como característica o fechamento e o controle de acesso àqueles que não são seus moradores, por tanto, possuem um valor que se agrega ao preço do produto, estando associado à ideia de segurança e qualidade de vida. Tais conceitos são associados à diversos tipos de empreendimentos, que também são inclusos no *marketing* de venda das habitações multifamiliares.

¹¹De acordo com Villaça (2001) a habitação multifamiliar com alta densidade é aquela de melhor dilui o custo da terra no preço total da moradia.

ao momento de reconfigurações políticas, sociais e econômicas que o Brasil atravessa, visíveis nas recentes transformações na diversificação do morar, na execução de leis trabalhistas e nas novas prestações de serviços domésticos, que podem contribuir no entendimento das atuais implicações que são refletidas na arquitetura, propondo nesta pesquisa, um novo olhar sob a visibilidade das desigualdades no uso do espaço doméstico através do quarto de empregada. Para otimizar a compreensão do processo de pesquisa e dos resultados alcançados, apresenta-se, abaixo, a estrutura sistematizada dos capítulos:

No Capítulo I, “Quadro Conceitual Metodológico”, realizamos, inicialmente, a revisão de conceitos e terminologias a fim de introduzir os pressupostos, parâmetros, perspectivas e referências fundamentais com as quais trabalhamos nesta dissertação. Em seguida, apresentamos o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados, estruturados na metodologia desenvolvida por Saleiro Filho (2001), e, por Sposito e Góes (2013), a partir da realização de pesquisa bibliográfica, documental, iconográfica, visitas *in loco*, medição, registros fotográficos e audiovisuais da DCE, além de entrevistas com moradores dos apartamentos pesquisados, e, caso tenham, com os trabalhadores domésticos.

Iniciamos então o Capítulo II, “A Investigação Histórica da DCE”, que parte da perspectiva histórica para valorizar as transformações que caracterizam as relações do espaço da DCE a partir das formações sociais, na história da arquitetura residencial da capital paraibana, compreendendo, assim, a contextualização e a identificação dos elementos em que se inserem. Para tanto, aplicamos a metodologia diacrônica, a fim de estudar o passado para identificar os elementos estruturadores do quartinho nas casas em João Pessoa, e, deste modo, compreender os fenômenos contemporâneos. Numa primeira etapa, introduz-se a investigação da pesquisa bibliográfica e iconográfica, no âmbito rural, com as senzalas dos engenhos da várzea do rio Paraíba, ao âmbito urbano, com as primeiras habitações unifamiliares até meados do século XX, por vezes, recorrendo a exemplares do Estado de Pernambuco, quando foram inexistentes na delimitação do âmbito espacial do Estado da Paraíba. Seguimos adiante com a segunda etapa, que expõe os primeiros edifícios residenciais multifamiliares em João Pessoa até o final do século XX, visualizando as decisões projetuais e as práticas atribuídas ao espaço de trabalho e de vida doméstica, bem como suas transformações no decorrer das décadas.

Por fim, no Capítulo III, “A DCE na habitação multifamiliar do século XXI”, investigamos e discutimos a inserção da dependência doméstica nos apartamentos do século

XXI na cidade de João Pessoa. Neste capítulo, buscamos verificar um leque diversificado na configuração espacial da dependência doméstica a partir de um rol qualitativo, registrando a diversidade apresentada e teorizando sobre os seus arranjos espaciais, representados pelo registro das visitas *in loco*, aplicação de entrevistas e análise das configurações espaciais adotadas na DCE, conferindo os tipos de uso, dimensão espacial, localização, acessos, inclusão/exclusão sócioespacial, conforto ambiental, disposição de mobiliários (*layout*) e, se avaliará o atendimento dos projetos selecionados à Norma Brasileira (NBR) 15.575 – Edificações Habitacionais – Desempenho¹², e, a legislação local¹³.

Em nossos levantamentos, observamos um número crescente de apartamentos, oferecidos pelo mercado imobiliário na cidade de João Pessoa, que incluem o “quarto reversível”, ocasionando a possibilidade para incorporadores imobiliários burlarem a lei e vender os apartamentos com maior margem de lucro, para o morador, possibilita o aumento do espaço pessoal-privado na tentativa de agregar mais um cômodo aos demais setores de sua residência, e, para o empregado doméstico, o ganho de um cômodo mais espaçoso que uma DCE com dimensões tradicionais (geralmente dimensões mínimas ou abaixo delas), resultando em um espaço de melhor qualidade. Desta maneira, o presente trabalho apresentará, num esforço de síntese sobre os resultados a que chegamos com essa pesquisa, do ponto de vista teórico-conceitual, as transformações da DCE na habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa, buscando revelar os processos sócioespaciais envolvidos, a fim de promover uma reflexão crítica sobre a produção de espaços de trabalho e de vida doméstica.

¹²Esta norma, vigente desde 2013, estabelece parâmetros técnicos para a construção de edificações, determinando um nível mínimo obrigatório para um espaço habitável.

¹³O Art. 169º da lei nº 1.347 de 27 de abril de 1971, do Código de Obras do município de João Pessoa, deixa explícito as normas mínimas exigidas para a execução de uma DCE.

CAPÍTULO I

QUADRO **CONCEITUAL** **METODOLÓGICO**

“Quartinho obscuro / [...] / Quatro paredes, um cubículo no fim do corredor” (“Quartinho Obscuro”, de Flow Mc, 2011).

Nosso trabalho faz uma análise da dependência doméstica, espaço indissociável nas primeiras habitações unifamiliares das famílias abastadas na cidade de João Pessoa que está presente ainda nas habitações multifamiliares contemporâneas. Igualmente, consideramos as modificações da diversificação do morar, presente desde o final século XX, e, a consequente alteração de uso e significado deste cômodo.

Neste capítulo, delimitaremos etimologicamente os termos usados em nossa análise para o presente trabalho: tipo, tipologia, reversibilidade e imaginário, por se tratar de conceitos fundamentais para compreensão do texto e reforçarem a estrutura do raciocínio durante o desenvolvimento da discussão desta pesquisa. Adiante, apresentaremos o detalhamento dos passos metodológicos adotados para atingir os objetivos propostos, a fim estabelecer as condições necessárias para um posicionamento crítico diante os resultados apresentados, e, pela aposta na realização de novas pesquisas que tenham o quartinho como objeto de estudo, aprofundando as relações sócioespaciais na superação dos processos de segregação que caracterizam estes espaços.

1.1. Conceitos

1) Tipo e Tipologia: segundo Ferreira (2010, p. 2044), o termo “tipo”, em sua primeira acepção, designa “coisa que reúne em si os caracteres distintivos de uma classe; símbolo”, enquanto na segunda acepção, aparece como “exemplar, modelo”. “Tipologia” seria, então, uma derivação de um dos caracteres de classe da palavra “tipo”, mais precisamente, interpretada como o estudo dos “tipos”, ou, como o estudo dos diversos modos pelos quais os objetos podem diferir-se um dos outros. A denotação de “tipo” está relacionada à ideia de classificação, tomando um único objeto como exemplar representativo de uma vasta amostragem, permitindo, assim, categorizar, distinguir e explicar, com economia, a retenção de traços genéricos nos quais se fundamenta uma taxonomia (PANERAI, 2006, p. 110 e 127). Podemos, então, compreender o “tipo” como objetos produzidos com aspectos formais de série, ligados por uma função comum, ou, como uma imitação em contraste com os aspectos individuais. Para Arís (1993), o termo “tipo” equivale ao conjunto de propriedades que são comuns a certo número de indivíduos ou objetos, atuando como sinônimo de classe, família, gênero. Le Corbusier (1937 apud SALEIRO FILHO, 2009, p. 27) descreve que o conceito de “tipo” se assemelha ao de “*standard*”, isto é, forma padrão, designando-se como um modelo particular proposto para a reprodução ou para a aquisição de um produto, a exemplo da habitação. Argan (2004, p. 66-67) define o

conceito de “tipo” como um processo de compactação de um conjunto de variantes formais que resulta em uma fórmula pré-definida e comum. “Tipologia” pode ser considerada como o resultado “do processo histórico da arquitetura e dos modos de pensar e de trabalhar de certos arquitetos”. O “tipo” é “resposta a um complexo de demandas ideológicas, religiosas ou práticas ligadas a uma determinada situação histórica em qualquer cultura”, constituindo-se “pela redução de um complexo de variantes formais à forma básica comum” (ARGAN, 2006, p. 268-269). Em paralelo, Rossi (2001, p. 29) expõe o conceito de “tipo” como um “enunciado lógico” que antecede a determinação da forma, mas, ao mesmo tempo, a define, afirmando que, a forma é independente da função. Assim, nesta pesquisa, adotamos a definição de “tipo” vinculado à definição *standard*/modelo básico pela assimilação que foram desenvolvidos e reproduzidos modelos de apartamentos com configurações espaciais comum entre si que possibilitaram identificar o perfil socioeconômico de usuário/consumidor a partir da disposição e quantidade dos cômodos na residência.

2) Reversibilidade: Ferreira (2010, p. 1839) define a “reversibilidade” como “qualidade ou caráter de reversível”, enquanto “reversível”, é denominado como “o aposento arquitetado de modo que, mediante adaptação, possa vir a ser usado para quaisquer dos fins para que foi concebido”. Kevin Lynch (2007, p. 165 - 166) afirma que a reversibilidade é uma medida de grau de adaptabilidade, tanto da forma espacial quanto dos usos que o espaço pode assumir no futuro. Müller et al (2000, p. 518) acrescenta que o “reversível” denota a ação capaz de trocar o sentido de seu próprio movimento, e / ou restaurar as coisas para um estado substancialmente semelhante ao anteriormente apresentado, numa ação temporal, dinâmica, instável e efêmera, que sugere a capacidade de agir com o lugar e com o usuário por instabilidade e mutabilidade. Esse processo é citado por Walter Behrendt (SALEIRO FILHO, 2009, p. 30 apud BADRA JUNIOR, 1957, p. 65), “como aquele em que o espaço se tornou móvel, seus limites esvaem-se explodindo para todos os lados... os cômodos se entrelaçam e penetram-se e juntam-se num só plano”. Na pesquisa assumimos duas acepções: a primeira indica que a integridade formal do cômodo a ser revertido é mantida, permitindo o duplo acesso por diferentes setores da habitação, enquanto a segunda sugere a possibilidade de um cômodo, com um único acesso, podendo ter diferentes usos/funções.

3) Imaginário: recorreremos inicialmente ao conceito do temo “imaginário” em Ferreira (2010, p. 1125) que traz em uma das suas acepções a interpretação como “o conjunto de símbolos e atributos de um povo, ou de determinado grupo social”. Entendemos

que compreender este conceito se faz necessário, já que o quartinho se faz presente na concepção popular brasileira, sendo o imaginário dele:

[...] característico da origem social, não como reflexo da realidade, mas como parte integrante dela, que define estruturas de significados fixadas em processos históricos e culturais concretos, nos quais as pessoas dão forma e sentido à sua existência, aproximando-se, portanto, da perspectiva das representações sociais, tal como a concebemos. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 14)

E, portanto, o imaginário do espaço do quarto de empregada é materializado na habitação. Em paralelo, Hiernaux (2007) afirma que as percepções do imaginário passam por um processo simbólico e transformam-se em representações, contudo, elas diferem da mimética da realidade, atuando “como imagens e sentidos atribuídos a uma exterioridade que não tem por que coincidir com essas imagens e sentidos” (LINDÓN; AGUILAR; HIERNAUX, 2006, p. 14.). Recorreremos ao pensamento de Ferrara (2000) que complementa:

O imaginário corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação do significado, atribuir significados a significados; suas produções são únicas, mas se acumulam e passam a significar mais, por um processo associativo onde um significado dá origem a um segundo ou terceiro e, assim, sucessivamente. Pelo imaginário, a imagem urbana – locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados – passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos em relação à imagem básica que lhes deu origem. (FERRARA, 2000 p: 118)

Partindo da concepção de Serbena (2003, p. 5), que compreende o imaginário como “o campo de luta política e pelo poder, onde se cruzam interesses de grupos sociais e ideologias”, podemos observar que o imaginário do quartinho permeia a cultura brasileira com vários sentidos. Entre eles é possível destacar a composição do espaço de dimensões mínimas com pouca qualidade espacial, como na canção “Empregada” de Wander Wildner: “Dois por dois mede o quarto da empregada [...] O quarto da empregada não tem janela, [...] não tem tevê, ele não tem nada...”. Outra representação do imaginário do quartinho traz o cômodo como representante da pesada herança de relações servis/escravocratas, marcada pela exploração, exclusão e delimitação sócioespacial do empregado doméstico, ainda mais considerando a continuidade do emprego das categorias de classe social, raça e gênero no trabalho doméstico (figura 1): em 2011 foi registrado o número de 7,2 milhões de trabalhadores domésticos, sendo a maioria formada por mulheres (93,6%), negras (61%), e com baixa escolaridade, em geral, sem concluir o ensino básico (LOPES, 2011). Posteriormente, em 2013, o Brasil recebeu o título do maior país com o número de domésticas do mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), sendo

registrado o número de 6,7 milhões de empregadas domésticas e 504 mil homens na função, representando 17% das trabalhadoras brasileiras (G1, 2013), enquanto os dados estatísticos entre 2004 a 2014 da pesquisa divulgada em 2016 pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostraram uma redução no número de trabalhadoras domésticas, representado por 5,9 milhões de brasileiras, o equivalente a 14% do total das ocupadas no Brasil, embora, tenha mantido a “tradição” da realização do trabalho doméstico, nas moradias das classes média e alta, quase exclusivamente feminina: 92 % dos empregados domésticos eram mulheres (BRASIL, 2016).

Figura 1: Montagem acerca da atividade doméstica e suas atuais reminiscências

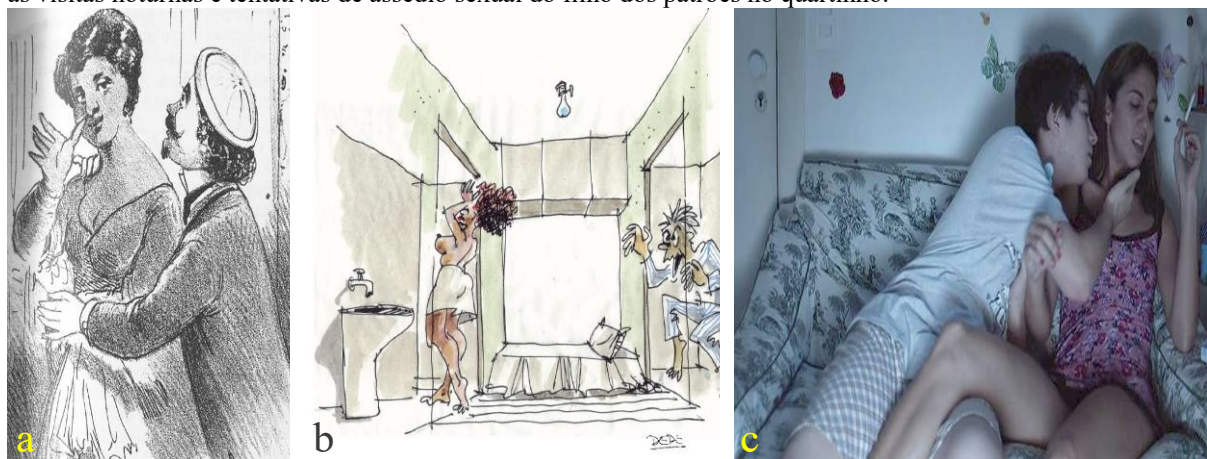


Fonte: Rugendas (1835); This is not Paradise (2014); Balbi (2013); Editado por Fernando Morais.

O imaginário do quartinho também compreende a facilidade aos meios de exploração: ora de forma mais tênue, refere-se à proximidade ao trabalho e, portanto, à prestação de serviços interruptos; ora condizente ao assédio sexual da empregada doméstica, por parte do patrão e/ou do (s) filho (s) do mesmo, no interior dos dormitórios. O fato fez-se presente desde a época colonial (figura 2a) até os dias atuais, sendo representados na

música¹⁴, na literatura, nas novelas, nas artes visuais (figura 2b) e no cinema nacional (figura 2c). Assim, o quartinho pode representar e ser palco de aposento de exploração sexual, negando o direito de domínio espacial, de privacidade, de integridade física e moral do usuário.

Figura 2: Analogias da representação exploração sexual no quartinho: a) desenho referente ao assédio da época colonial; b) charge da invasão do quartinho na habitação moderna; c) cena do filme “Casa Grande”, com as visitas noturnas e tentativas de assédio sexual do filho dos patrões no quartinho.



Fonte: a) Slenes (1997, p. 257); b) Saleiro Filho (2001, p. 105 apud “O Quarto de Empregado Reversível – Reversível a Empregada” Dedé 2001); c) Casa Grande (2014).

1.2. Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa e a realização dos objetivos traçados, fez-se necessário estabelecer caminhos metodológicos estruturados em 3 linhas de ação sistematizadas em capítulos. A primeira refere-se à introdução ao tema, abrangendo a reunião dos subsídios essenciais para compreensão de conceitos, discussões teóricas e informações sobre o objeto de estudo, ou seja, sobre a dependência doméstica, aqui também denominada de “quartinho”. Para tanto, buscou-se consultar teses, dissertações, monografias, periódicos e artigos científicos, em meio físico ou virtual, que possibilitaram indicar o norte conceitual e identificar as metodologias mais adequadas ao desenvolvimento desta pesquisa. Os trabalhos encontrados referentes ao tema indicaram uma maior recorrência a outros campos acadêmicos, que, contribuem para expandir os horizontes neste estudo, mas, em contrapartida, observou-se a pouca quantidade de estudos que abordam a dependência doméstica no campo da Arquitetura e do Urbanismo, sendo encontrados apenas dois trabalhos no formato de conclusão de curso, seja de graduação ou pós-graduação:

¹⁴Teixeira, Carrieri e Mafra (2014) realizaram um estudo acerca do imaginário social sobre a empregada doméstica refletido em músicas brasileiras, revelando a predominância do fetichismo da empregada doméstica no quartinho nas letras das canções.

1) A dissertação do Prof. Dr. Mário de Oliveira Saleiro Filho, intitulada: “A Dependência da Dependência de Empregado: de Espaço Segregado a Espaço Revertido?” (2001). O autor analisa a transformação da dependência de empregado doméstico ao longo do século XIX e XX, apontando, a tendência da reversibilidade deste espaço nos programas arquitetônicos de habitação multifamiliar destinados à classe média na cidade do Rio de Janeiro, entre 1990-2000, sob a ótica do construtor-incorporador, do comprador-morador e do trabalhador doméstico;

2) O trabalho de conclusão de curso de graduação de Ana Tereza Siqueira de Carvalho, intitulado: “Dependência doméstica: o espaço da empregada na arquitetura” (2014). A autora trabalha com a memória e locais de trabalho doméstico a partir da análise das casas modernistas unifamiliares em São Paulo, tendo como fonte principal o livro da Marlene Acayaba (1986), estudados a partir das relações de gênero (perspectiva feminina), relações de trabalho e o lugar que a mulher ocupa na sociedade, com a complementação de depoimentos de empregadas a fim de revelar suas perspectivas.

Acrescentam-se, ainda, o artigo de Trigueiro e Cunha (2014), “*The Maid’s Room: a tale of unchanging apartheid in a changing domestic space*”, centra-se a análise da forma arquitetônica no espaço doméstico no Brasil como evidência de mudança de comportamento social a partir de uma abordagem analítica baseada na representação e quantificação das funções que integraram a estrutura espacial de casas e apartamentos, de acordo com procedimentos de modelagem relativos à metodologia de análise da sintaxe espacial (*space syntax*), assim como, o artigo de Viana e Trevisan (2016), “O “quartinho de empregada” e seu lugar na morada brasileira”, em que tratam da domesticidade e a relacionam ao universo feminino, em consonância às novas leis trabalhistas, ao estudar vinte habitações projetadas entre 1927 e 2010. Em adição, também foi encontrada a dissertação em Serviço Social, “Dependência da empregada: o espaço da exclusão” (1991), de Lêda Maria Teles de Souza, a qual apresenta de forma interdisciplinar a apreensão da gênese, da trajetória, e das significações sociais/ideológicas no espaço de simbiose trabalho-moradia, contribuindo, assim, para um melhor entendimento deste cômodo enquanto produto de nossa sociedade. É interessante perceber que, mesmo nos intervalos temporais de décadas, os trabalhos acadêmicos se complementam, além de motivar a produção desta pesquisa com o enfoque nas questões atuais acerca do objeto de estudo, possibilitando a oportunidade de agregar, aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos referentes às configurações da DCE na habitação multifamiliar.

A segunda linha de ação corresponde à investigação histórica da DCE nas habitações da cidade de João Pessoa (PB). Para tanto, escolhemos utilizar o método diacrônico, referenciado pelo historiador francês, Marc Bloch (2010), por entender que um fenômeno histórico nunca se explica plenamente fora do estudo do seu momento. Portanto, a habilidade na análise dos documentos do passado facilita a compreensão do presente. Assim, acreditamos ser necessário voltar ao passado para estudar os aspectos estruturadores do quartinho, para compreendê-lo no momento desta pesquisa, e, por este motivo, decidimos incluir as habitações unifamiliares até meados do século XX, período no qual surge a primeira habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa. Para facilitar o entendimento, dividimos o capítulo em duas etapas:

2.1.) O panorama da habitação unifamiliar: da Senzala aos Casarões de meados do século XX

2.1.1.) Pesquisa bibliográfica - História da habitação unifamiliar brasileira: consulta bibliográfica (planos de curso das disciplinas de história da habitação no Brasil nos cursos de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, livros, artigos, periódicos, etc.) para compreender o processo de transformação da DCE no âmbito da historiografia da habitação no Brasil, além de desenvolver parâmetros comparativos com os exemplares encontrados na cidade de João Pessoa;

2.1.2.) Pesquisa bibliográfica e arquivista - História da arquitetura residencial unifamiliar na cidade de João Pessoa: consulta bibliográfica em literatura especializada acerca da história da arquitetura da cidade de João Pessoa (consulta no acervo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estado da Paraíba (IPHAEP), Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC-JP), Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Laboratório de Estudos Urbanos (LEU-UFPB), Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM-UFPB), Biblioteca Central da UFPB, Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, livros, artigos, periódicos), a fim de registrar a história da arquitetura e a iconografia técnica (planta baixas, cortes, fachadas, fotos), dos engenhos com senzala no Estado da Paraíba às residências unifamiliares com DCE de meados do século XX na cidade de João Pessoa;

2.1.3.) Tratamento de imagens: após a obtenção do acervo técnico, seja através de fotografia, meio virtual ou escaneamento. Utilizou-se do programa de edição de imagens PhotoImpression (versão 3) para retocar a qualidade, realçar a DCE, inserir legendas, inserir escala gráfica e padronizar a apresentação do acervo.

2.2.) O panorama da habitação multifamiliar no século XX;

2.2.1.) Pesquisa bibliográfica - História da habitação multifamiliar brasileira: semelhante ao item 2.1.1. com enfoque nas primeiras habitações multifamiliares no Brasil;

2.2.2.) Pesquisa bibliográfica e arquivista - História da arquitetura residencial multifamiliar na cidade de João Pessoa: tem como objetivo a obtenção de informações históricas e arquivos técnicos (arquitetônico e construtivo) dos edifícios multifamiliares mais representativos do século XX. Foram pesquisados: o banco de dados hm+hc (habitar moderno e habitar contemporâneo) do Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM-UFPB), trabalhos de pós-graduação, artigos e periódicos que abordam o processo de verticalização e expansão urbana; a análise e o registro da arquitetura moderna local, a exemplo das pesquisas de: Chaves (2008); Pereira (2008); Rocha (2011); o banco de dados do *site* “Empresas do Brasil”. Contudo, durante a pesquisa, verificou-se que as datas dos projetos dos edifícios apresentaram discordância entre as fontes, pois as informações acerca dos anos dos edifícios estavam imprecisas. Não se podia confirmar se elas representavam a data da aprovação do projeto (alvará), ou a data do início da construção, ou ainda, a data da entrega do edifício (habite-se). Portanto, foram consultados os livros de ementa da Prefeitura Municipal de João Pessoa, assim como os cadastros do Sistema Tributário (STAR) e do Imposto Predial e Territorial e Urbano (IPTU) no Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) a fim de confirmar tais informações;

2.2.3.) Seleção da amostragem temporal e espacial: a partir da data do projeto do primeiro edifício residencial da cidade (1957). Foram eleitas 5 décadas do século XX para análise. Neste estudo, cada década é representada por 2 edifícios, um localizado em algum bairro da orla marítima e o outro localizado nos demais bairros da cidade. A distribuição nessas duas áreas da cidade deu-se em razão do processo de expansão da cidade de João Pessoa que, até os anos 1950, centrava-se na área que se estende do Rio Sanhauá à Avenida Presidente Epitácio Pessoa, já no tabuleiro costeiro. Após 1960, a cidade se expande e ultrapassa o Rio Jaguaribe que divide o tabuleiro da orla, é quando o até então Distrito de Tambaú, torna-se bairro da cidade. (MAIA, 2000). As classificações almejam revelar a

diversidade temporal, espacial, econômica e social, da produção da DCE nas habitações multifamiliares. Estabelecido os critérios de seleção da amostragem, consultou-se a listagem cronológica e de localização dos edifícios¹⁵ para a eleição das 10 possíveis unidades habitacionais para análise, considerando que qualquer apartamento que se enquadre nos critérios da amostragem temporal e geográfica é apto a representar sua década (quadro 1). Ressalta-se que a pesquisa se caracteriza como qualitativa e não quantitativa. Desta forma, o que aqui se denomina de amostragem são números estabelecidos pelo quadro geral e não determinados por um percentual estatístico.

Quadro 1: Quadro explicativo da seleção da amostragem temporal e geográfica

Década	Bairro	Apartamento
1. 1957-1959	Bairro que no entorno do centro	Apartamento 1
	Bairro litorâneo	Apartamento 2
2. 1960-1969	Bairro que no entorno do centro	Apartamento 3
	Bairro litorâneo	Apartamento 4
3. 1970-1979	Bairro que no entorno do centro	Apartamento 5
	Bairro litorâneo	Apartamento 6
4. 1980-1989	Bairro que no entorno do centro	Apartamento 7
	Bairro litorâneo	Apartamento 8
5. 1990-2000	Bairro que no entorno do centro	Apartamento 9
	Bairro litorâneo	Apartamento 10

Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

2.2.4.) Seleção da amostragem dos apartamentos: o parâmetro de escolha dos edifícios nesta etapa considerou a aplicação da metodologia desenvolvida por Sposito e Góes (2013), em que as autoras explanam os meios que encontraram para seleção e entrada nos condomínios residenciais fechados, cenário semelhante aos edifícios de apartamentos. O procedimento inicialmente compreende a identificação das complexidades das dimensões sociais e das dificuldades referentes aos muros que se pretendem atravessar, ou seja, chegar aos moradores de espaços residenciais fechados. As autoras ressaltam, ao menos, três aspectos referentes aos problemas encontrados nas pesquisas cujas temáticas exigem o contato com grupos sociais de médio e alto poder aquisitivo:

- 1) pouco conhecimento acerca do que são pesquisas científicas, confundidas com pesquisas de mercado ou com levantamento de dados feitos por órgãos públicos, que podem trazer transtornos pessoais; 2) preocupação com a possibilidade de se tratar de algum tipo de iniciativa fraudulenta, o que se insere no próprio contexto de insegurança a que estamos socialmente submetidos; 3) tendência à individualização, o que ajuda a explicar a pouca disponibilidade de tempo para

¹⁵Lista da pesquisa de edifícios residenciais em João Pessoa nos bairros do Centro, Tambaú, Cabo Branco e Manaíra (1957-1999) encontra-se nos Apêndices.

atender a demanda de outrem, se isso não parecer importante ou necessário. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 17)

Acrescenta-se ao que fora exposto anteriormente o fato que as pesquisas que são realizadas em espaços residenciais fechados, cuja entrada é controlada, são, a princípio, inviabilizadas pelo impedimento do primeiro contato direto com os moradores, que, sendo desconhecidos por nós, podem ter a sensação de insegurança, “o medo do outro”, acrescido à invasão da privacidade familiar, ainda mais com o objetivo “ousado” de analisar e registrar o cômodo mais desprestigiado, o menos apresentável da residência e que, provavelmente, funciona como quarto de despejo da família, abrindo tudo aquilo que não deve ser mostrado, um espaço íntimo, ou até a falta de interesse em participar da pesquisa. Tendo em vista esses fatores, optou-se, preferencialmente, e, quando possível, pelo estabelecimento de contatos com pessoas de nossos círculos sociais (relações familiares, de amizade ou profissionais), com moradores que fossem indicados por pessoas nossas conhecidas, ou, com empresas de administração residencial que indicassem moradores que pudessem colaborar, isto é, tentamos constituir uma rede de contatos que possibilitasse a entrada nos espaços fechados e de acesso controlado, pois, apenas assim, a pesquisa seria viabilizada. Foi feito, então, esse contato inicial com pessoas já conhecidas ou indicadas, às quais explicamos os propósitos da pesquisa para então seguir adiante com os procedimentos e agendamento das visitas, e, quando não foi possível, tentamos a sorte de ter a boa vontade e a disponibilidade do morador e do síndico, até então desconhecidos, para participar da pesquisa;

2.2.5.) Elaboração de fichas de análise: consiste na elaboração de fichas¹⁶ para facilitar a sistematização de dados, que incluem as categorias de análise do edifício, do apartamento, e, mais enfaticamente da DCE, a fim de registrar: a nomenclatura e o *layout* proposto no desenho original da planta-baixa se houver a obtenção desse documento; a localização do quarto e do banheiro; os meios de acessos para esses cômodos, a forma geométrica e as dimensões espaciais; o conforto ambiental e a presença de janelas; os usos do espaço; a disposição atual do *layout* e mobiliário em uso; a inserção de fotos;

2.2.6.) Elaboração de roteiro de entrevista: consiste na preparação de perguntas aos moradores dos apartamentos selecionados, e, caso possuam, aos empregados domésticos, acerca das percepções da DCE. A realização de entrevistas configura-se como a abordagem qualitativa, na qual se obtém a coleta de dados por meio de entrevista pessoal, sendo indicada para investigar assuntos que, numa abordagem quantitativa, não seriam

¹⁶Modelo de ficha de análise encontra-se nos Apêndices.

suficientemente aprofundados, possibilitando uma análise mais detalhada e consistente (LAY; REIS, 1993). Estabelecemos dois blocos temáticos: 1) perfil do (s) entrevistado(s); 2) questões abertas acerca da DCE, para o grupo dos moradores, enfatizando o ponto de vista enquanto proprietários e /ou usuários do apartamento, relacionando as formas de habitar com a função que a DCE assume no interior da residência, e, para grupo dos trabalhadores domésticos, as percepções enquanto usuários da DCE, enfatizando suas necessidades e modos de usar esse cômodo;

2.2.7.) Verificação dos procedimentos metodológicos pelo Comitê de Ética da UFPB: antes de prosseguir com a pesquisa de campo, foram obrigatórias a elaboração e a apresentação de documentos exigidos pelo Comitê de Ética da UFPB, a fim de verificar se os procedimentos metodológicos estavam de acordo com as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Segundo os requisitos das normas, foram preparadas: 1) carta de anuência dirigida ao síndico do edifício a fim de solicitar a permissão para a realização da pesquisa no interior do edifício, que, obrigatoriamente, segundo as normas da resolução nº510 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), deveria possuir a assinatura do síndico ou da empresa responsável pela administração do edifício, como também do carimbo do edifício; 2) termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)¹⁷ para o morador e, no caso de existência, ao trabalhador doméstico que habite a DCE ou usuário deste cômodo. Desta forma, alguns contratempos tiveram que ser superados: 1) a dificuldade de se obter o documento de forma imediata, pois alguns não moravam no edifício ou não se encontravam em horários acessíveis, portanto, para obtê-lo, de forma mais ágil e mais segura, foi necessária a intervenção do morador para explicar para o síndico que a pesquisa já havia sido realizada previamente, e, assim, conseguir a assinatura sem maiores formalidades; 2) a exigência obrigatória do carimbo do edifício demandou gastos e tempo não previstos devido à confecção deste item, já que, alguns síndicos não possuíam o carimbo; 3) a revelação de conflitos desconhecidos e pré-existentes entre síndico e moradores ocasionou a inviabilidade de realizar a pesquisa em alguns edifícios ou unidades habitacionais, visto que ambos deveriam concordar com a participação, resultando em rejeição, desistências, troca do edifício ou substituição do morador para realizar a pesquisa com o próprio síndico, também morador do condomínio de apartamentos;

¹⁷Este termo garante a cientificidade da pesquisa, além da completa isenção de custos ou riscos de qualquer ordem que venham prejudicar o entrevistado, incluindo o seu anonimato, permitindo que as informações obtidas durante a interlocução sejam divulgadas em meio científico, desde que mantidas as garantias propostas no TCLE (FERNANDES, 2013).

2.2.8.) *In loco*: as visitas realizadas traduzem-se como a parte mais instigante da pesquisa. Elas trazem a oportunidade de conhecer *in loco* as unidades habitacionais que compõem a história viva¹⁸ da verticalização residencial em João Pessoa. Essa etapa possibilita uma análise mais aprofundada da DCE, pois há a revelação de aspectos que não são demonstrados e perceptíveis em planta-baixa devido à limitação inerente deste tipo de representação. Consequentemente, a realidade, por esse meio, não pode ser descrita na dimensão do observador, em uma escala humana (GEHL, 2013), e, portanto, perde seu significado subjetivo. Zevi (2009) destaca a importância da quarta dimensão na arquitetura, enfatizando o seu carácter dinâmico, que convida o observador a interagir e percorrer¹⁹ o espaço interior, criando, assim, sua própria vivência e compreensão através de um “deslocamento sucessivo do ângulo visual”. Inicialmente, escolhemos duas alternativas para a realização da primeira etapa: 1) entrou-se em contato com o morador, previamente já conhecido nosso ou indicado; no primeiro contato, foi explanado do que se tratava a pesquisa e foram descritas as etapas de participação, para então, marcar-se um dia e um horário para a realização da visita; 2) entrou-se em contato com empresas de administração residencial, indicadas por moradores conhecidos nossos, para que elas indicassem pessoalmente os moradores de outros edifícios que pudessem colaborar, proporcionando a sensação de segurança aos moradores que ainda não conhecíamos, e, consequentemente, facilitando a entrada em novos edifícios. Uma vez estabelecido o contato com o morador, seguimos adiante com a segunda etapa, que se trata propriamente da entrada no edifício, realizada de forma estratégica, pois a visita não seria como pesquisador, mas como convidado do morador, o que agilizou a execução dessa etapa, já que se esperava que primeiramente se entrasse em contato com o síndico do edifício através de uma carta de anuência, para então, obter a indicação de algum morador que estivesse disposto a participar, ou, divulgá-la para que algum interessado entrasse em contato por si só. Algumas visitas foram realizadas com a presença da figura materna de quem realizava a pesquisa, a fim de dar mais confiança e credibilidade ao pesquisador, devido à questão do gênero e da idade. Em paralelo, foi verificado o quanto de diversidade espacial, do emprego de tecnologias e de tendências arquitetônicas que vêm modificando-se, além da subjetividade que as unidades habitacionais podem revelar. Desvendar os usos, as apropriações e a intimidade do quartinho

¹⁸Refere-se aqui como a oportunidade de vivenciar e registrar o objeto de estudo em sua forma espacial original, e não apenas estudá-lo por planta-baixas ou livros, se trata também de ter o contato direto com os usuários (moradores, porteiros, síndicos, administradores), deles se obtém os testemunhos desde a construção do edifício, além da extração de dados sobre os acontecimentos e experiências subjetivas que marcaram a história do edifício e da cidade.

¹⁹Segundo o autor, “em arquitetura é o homem que se movendo no edifício, estudando-o de pontos de vista sucessivos, cria, por assim dizer, a quarta dimensão dá ao espaço a sua realidade integral” (ZEVI, 2009, p. 23).

no interior das residências exige, além do reconhecimento dos vários ambientes e das suas funções, analisar o modo como este espaço é utilizado e equipado efetivamente, o que nem sempre, na maioria dos apartamentos visitados, corresponde às propostas indicadas em sua origem. Eles refletem o novo estilo de morar contemporâneo, atendem às necessidades de seus usuários. As visitas foram compostas de três etapas:

2.2.8.1.) Medição: realizou-se o levantamento físico da DCE (quarto, banheiro e janelas), utilizando trena eletrônica e trena convencional, a fim de verificar e registrar suas dimensões espaciais e identificar possíveis modificações e reformas. A reunião de dados buscou responder se a DCE, nas habitações multifamiliares, vêm ou não, diminuindo em qualidade espacial;

2.2.8.2.) Registro fotográfico e registro de vídeo: utilizando-se a câmara fotográfica, em um primeiro momento, os espaços a partir de suas 4 arestas ou em ângulos que favorecessem uma maior percepção do interior da DCE. Posteriormente, filmou-se o ambiente em 360°, a partir do centro do mesmo, a fim de obter o registro de forma mais abrangente do quartinho. Os dados revelam as apropriações, as disposições de mobiliários e os usos que este espaço passa a assumir nas variações do morar contemporâneo em cada apartamento;

2.2.8.3.) Entrevista pessoal: foi elaborado previamente um roteiro de entrevistas com a abordagem dirigida e perguntas abertas (item 2.2.6.), guiado pelo procedimento de Saleiro Filho (2001) e Souza (1991), em que a sua realização coincide com a visita *in loco*, mediante a apresentação do TCLE e do certificado emitido pelo Comitê de Ética da UFPB (item 2.2.7.). Primeiramente, deu-se a explicação prévia sobre os propósitos da pesquisa aos entrevistados, moradores e trabalhadores domésticos, com ênfase no compromisso de não os identificar, a partir da etapa de transcrição da entrevista, juntamente com o pedido de autorização para gravá-la em equipamento digital, expressando, ao final das explicações, disponibilidade para tirar qualquer dúvida que ainda restasse em relação às razões da pesquisa. Por meio da formação de um grupo suficientemente diversificado e representativo²⁰, relativizou-se um perfil dos entrevistados, em que os dados levantados auxiliaram na reconstituição das próprias falas, possibilitando compreender o seu contexto e as suas práticas espaciais;

²⁰As características dos entrevistados (como por exemplo, o perfil familiar) influenciam muito as respostas (interesses, condições etc;).

2.2.9.) Transcrição das entrevistas e anotações de campo: a primeira etapa trata-se da transcrição do áudio das entrevistas. Ela ocorreu de forma lenta, criteriosa e revisada, certificando a correspondência entre o áudio e o texto transcrito. A segunda etapa revela tudo aquilo que não foi registrado formalmente em áudio ou em vídeo. Trata-se da elaboração de relatório de campo imediatamente após a entrevista, para registrar as observações particulares feitas pelo pesquisador, com base no seguinte roteiro: 1) identificação (espaço residencial e cidade, data e horário); 2) perfil da família e do trabalhador doméstico; 3) perfil da residência e da DCE; 4) outras observações que compõem o registro de fontes diversas (falas não gravadas dos entrevistados, porteiros, entre outros), que revelam as percepções, as aspirações, os incômodos, os conflitos, as histórias do edifício, da vizinhança, pessoais, etc.;

2.2.10.) Pesquisa arquivista de acervo técnico: a coleta de dados do acervo técnico dos apartamentos selecionados iniciou-se no levantamento bibliográfico (item 2.2.2.), nos quais foram localizados os dados e as plantas baixas dos primeiros edifícios residenciais em João Pessoa. Os exemplares das décadas de 1970 a 2000 exigiram recorrer à pesquisa no setor de Arquivo Central da PMJP, o que demandou consultar os anuários dos livros de ementas, isto é, verificar a listagem anual dos “habite-se”, composto dos endereços de todos os imóveis concluídos na cidade em um determinado ano, além do trabalho de decifrar as caligrafias, já que o livro é manuscrito e algumas páginas estão rasgadas ou deterioradas, para, então, localizar o número do processo e tentar encontrar a pasta que poderiam estar os arquivos procurados. Contudo, o acervo do Arquivo Central da PMJP está incompleto, pois parte dos processos públicos arquivados foram perdidos ou são inexistentes. Então, quando não localizados, recorreu-se às construtoras e ao cartório, para que fossem feitas as complementações necessárias na localização das plantas-baixas. Procurou-se, também, os síndicos dos edifícios, os proprietários dos apartamentos selecionados e ao corpo de bombeiros, porém, não se obteve êxito com esses últimos grupos. Nos casos de inexistência de acervo técnico após a pesquisa em todas as fontes disponíveis, foi necessária a medição *in loco* de todo o apartamento, utilizando trena eletrônica e trena convencional, para então, fazer o redesenho no programa AutoCad. Em contrapartida, quando se obteve êxito no acesso ao acervo técnico das plantas-baixas originais ou cópias dos originais, foi realizada a digitalização das mesmas por escaneamento. O acesso a esses documentos possibilitou verificar se as medidas do projeto correspondem ao espaço construído, além de identificar possíveis reformas e facilitar à representação da unidade habitacional;

2.2.11.) Tratamento de imagens: semelhante ao item 2.1.3.;

2.2.12.) Análise: após a realização de todas as etapas anteriores, e, conseqüente, aquisição de dados bibliográficos e de acervo técnico, foi possível indicar as transformações espaciais da DCE por década. O diagnóstico resultou numa tabulação quantitativa das categorias de análise da ficha dos apartamentos, possibilitando a comparação dos parâmetros entre si, e, a relação entre os dados qualitativos das entrevistas, avaliando-se o conjunto, mas também individualmente. Em paralelo, verificou-se se a legislação, relacionada à DCE, vigente da época da construção do edifício foi atendida, assim como, dos usos atuais que este cômodo assumiu que implicam na diversificação do morar.

A terceira linha de ação corresponde à investigação da DCE nas habitações multifamiliares da cidade de João Pessoa (PB) no século XXI. A metodologia de análise da terceira etapa basicamente possui a mesma estrutura da fase anterior, com algumas mudanças na seleção das unidades habitacionais e na sua relação com obras audiovisuais. Ao final, foi possível compreender como se configura a DCE atualmente, além de organizar e avaliar os dados quantitativos e qualitativos, de forma a colocar em validade a hipótese da pesquisa, que supõe que espaço da DCE tende a não desempenhar sua designação anterior de dormitório para o trabalhador doméstico, além de apresentar dimensões reduzidas em relação à produção do século XX.

3.1.) Pesquisa bibliográfica - contemporaneidade na habitação multifamiliar: busca de estudos que abordem a diversificação do morar no século XXI, a tendência das habitações multifamiliares compactas e as implicações que as leis trabalhistas desempenham na DCE, a exemplo das pesquisas de Cabrita (1995) e Brandão (2002);

3.2.) Pesquisa bibliográfica - contemporaneidade na habitação multifamiliar em João Pessoa: compreende a busca de estudos acerca de projetos de habitação multifamiliar, processo de expansão urbana, verticalização e especulação imobiliária, podendo citar as pesquisas de Diniz, Y. (2013); Fernandes (2013); Nóbrega (2011);

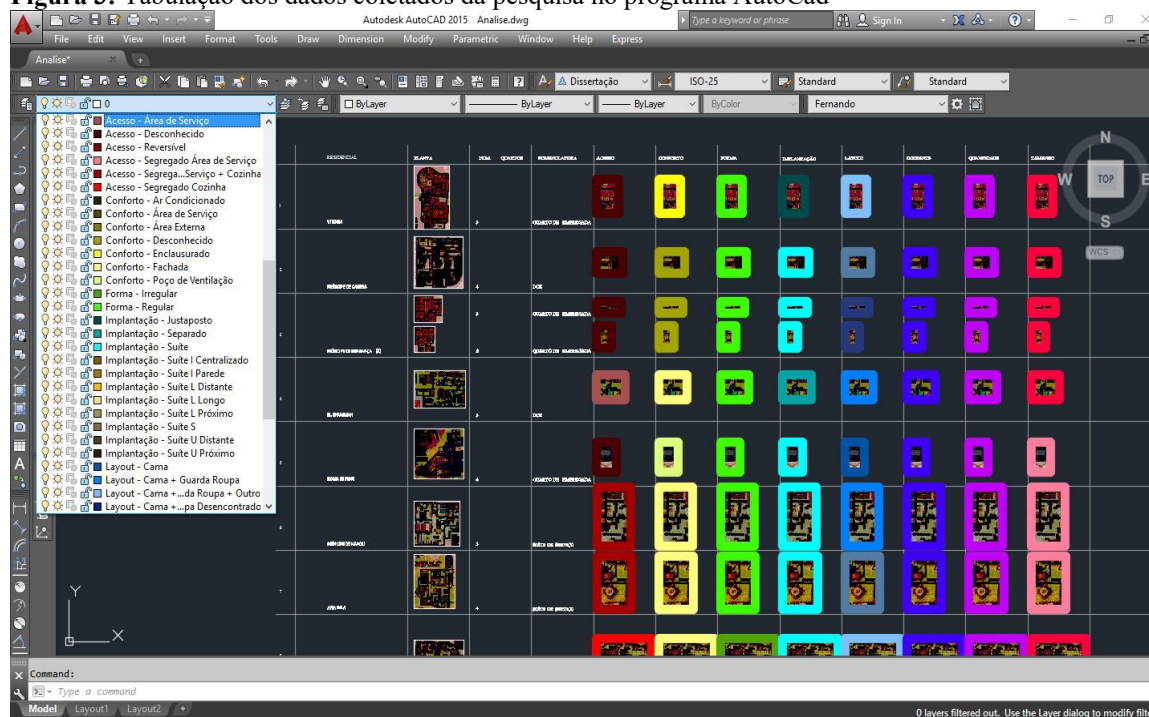
3.3.) Seleção da amostragem dos apartamentos: o critério de seleção priorizou uma amostragem qualitativa, isto é, uma variedade de tipologias de apartamentos com DCE na cidade de João Pessoa que tenham sido projetados no século XXI, entre 2001 a 2015, a fim de estudar os aspectos da espacialidade e das inserções diferenciadas que a DCE pode assumir no projeto arquitetônico residencial, isto é, escolheu-se apartamentos não por bairros

ou por ano de construção, mas pela variedade que eles poderiam apresentar nas categorias de análise no item 2.2.5.;

3.4.) Pesquisa arquivista de acervo técnico - parte 1: buscou-se a planta-baixa humanizada, isto é, com *layout* incluso, dos lançamentos de edifícios com DCE para compreender a concepção desse espaço, a destinação para o tipo de público e suas limitações espaciais. Para tanto, foram feitas pesquisas sistematizadas nas seguintes fontes a fim de se obter o acervo técnico: construtoras foram visitadas, as 13 construtoras que mais se destacam no mercado imobiliário na cidade. Contudo, nenhuma delas teve o interesse em disponibilizar o acervo gráfico, além do que já constava no *website*, restrito aos anos de 2013-2015 e futuros lançamentos. Recorreu-se também a corretores imobiliários – dois corretores foram consultados, mas os acervos se assemelham ao mesmo conteúdo dos *websites* das construtoras –; jornais, única solução disponível para se obter dados anteriores ao ano de 2013. Dos quatro principais jornais de grande circulação na cidade (A União, Correio da Paraíba, Jornal da Paraíba, O Norte), que tiveram seus conteúdos analisados, percebeu-se a maior incidência de propagandas de lançamentos de apartamentos nas seções dos classificados e de publicidade do Jornal Correio da Paraíba, e, portanto, foi o escolhido como a principal fonte de pesquisa, compreendendo o recorte temporal de janeiro a dezembro de 2001-2013. O acesso aos jornais sofreu com condicionantes e limitações: o acervo do Arquivo da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC) possui todos os volumes, em meses e anos, correspondentes ao recorte temporal da pesquisa, todavia, a instituição ao realizar a encadernação dos seus volumes, faz previamente a seleção do seu conteúdo e descarta os classificados, assim, inviabilizou a pesquisa nessa instituição; Fundação Casa José Américo (FCJA) possui a hemeroteca com um vasto acervo de jornais, onde foi feita a maior parte da coleta de dados, contudo o acervo não consta os anos de 2005 e 2006, enquanto do ano de 2007 adiante, a seção dos classificados passou a não ser inclusa na encadernação dos volumes. Tomou-se por fonte, além de tudo o que fora listado, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), do qual foram consultados os anos correspondentes a 2005 até julho de 2006, o restante dos meses desse último ano não consta no acervo da instituição; o Arquivo do Jornal Correio da Paraíba, última solução encontrada, partindo da fonte primária para completar a obtenção de dados ainda não coletados, mas evitada desde o princípio devido à burocracia ao acesso do acervo privado, felizmente após muitas tentativas, teve-se a sorte de encontrar funcionários com boa vontade, que disponibilizaram os jornais impressos referentes a agosto a dezembro de 2006, enquanto a seção dos classificados dos anos de 2007 a 2013 foi entregue integralmente na versão digital;

3.5.) Tabulação e análise dos dados: devido ao grande número de edifícios (180) e de suas variantes na tipologia de unidades habitacionais (248) que precisariam ser categorizadas (do bairro: quantidade de edifícios multifamiliares com DCE por bairro; do edifício: identificação, número de quartos do apartamento + DCE; da DCE: nomenclatura, acesso, conforto ambiental, forma geométrica, implantação, *layout* e tamanho). Foi necessário utilizar o programa de desenho arquitetônico AutoCad, que possibilitou desenvolver um quadro, incluir e categorizar todos os dados coletados por *layers* (camadas) individualizados, cujo procedimento facilitou na formatação e na contagem automática, geral e por categoria de análise (figura 3). Recorremos à base teórica-metodológica desenvolvida por Laurence Bardin (1995), por apresentar, nesse estudo, um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, no âmbito de campanhas publicitárias de imóveis residenciais, expressas através da representação gráfica:

Figura 3: Tabulação dos dados coletados da pesquisa no programa AutoCad



Legenda

Bairro

Nº	
Nome do residencial	
Planta baixa do apartamento	
Nº de quartos do apartamento	1
	2
	3
	4
	5
	DCE
Nomenclatura	Ausente / Inexistente
	DCE
	Dependência
	Dependência de Empregada

	Dependência de Serviço
	Depósito
	Quarto
	Quarto de Empregada
	Quarto de Serviço
	Quarto Reversível
	Reversível
	Suíte de Empregada
	Suíte de Serviço
Acesso	Área de serviço
	Reversível
	Segregado – Área de Serviço
	Segregado – Área de Serviço + Cozinha
	Segregado – Cozinha
	Sem representação de portas / Desconhecido
Conforto	Aberturas – Área de Serviço
	Aberturas – Circulação Externa
	Aberturas – Enclausurado
	Aberturas – Fachada
	Aberturas – Poço de Ventilação / Iluminação
	Aberturas – Sem representação
	Acústica – Proximidade com Áreas Técnicas
Forma Geométrica	Irregular
	Regular
Implantação	Justaposto ao banheiro
	Separado do banheiro
	Suíte
Layout	Cama
	Cama + Guarda Roupa
	Cama + Guarda Roupa + Outro Mobiliário
	Cama + Módulo / Criado-mudo
	Sem representação / Vazio
Nº de Ocupantes / Camas	1
	2
Quantidade no Apartamento	1
	2
Tamanho	Grande
	Médio
	Pequeno

Fonte: Acervo de Fernando Morais (2016).

3.6.) Verificação dos procedimentos metodológicos pelo Comitê de Ética da UFPB: mesmo procedimento do item 2.2.7., sendo aplicadas as mesmas fichas de análise (item 2.2.5.) e roteiro de entrevista (2.2.6.);

3.7.) *In loco*: mesmo procedimento do item 2.2.8.e demais subitens;

3.8.) Transcrição das entrevistas e anotações de campo: mesmo procedimento do item 2.2.9.;

3.9.) Pesquisa arquivista de acervo técnico - parte 2: buscou-se a planta-baixa técnica no Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a fim de confrontar as medidas, o *layout* e a nomenclatura da DCE com os dados coletados nos anúncios dos lançamentos de apartamentos nos classificados dos jornais em relação ao que foi encontrado nas visitas *in loco*. Destacamos que decidimos preservar a autoria dos projetos, isto é, os arquitetos, assim como a identificação das construtoras no século XXI, por questão de ética, pois esta pesquisa não tem como objetivo denunciar e difamar os mesmos. Deste modo, apenas os nomes dos edifícios foram enunciados.

3.10.) Análise: mesmo procedimento do item 2.

CAPÍTULO II

A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA DA DCE

“Dormindo em cada quarto / em toda
cozinha / em toda casa-grande / na
casa da vizinha / em cada senzala
armada / Medo e os fantasmas de todo
corredor” (“Medo”, de Márcia Castro,
2007).

Iniciamos o segundo capítulo com o percurso temporal da arquitetura doméstica paraibana, a fim de compreender o processo de transformação, os aspectos estruturadores, as reminiscências, ou, as rupturas, que ocasionaram as atuais configurações sócioespaciais do objeto de estudo, a dependência doméstica, na habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa no século XXI.

Para tanto, fez-se necessário pesquisar as origens do cômodo destinado ao trabalhador doméstico, a partir de Reis Filho (2014), “Quadro do arquitetura no Brasil”, complementado por Lemos (1996) em “História da casa brasileira”, e, mais enfaticamente, no livro intitulado “Cozinhas, etc.” (1978), que apresenta importantes informações do conhecido quartinho. Outros autores também contribuíram com conhecimentos gerais, como Veríssimo; Bittar (1999), e a coletânea “História da vida privada no Brasil” (1997 - 1998, 4 Volumes), enquanto outras fontes foram mais pontuais segundo as delimitações propostas, como Gomes (1990, 2002, 2007) no período colonial pernambucano, e, Homem (1996), no século XIX paulistano. Assim, foi possível construir a síntese das características regionais da DCE na historiografia da arquitetura brasileira. Em paralelo, o estudo da arquitetura paraibana é apresentado através das pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal da Paraíba, com destaque para a coletânea de textos pertencentes ao livro “Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa” (2016), que traz as particularidades da arquitetura residencial da capital da Paraíba do século XVII até o início do século XXI. A reunião das fontes permitiu visualizar o diálogo entre os exemplares residenciais locais com os de outras regiões do País, evidenciando os tipos arquitetônicos que a DCE pode assumir.

A análise deu-se a partir do surgimento da moradia coletiva de alta renda, o edifício de apartamentos, na cidade de João Pessoa em 1957. O conteúdo foi então dividido em duas partes. A primeira é a mais abrangente do ponto de vista do seu recorte temporal. Corresponde ao período colonial rural e urbano até meados do século XX, coincidindo com a época da expansão da cidade e com as transformações no *modus vivendi* da sociedade. Já a segunda, traz a inserção da DCE na habitação multifamiliar até o final do século XX, onde são introduzidos os primeiros exemplares na cidade e, portanto, há o aprofundamento na busca da identificação da produção das formas e dos modos de habitar o quartinho durante a modernização da capital paraibana, mas também no registro das suas atuais condições. Em ambas as partes tentou-se ilustrar, por meio de plantas baixas e fotos, as transformações desse cômodo durante as décadas no século XX, considerando que, durante a pesquisa foram

encontradas algumas plantas, até então não analisadas, de casarões do século XX, que contribuem no registro e na salvaguarda do acervo arquitetônico residencial na cidade.

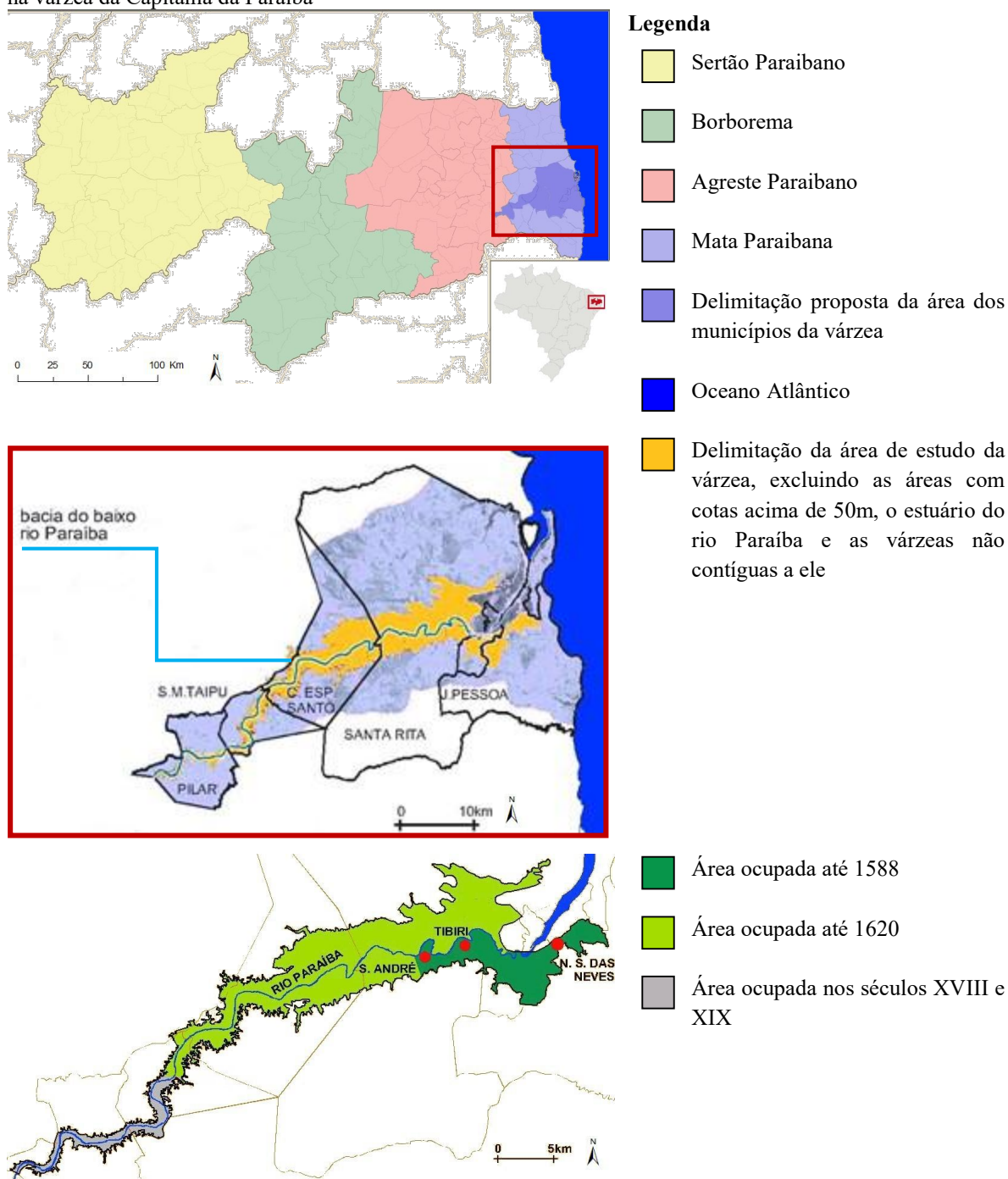
2.1. O panorama da habitação unifamiliar: da senzala aos casarões de meados do Século XX

A colonização portuguesa na Paraíba ocorreu por meio do acordo de paz firmado com os índios da tribo Tabajara, em 5 de agosto de 1585, permitindo aos colonos o acesso à margem sul do rio Paraíba, o que possibilitou dominar e fortificar o entorno deste rio para combater o comércio dos franceses, como também defender contra os ataques dos índios da tribo Potiguara, na margem norte, além de oferecer apoio para a segurança às capitanias de Pernambuco e Itamaracá, povoar e dar suporte à ocupação da costa setentrional do Brasil e explorar o território para o desenvolvimento da cultura do açúcar. Assim, ocorreu a fundação da cidade real de Nossa Senhora das Neves, cerca de três meses depois do acordo, com propósitos de exercer funções defensivas, administrativas, econômicas e sociais, numa área de planície elevada, próxima ao rio Sanhauá, com abundância em recursos naturais como fontes de água doce e pedra para cantaria e produção da cal (MOURA FILHA, 2016).

Na falta de estradas carroçáveis, eram os rios que possibilitavam o escoamento da produção açucareira. Por isso, as primeiras ocupações deram-se sobre as várzeas dos rios. Assim, em paralelo à ocupação urbana, iniciava-se a estruturação da ocupação rural de toda a várzea, rio Paraíba acima, onde a cultura do açúcar teria uma expansão rápida até a segunda década do século XVII (mapa 1), devido às suas vastas dimensões, fertilidade da terra e proximidade de fontes d'água, seria a solução espacial e econômica necessária para superar as dificuldades de força motriz e de transporte para a fabricação de açúcar, e, por conseguinte, desempenharia, durante três séculos, o ápice da produção e a exportação dessa atividade nesta região. Esta prática estava indissociavelmente ligada à vida da maior parte da população paraibana, e, conseqüentemente, era motivo da inserção dos engenhos.

Contextualiza-se que os engenhos localizavam-se em territórios de grandes distâncias e pouquíssimos povoados, logo, isolados, indicando a falta de produtos, que estimulou a produção doméstica de autossuficiência e subsistência, bem como a ligação dos habitantes ao universo da produção açucareira, a utilização e a dependência de mão de obra escrava e a indistinção entre a vida pública e privada antes do final do século XVIII e início do XIX, com a incorporação da hospitalidade ao visitante (ALGRANTI, 1997):

Mapa 1: Mapa da mesorregião do Estado da Paraíba, com destaque para a delimitação espacial proposta por Juliano Carvalho (2005a; 2005b) acerca da expansão inicial da atividade açucareira e dos primeiros engenhos na várzea da Capitania da Paraíba



Fonte: Wikipédia (mapa da mesorregião do Estado da Paraíba); Carvalho, J. (2005a, p. 5 e 53). Editado por Fernando Morais.

O conjunto arquitetônico dos engenhos nos primeiros séculos de colonização era essencialmente composto por quatro edifícios: a casa-de-engenho ou moita (edifício da fábrica), a senzala (alojamento dos escravos), a casa-grande - casa nobre - vivenda (sede e residência do proprietário) e a capela, podendo conter edificações complementares como currais, oficinas, depósitos e anexos cobertos, que também delimitavam o espaço doméstico. As edificações apresentavam-se como construções isoladas, independentes e dispersas,

gravitando ao redor da casa-grande, com possibilidades de justaposição. Esses edifícios modificaram-se ao longo dos séculos e, por vezes, apresentaram particularidades regionais. Por sinal, a setorização e a composição espacial, em todas as épocas e regiões, sempre revelaram a hierarquia social do engenho. Segundo Lins (1999, p. 48-59), o primeiro engenho da capitania foi nomeado como Tibiri de Baixo, enquanto o segundo chamou-se Santo André, sendo construído entre 1587 e 1588.

Nos engenhos, quando o número de escravos era considerável, erguia-se o alojamento dos escravos, a senzala²¹, adaptação do termo “*sanzala*”, de origem de língua africana (kimbundu), que significa “povoação”, “residência de serviçais em propriedade agrícola” ou “moradia de gente separada da casa principal” (SLENES, 1999, p. 148). Este espaço também é conhecido na literatura como palhoça, cabana, barracão ou barracone, choupana, “o grande pombal negro”, “casa dos negros” ou “casa dos escravos” (ARAGÃO, 2011; AZEVEDO, 1990; SOUZA, 1991), podendo ser designando como apenas um dos cômodos que compunha a senzala ou como habitações individuais, “casinhas isoladas”²², a exemplo da representação do engenho Haarlem, que foi representado no mapa da ilha de Itamaracá (*Caerte van 't eylandt Tamaraca neffens het steedeken Schop ende 't fort Orangien met haer gelegenheide van dien*) no Atlas Vingboons (1665) de Johannes Vingboons, em que consta a indicação, implantação e nomenclatura da casa dos negros, “*negers Huysen*” (mapa 2):

Mapa 2: Mapa da Itamaracá com a nomeação de senzala na legenda



Fonte: Nationaal Archief (2012). Editado por Fernando Morais.

²¹“O vocábulo “senzala”, de origem banto, tardou a se impor. Sheila Siqueira de Castro Faria, historiadora da área canavieira do Rio de Janeiro, informa que “senzala” só se teria generalizado no decorrer do século XVIII, em conexão com o predomínio de africanos daquela procedência” (MELLO, E., 2012, p. 123).

²²“Do plural, não se deve, porém, concluir tratar-se de habitações separadas, pois no português da época “casas” designava os vários aposentos de um único edifício. Não é provável, portanto, que se tratasse de choças individuais reunidas ou dispersas pelo campo” (MELLO, E., 2012, p. 122).

No estudo de Mello E. (2002) é apresentada a indicação dos primeiros indícios do registro das senzalas, tanto nas telas dos pintores nassovianos, em especial de Frans Post, quanto nos relatos de cronistas e viajantes como Tollenare, Vauthier e Avé-Lallemant. Na ilustração de Frans Post ao mapa de Joan Blaeu e Georg Marcgraf intitulado *Praefecturae Paranambucae Pars Borealis una cum Praefectura de Itamaraca* (1647), reproduzido na história do governo de Maurício de Nassau, há a nítida indicação de uma edificação semelhante às longas ocas dos índios brasileiros nas proximidades à uma casa-grande (mapa 3), e, que sugere a existência de um modelo primário da habitação dos escravos (AZEVEDO, E., 1990, p. 157):

Mapa 3: Mapa da Itamaracá com a indicação de uma senzala



Fonte: Lage (2006). Editado por Fernando Morais.

Gomes (2007) especula que, no início da colonização caberia aos escravos construir suas próprias casas, provavelmente choupanas isoladas construídas de taipa de pau-a-pique, segundo a descrição de um engenho na Bahia em 1795: "as senzalas consistiam de cabanas separadas, de paredes de barro e telhado de sapé, ou, mais caracteristicamente, de construções enfileiradas divididas em compartimentos, cada um ocupado por uma família ou unidade residencial" (SCHWARTZ, 1988, p. 125). Posteriormente, no século XVIII, a moradia dos escravos foi (re)agrupada em um único pavilhão composto por um conjunto de pequenos compartimentos conjugados, cubículos em série, dispostos em linha reta, podendo

a fileira ser duplicada ou triplicada, com as portas voltadas para um alpendre fronteiro e contínuo, elemento de uso opcional, assim como a presença de janelas. Ali os escravos eram amontoados, em cômodos com condições de higiene e de habitabilidade inadequadas.

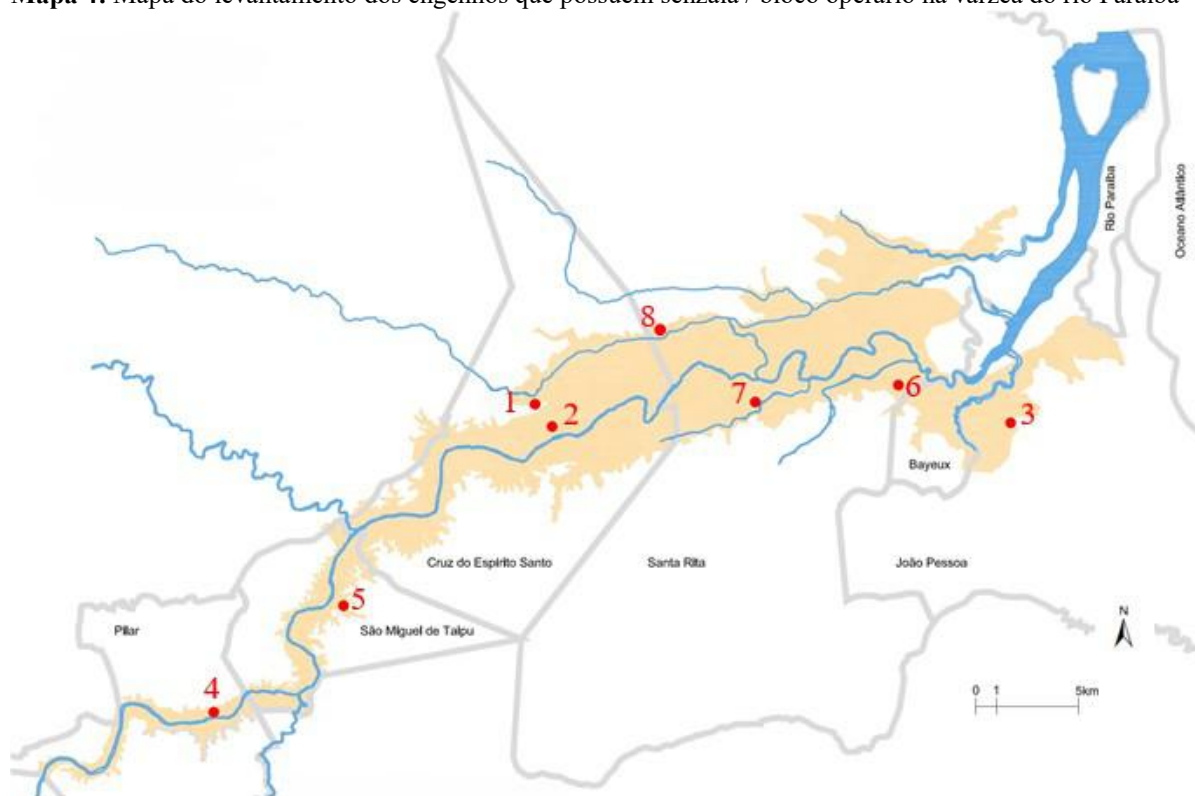
A técnica construtiva utilizada nas senzalas refletia-se na função que elas assumiram, tais como alojamentos, depósitos ou prisões, nas quais as duas primeiras empregavam os materiais menos duradouros e mais frágeis, como a taipa, e a última, composta por elementos de maior resistência, de cal e pedra. O material das paredes divisórias era, geralmente, taipa de pau-a-pique ou tijolos maciços, apoiando diretamente as terças da cobertura e definindo cômodos iguais, com largura de cerca de 3 metros, sem latrina ou cozinha. O telhado do alpendre, quando era inserido, costumava ser concebido por um prolongamento da coberta principal em duas águas. Geralmente o único contato com o exterior era pelas portas apenas durante o turno da manhã, pois à noite elas eram fechadas para evitar a fuga dos escravos, segundo os relatos de Freyre (2003, p. 233): “[...] o tipo de senzala que predominou foi, por motivos de segurança do escravo e garantia contra a sua fuga, o de material mais resistente [...]”. Ainda segundo sua informação, a senzala era construída como [...] “um cubículo junto ao outro, formando um só edifício, fácil de ser vigiado, fiscalizado e guardado, como uma prisão ou um internato. Porta e janela, na frente de cada cubículo [...] ou apenas porta”. Em meados do século XIX, o engenheiro francês Vauthier, que esteve em Pernambuco entre 1840 a 1846, descreveu as acomodações da senzala como:

Difícilmente uma habitação humana poderá ser reduzida à expressão mais simples. A terra nua constitui o seu piso. As dimensões de cada cubículo atingem apenas 3 metros ou 3 metros e meio quadrados. A porta, que abre para a pequena galeria externa, é a única abertura que foi prevista. As paredes são de pau-a-pique. Pequenas estacas de madeira com casca, de 5 a 6 centímetros de diâmetro, fincadas na terra, suportam um gradeado horizontal formando quadrados de 20 a 25 centímetros de lado, cheios de barro grosseiramente alisado pela parte de fora. Nenhum reboco protege esse enchimento, por isso a ação das chuvas e do calor o deteriora logo e provoca ali aberturas suplementares através das quais penetra no cubículo um pouco de luz e de frescura. Cada um desses compartimentos estreitos contém, quer uma família inteira, quer dois ou três celibatários. Esteiras e cobertores de lã verde para a noite; a um canto, uma marmita de terra assentada sobre três pedras formando a lareira; algumas gamelas feitas de cabaças serradas ao meio, tal é o mobiliário que aí se encontra. (VAUTHIER, 1975, p. 91)

Em relação ao tamanho descrito, Gomes (2007, p. 113) corrigiu a tradução do texto de Vauthier através da medição de uma planta baixa em escala gráfica apresentada no documento original, ressaltando que na realidade “os cubículos eram quadrados e tinham, de lado, 3,50 metros, isto é, possuíam 12,25 metros quadrados”. Podemos, assim, intuir que as

habitações dos escravos não foram concebidas e construídas com intenção plástica alguma, enquanto o seu interior, geralmente, resumia-se a “uma esteira, uma cuia ou cabaça e às vezes alguns potes de barro andrajados, eis toda a mobília do lar de um casal negro” (ALGRANTI, 1997, p. 110). Na Paraíba, mais enfaticamente na várzea do rio Paraíba, foi produzido o pré-inventário dos engenhos por Juliano Carvalho (2005a; 2005b), no qual foram identificados os exemplares remanescentes das senzalas (mapa 4):

Mapa 4: Mapa do levantamento dos engenhos que possuem senzala / bloco operário na várzea do rio Paraíba



Legenda

Nº	Município	Denominação	Conservação	Proprietário
1.	Cruz do Espírito Santo	Senzala do Engenho Santa Luzia	C	Usina/ Indústria
2.	Cruz do Espírito Santo	Morada multifamiliar no Engenho Novo	B	INCRA/ Estado
3.	João Pessoa	Ruínas da senzala do Engenho da Graça	D	Usina/ Indústria
4.	Pilar	Senzala do Engenho Corredor	C	Indivíduo
5.	São Miguel de Taipu	Senzala do Engenho Itapuá	C	INCRA/ Estado
6.	Santa Rita	Senzala do Engenho Santo Amaro	B	Indivíduo
7.	Santa Rita	Moradia multifamiliar na Usina São João	B	Usina/ Indústria
8.	Santa Rita	Casa-grande do Engenho Una	C	Usina/ Indústria

Fonte: Carvalho, J. (2005a, p. 68). Editado por Fernando Morais.

O autor afirma que a integridade das senzalas encontradas foi dificultada pelo arruinamento a que chegaram devido à técnica construtiva precária, aos materiais empregados e à solução de continuidade para seu uso, sugerindo que elas deveriam estar sendo sempre reconstruídas, e, portanto, eram concebidas como habitações efêmeras, ainda se assemelhando às estrebarias, além de terem sofrido modificações e suposições em número e tipo de cômodos ao longo do tempo, seguindo um modelo de habitação operária e rural:

[...] a senzala passou por uma transição que [...] em muitos casos, parecem mesmo ser senzalas reformadas para adquirirem um aspecto mais digno. [...] As transformações sofridas são mais do que o aumento no número de compartimentos. Elas compreendem a fusão de unidades e, numa etapa mais avançada de adaptação da tipologia, a reestruturação dos espaços internos. (CARVALHO, J., 2005a, p. 77)

Complementamos a exposição sobre a transformação da senzala com as constatações de Diégues Junior (2006, p. 33), que escreve que, após a abolição da escravatura, este alojamento, quando não foi destruído, passou a se configurar pequenas casas conjugadas, servindo de armazém, depósito, coqueira ou abrigo a trabalhadores instáveis nas vilas-operárias das usinas, que surgiram com semelhança às senzalas. Já no Sertão Paraibano, Diniz, N., (2013, p. 213), indica que, na arquitetura rural vinculada à “indústria do criatório” no século XIX, pouquíssimas fazendas de gado possuíam senzalas, geralmente destinando os escravos aos “cômodos no interior da casa-sede. Quando não, havia quartos na parte posterior da edificação, junto à cozinha, que serviam de repouso para eles”. Assim, evidenciaremos as tipologias mais representativas das senzalas rurais remanescentes no levantamento de Carvalho, J., tomando os exemplares do Estado de Pernambuco como referencial tipológico²³, ressaltando a presença de uma diversidade do emprego de materiais, de localização, de implantação, de forma e de estilos arquitetônicos nas senzalas, que sugere que suas edificações foram erguidas em momentos distintos.

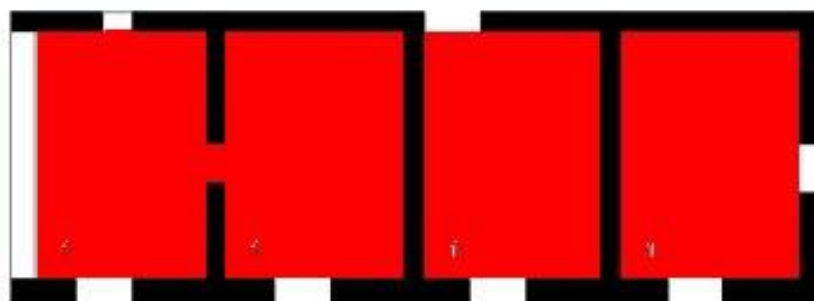
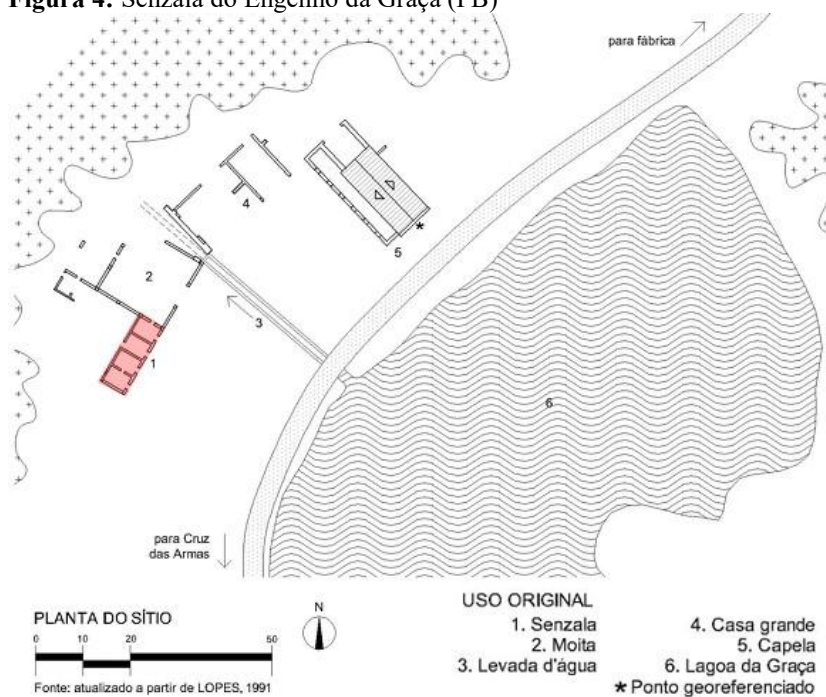
O primeiro tipo de senzala localiza-se no Engenho da Graça, no município de João Pessoa, e apresenta a implantação nas proximidades da moita e distante da casa-grande, caracterizando-se como um alojamento composto de (quatro) cubículos justapostos, dispostos em linha reta, cada um com acesso independente e com poucas aberturas, formando um único pavilhão sem alpendre fronteiro²⁴ (figura 4). Esta disposição de implantação e organização espacial costuma ser uma solução simples e comum nos exemplares de senzalas, contudo, este exemplar destaca-se por ter sido edificado com alvenaria de pedra²⁵, o que conferiu maior resistência e segurança à edificação, embora não fosse um material tipicamente empregado nas senzalas, diferente da taipa de pau-a-pique, e sugere que na região pudesse haver abundância de pedra calcária da pedreira existente na propriedade:

²³O autor afirma que “não se chegou a encontrar nenhum exemplar tão típico quanto os pernambucanos” (CARVALHO, J., 2005a, p. 77).

²⁴A inserção do alpendre na senzala é um elemento de uso opcional.

²⁵Segundo Carvalho, J. (2005a) já foram registrados exemplares pernambucanos de senzalas do século XIX edificadas com alvenaria de pedra.

Figura 4: Senzala do Engenho da Graça (PB)



PLANTA BAIXA

0 1 2 5

Fonte: atualizado a partir de LOPES, 1991



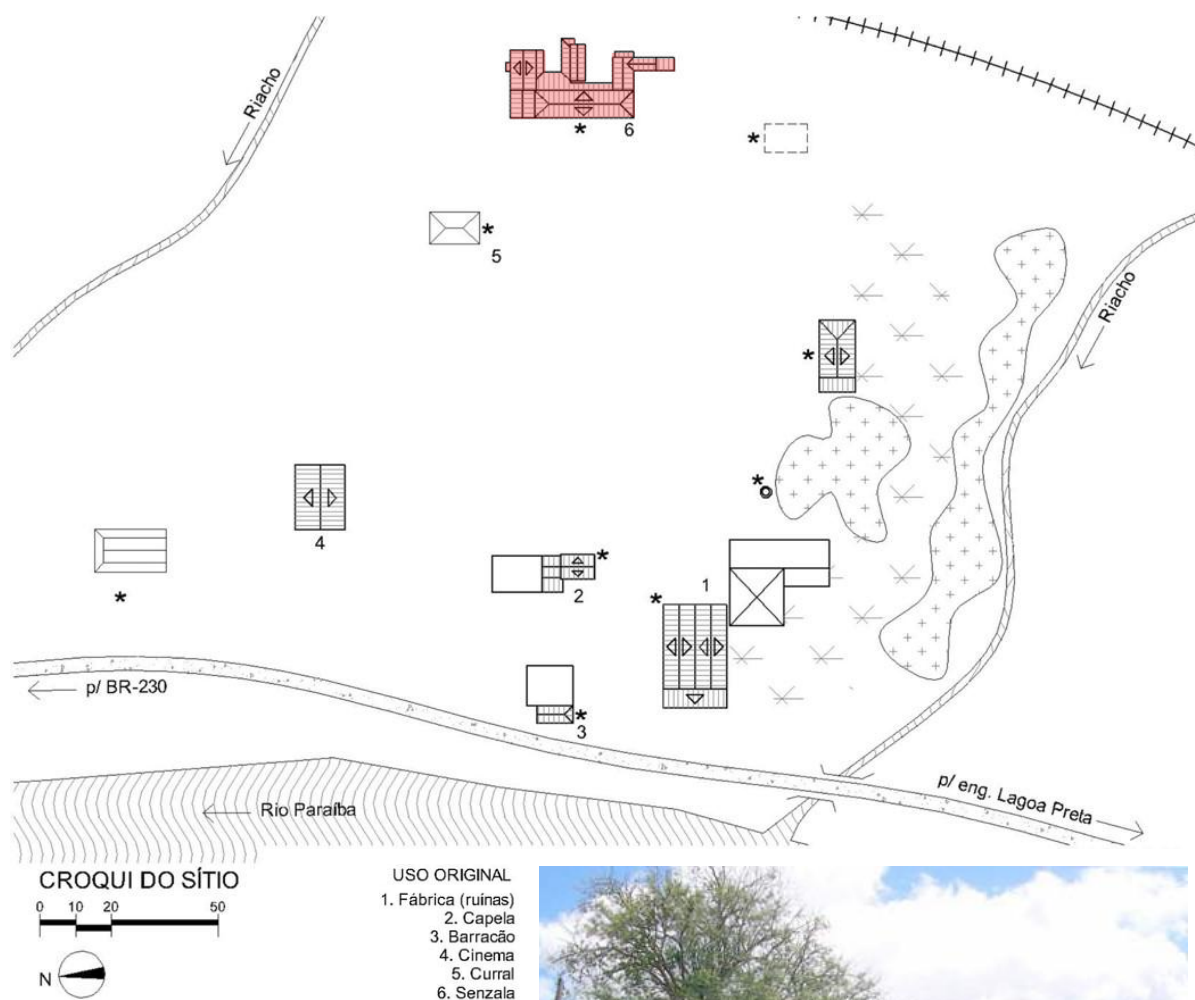
LEGENDA/ USO ORIGINAL

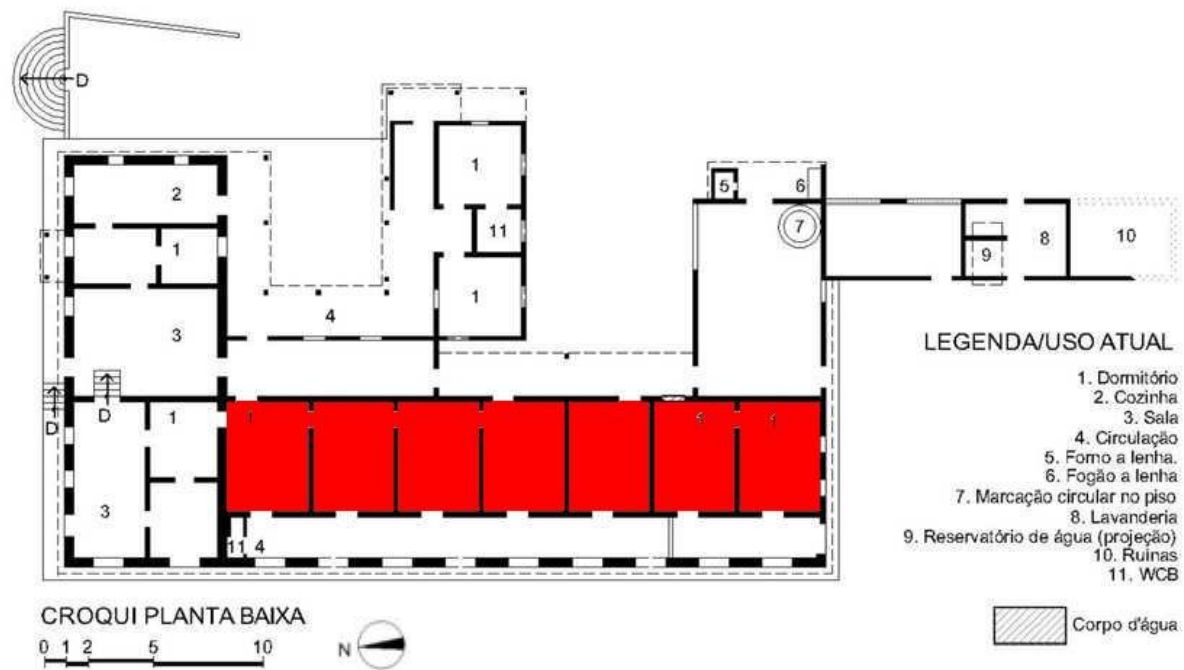
1. Dormitório

Fonte: Carvalho, J. (2005b, p. 1 e 9). Editado por Fernando Morais.

O segundo tipo de senzala está localizado no município de São Miguel de Taipu, sendo inserido no engenho Itapuá, fundado no século XVII. Ele apresenta uma implantação atípica, pois a senzala localiza-se sobre uma colina que se ergue nas proximidades da casa-grande (atualmente demolida), topograficamente em domínio do conjunto. O corpo também se define por um único pavilhão, erguido com taipa de pau-a-pique nas alvenarias do núcleo da senzala composta por cubículos em série que abrem para uma circulação comum, destacando-se pelo aspecto exterior ser melhor cuidado que as demais senzalas, por suas dimensões e pelo programa de atividades, bem mais complexo que o primeiro, embora se considere que os anexos, o alpendre, a cornija, a arcada de alvenaria de tijolos e o piso em tijoleira devam ser posteriores à abolição da escravatura, em fins do século XIX ou nas primeiras décadas do século XX (figura 5):

Figura 5: Senzala do Engenho Itapuá (PB)

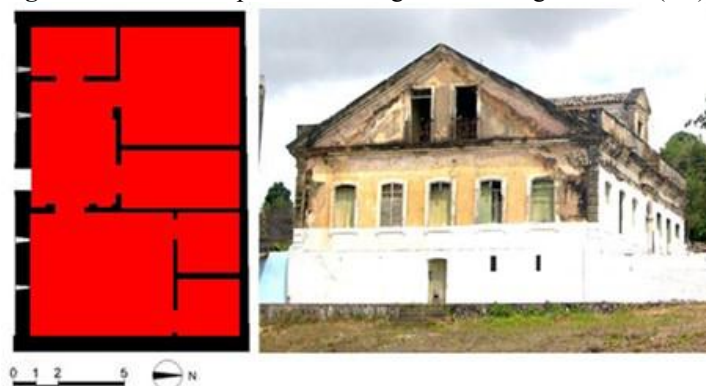




Fonte: Carvalho, J. (2005b, p. 211 e 217). Editado por Fernando Morais.

O terceiro e último tipo de senzala, identificado e caracterizado por Carvalho, J. (2005b), é distinguido pela sua localização ser integrada à casa-grande (figura 6), podendo ser encontradas as variantes nas tipologias de chalé ou de solar. A enxovia²⁶ poderia ser implantada tanto em terreno plano, quanto ser semienterrado e/ou acompanhar o desnível do terreno, como no exemplar do Engenho Una, localizado no município de Santa Rita, que se desenvolve em dois pavimentos mais semi-subsolo, sendo erguido com o mesmo material da casa-grande e com poucas aberturas, garantindo problemas de ventilação, umidade e insalubridade, podendo ou não, se comunicar com o restante da edificação:

Figura 6: Senzala no porão da casa-grande do Engenho Una (PB)



Fonte: Carvalho, J. (2005b, p. 121). Editado por Fernando Morais.

²⁶ Segundo Weimer (2014, p. 209-217), a enxovia era o dormitório-prisão dos escravos negros dentro das casas senhoriais, por questões funcionais e de controle, era localizada no andar térreo ou no pavimento inferior sob a forma de um porão fechado a chave, sendo escuro, úmido e sujo, e, quando indicava o uso doméstico, também poderia ser denominada como o “quarto das negras”.

O uso da senzala, quando aproximado ou anexado à casa-grande, poderia ser identificado como estrebaria, armazém, depósito ou senzala, que abre margem para duas suposições de uso: 1) poderia ser utilizada como a senzala de eito, ou de trabalho, habitada pelos escravos responsáveis pela mão de obra da agricultura, mas também local de aprisionamento e de castigo dos escravos, onde eram inseridos os instrumentos de tortura; 2) poderia ser o espaço destinado à senzala doméstica, ou de dentro, que servia de alojamento²⁷ para as mucamas responsáveis pela execução das atividades domésticas da casa-grande, possibilitando uma maior liberdade de circulação aos deveres domésticos para suas integrantes, geralmente escravas escolhidas a dedo, além de constituir-se como local de exploração sexual das mesmas, “constituindo, às vezes, verdadeiros haréns” (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2010, p. 130). Diante deste contexto, destaca-se que a presença de um sótão ainda denuncia a possibilidade que dividisse espaço com o “quarto de engomar” e com o “quarto das negras”. Ainda nesse cenário hipotético, surgiria possivelmente uma segunda senzala, de eito, construída num pavilhão separado da casa-grande e com materiais menos resistentes. Portanto, como indicado, nem todas as senzalas eram iguais, assim como a circulação aos demais espaços do engenho possuíam restrições, que eram refletidas na relação de atividades, conforme a citação:

[...] mucamas que dormiam no quarto de seus senhores, que levavam recados e faziam parte do séquito familiar quando este saía da casa. [...] Lugar de escravo não era, portanto, somente na cozinha e no eito das grandes fazendas. Eles ficavam em diversos lugares, em diferentes momentos, compartilhavam do cotidiano de seus senhores, ou no trabalho, ou dividindo uma esteira e um pouco de comida com aqueles proprietários mais pobres. (ALGRANTI, 1997, p. 133)

Fica evidente, portanto, que havia uma hierarquia interna em relação ao tipo de atividade desenvolvida, na qual a posição social e de gênero dos cativos era materializada na arquitetura, na setorização e na circulação. Na capital do Estado da Paraíba, nos primeiros anos de colonização, o aspecto das moradas apresentava-se bastante simples, pois, a produção e o uso da arquitetura nos núcleos urbanos coloniais baseavam-se no trabalho escravo, no primitivismo tecnológico, na escassez dos materiais utilizados na Europa e na falta de aperfeiçoamento, conferindo assim, precariedade e agilidade na produção das casas térreas, de tamanho mais reduzido, de taipa e cobertas com palma (GANDAVO, 1980, p. 93).

²⁷ Na “casa urbana” pode ser associado ao “quarto das negras” ou à “cela das mucamas”, espaços destinados às escravas domésticas (WEIMER, 2014).

Antes de dar início à análise da arquitetura residencial que foi produzida em João Pessoa nos três primeiros séculos de colonização, cabe esclarecer a difícil tarefa de realizar os estudos e de encontrar os exemplares, com integridade espacial, que correspondam às diferentes tipologias arquitetônicas que contenham o dormitório destinado aos usuários que realizavam a atividade doméstica. Isto se dá devido às esparsas informações de tempos diversos, às imensas lacunas de dados documentais que antecedem a invasão holandesa; aos edifícios reconstruídos após o período holandês e registros físicos que hoje subsistem na cidade, mas, em geral, muito alterados ou em ruína, proporcionando, assim, trabalharmos com suposições e hipóteses fundamentadas na historiografia da arquitetura brasileira, conforme Moura Filha e Soares (2016) relatam:

A permanência destes edifícios permite conhecer, apenas parcialmente, como foram no passado, uma vez que internamente ocorreram alterações tão radicais que praticamente não possibilitam uma leitura da disposição espacial que tiveram. É quase inexistente, também, qualquer dado documental sobre essas casas, sejam descrições antigas ou levantamentos recentes decorrentes, por exemplo, de projetos de reforma. (MOURA FILHA; SOARES, 2016, p. 40)

Deste modo, assim como em muitos estados brasileiros, o cenário de “total falta de informações e mingua de iconografia elucidadora”, em relação ao programa das primeiras habitações coloniais anunciada por Carlos Lemos (1979, p. 18), também se faz presente na cidade de João Pessoa, permitindo apenas trabalhar com suposições ao visualizar a configuração de fachadas, compreendendo as mudanças que sofreram ao longo do tempo.

Adiante, recorreremos à pesquisa sobre dois sítios históricos que podem possuir os exemplares tipológicos das casas de moradia dos mais privilegiados: o primeiro compreende os bairros do Varadouro e do Centro na cidade de João Pessoa, predominantemente nas principais ruas da cidade até o século XIX: Rua Nova²⁸ (atual Avenida General Osório), Rua Direita (atual Rua Duque de Caxias) e Rua da Areia; o segundo está situado na região do Brejo paraibano²⁹, no topo da Serra da Borborema, na cidade Areia³⁰ (mapa 5), referenciado

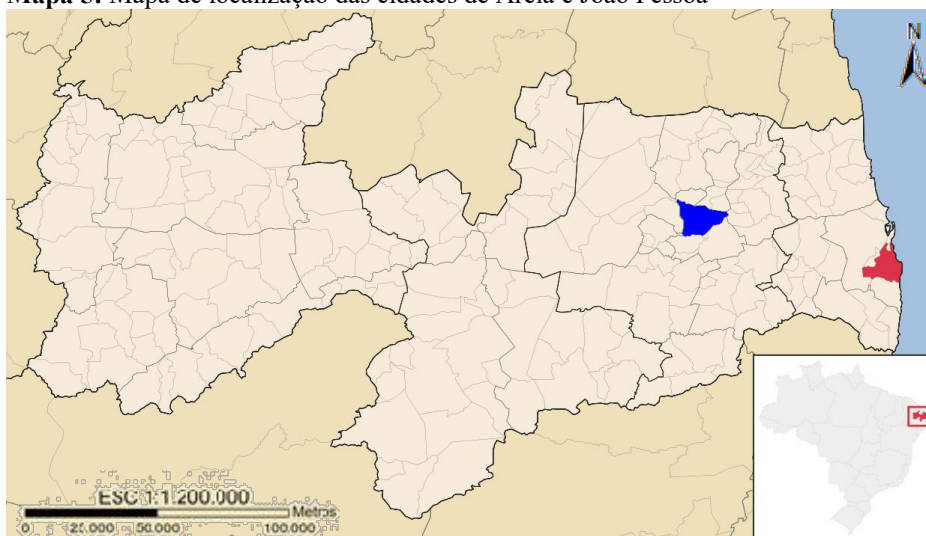
²⁸A Rua Nova foi a primeira artéria aberta na cidade na cidade de João Pessoa, possuindo documentos referentes a “datas de chãos” entre o final do século XVI e os primeiros anos do XVII (MOURA FILHA, 2016).

²⁹A microrregião do Brejo paraibano localiza-se no rebordo oriental do Planalto da Borborema e é uma das 23 microrregiões do estado da Paraíba pertencente à Mesorregião do Agreste paraibano, é composta pelas cidades de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria. O termo brejo “é comumente utilizado para definir áreas altas e úmidas de encostas voltadas para os ventos” (LIMA, 2008, p. 14).

³⁰O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tombou em 2006 o conjunto histórico e urbanístico da cidade de Areia (PB), aproximadamente com 420 imóveis, devido ao seu valor histórico, urbanístico e paisagístico como remanescente arquitetônico dos séculos XVIII e XIX e da paisagem natural que a circunda.

quando não houver representantes arquitetônicos com integridade espacial em João Pessoa (mapa 6):

Mapa 5: Mapa de localização das cidades de Areia e João Pessoa



Legenda

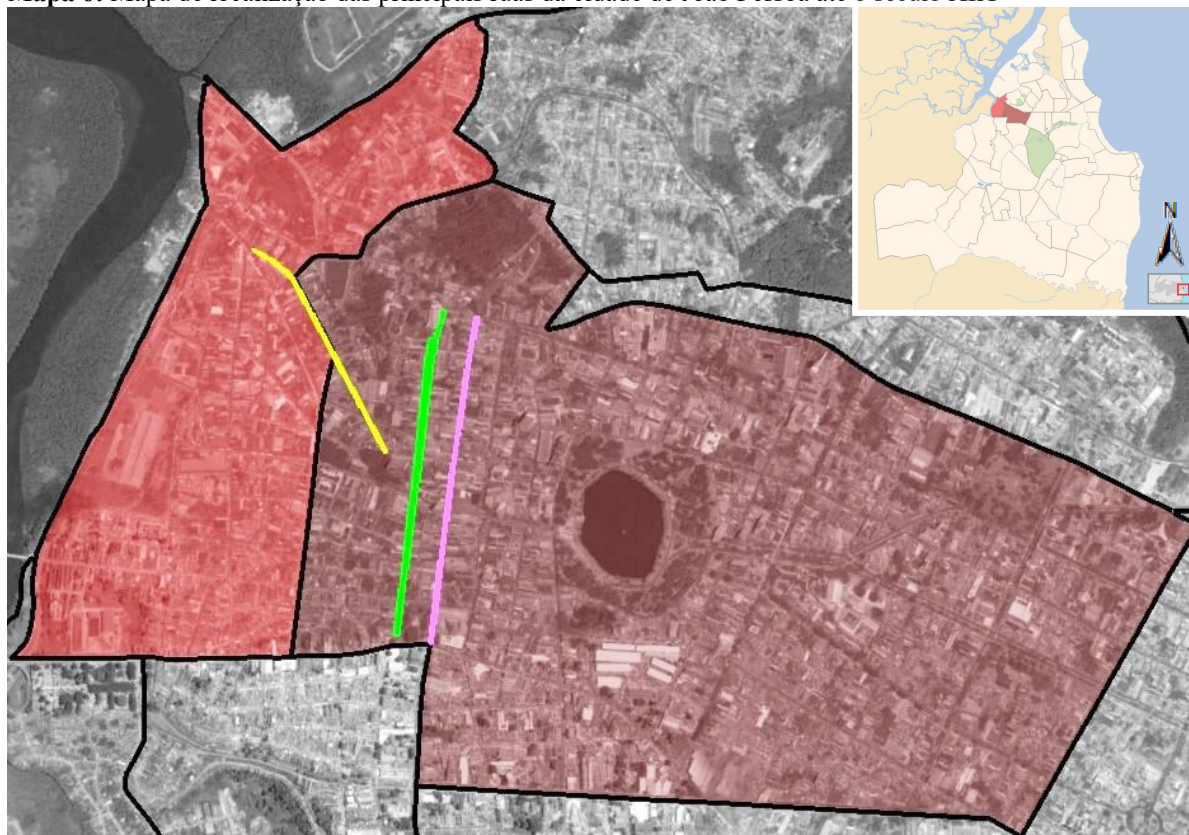
Areia



João Pessoa

Fonte: Wikipédia (mapa do Estado da Paraíba). Editado por Fernando Morais.

Mapa 6: Mapa de localização das principais ruas da cidade de João Pessoa até o século XIX



Legenda



Centro



Varadouro

Avenida General Osório

Rua da Areia

Rua Duque de Caxias

Fonte: Wikipédia (mapa da cidade de João Pessoa) e Google Earth. Editado por Fernando Morais.

A cidade colonial possuía generalizadamente duas tipologias de habitação, de acordo com os estratos sociais: as casas térreas, habitações com características mais simples que simbolizavam a imagem da pobreza³¹, predominante³² nos registros das cidades em função da condição econômica da maioria da população da época, e os sobrados, que se remetiam ao *status* social e econômico das castas com maior poder aquisitivo. Essas diferenças se revelavam no tipo de acabamento de piso: “chão batido” na casa térrea e assoalhado no sobrado (REIS FILHO, 2014, p. 28), mas também na superposição ou distribuição de atividades diferentes dentro de um mesmo cômodo, visto que nas casas simples tudo era feito num mesmo ambiente, enquanto na moradia rica era o contrário (LE MOS, 1996, p. 10).

Predominavam os materiais disponíveis na região – pau-a-pique e taipa de pilão (casas da população dominada), e pedra e cal, adobe, telha, madeira de lei, grade de ferro e tijolos (casas da população dominante) –, que proporcionavam distinção social por meio de construções urbanas residenciais com aspecto espacial uniforme e homogêneo (REIS FILHO, 2014, p. 22), conservando os recuos: a) frontal: sobre o alinhamento das vias públicas com testada estreita e grande profundidade em relação às principais vias de acesso, proporcionando plantas retangulares; b) laterais: empenas laterais coladas justapostas, geminadas ou conjugadas nos limites dos lotes vizinhos, resultando em lotes contíguos que cediam à sua “individualidade plástica da fachada para se integrar na composição da arquitetura da cidade” (GOMES, 2002, p. 126). Apesar da multiplicidade de perfis dos habitantes e dos núcleos familiares, o programa de necessidades das casas apresentava-se muito reduzido. Ademais, o urbanismo na colonização, até o século XVIII, era oficialmente padronizado para garantir a fidelidade da aparência medieval-renascentista portuguesa através das exigências normativas das Cartas Régias ou das posturas municipais, conservando, assim, os aspectos de implantação, construção, distribuição interna e aparência externa (fachadas), atribuindo uniformidade e monotonia ao partido arquitetônico, embora não descartasse as complementações espontâneas de influências indígenas e das adaptações ao gosto dos colonos quanto ao modo de morar (REIS FILHO, 2014, p. 24).

As casas térreas, casas de vendas ou tendas de artesão eram consideradas como “meio-termo entre o sobrado e o mucambo” (FREYRE, 2003, p. 555), isto é, estavam em um nível sócioespacial intermediário, habitadas pela pequena burguesia, composta por “artífices

³¹Em relação ao *status* de pobreza, a casa térrea ainda se apresentava superior sócioespacialmente aos mucambos.

³²“[...] é a casa que só tem o rés-do-chão, a casa térrea, que por si só enche ruas inteiras” (VAUHTIER, 1975, p. 61-62).

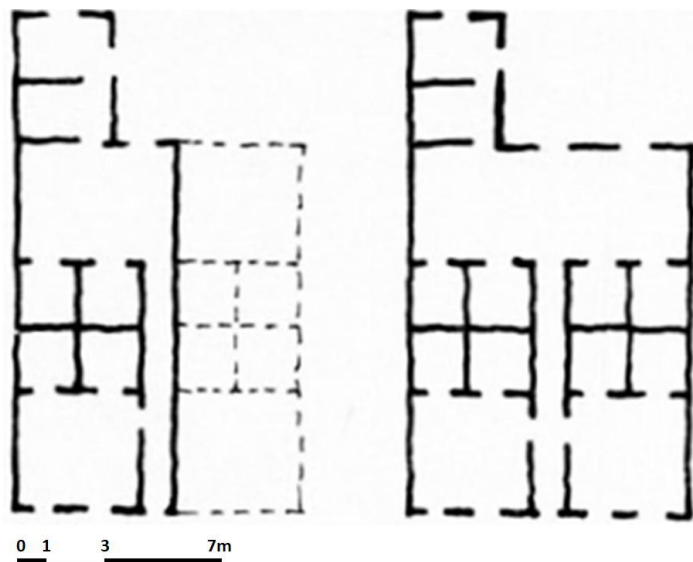
ou pequenos negociantes europeus recém-chegados ao Brasil, por brancos de casa-grande empobrecidos e por gente de cor, bem-sucedida nas artes e nos ofícios manuais” (ARAGÃO, 2011, p. 224). Estas edificações foram construídas ao nível do solo, possuíam baixas dimensões, cobertas com telha sem a presença de assoalho e dispunham de dois ou três cômodos, dispensando uma divisão física entre os espaços internos da residência, dotando assim, diferentes usos a um mesmo espaço a exemplo da sala de visitas que muitas vezes era usada durante a noite como local para dormir.

A organização espacial no interior das casas térreas obedecia a seguinte disposição: voltada para a rua encontrava-se a sala de visitas com duas ou três janelas e uma porta, adiante, localizavam-se as alcovas, ambientes insalubres e claustrofóbicos destinados à permanência noturna com pouca incidência de iluminação natural e alta umidade, enquanto a circulação realizava-se através de um corredor longitudinal, que conduzia à área de serviço e ao quintal (figura 7). Esse corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, no caso de casas com rebatimento na planta-baixa (figura 8). A localização do alojamento dos escravos era no setor de serviço, posterior à cozinha, próximo ao quintal, e, distante das acomodações dos patrões:

Figura 7: Planta-baixa esquemática de uma casa térrea com alojamento de serviço nos fundos



Figura 8: Croqui de rebatimento dos esquemas das plantas mais simples



Fonte: Figueiredo (1999, p. 21). Editado por Fernando Morais.

Fonte: Reis Filho (2014, p. 31). Editado por Fernando Morais.

A morada tinha primeiramente a função de dar abrigo e repouso a seus habitantes e eventuais visitantes, assim como, a inúmeras atividades que se desenvolviam no dia a dia.

Como destacou Carlos Lemos, “a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários” (LEMOS, 1996, p. 9), seus usos eram profundamente influenciados pela abundância e dependência da mão-de-obra escrava, na qual havia diversos tipos de escravos, desde propriedades do senhor, até alugados, tanto empregados no eito como no serviço doméstico. Segundo o autor, era nos fundos, nos quintais das residências, onde a vida doméstica na época colonial desenvolveu-se, devido à predominância do clima quente e ao número reduzido de portas e janelas, que permitiam o arejamento, levavam aos ocupantes do domicílio para as áreas externas, enquanto as casas eram voltadas para dentro (ALGRANTI, 1997).

Os quintais, ou “puxados”, eram parte integrante e fundamental da composição das casas. Eles recebiam quase todos os elementos ligados aos serviços domésticos que necessariamente não poderiam – por segurança, higiene ou comodidade – ser executados dentro de casa. São nos quintais, portanto, que irão concentrar-se a limpeza, a produção de alimentos, a higiene pessoal, o confinamento e a fiscalização da mulher, além do zelo extremo com a privacidade da intimidade da família de um contato mais íntimo com os vizinhos e com a rua. Eram descritos como o ambiente localizado nos fundos das casas, separado um dos outros por muros baixos de barro, contendo um telheiro, sob o qual se cozinava e se instalavam as áreas de serviço, os alojamentos da criadagem da casa. A “secreta”, “sentina” ou “casinha”, edificação com fins de higiene, que consistia num profundo buraco na terra que atingia o lençol freático, possibilitando a inserção de “sumidouros”, embaixo do qual se podiam instalar os chiqueiros (LEMOS, 1996, p. 32). Contudo, frequentá-lo à noite não era recomendável em virtude do choque térmico, tendente a “pegar-ramo” (congestão ou trombose). Assim, era necessária a colocação de penicos debaixo das camas e, para isso, existia o “bidê” (caixa pressurizada para a colocação do urinol); dele, as escravas retiravam os dejetos e os colocavam na latrina, originando o termo “piniqueira” (CABRAL; MELLO; FARIAS; MELLO, 2010, p. 158).

Ressalta-se que os fogões, os jiraus e as atividades ligadas à limpeza estavam a cargo das escravas nas áreas de serviço situadas fora das casas, preservando o ambiente interno. Essa organização espacial pode ser compreendida como uma forma de divisão de espaços entre senhores e escravos, no qual o trabalho feminino consistia inteiramente nos serviços domésticos e manuais, originando o preconceito – de classe, gênero e raça – por essa atividade ser atribuída aos escravos africanos, também conhecidos como “peças” ou “mãos e pés do senhor”, no interior dos domicílios, sendo indispensáveis mesmo nas residências mais

simples. O quintal, segundo nossa interpretação, permite fazer uma analogia a um teatro: poderia ser simulado como as coxias ou os bastidores, espaços situados fora de cena pública, em que se esconde intencionalmente tudo aquilo que se é privativo (mulheres e vida familiar íntima) ou indesejável (os escravos) de ser visto pelo mundo externo (vizinhos, visitantes ou transeuntes na rua), ou como Vauthier (1975, p. 41) descreveu, era o “gineceu fechado aos olhos profanos” (figura 9):

Figura 9: Setorização da habitação colonial, com tentativa de preservar o quintal



Fonte: Mendes; Veríssimo; Bittar (2010, p. 122).

Na Rua Nova, no início do século XVII³³, já se encontravam as casas térreas e um considerável índice de ocupação de casas de moradas erguidas de materiais como pedra e cal, passando a ser sobradadas, telhadas e forradas, habitações destinadas aos funcionários da administração pública, proprietários de engenhos da zona da mata paraibana e demais membros da elite. Essas habitações eram os sobrados, cujo significado “designava o espaço sobrado ou ganho devido a um soalho suspenso, portanto, o sobrado tanto podia estar acima desse piso como embaixo dele” (LEMOS, 1996, p. 32-33), isto é, a existência de tal espaço deu-se em função da inclinação dos terrenos onde se deram as construções. Deste modo, ele poderia indicar o próprio assoalho ou o espaço que estava acima – sob a forma de sótão (cômodo diretamente embaixo do telhado e de pés direitos variáveis) – ou embaixo do piso, como um porão (cômodo no pavimento inferior, embaixo do pavimento principal, térreo, também com significado antigo de sobrado), chegando a ter dois ou mais andares.

Variações na tipologia de sobrados são encontradas de acordo com a região na qual foram implantados, considerando o tipo de aproveitamento do lote, podendo citar os “sobrados magros e altos” pernambucanos - sobrados estreitos que “poderiam atingir até seis

³³Documentos apontam que no ano de 1618 a cidade já se encontrava “cheia de casas de pedra e cal”, demonstrando que a utilização dessa técnica construtiva refletia a estabilidade e o desenvolvimento da cidade, consequência do crescimento da produção açucareira da Capitania da Paraíba (BRANDÃO A., 1997, p. 25).

pavimentos com a cobertura de duas águas bastante inclinadas e o sótão, utilizado como cozinha” (BICCA, 2008, p. 118) - ou “solares” / “sobrado de esquina” - sobrados isolados na trama urbana, com dimensões e volumes generosos que “se caracterizam pela horizontalidade das suas fachadas principais, [...] e também por terem seus cômodos de maior permanência voltados para a parte posterior do edifício” (GOMES, 2002, p. 131), podendo apresentar uma planta em L, e, um pequeno pátio nos fundos, recebendo nas suas quatro fachadas um tratamento apurado.

A estrutura dos sobrados possuía poucas diferenças em relação às casas térreas, constituindo-se como uma evolução natural delas, que apresentava planos maiores que correspondiam, geralmente, apenas a um rebatimento ou sobreposição dos esquemas de plantas mais simples, além de apresentar dimensões espaciais superiores e predominância vertical. Este tipo de habitação colonial dispunha de uma maior quantidade de cômodos encarreirados e pavimentos, dependendo das necessidades dos seus proprietários, da posição social e da situação financeira dos mesmos. Os pavimentos sofriam zoneamento a partir do desenvolvimento das atividades domésticas e da privacidade dos membros da família do proprietário às vistas das visitas e vizinhos. Tal disposição anunciava áreas de domínio, hierarquia e dualidades sociais empregadas no espaço, seja nas esferas do público e do privado, nas delimitações entre os cômodos de usos de senhores-escravos/hóspedes, masculino-feminino, no espaço de sentido longitudinal (frente-fundos) e vertical (térreo-sótão). Percebe-se a preocupação com a demarcação de atividades específicas e com a autopreservação ao meio exterior, a fim de evitar contato com desconhecidos e serviços no convívio familiar.

No andar térreo, abrindo-se diretamente para a rua, logo, caracteriza-se como prolongamento dela – até então desvalorizada – encontrava-se o pavimento inserido no “rés-do-chão”, composto pelo “chão batido” que remetia à pobreza das casas térreas. Nele estavam localizados os quintais e as dependências produtoras de sujeira ou barulhos indesejáveis, vinculadas ao funcionamento casa, e, portanto, não era ocupado pelos proprietários, podendo ficar vazio ou ser aproveitado pelas funções ligadas à hospedagem de visitantes e ao comércio – loja de aluguel, armazém, depósito – que fortalecia e complementava a renda dos proprietários devido a maior permanência nas vias urbanizadas (REIS FILHO, 2014, p. 28). Neste espaço também eram localizados os alojamentos de escravos homens e empregados livres, além do depósito de ferramentas ou de tralhas

domésticas, instalados na parte oposta à rua, nos quintais dos sobrados, relacionando-se com suas múltiplas utilidades (COSTA, 1989).

O partido sofreu transformações ao se aproximar do século XVIII, com o fortalecimento da elite, que atribuiu a concepção de que o trabalho não dignificava e a proximidade com o local de labuta poderia diminuir o status do proprietário, resultando, assim, nos sobrados de uso exclusivamente residencial, que substituíram as dependências de comércio por locação de moradia às famílias pobres, acomodação para animais e veículos (estábulo, estrebaria, cavalaria ou cocheira), depósito, banheiros e vestíbulo. O fato do proprietário não morar junto ao estabelecimento comercial ostentava ainda mais a sua aparente riqueza.

Nos pavimentos superiores, espaços sociais e íntimos, estavam os espaços mais valorizados da residência, ocupados exclusivamente pelos residentes abastados: no 1º pavimento, estavam as alcovas, o escritório, a sala de frente (local cotidiano do proprietário), a sala dos fundos (voltada para o pátio, espaço social de maior intimidade, ocupado pelas mulheres, mucamas e crianças, onde passavam a maior parte do dia); e, posteriormente, no sótão, estavam o local das refeições – uma área íntima configurada como sala de jantar ou varanda – e a área de serviço da residência: cozinha e depósito, ao lado, como Vauthier³⁴ indica, do “quarto de engomar” e do “quarto das negras”, o alojamento das escravas, distanciado e protegido da rua (ARAGÃO, 2011; SOUZA, 1991). A respeito da descrição de Vauthier sobre as cozinhas no sótão, e, conseqüentemente, a vinculação com o alojamento das escravas, Smith, diz que era:

[...] hábito estranho a outras partes do país [...]. No Rio de Janeiro e em outras cidades, as cozinhas, segundo Luckok, localizavam-se muitas vezes no andar térreo, separadas da casa por um pátio. A menos que a cozinha alta venha e ser de fato uma invenção pernambucana, não é de somenos lembrar que tal hábito era, às vezes seguido em Portugal, talvez como consequência remota do costume mourisco de vida sobre os terraços que cobriam as casas (SMITH, 1979, p. 235).

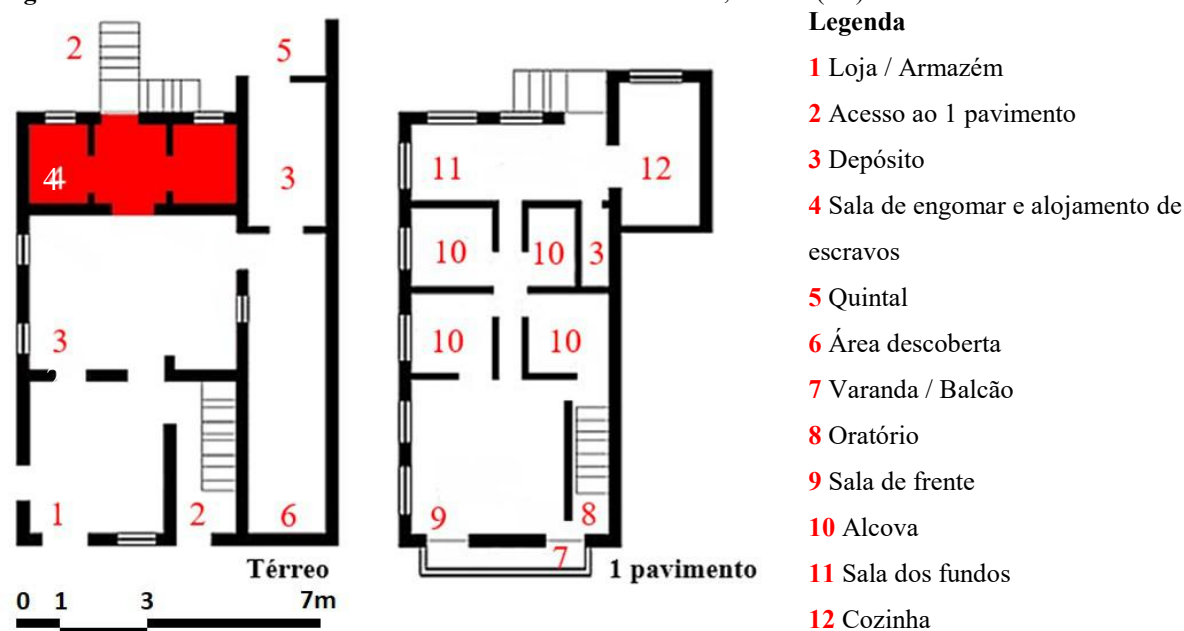
As informações disponíveis comprovam, portanto, que o escravo doméstico podia estar alojado, indiferentemente, tanto nas senzalas, em forma de anexo à cozinha no térreo, quanto nos fundos das moradas quanto nos sótãos. Em todos esses casos, o espaço de morar é sempre um espaço de dimensões mínimas com um quase total despojamento de móveis e utensílios.

³⁴“Quanto as ocupações domésticas, [...] se concentram no sótão. É ali que fica a cozinha e onde vive e trabalha todo o elemento feminino do serviço interno” (VAUTHIER, 1975, p. 45).

Em relação ao reduzido número de sobrados e solares remanescentes na cidade de João Pessoa, é possível afirmar que relatos indicam que “os sobrados de até três pavimentos da rua do Varadouro eram armazém, morada do negociante e dormida dos caixeiros, ao mesmo tempo” (MARIZ, 1978, p. 90-91), enquanto os sótãos “abrigavam-se em geral os serviçais ou os caixeiros” (CABRAL; MELLO, J.; FARIAS; MELLO, H., 2010, p. 150). Contudo, não há documentos iconográficos que ilustrem o projeto arquitetônico dos mesmos, como também não existe maior similaridade na composição dos mesmos. Além disso, atualmente, todos se encontram em estado de ruína ou passaram por muitas modificações (MOURA FILHA; SOARES, 2016), possibilitando apenas uma aproximação por suposição da organização dos espaços internos através das fachadas, e, por vezes, das volumetrias, e por associação com os demais exemplares brasileiros.

Pode-se cogitar que, no térreo, a presença de janelas, mas também, às vezes, de mais de uma porta poderia indicar a existência de comércio, repetindo uma solução identificada por Smith (1969) nos sobrados de Recife e Olinda (Pernambuco). Esta situação, posteriormente, também foi identificada por Cavalcanti (1972, p. 39) nas atuais ruas (Maciel Pinheiro, Areia, João Suassuna, Barão do Triunfo, República, além do entorno das praças Álvaro Machado e XV de Novembro), da cidade de João Pessoa, em finais do século XIX, em que uma ou mais portas davam acesso à loja/depósito/armazém/senzala no térreo, e a outra permitia a entrada para a morada do da família do proprietário e seus caixeiros no pavimento superior (figura 10).

Figura 10: Redesenho do Sobrado Mourisco do Pátio de São Pedro, Olinda (PE)

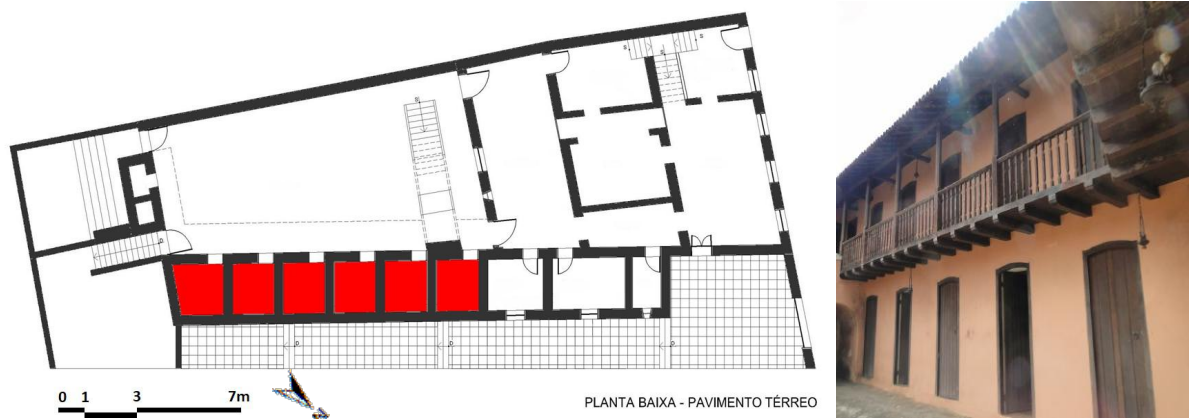


Fonte: Trigueiro (2012, p. 203); Mendes; Veríssimo; Bittar (2010, p. 143). Editado por Fernando Morais.

Com o adensamento das áreas urbanas e consequente piora na qualidade de vida, a população mais abastada deslocou-se para os subúrbios, ocupando as chácaras, casas de sítios, casas de roças e casas de campo, caracterizados pelo partido híbrido de casa rural (casa-grande dos engenhos) e urbana (sobrado), com edificação campestre horizontal, assobrada, mais prestigiada socialmente e salubre que os sobrados, implantada em lotes com extensas áreas verdes e livres, preservando a vida semiurbana no âmbito rural. (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2010, p. 149; ARAGÃO, 2011, p. 230-231).

Recorre-se à cidade de Areia (PB) para exemplificar a tipologia de senzala urbana em bom estado de conservação em sua organização espacial interna, encontrada no Solar José Rufino, o primeiro solar erguido na cidade de Areia, em 1818. O solar apresenta as dependências da antiga senzala, composta por seis cubículos individuais, na parte posterior do solar no térreo (figura 11), enquanto há indícios que “nos seis cubículos do pavimento superior, as dependências da senzala sofreram modificações, com vistas à criação de dois ambientes de maiores dimensões, o que interferiu na concepção original desse espaço” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, 2007, p. 37), em adição da presença de um sótão, também modificado em seu interior, que permite cogitar a inserção do alojamento das mucamas nesse pavimento:

Figura 11: Senzala urbana do Solar José Rufino, Praça João Pessoa, nº 76, Areia (PB)



Fonte: Foto do acervo de Fernando Morais. (2013); Levantamento de planta-baixa IPHAN-PB. Editado por Fernando Morais.

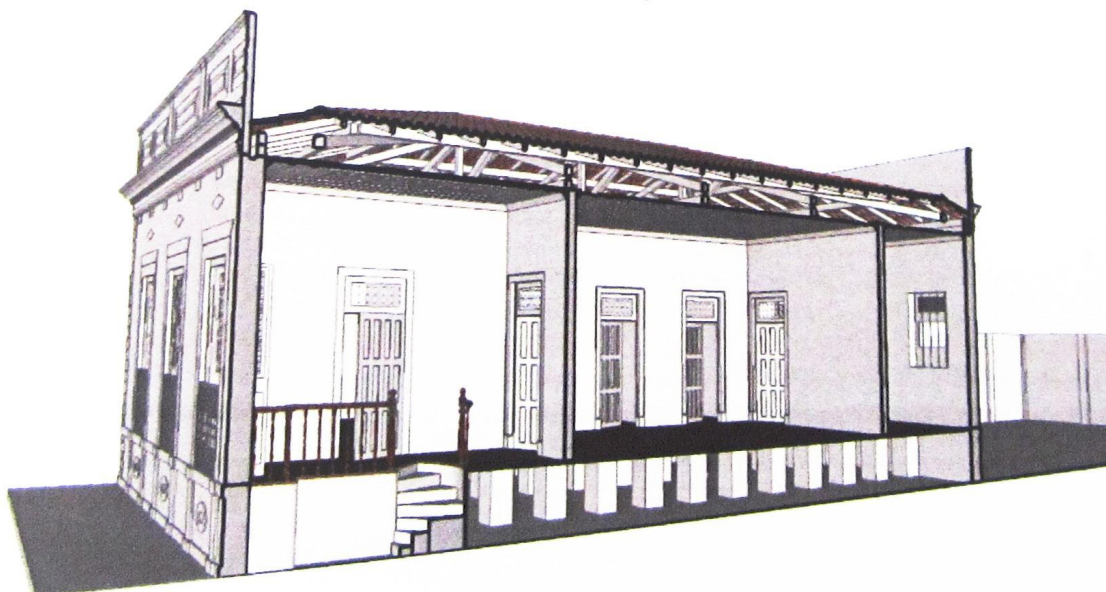
A chegada da corte imperial portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, trouxe a implantação de hábitos fidalgos influenciados pela vida da burguesia europeia em ascensão e de novas tecnologias decorrentes da Revolução Industrial, que estimularam a “re-europeização” do país (FREYRE, 2003) e a adaptação às condições de acesso ao cenário contemporâneo europeu da época, embora, até a primeira metade do século XIX, a maioria

das residências construídas nas várias regiões do Brasil aproximasse-se em sua organização interna e em seus aspectos construtivos dos padrões coloniais, pois ainda se mantinham quase inalterados os hábitos cotidianos da sociedade, a organização familiar e a técnica construtiva, dependendo da mão-de-obra escrava para a construção, como para o funcionamento das casas, desprovidas de serviços de água e esgoto.

No âmbito da arquitetura, a inovação revelou-se através da casa de porão alto, que consistia em uma opção intermediária, com discretas modificações, entre a casa térrea e o sobrado, embora ainda inserida em lotes de padrão colonial sobre os limites laterais dos mesmos e sobre o alinhamento das ruas, que passavam a receber os primeiros passeios e jardins ao gosto europeu. Para Reis Filho (2014, p. 34), ela seria apropriada para “aproximar as residências da rua, sem os defeitos das térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos ou seteiras com gradis de ferro, sob as janelas dos salões”. O novo modelo de implantação residencial adquiriu simetria e ampliação do setor social na parte fronteira no pavimento térreo, destinado aos salões e demais setores sociais da casa, atendendo aos novos costumes e comportamentos mais refinados que se desvinculavam ao costume colonial de dispor este espaço apenas às funções sociais desprivilegiadas devido a estar assentado no solo próximo à rua.

Segundo Moura Filha e Soares (2016, p. 56), “não é possível precisar quando exatamente se deu o surgimento da casa de porão alto na Cidade da Parahyba, uma vez que não há documentação sobre o tema”. Tomamos como exemplo uma residência localizada na esquina entre a Rua Conselheiro Henriques e Rua Duque de Caxias, nº 90, ocupando lote de esquina e apresentando em suas fachadas os óculos situados abaixo das janelas que indicam o porão alto que, por possuir pouca altura, restringe-se a função e de arejar o assoalho ou servir de depósito, além de resguardar a privacidade do interior da casa (figura 12). No mais, a planta desta residência foi muito alterada, não possibilitando a compreensão de como eram cômodos de serviço, “suspostamente voltados para o quintal que, certamente, permaneciam com os pomares, chiqueiros, hortas de subsistência da família, e, quem sabe, algum anexo para abrigar os escravos ou a latrina” (MOURA FILHA; SOARES, 2016, p. 58).

Figura 12: Corte em perspectiva de residência nº 90 na Rua Conselheiro Henriques



Fonte: Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM).

Outro exemplar tipológico de casa de porão alto encontra-se na esquina da Ladeira Feliciano Coelho com a Avenida General Osório, nº 164, onde se aproveitou o declive do terreno para atingir o pé direito suficiente para que o seu porão tornar-se habitável, possibilitando a suposição que as dependências de serviço ou os depósitos fossem locados neste espaço, que, atualmente, encontra-se com os seus óculos vedados, sendo, provavelmente, também passível de ter sofrido reformas e descaracterização interna ao longo do tempo (figura 13):

Figura 13: Casa de porão alto na Avenida General Osório, nº 164



Fonte: Google Street View (2015). Editado por Fernando Morais.

Durante a segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira sofreu transformações socioeconômicas e tecnológicas que provocaram o desprestígio dos velhos hábitos de construir e habitar, ocasionando modificações de maior importância. A posição

cambial favorável, obtida através das exportações crescentes de café, permitiu a integração do país no mercado internacional – realizada por meio da abertura dos portos – e, trouxe, por meio da importação, novas técnicas, equipamentos e materiais de construção que logo se manifestaram nas cidades e nas casas, contribuindo para a alteração das formas arcaicas de habitar e do primitivismo das técnicas tradicionais nos centros maiores do litoral, além de beneficiar o desenvolvimento da imigração. Paralelamente, houve também a expansão e a modernização dos transportes com o aparecimento de linhas férreas ligando o interior ao litoral e de linhas de navegação nos grandes rios interiores, assim, equipamentos pesados e de maior porte passaram a ser empregados em diversas regiões, facilitando o contato com o continente europeu.

As cidades e as residências, portanto, passaram a atender ideais de ordem, embelezamento e modernização almejados tanto pelos governantes quanto pela elite social, entrando em sintonia com os padrões europeus daquela época e começando a beneficiar-se de equipamentos importados, de serviços de redes de esgotos, de abastecimento de água, iluminação e de transportes coletivo, ao mesmo tempo em que começaram a construir e utilizar uma arquitetura mais tecnicamente elaborada, independente da mão-de-obra escrava. Assim, os horários, os hábitos de higiene e os costumes da vida social e íntima da época modificaram-se. As formas de uso começaram a desvincular-se do sistema servil, tornando desnecessária uma parcela dos serviços braçais, até então indispensáveis. Iniciou-se, então, a decadência e supressão do tráfico de escravos (1850) à abolição da escravidão (1888), o crescente desprestígio dos hábitos tradicionais e a valorização de novos costumes, que incluíam a substituição do serviço doméstico escravocrata para o assalariado, preferivelmente prestado por estrangeiras brancas para servirem de preceptoras dos filhos dos patrões e executarem toda ordem de trabalho doméstico, ocasionando em um maior refinamento das atividades domésticas, conforme o relato de Reis Filho:

Acentuava-se, porém, indiretamente, a diferenciação entre esses locais [...], onde ainda pesava a sombra dos escravos. A sombra apenas, pois o funcionamento dessas residências, nos exemplos mais perfeitos, implicava na substituição de mão-de-obra escrava, sempre grosseira e imperfeita, por criadagem européia. (REIS FILHO, 2014, p. 118)

Nesta época, também apareceram as primeiras escolas de engenharia, com o objetivo de transmitir a tecnologia europeia do tempo, sobretudo no setor de construção e de serviços urbanos em geral. Assim, sob a inspiração do ecletismo – modelo formal que mesclava diferentes estilos arquitetônicos, através das referências dos revivalismos de estéticas

classicizantes, historicistas, de movimentos de renovação artística ou de características pitorescas e românticas, que buscavam o aprimoramento do padrão de conforto e o uso de novidades técnicas na construção – desapareceu a uniformidade dos esquemas das residências coloniais, dando lugar às novas formas que favoreceram novos recursos e novos usos. Nesse processo de transferência de modelos, o ecletismo incorporado pela arquitetura residencial se aproximou dos “pastiches compositivos”, que, sem maior cumprimento às leis de composição das academias, utilizava-se da crescente produção industrial de réplicas de ornatos, fazendo dessa tendência “a preferida para a nova burguesia urbana” (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2010, p. 148). Logo, a construção desses edifícios definiu um conjunto de elementos decorativos como um receituário que era trabalhado a partir de colagens na composição das fachadas das residências (LEMOS, 1989, p. 79).

As habitações - os palacetes e as “villas” – destinadas às camadas mais abastadas – “novos-ricos”, “novos-poderosos”, “novos-cultos” (ARAGÃO, 2011, p. 237), tendiam à utilização máxima da variação de materiais e modelos importados com sofisticados acabamentos, seguindo a adoção dos estilos em grande rigor formal, como símbolos de posição social. Segundo a historiadora, Maria Cecília Naclério Homem (1996), o conceito de palacete pode ser entendido como o “tipo de casa unifamiliar de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência dos quatro lados, situada em meio a jardins, possuindo área de serviços e edículas nos fundos” (1996, p. 14), ressaltando que, a nova implantação rompeu com as tradições coloniais e modificou a tipologia de lotes e construções: realizava-se o deslocamento da edificação dos limites do lote, recuando o edifício dos limites laterais – o recuo principal era apenas de um dos lados, do outro, quando existia, reduzia-se ao mínimo – e conservando-o sobre o alinhamento da via pública, proporcionando à residência um isolamento pelos quatro lados. No recuo principal localizava-se a entrada lateral da casa - com a altura reduzida de seus porões em relação à rua, protegendo a intimidade do interior da residência - à qual estava associado à caprichados jardins com “um mínimo de monumentalidade aliada a um toque romântico e aconchegante” (LEMOS, 1989, p. 119), que vinha introduzir um elemento paisagístico na arquitetura residencial e oferecer arejamento e iluminação ao interior da morada (REIS FILHO, 2014, pp. 44-46, 49).

Em adição, nas construções ecléticas predominava a horizontalidade e a miniaturização da arquitetura produzida na Europa, ausente de qualquer comprometimento além do valor estético. Pressupunham-se, na maior parte de suas plantas, programas de

necessidades simulacros e desvinculados da realidade local, com poucas adaptações, tanto em função das dimensões reduzidas, como em função de hábitos e costumes da família brasileira. Lemos (1996, p. 52) acrescenta que o novo programa de necessidades trouxe novos critérios de circulação “francesa” através do planejamento elitista avesso a circulações superpostas, baseado no isolamento e independência das zonas da habitação – as áreas de estar, de repouso e a do serviço –, “que deveriam estar distribuídas de tal maneira que se pudesse ir de uma delas à outra sem que fosse necessário passar pela terceira”. Portanto, ao se definir e setorizar as zonas de habitação “o palacete apresentava ainda resquícios da segregação interna do sobrado, com áreas de domínio do homem, áreas de domínio da mulher e áreas ocupadas predominantemente pelos serviçais” (ARAGÃO, 2011, p. 256). Outro elemento recorrente nos palacetes era a utilização do porão, por vezes, habitável, fosse em terrenos planos no rés-do-chão ou semiafundados no solo já introduzido nas residências desde finais do século XIX, adquirindo as funções de abrigar a criadagem e de destacar a imponência e a monumentalidade aos palacetes. Segundo Lemos (1999, p. 77) “não era 'elegante' a casa estar no nível do chão, do jardim, porque ela ficaria acachapada ou amesquinhada; ela deveria sempre estar sobranceira”.

Os palacetes possuíam um programa de necessidades bem mais complexo que os dos sobrados, havendo espaços específicos para cada função ou atividade desenvolvida na residência, resultando no desmembramento e na ordenação de novos ambientes de ambientes a exemplo da: inserção do vestibulo ou *hall* - ordenador sócioespacial da circulação interna; fragmentação do setor de lazer – *living*, sala de recepção, sala de visitas, sala de música ou sala de piano, sala de estar, sala de jogo, sala de bilhar, *fumoir*, sala de ginastica, sala de estudos, biblioteca, gabinete, sala de senhoras, sala de costura –; inserção de banheiros e casas de banho – instalações hidráulicas inseridas por meio dos avanços tecnológicos da época que melhoraram os hábitos de higiene; inserção de quartos e supressão das alcovas – devido a suas características insalubres, afastamentos do lote e inserção de janelas; valorização da sala de jantar, que passou a desempenhar função centralizadora das atividades familiares e sociais, operando como o centro de interesse pela sua qualidade distribuidora e passagem obrigatória aos demais ambientes da casa. Entre a cozinha e a sala de jantar, foram introduzidas a copa, a sala de almoço e a sala de refeição infantil, enquanto os serviços passaram a ser realizados não somente na cozinha, como nos porões e nos fundos (HOMEM, 1996, p. 125-129; LEMOS, 1996, p. 55-56).

Na capital paraibana, o ecletismo foi significativo por caracterizar o momento da modernização urbana, que teve início na década de 1910, em decorrência da prosperidade econômica da cultura do algodão, atraindo a vinda de profissionais especializados para a cidade (VIDAL, 2004, p. 49). Acrescenta-se, ainda, que o advento da energia elétrica e da água encanada implicou em significativas transformações nos programas de necessidades e na elaboração da configuração espacial interna dos edifícios, que, simultaneamente, precisavam seguir os princípios do higienismo e as determinações dos códigos de obras³⁵. O processo de modernização da cidade no século XIX resultou na sua expansão nas direções nordeste (Bairro Tambiá³⁶) e sudeste (Bairros Trincheiras³⁷, e posteriormente, Jaguaribe) “por estar a cidade impedida de crescer para oeste, devido ao Rio Sanhauá, e para leste onde havia a Lagoa dos Irerês, grande área alagadiça que representava um problema no que diz respeito ao controle das infecções, como também ao crescimento da cidade” (MAIA, 2016, p. 107). Assim, os novos bairros residenciais constituíram como os dois principais eixos de expansão, ao mesmo tempo em que também passaram a abrigar a elite paraibana, composta por antigos senhores de engenho que neste momento se tornam usineiros, e, por conseguinte, transferiram seu local de residência para a cidade, e seus palacetes, recém-construídos e de acordo com as normativas higiênicas de recuo lateral e/ou frontal. Deste modo, diversos modelos foram encontrados nas casas ecléticas que se relacionavam com os bairros segundo a seguinte sistematização:

A renovação de fachadas e a produção de novas residências nas áreas mais antigas da cidade; a arquitetura em um contexto de uso misto - residencial e comercial, na área do Varadouro e, por fim, nas áreas de expansão da cidade, no início do século XX - em particular, nos bairros residenciais de Tambiá e de Trincheiras, onde se identifica uma pluralidade de soluções. (AZEVEDO, M.; MOURA FILHA; GONÇALVES, 2016, p. 114)

Confirma-se, então, que as residências com repertório eclético encontravam-se em áreas da cidade que, no início do século XX, já estavam consolidadas ou estavam em formação, considerando que a produção de novas casas ao gosto eclético e a adaptação

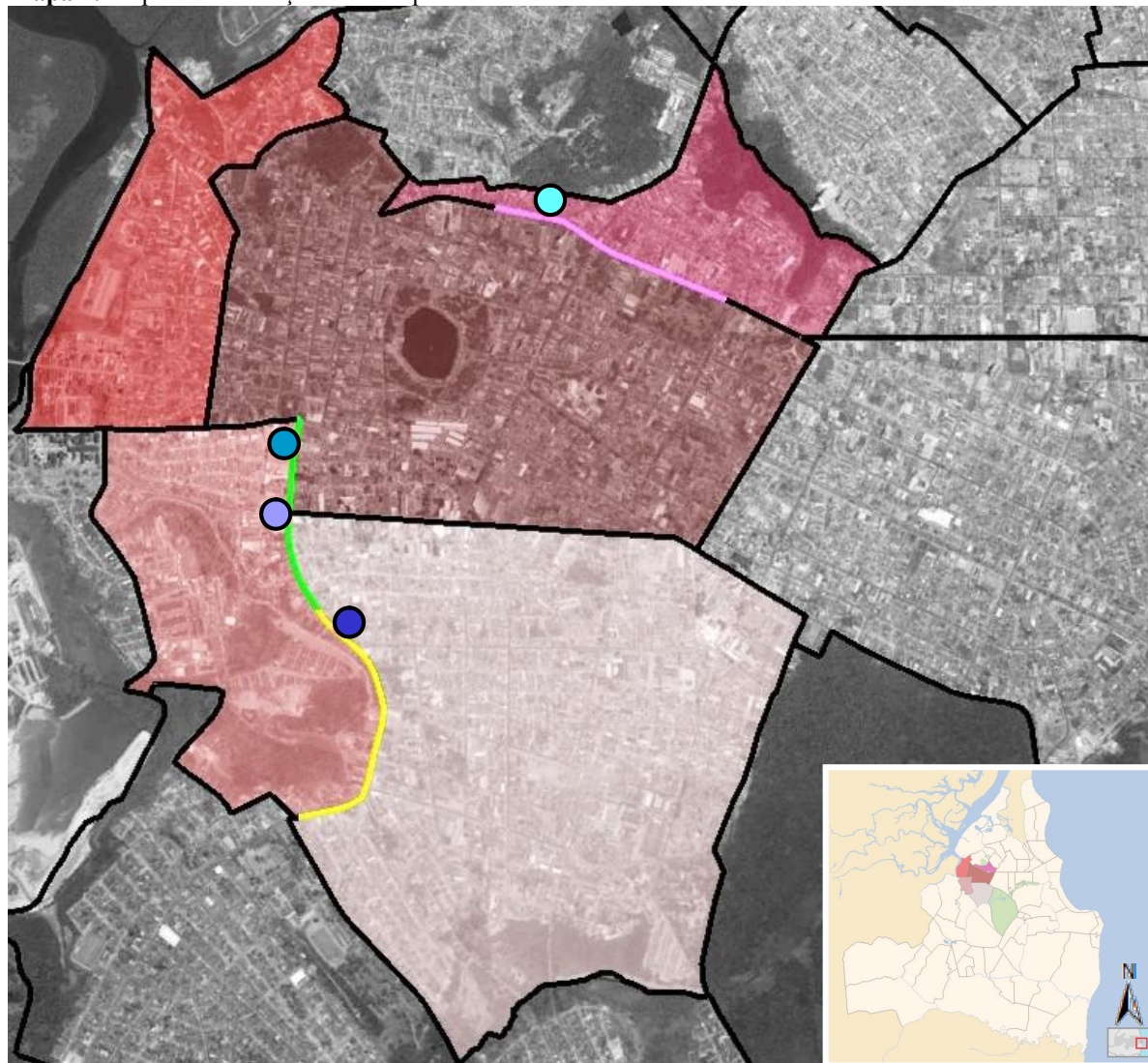
³⁵Antes do momento da modernização urbana na cidade de João Pessoa, já era possível encontrar na legislação local, a exemplo da Lei nº 26 de 1859, medidas visavam disciplinar a construção das casas, expressando o desejo da sociedade de acompanhar os ideais de “Ordem e Progresso” ditados para o Brasil naquela época (AGUIAR; MELLO, 1985, p. 90).

³⁶Uma das principais vias do bairro Tambiá é a Rua do Tambiá, denominada desde 1920 como Rua Deputado Odon Bezerra, caracterizava-se inicialmente pela “presença de sítios, chácaras e algumas residências”, que se enobreceram na segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo que houve a continuidade da mesma através da Avenida Monsenhor Walfredo Leal, servindo de caminho à praia de Tambaú (MAIA, 2016, p. 107).

³⁷A Rua das Trincheiras se caracteriza como uma das vias de maior destaque do seu bairro, cuja origem realizou-se por ser uma rota de passagem à Província de Pernambuco, representada na cartografia da cidade do século XVII. O bairro se desenvolveu a partir da construção da Igreja Bom Jesus dos Martírios, atual Igreja Nossa Senhora de Lourdes, que começou a atrair moradores, ao final do século XVIII” (MAIA, 2016, p. 108).

modernizante das fachadas nas moradas que já eram antigas, estavam, em ambos os casos, ligados à necessidade de se adequar ao tratamento estético, cuja imponência refletia a sobre a posição social dos moradores da residência. Assim, a linguagem eclética indicou o perfil familiar e os novos bairros decorrentes das áreas de expansão da cidade, que, nesta pesquisa, exemplifica-se uma residência por década, 1910 a 1940, possibilitando revelar os modos de habitar e as configurações espaciais das habitações unifamiliares com quarto de criado no início do século XX na cidade de João Pessoa (mapa 7):

Mapa 7: Mapa de localização de exemplares residenciais do século XX



Bairro	Logradouro	Nº	Residência	Ano
Centro				
Jaguaribe	Avenida João da Mata	821	O.B.	1934
Tambiá	Avenida Monsenhor Walfredo Leal	147	M.V.V.B.	1916
Trincheiras	Rua das Trincheiras	104	B.R.M.	1925
Trincheiras	Rua das Trincheiras	358	F.R.C.	1949
Varadouro				

Fonte: Wikipédia (mapa da cidade de João Pessoa) e Google Earth. Editado por Fernando Morais.

Destaca-se também a contribuição da escolha destes exemplares devido aos registros aqui apresentados: o primeiro por meio do trabalho realizado durante a graduação de Pessoa, Honorato, Costa, C., Lima e Grilo (2003), portanto, de acesso mais restrito, apresenta com ricos detalhes a edificação da década de 1910, embora a planta-baixa original ou cópias das mesmas não tenham sido localizadas e do edifício hoje encontrar-se em estado de ruína. O levantamento *in loco* conseguiu ilustrar com precisão como se constituía a residência, e, os demais exemplares, a partir de 1920 a 1940 apresentam-se³⁸ nesta dissertação por meio da digitalização das cópias dos projetos arquitetônicos e posterior tratamento de imagens para sua melhor compreensão. É possível afirmar que é quase inexistente a documentação com a planta-baixa dos palacetes com porão habitável e com quarto de criado, ou qualquer outro tipo de edificação com data anterior a década de 1920, pois muito dos acervos técnicos foram perdidos ou até mesmo destruídos, além que a maioria das antigas edificações está em ruína e em propriedade privada, isto é, cercada ou murada, dificultando o registro.

Em decorrência da abolição dos escravos em 1888, surgiu o quarto de criada, ou cômodo para os empregados domésticos, dotado de uma qualidade espacial relacionada à integração de imigrantes – empregadas brancas vindas de fora, filhas de imigrantes moradores na fazenda do patrão, chegadas diretamente da Europa – ou talvez antigas mucamas do tempo do cativo, ocasionando no aperfeiçoamento dos antigos alojamentos precários oferecidos durante a escravidão (LEMOS, 1989, p. 68). Freyre (2003, p. 234-235) explica que “ainda na primeira metade do século XIX começam a aparecer nos jornais brasileiros, anúncios de “casas de sobrado” não mais com senzalas, porém “casas para pretos” ou “quartos para creados ou escravos” ou “dependências”. Deste modo, como acrescenta o autor, “as antigas senzalas passam a ser, sob a forma de “casas” ou “quartos”, parte do edifício de residência dos senhores”, embora, dispostos de forma que exigia o afastamento dos escravos dos demais setores residenciais, cujo acesso dava-se por meio de pequenas escadas inseridas em pontos discretos e segregados em relação aos territórios dos patrões.

Contudo, ressaltamos que o novo cenário não atingiu toda a população de forma unânime em tempo, espaço, cultura e renda, pois as famílias com menos recursos ainda

³⁸O acervo da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC-JP) conta com pastas que possuem projetos avulsos do início do século XX, resgatados do lixo, por Rosângela Regis Toscano, pois haviam sido enviados para destruição por determinação municipal no ano de 1999. Graças a sua atitude houve a salvaguarda parcial deste arquivo patrimonial, histórico e arquitetônico da cidade que poderia ter sido completamente perdido por gestão política. O autor, enquanto estagiário da instituição nos anos de 2011-2013, soube da existência deste arquivo, que até a presente dissertação, permanecia sem estudos.

recorriam à mão-de-obra crioula, acomodando-a no quintal, ao lado das galinhas e cachorros, ou, “nos casos de porões muito baixos, as negrinhas do serviço doméstico dormiam nas despensas e até nas próprias cozinhas” (LEMOS, 1978, p. 122). A dependência servil, de alguma forma, então, ainda remanesceu no primeiro regime da República:

Mesmo depois de abolida a escravidão, os vínculos de dependência e os hábitos cômodos da vida patriarcal de tão vil fundamento, perduraram, e, durante a primeira fase republicana, o custo baixo da mão de obra doméstica ainda permitiu à burguesia manter, mesmo sem escravos oficiais, o trem fácil da vida do período anterior”. (COSTA L., 1962, p. 174-175)

Assim, com a extinção do trabalho escravo, o setor de serviço da moradia sofreu significativas alterações com o emprego da mão-de-obra assalariada – a ex-escrava ou estrangeira, que, morando no local de trabalho, requer acomodações “melhores” – e com a especialização de serviços, que ocasionou no surgimento de duas tipologias de alojamentos para criados no interior do palacete (a exemplo do paulistano): o quarto para criados de serviços gerais, localizado no setor de serviços, próximo à cozinha no térreo, e, o quarto da governante, geralmente estrangeira, inserido no primeiro pavimento, ao lado dos demais aposentos íntimos dos proprietários, e, portanto, mais confortável e valorizado socioespacialmente. Vale ressaltar que há distinções conforme a prestação dos serviços domésticos; existe uma hierarquia nisso: faxina, cozinheira e babá. Essa distinção permite entender que a governante não é qualquer criada, mas, de todo modo, o seu quarto vincula-se ao seu trabalho, à tarefa específica que ela desempenha na casa. Lemos ressalta que:

Nas moradias abastadas, os arquitetos, principalmente os estrangeiros, projetavam quartos de criada dentro de casa com comunicação interna, como se elas fossem, na verdade agregadas à família, e não simples serviçais com convívio muito limitado, e para alguns desagradável. É que as famílias ricas já tinham empregadas de fora, sempre brancas. (LEMOS, 1978, p. 140)

No Nordeste, a criada estrangeira apareceu pouco nas casas, ou seja, uma presença muito eventual, enquanto o quarto de criada foi identificado desde a década de 1910³⁹, na cidade de João Pessoa. Seu representante encontra-se no antigo palacete de estilo eclético, com elementos que remetem ao barroco e ao clássico, em que coexistem e dialogam com ornamentos típicos do Art Nouveau, na Avenida Monsenhor Walfredo Leal, nº 147, construído no ano de 1916 ao médico Manoel Virgínio Velloso Borges, sendo mais conhecido como a residência da família d’Avila Lins, que adquiriu o imóvel em 1942, e,

³⁹Quando referíamos ao surgimento do quarto de criada no ano de 1910, é no sentido essa foi a data mais antiga com identificação do projeto arquitetônico na pesquisa, assim, é possível que o cômodo de denominação “quarto de criada” tenha surgido em anos anteriores a 1910, porém, não conseguimos documentação.

atualmente, encontra-se num estado de deterioração progressiva. A implantação apresenta a inserção da residência na parte frontal do terreno, como também a existência de um quintal, que abriga uma edícula colada com o recuo lateral nos fundos, composta pela casa do caseiro e garagem, e, mais afastado, há um anexo independente que funciona como lavanderia. Ambos se caracterizam como edificações isoladas com grande distanciamento entre si e do corpo principal da casa, espaços destinados aos empregados e suas tarefas, embora não se há precisão temporal de quando estes blocos externos foram construídos, podendo ser adições posteriores anexadas ao terreno, além da inexistência do projeto arquitetônico dos mesmos.

A presença do porão alto em um terreno plano indica que ele se tratava de um espaço habitável, com pé direito de 2,40 m, disposto de ambientes que serviam como depósito, sala de jogos, sala de estudos, W.C. e uma série de quartos com acesso por um corredor central, apresentando, assim, uma contradição com a citação de Lemos (1996, p. 51-52), na qual o autor indica que era costume nos palacetes que toda a área de serviço⁴⁰ passasse a ser locada no porão ao lado das dependências da criadagem, enquanto no exemplar local, os cômodos como sala de jogos e sala de estudos indicam que os ambientes considerados nobres dividiam espaço com o depósito, enquanto que as funções dos 8 quartos permanecem desconhecidas, pois não se sabe para quem eram destinados, cogitando ser dormitório aos hóspedes, ao(s) quarto(s) da(s) governante(s) ou às demais atividades (figura 14). O acesso era efetivado por meio de duas portas: uma na sala de jogos e outra ao fundo do corredor, levando ao quintal, enquanto a iluminação e a ventilação ocorriam através de janelas de largura semelhante – demonstrando que não havia o tratamento diferenciado entre os cômodos do porão –, que seguiam o mesmo ritmo das aberturas do andar superior, embora em menores dimensões, devido a sua relação com o nível da rua:

⁴⁰Lemos (1996, p. 51-52) indica que a cozinha também foi levada para o porão habitável, a comida seria levada à sala de jantar por meio de monta-carga ou através de estreita escada que ia desembocar em uma antessala de serviço denominada, em francês, de “service”, posteriormente, apareceram casas com duas cozinhas - a do porão e a superior. A descrição deste modelo é referente ao palacete paulistano, e, devido à escassez de fontes documentais acerca dos palacetes na cidade de João Pessoa, não se pode confirmar se tal modelo foi chegou a ser implantado nas moradas da capital paraibana.

despensa, da cozinha e do W.C.⁴¹. Curiosamente a área de serviço / lavanderia não está representada na planta-baixa da residência, dando margem a supor que ela se localizava como um anexo externo à casa.

O quarto é denominado apenas como “criado”, sendo localizado ao norte na parte posterior da residência com acesso tanto pela entrada de serviço quanto por meio de um hall de serviço, que interliga e restringe o acesso à sala de refeição e à circulação para área externa da casa, ele possui 3,50 m x 3,30 m (11,55 m²), com uma janela de largura equivalente as demais utilizadas da residência. Ao lado ainda se encontra o W.C., que está no canto dos fundos da casa e, portanto, conta com duas janelas que conferem boa ventilação e iluminação, possui 1,80 m x 3,30 m (5,94 m²), e seu acesso é coberto, embora, independente do quarto de criado. Pelas proporções dos demais ambientes da casa e pela quantidade de esquadrias, pode-se afirmar que os cômodos destinados ao “criado” são generosos quanto às dimensões espaciais e ao conforto ambiental.

Figura 15: Projeto da residência Berenice Ribeiro Mindêllo na Rua das Trincheiras, nº104



⁴¹O denominado W.C. banheiro, denota um dos cômodos que sofreram alterações com o novo programa de necessidades das moradas, visto que ele uniu o vaso sanitário, o lavatório, a banheira e o chuveiro devido ao alto custo dos materiais de hidráulica que os forçou a se reunirem em um mesmo espaço e também aproximou o banheiro da cozinha, igualmente merecedora de água corrente, em nome do conforto e da higiene (LEMONS, 1996, p. 56). “Nos casarões da década de vinte apareceu a “sala de banho” interna já com louça sanitária e a introdução do “bidé” de louça sanitária. Não se deve confundir o “bidé” de madeira para colocar os pinicos, pois essas louças sanitárias eram denominadas de “banho de assento” (chuveirinho) e em 1950 foram substituídas pela ducha sanitária” (CABRAL; MELLO, J.; FARIAS; MELLO, H., 2010, p. 159).



Fonte: Foto do Google Street View (2015); Acervo da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC-JP). Editado por Fernando Morais.

A habitação da década de 1930 localiza-se na Avenida João da Mata, nº 821, projetada para o Dr. Oswaldo Brayner em 1934. Constitui-se como uma residência de estilo eclético, assentada um pouco acima do nível da rua, com fachada com elementos decorativos. A denominação do dormitório anexado na parte posterior do corpo da casa é indicada como apenas “quarto”, embora, pela localização nos fundos, seja correto afirmar que seja destinado à criadagem (figura 16):

Figura 16: Projeto da residência Oswaldo Brayner Avenida João da Mata, nº 821





Fonte: Foto do Google Street View (2015); Acervo da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC-JP). Editado por Fernando Moraes.

Em seguida, na década de 1940, na cidade de João Pessoa, tem-se o primeiro registro detalhado da construção de edícula, embora sua tipologia fosse frequente desde as habitações do século XIX (REIS FILHO, 2014, p. 178). Nesse modelo de quarto externo no quintal, privado e isolado do restante da habitação proporcionava a vantagem da “possibilidade de locomoção por fora da casa, com entrada e saída independentes, o que implica em conforto para família que não é incomodada pela empregada que sai à noite”, ao mesmo tempo em que dá mais independência e privacidade para ambos, isola socioespacialmente a empregada doméstica em relação à família empregadora, que “se protege” ao fundo do quintal, negando a sua presença na casa, além de proporcionar sentimentos de desamparo, de solidão, de isolamento e de insegurança à integridade dos seus usuários visto que este tipo de dormitório pode prejudicar o próprio repouso da empregada doméstica por motivos de medo do acesso de ladrões no dormitório, mas também pela própria falta de assistência e comunicação com a casa em caso de necessidade, estando literalmente ilhada e “por si só” (SOUZA, 1991, p. 35).

Pode-se dizer que a senzala foi o desenho que em sua proposta arquitetônica inicial – pequenos cubículos afastados da residência – passou a ser seguido nos chamados “quarto para criado” ou “puxadas” junto à cozinha ou em “pseudo-despesas ao lado do fogão”, sendo o mesmo separado e segregado externamente da residência dos patrões, configurando-se como acomodações com qualidades espaciais, em dimensões e às vezes em arejamento, superiores às escravistas (LEMOS, 1978, p. 135). Reis Filho (2014, p. 78) também veio a confirmar que na edícula “ainda seriam reconhecíveis, facilmente, os traços das antigas senzalas, cocheiras de serviços”, isto é, espaços de exclusão que marca fora da casa o lugar do empregado doméstico. Deste modo, utilizando as palavras de Bruand (1981, p. 20) “trata-se evidentemente de um vestígio da senzala”, pois, no lugar das cocheiras estão os automóveis, e, no lugar dos escravos, os empregados domésticos, sendo reconhecível como solução eminentemente brasileira para alojamento de criadagem:

[...] a edícula na casa burguesa veio fixar um ponto de vista firmado e esclarecer uma situação algo confusa e indefinida, desde a abolição: a empregada assalariada, a ex-escrava, por conveniência das duas partes, ganhara acomodações decentes; quarto e banheiro. Apartamento fora, com acesso livre para a rua [...]. Antes a senzala, ou os quartos nos quintais ou águas-furtadas. Agora, a edícula, com quarto e banheiro. (LEMOS, 1978, p. 142)

Contudo, este anexo ainda estava desvalorizado e mesmo hierarquicamente abaixo dos demais alojamentos de serviço:

Os fundos e, por vezes, a lateral mais estreita, como área de serviço, eram locais de completa desvalorização social, verdadeiro desprestígio, quase tabu, herdados dos tempos em que ali estariam os escravos e acomodando agora os filhos daqueles. Algumas senhoras mais ricas, podendo manter “governanta”, geralmente alemã ou francesa, lá não apareciam, quando muito deixando-se chegar à copa, em busca de água. (REIS FILHO, 2014, p. 72)

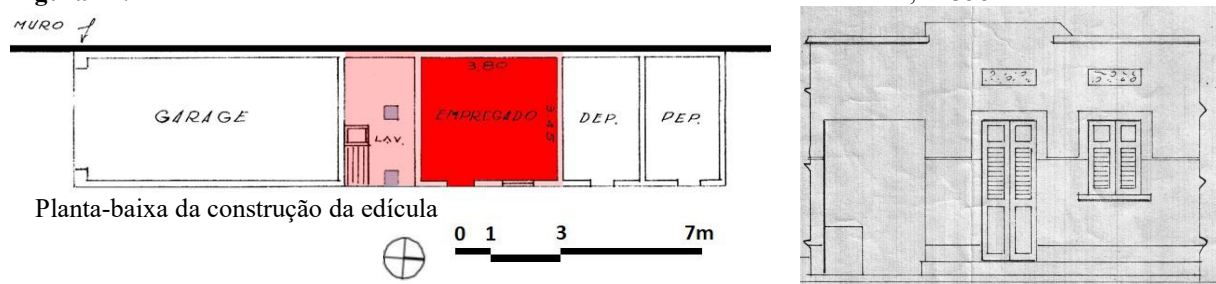
Se a localização dos fundos era desvalorizada pelos proprietários da residência, o mesmo não se pode dizer da edícula, pois sua visibilidade ressaltava o *status* social e econômico da “casa da família”, pois ali indicava o traço distintivo de habitar, as posses, a existência de empregados domésticos, que poderiam compartilhar o espaço entre si e os automóveis. O programa da casa burguesa, no meio urbano, propôs também outra modalidade a esses quartos externos, os quais poderiam ser construídos junto a “instalações sanitárias, lavanderia, depósito e garagem...”, nascida junto com o automóvel particular, “possuindo no térreo a garagem para um ou dois carros, o quartinho para guardar gasolina (os postos de serviço praticamente não existiam), o quarto do *chauffeur*, óleos lubrificantes e

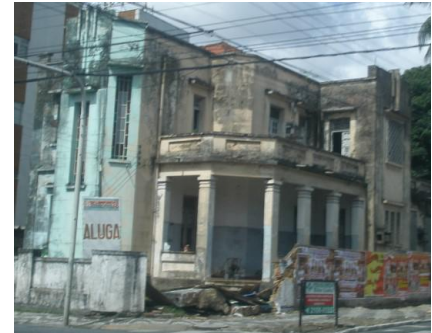
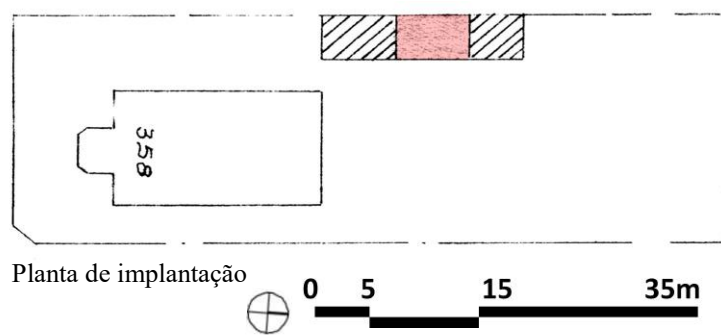
ferramentas, uma instalação sanitária, o galinheiro, a lavanderia, isto é, um recinto para o tanque de roupas”, constituindo a “edícula” (LEMOS, 1989, p. 68).

As garagens passaram a ser mais frequentes quando o automóvel adquiriu mais *status*, e, contíguo a elas ou sobre elas, foi inserido o “apartamento” do empregado, hierarquizado em relação aos serviços de outras atividades (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 127). Naturalmente, a edícula sofreria modificações em termos de dimensões, materiais de construção e instalações, de acordo com os níveis de renda das famílias, podendo haver casos de mais de um quarto de empregados, em quantidade suficiente para abrigar um número de serviços necessário ao funcionamento da residência, “havendo também outros serviços que poderiam dormir no quarto de engomados ou mesmo na garagem, casos de motoristas e jardineiros, nos exemplos dados por empregadas” (SOUZA, 1991, p. 34).

No exemplar da cidade de João Pessoa, foi registrado o projeto da edícula (figura 17) na residência de propriedade do Dr. Flaviano Ribeiro Coutinho, localizada no prédio de nº 358 à Rua das Trincheiras, o qual foi projetado pelo construtor Joaquim do Nascimento, um acréscimo da dependência no ano de 1949, denominado como “empregado”. Antes da construção deste cômodo já existiam dois blocos colados no recuo lateral e desvinculados da residência na metade do terreno voltados ao sul: no primeiro se inseriam a garagem e a lavanderia e, no segundo, dois depósitos, sendo destinada a construção do quarto de empregado entre a lavanderia e o depósito, num espaço de 3,45 m x 3,80 (13,11 m²). O acesso é obrigatoriamente independente e descoberto, desprotegido contra às intempéries naturais. É curioso notar a comprovação da vinculação da edícula com a garagem e a área de serviço, em adição da ausência do W.C., abrindo margem para supor que sua instalação fosse segregada em alguma parte avulsa nos fundos do terreno, não identificada na planta-baixa.

Figura 17: Edícula da residência Flaviano Ribeiro Coutinho na Rua das Trincheiras, nº 358





Legenda

- A construir
- A demolir

Fonte: Foto (2012) e planta-baixa do Acervo da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC-JP). Editado por Fernando Morais.

Assim, encerra-se o estudo das habitações unifamiliares entre as décadas de 1910 a 1940, que indicaram o processo de expansão da cidade, adiante, na década de 1950, estudaremos o surgimento da habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa, que implicou em novas formas de habitar o espaço, simbolizando *status* social.

2.2. O panorama da habitação multifamiliar no século XX

As habitações verticais multifamiliares surgiram nas cidades brasileiras com o avanço da urbanização, com o crescimento populacional acelerado e com a necessidade de adensamento, sendo destinadas “para uma classe situada na média dos escalões”, ao contrário da Europa, onde se “constituiu uma solução para as classes baixas, de pequeno valor aquisitivo” (LEMOS, 1978, p. 162). Segundo o autor, a diminuição do poder aquisitivo, os aumentos de população e a saturação das zonas centrais fizeram com que as famílias de renda média tivessem de escolher entre morar numa casa em um bairro periférico, afastado do centro e do trabalho, com dificuldades de comunicação, de transporte coletivo, de prestação de serviços de água, gás e esgoto, ou continuar nas zonas centrais e sujeitar-se a viver num edifício de apartamentos, considerado semelhante aos cortiços verticais, “casa mal frequentada” ou “casas de cômodos” devido à aglomeração coletiva numa mesma habitação, e, portanto, foi rejeitado pela classe mais abastada, apegada aos valores tradicionais da habitação.

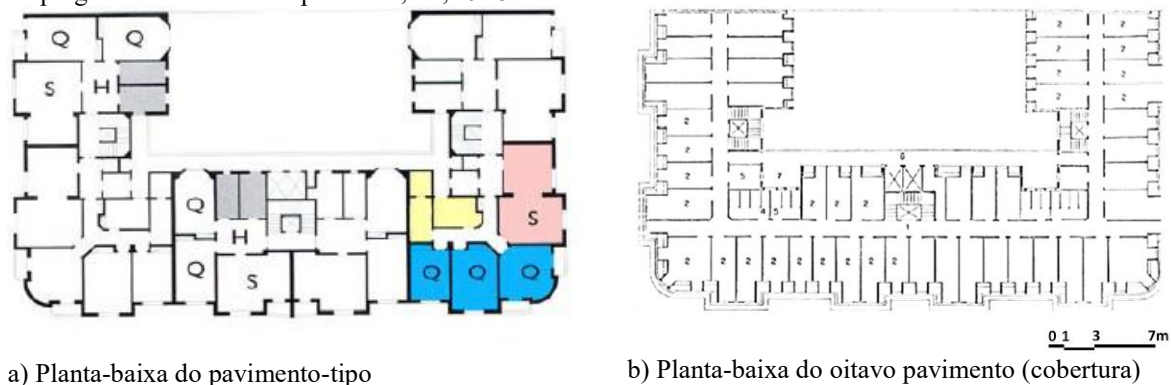
Segundo Lemos (1978, p. 155), os primeiros edifícios de apartamentos foram planejados e construídos sem critério normalizador, dado o caráter de novidade, sendo inicialmente alugados. Posteriormente, “tiveram suas plantas norteadas pela ideia de empilhar, em um mesmo terreno, várias casas, todas iguais entre si” (LE MOS, 1996, p. 79), pois os preços dos terrenos na época estavam cada vez mais elevados, obrigando que os agentes imobiliários adotassem uma configuração espacial a fim de atender às necessidades da maioria dos usuários, homogeneizando os primeiros apartamentos, em consonância com a descrição de Reis Filho:

Plasticamente, os edifícios eram solucionados em termos de fachada, acompanhando os estilismos, até mesmo o "modernismo". Internamente procurava-se, por todos os meios, repetir as soluções de planta das residências isoladas com seus corredores, salas e saletas e mesmo amplos alpendres, de modo a oferecer aos habitantes uma reprodução de seus ambientes de origem. [...] Repetiam-se as salas de almoço, junto as soluções que já haviam sido superadas. Reforçava-se o esquema de valorização social e arquitetônica das frentes e o desprestígio dos fundos. Assim, os prédios de apartamento continuavam, como as casas, a ter frente e fundos, fachada e quintal, servindo este para garagem, casa de zelador, depósito etc. (REIS FILHO, 2014, p. 79-80).

Lemos (1996) categoriza a trajetória dos edifícios residenciais nos centros como São Paulo e Rio de Janeiro, que se verticalizaram a partir dos anos 1920, o que também ocorreu em Recife, desde meados dos anos 1930, em três fases: a primeira, nomeada como “fase heroica”, compreendeu a década de 1920 até a Segunda Guerra Mundial. Ela é identificada pela formação dos primeiros apartamentos, decorrentes dos princípios da economia, da racionalidade, da simplicidade, do aperfeiçoamento das estruturas de concreto armado e da introdução da mecanização dos transportes de circulação vertical (elevadores), que resultaram na incorporação de “um novo modo de morar”, identificado pela tendência da inserção de novos valores de privacidade, salubridade, setorização e redução das dimensões dos cômodos, por utilização de paredes em comum, menor extensão de rede elétrica, hidráulica. Deste modo, os apartamentos que foram surgindo, a princípio mais dirigidos para a classe média, mantiveram os ambientes diferenciados, com superposição mínima de funções e deslocamento dos aposentos de serviço, tradicionalmente localizados no quintal, que passaram a integrar o corpo da residência, em que se buscou recuperar as disposições internas das casas isoladas, como afirma Bruand (1981, pp. 20-21): “nos edifícios de apartamentos podem-se encontrar as mesmas características das residências [...] separação rígida entre as dependências sociais e de serviços”.

Nesse cenário, “o Brasil tornou-se o primeiro e único país a possuir edifícios com essa precaução separadora de circulações” (LE MOS, 1996, p. 79), que exige entradas de serviço independentes ou cozinhas com saídas diretas para a caixa de circulação vertical, mas que também separou, distinguiu, ou reuniu (tornando coletivo), a exemplo do Edifício Itacoa, os alojamentos para os empregados domésticos das unidades e os depósitos sob um mesmo pavimento, a cobertura, por ser considerada uma área desvalorizada por estar próxima do telhado, da caixa d’água e das casas de máquinas dos elevadores (figura 18):

Figura 18: Planta Baixa do Edifício Itacoa, com o oitavo pavimento destinado aos alojamentos coletivos de empregados domésticos Copacabana, RJ, 1928



Legenda

■ Serviço

■ Social

■ Íntimo

Fonte: a) Chacon (2004, p. 76); b) Saleiro Filho (2001, p. 31).

Assim, apesar do conceito inovador de modernidade e coletividade que a habitação vertical trazia, agrupando todos os empregados num mesmo pavimento, o efeito do novo modo de morar estimulou o individualismo da vida privada praticada nas “casas térreas muradas”, eliminando os espaços coletivos e zoneando rigidamente o espaço doméstico, como destaca Marins (2010):

O regime de serviços comuns, presente em muitos dos primeiros apartamentos - as chamadas “casas de apartamentos”, um gênero de flat -, foi rapidamente substituído pela segmentação total das unidades, que passaram a incluir dependências completas de serviço. Foram condenados ao desaparecimento os andares reservados à habitação comum dos empregados domésticos, cujos espaços nos apartamentos passariam a ser demarcados com rigidez, gerando um zoneamento interno que já foi assinalado como uma característica marcadamente nacional. A diferenciação rígida entre áreas íntimas e de serviço. (MARINS, 2010, p. 191)

Desta forma, o modo de habitar condiz com o pensamento de Reis Filho (2014, p. 53) quando este afirma que “os edifícios se ligavam estreitamente aos esquemas rígidos dos tempos coloniais, evidenciando que a sociedade brasileira ainda revelava os compromissos

de um passado recente com o regime de trabalho escravo”. Em oposição, nos países europeus as antigas dependências já entravam em desuso:

Na França, por exemplo, os chamados "*chambres de bonne*", sob o telhado dos velhos edifícios de séculos passados não se encontram mais nos modernos apartamentos, estando ultrapassados e sem função, tais como as antigas cocheiras e escadas para fornecedores, [...] assim, a inexistência da criada doméstica que dorme no emprego, torna desnecessária essa dependência. (SOUZA, 1991, p. 25-26)

Em alguns edifícios, era possível encontrar a tradicional entrada de serviço “por uma simples porta nos fundos, apartadas do hall, mas um real acesso para empregados, com hall independente, elevadores e escadas próprios, apenas atingindo cozinhas e áreas de serviço, num fluxo vertical isolado do fluxo considerado social ou nobre” (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 127). Em contrapartida, segundo Lemos (1978, p. 155), na Europa e nos seus países colonizados, as unidades dos apartamentos sempre foram planejadas com abstração total dos aposentos da criadagem doméstica e das circulações de serviço, pois raramente se necessitava do auxílio permanente desse profissional, assim, seria inútil ou supérflua toda e qualquer cogitação referente à diferenciação de funções dos compartimentos maiores da moradia, significando “uma aberração a existência de um quarto isolado, próximo à cozinha, para a criada doméstica” diante da cultura europeia.

Proliferaram, inicialmente no Brasil, os edifícios de escritórios e, depois, os mistos, caracterizados por lojas tendo acima um ou dois andares de residências, que, gradativamente, até que, no final da década de 1940, popularizou-se e passou a abrigar as outras classes sociais. Como Lemos (1978, p. 155) destaca, houve a febre de condomínios por volta de 1948, iniciando-se a segunda fase, caracterizada pelo “*boom* imobiliário” (meados de 1945 a meados de 1970), que acelerou o processo de verticalização da cidade.

Duas vertentes apareceram nesse período: a primeira, descrita por Lemos (1996, p. 80), anuncia o surgimento do “condomínio pelo preço de custo”, “apartamentos econômicos” ou “*studios*”: consistia em unidades com tamanho mínimo, inspiradas nos quarto e banheiro de hotel, compostas por superposições de espaços e atividades (sala-quarto, banheiro e kitchenette), “programa, até então, absolutamente inédito, cuja planta era nada mais que a reprodução de um quarto de hotel”, cujas vendas eram feitas antes do início das obras. Assim, com o “enxugamento” espacial, é possível supor que o quarto de empregada tenha sido suprimido. Já a segunda, descrita por Veríssimo; Bittar (1999, p. 127), indica que, a partir da década de 1950, nos edifícios de apartamentos das metrópoles Rio de

Janeiro – São Paulo, o setor de serviço apresentou-se, como nas residências que procuram reproduzir, “às vezes curiosamente grande, para a unidade de um quarto apenas, porém com as dependências para empregados”. E, finalmente, a terceira fase (meados de 1970 aos dias atuais) seria caracterizada como a etapa inflacionária, sem muitas diferenças em relação à fase anterior, com exaltação e venda do discurso-produto de benefícios de segurança, da proximidade de áreas bucólicas ou “áreas verdes”, de sustentabilidade e ecologia, além da distância do caos urbano (LEMOS, 1996, p. 81).

Na cidade de João Pessoa, o período entre as décadas de 1930 e 1950 compreendeu um conjunto de importantes ações de modernização⁴² e expansão da área de ocupação da cidade que modificaram a cena urbana, a exemplo da introdução da tipologia arquitetônica definida como “edifício alto de apartamentos”, comercializada como símbolo de modernidade, de desenvolvimento econômico, de progresso técnico e dos “novos tempos”, e como meio de materializar os desejos de uma sociedade que almejava a incorporação dos “novos hábitos” que refletiam a (re)produção de um novo quadro social e de novos valores culturais inspirados pelas referências do novo modo de morar das habitações destinadas à população de renda média-alta nos grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, que, paralelamente, operou como o principal vetor de difusão local da arquitetura moderna brasileira⁴³.

Chaves (2016) indica que, nesta época, houve o incentivo à construção de prédios altos na cidade com o objetivo de construir a imagem de uma cidade moderna, que almejava o título de “metrópole”. Contudo, a legislação local⁴⁴ ainda “não previa a construção sistemática de prédios altos e em um de seus artigos, ao condicionar o uso de elevadores aos prédios com mais de 03 pavimentos, limita o gabarito dessas construções em 08 pavimentos” (CHAVES, 2016, p. 310-311). A autora ainda acrescenta que:

Nos anos seguintes, a publicação de leis municipais representou, por outro lado, a tentativa de incentivar (Lei Municipal nº 299, 1956) e, mais tarde, determinar (Lei Municipal nº 440, 1957) a construção de edificações com gabaritos mais altos ao proibir a construção de edificações com menos de três pavimentos em algumas ruas da Cidade Alta (Avenidas Guedes Pereira, Barão do Triunfo, Praças 1817, Vidal de Negreiros em João Pessoa, ruas Duque de Caxias e Visconde Pelotas). Os

⁴²O processo de modernização na cidade de João Pessoa não revelou resultado equivalente ao fenômeno das metrópoles brasileiras, pois na sua paisagem nas décadas de 1920-1930 ainda predominavam construções “pouco elevadas (nunca excediam de três andares)” (CRESCER, 1963, p. 3).

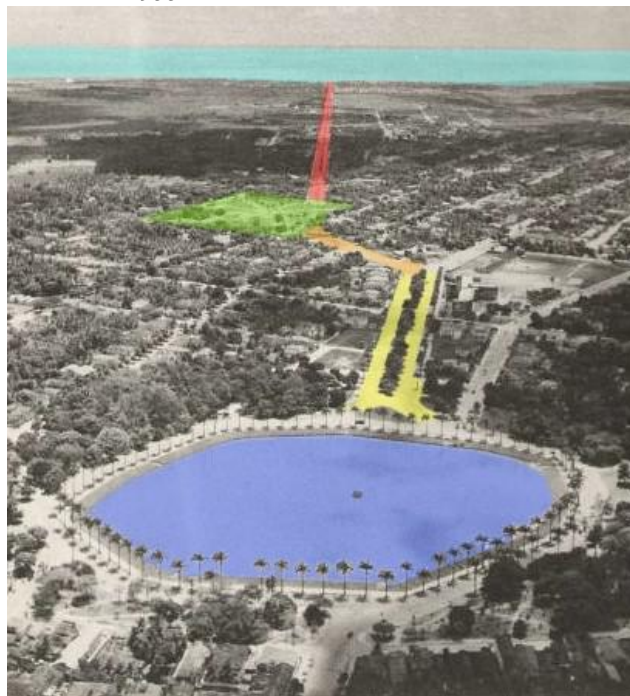
⁴³Teixeira (2008, p. 83) afirma que “com efeito, o setor habitacional tinha um peso significativo na transformação da paisagem urbana da cidade, não só do ponto de vista quantitativo como também qualitativo. A modernização da arquitetura era diretamente remetida às novas residências que então surgiam”.

⁴⁴Artigo 375 do Código Municipal de 1955 da cidade de João Pessoa.

textos citados acima se referiam ao mínimo de pavimentos, mas não faziam referência ao máximo de 08 pavimentos posto pelo Código Municipal de 1955. (CHAVES, 2016, p. 311)

Assim, iniciaram-se a implantação dos prédios altos e a elaboração de leis que nortearam as diretrizes construtivas a fim de construir a imagem de cidade moderna e do centro de negócios, adotando eixos de circulação e expansão (VIDAL, 2004). Neste período, a expansão territorial foi polarizada entre o eixo centro-orla (rio-mar), por meio da abertura de uma grande via retilínea ao longo de um espaço inabitado, composto por grandes glebas e alguns sítios, a Avenida Presidente Epitácio Pessoa (figuras 19 e 20), iniciada em 1910, contudo, devido a uma série de dificuldades financeiras, a obra apenas foi finalizada, ao atingir o litoral, na década de 1940 (SILVEIRA, 2004):

Figura 19: Foto área da Avenida Presidente Epitácio Pessoa em 1955

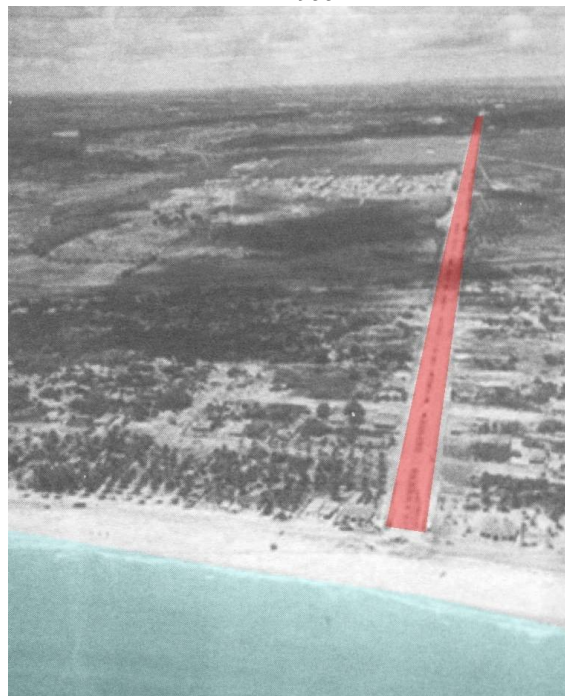


Legenda

	Oceano Atlântico		Rua Corolário Soares de Oliveira
	Avenida Presidente Epitácio Pessoa		Avenida Getúlio Vargas
	Praça da Independência		Lagoa

Fonte: Acervo Humberto Nóbrega, Vidal (2004, p. 81). Editado por Fernando Morais.

Figura 20: Foto área da expansão da cidade de João Pessoa ao litoral em 1955



Legenda

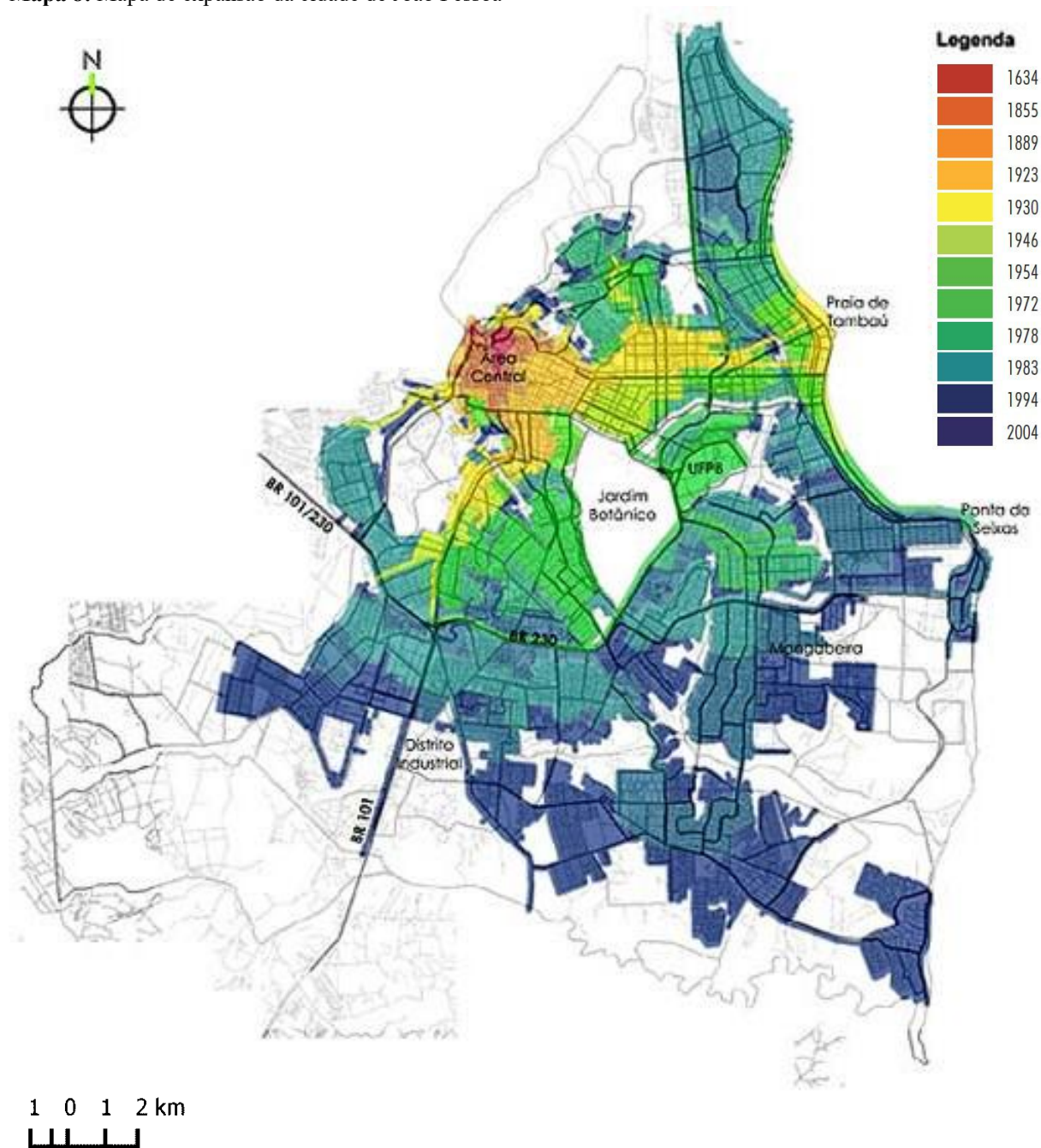
	Oceano Atlântico
	Avenida Presidente Epitácio Pessoa

Fonte: Acervo Humberto Nóbrega, Pereira (2008, p. 70). Editado por Fernando Morais.

O período de consolidação dessa via também correspondeu à formação dos novos bairros, para média-alta renda, e dos loteamentos das áreas que margeavam a mesma (mapa 8) (MARTINS; MAIA, 2015). No final da década de 1950, a sua extremidade oeste possuía

as ocupações contíguas à área central da cidade, abrigando os edifícios de apartamentos que eram ocupados de forma cotidiana, enquanto a extremidade leste era inicialmente pouco habitada, pois era formada por habitações de veraneio:

Mapa 8: Mapa de expansão da cidade de João Pessoa

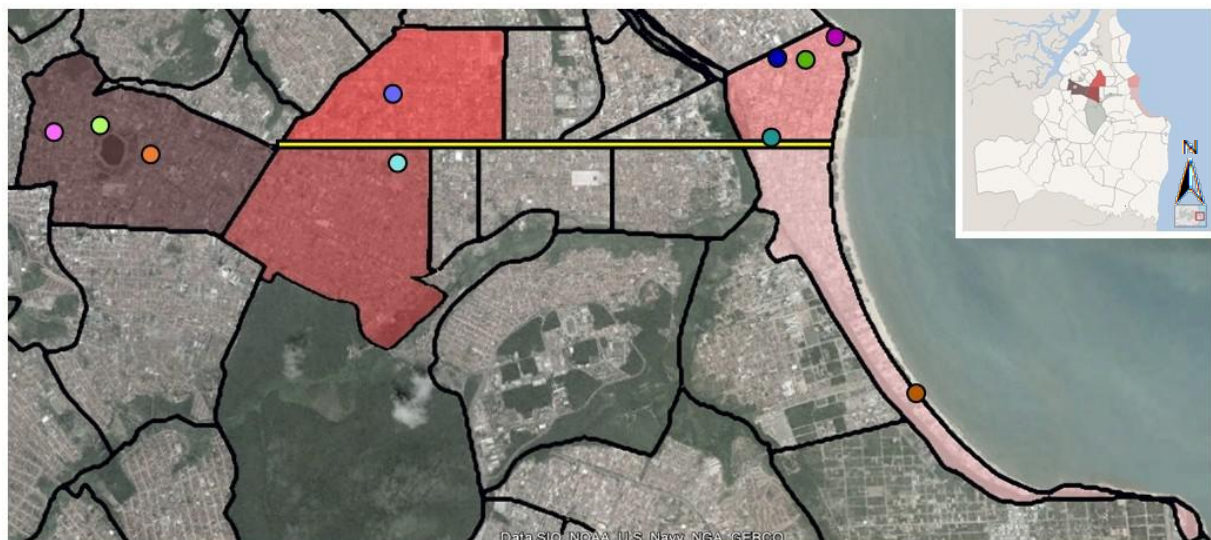


Fonte: Oliveira J. L. (2006, p. 166). Editado por Fernando Moraes.

A partir da data do projeto do primeiro edifício residencial da cidade (1957), foram eleitas 5 décadas do século XX para análise, em que cada década é representada por 2 edifícios, sendo, inicialmente, um apartamento localizado no bairro do centro e o segundo nos bairros da orla marítima, pois foram o marco do processo de concentração das habitações multifamiliares, com adição posterior dos demais bairros que margeiam a

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, tendo como o objetivo revelar a diversidade temporal, espacial, econômica e social, da produção da DCE nas habitações multifamiliares, considerando que qualquer apartamento que se enquadre nos critérios da amostragem temporal e geográfica é apto a representar sua década, assim, selecionamos os edifícios que obtivemos a permissão do morador para realizar a pesquisa (mapa 9):

Mapa 9: Mapa de localização dos edifícios residenciais eleitos para a pesquisa construídos no século XX na cidade de João Pessoa



Bairros		Edifícios		
		Década	Edifício Residencial	Endereço
	Bairro dos Estados	1950 -	 Presidente João Pessoa	Av. General Osorio, 280
	Cabo Branco	1959	 Santo Antônio	Av. Almirante Tamandaré, 120
	Centro	1960 -	 Caricé	Av. Pres. Getúlio Vargas, 109
	Tambaú	1969	 João Marques de Almeida	Av. Cabo Branco, 3380
	Torre	1970 -	 Manoel Pires	Prq. Sólon De Lucena, 205
Eixo referencial		1979	 Estrela de Ouro	Av. Olinda, 345
	Av. Presidente Epitácio Pessoa	1980 -	 Kumamoto	R. Julia Freire, 901
		1989	 Clarissa VI	Av. Monteiro Lobato, 4697
		1990 -	 Nabor de Assis	Av. Mato Grosso, 300
		2000	 Maison D'Ampege	Av. Isidro Gomes, 435

Fonte: Wikipédia (mapa da cidade de João Pessoa) e Google Earth. Editado por Fernando Morais.

Segundo Chaves (2016, p. 311), o marco do primeiro ciclo da verticalização habitacional na cidade de João Pessoa foi o edifício Presidente João Pessoa, conhecido como “18 andares” (figura 21), referência ao número de pavimentos da edificação, que, até os dias atuais, permanece como o mais alto construído no bairro do Centro de João Pessoa. O edifício localiza-se na esquina entre a antiga Rua Nova, atual Avenida General Osório, com a antiga Ladeira dos Pedrosa, conhecida posteriormente como Ladeira da Carioca, até se vincular ao Beco da Misericórdia e formar a atual Rua Peregrino de Carvalho.

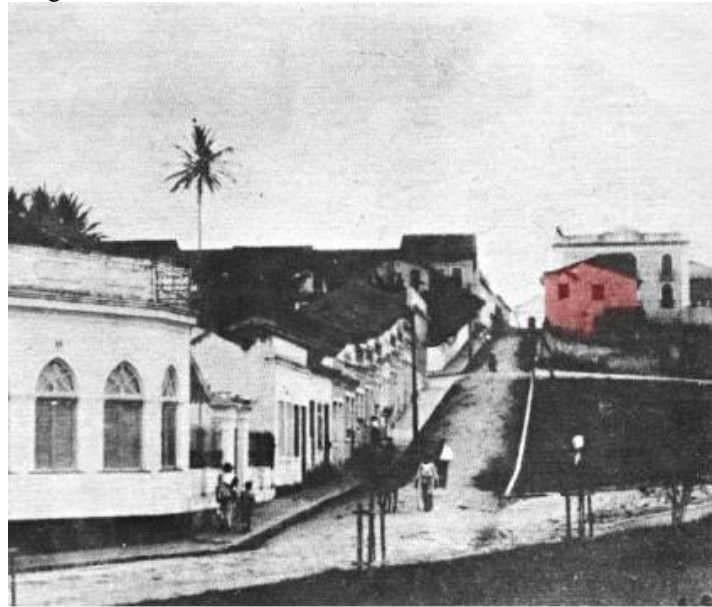
O projeto teve como ponto de partida a contratação do arquiteto carioca, Ulysses Petrônio Burlamaqui, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB) em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com um convênio junto à Caixa Econômica Federal para a construção do Edifício Sede do IAPB e dos apartamentos residenciais aos funcionários do Banco do Brasil, em um programa nacional de incentivo à casa própria em 1957, ano da aprovação do projeto. Burlamaqui sobrevoou a cidade para definir o local da primeira experiência de habitação multifamiliar em altura da cidade de João Pessoa e decidiu escolher o terreno de grande declividade ocupado pela antiga Escola de Música Antenor Navarro (figura 22), sendo doado⁴⁵ pelo governador Flávio Ribeiro Coutinho (1956-1957) (PEREIRA, 2008, p. 101):

Figura 21: Edifício Presidente João Pessoa em 2015



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Figura 22: Antiga Ladeira dos Pedrosa com destaque para a antiga Escola de Música Antenor Navarro



Fonte: Acervo Waldredo Rodrigues. Editado por Fernando Morais.

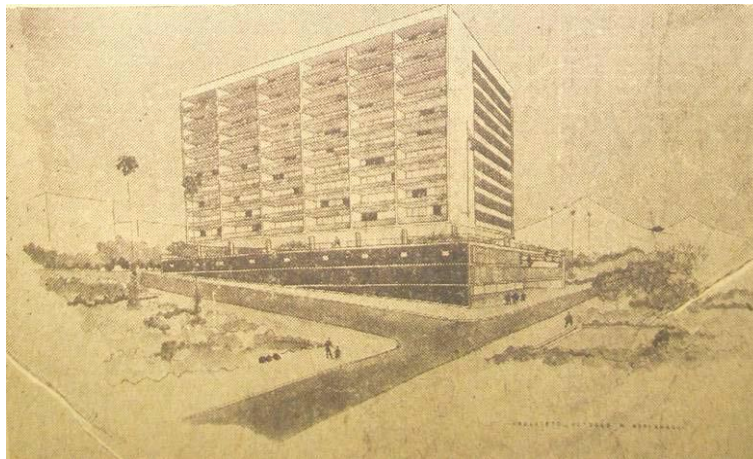
O arquiteto utilizou dos elementos formais, funcionais e estruturais referentes ao contexto da arquitetura moderna da época, que primavam pela redefinição, renovação e modernização da moradia através do funcionalismo e racionalismo plástico, a fim de instituir o edifício como o primeiro arranha-céu⁴⁶ da cidade e o maior de área construída (8.500 m²), (figura 23), rompendo com a predominante horizontalidade na paisagem do seu entorno devido ao seu elevado gabarito (figura 24). O edifício foi concluído em março de 1965,

⁴⁵Segundo Gomes Filho (2009) a antiga Escola de Música Antenor Navarro cederia o terreno na condição de receber o quarto andar da edificação, entretanto, ainda durante a construção, a própria Escola negociou o andar.

⁴⁶Define-se como arranha-céu como todo edifício alto com mais de dez pavimentos, com condições de habitabilidade humana, que faça uso do elevador de passageiros e da estrutura metálica ou de concreto armado (NERY, 2001, p. 26).

possuindo uso misto (institucional e residencial): ao INSS foram cedidos os primeiros pavimentos do prédio que seriam destinados ao setor de serviços da rede pública de saúde (no primeiro andar, com a entrada voltada para a Praça Aristides Lobo, funcionava uma farmácia vinculada ao INSS; o segundo andar era destinado ao atendimento pediátrico e ao consultório odontológico; no terceiro e quarto pavimentos encontravam-se os demais setores do INSS), enquanto aos bancários foi disposto o bloco residencial disposto em lâmina linear (facilitando a circulação da ventilação cruzada); o quinto pavimento composto por um mezanino destinado à realização de festas; e do sexto ao décimo sétimo pavimento encontram-se as 49 unidades habitacionais, sendo 4 apartamentos por andar em duas tipologias. Os maiores exemplares localizam-se nas extremidades do edifício e possuem 3 quartos, enquanto os menores, situados no centro, possuem 2 quartos.

Figura 23: Perspectiva do edifício de apartamentos Presidente João Pessoa em 1957



Fonte: Pereira (2008, p. 101) apud Carteira de empréstimos imobiliários do IAPB (1957, p. 1).

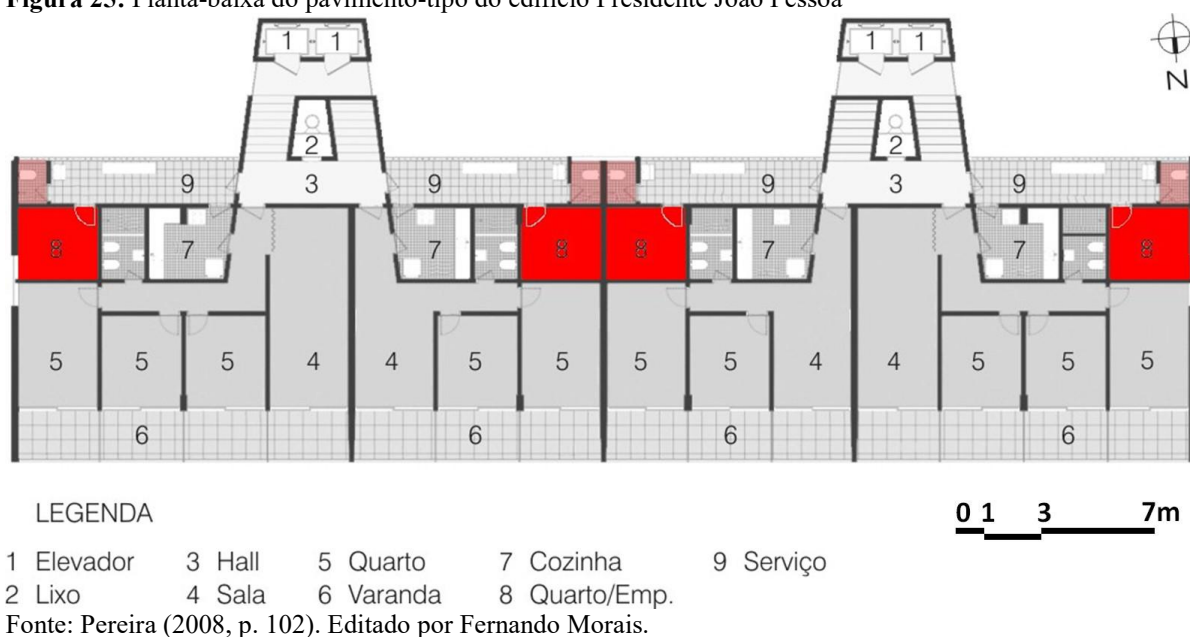
Figura 24: Vista panorâmica do centro histórico de João Pessoa em 1968



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

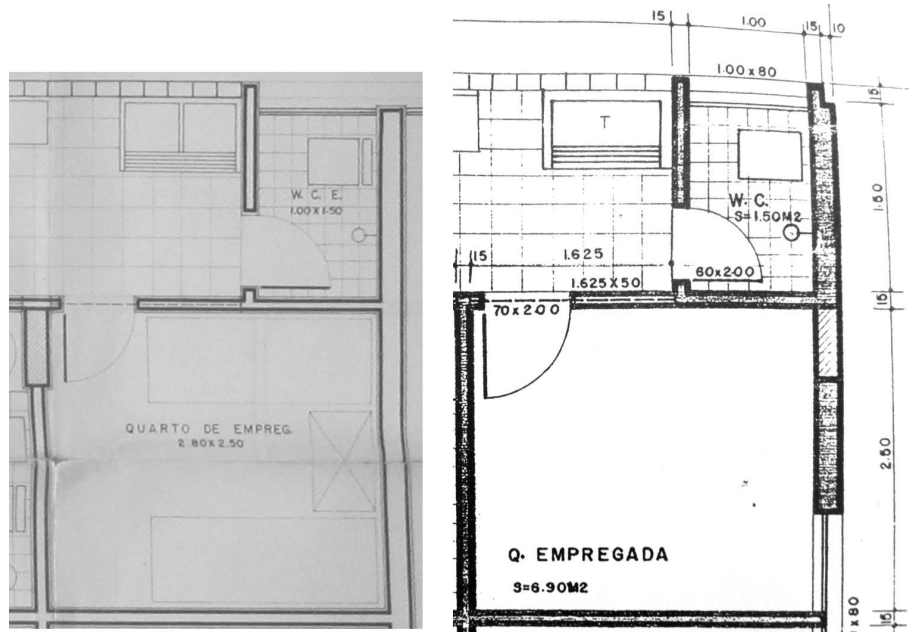
No Edifício Presidente João Pessoa, é possível encontrar o “quarto de empregada” nas duas tipologias (figura 25), como pode ser visto pela planta-baixa do pavimento-tipo, a diferença entre si é que o tipo de apartamento com 3 quartos dispõe a DCE na extremidade do edifício, enquanto o tipo de apartamento com 2 quartos é locado no centro, e, portanto, é rebatido, proporcionando as DCEs desse conjunto o efeito de enclausuramento, pois não possui contato com o exterior. Em todas as tipologias, o acesso é realizado de forma segregada e independente pela área de serviço, na qual a cozinha também possui duas portas, assim, priva a empregada doméstica do espaço familiar, enquanto o dormitório possui dimensões de 2,76 m x 2,50 m (6,90 m²), com janela externa e janela alta acima da porta na opção do apartamento tipo 3 quartos e apenas janela alta acima da porta no apartamento tipo com 2 quartos, com proposta de *layout* original (organização de mobiliário) e indicação de duas camas paralelas, com um criado-mudo⁴⁷ entre elas (figura 26). Este fato estimula o questionamento da ausência do guarda roupa nesta representação, embora, pelo tamanho deste cômodo, seja possível a troca de uma das camas pelo roupeiro de maior dimensão, ou, inserir um módulo de 1 porta na parede oposta a porta ao lado de uma das camas:

Figura 25: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício Presidente João Pessoa



⁴⁷O espaço de .90m entre as camas corresponde a largura de circulação e do mobiliário representado na planta-baixa, assim, é possível que caiba, de forma apertada, um guarda roupa de 2 portas, contudo, pela convenção de representação de guarda-roupa não representada como o costume, sugere-se a interpretação que o arquiteto tenha concebido um criado-mudo que serviria de apoio para ambas as camas.

Figura 26: Detalhes da dependência de serviço na planta-baixa original do edifício Presidente João Pessoa



Fonte: Acervo do Morador 1 (1957). Fotos: Fernando Morais (2015).

Em comparação às DCEs dos apartamentos do século atual, um ex-morador do edifício, Gomes Filho (2009), relatou que o arquiteto “não jogou a dependência de empregada em uma sobra de espaço qualquer, traçou cuidadosamente os aposentos da empregada, que são amplos, agradáveis, com total e absoluta privacidade e acesso exclusivo”. A privacidade anunciada no discurso do antigo morador do edifício pode estar camuflada como sinônimo de segregação, enquanto, em relação ao banheiro da empregada, não se pode afirmar que seja amplo, pois o mesmo apresenta apenas 1,00 m x 1,50 m (1,50 m²), com janela externa e representação da porta em frente ao chuveiro, que está ao lado do vaso sanitário. Contudo, não consta a presença da pia ou lavatório.

Na década de 1940, a orla da capital paraibana⁴⁸ sofreu significativas mudanças na sua paisagem. O discurso de modernidade, embasado nos novos conceitos de limpeza e saúde pública, possibilitou a consolidação de novas práticas no litoral relacionadas ao local de amenidades, de lazer e de turismo, desfazendo a imagem de espaço de malsão. A mudança afetou os elementos simbólicos e as representações das faixas litorâneas que, por sua vez, influenciaram diretamente o processo de produção e ocupação do seu espaço e por conseguinte da sua paisagem, (SOARES, 2012; MARTINS; MAIA, 2015) a partir: da

⁴⁸Segundo Soares T. (2012, p. 75-76), o atual perímetro que atualmente compreende o início da praia do Cabo Branco até a praia de Manaíra era unificado e denominado de Tambaú, sendo “parte do Distrito de mesmo nome, criado através da Lei Estadual de nº 2.638, de 20 de dezembro de 1961. [...] Entretanto, será só a partir de 1989, através do Art. 65 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias contidas na Constituição Estadual, que é revogada a criação do Distrito de Tambaú, reincorporando aquela área ao perímetro urbano da cidade de João Pessoa e delimitando os atuais bairros de Tambaú, Cabo Branco e Manaíra”.

abertura da Avenida Presidente Epitácio Pessoa, que facilitou o deslocamento da população que residia nos bairros centrais em direção ao litoral por meio do percurso linear de 6 quilômetros, possibilitando a criação de hábitos relacionados ao mar e visitas à praia durante o verão e nos fins de semana (figura 27) e impulsionando a construção de modestas casas para a temporada de veraneio e de uma vila de pescadores, denominada de Santo Antonio (LEITÃO, D., 1999); e do estímulo para construção e expansão de conjuntos habitacionais destinados à população de renda média pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), beneficiando a consolidação dos bairros contíguos à Avenida Presidente Epitácio Pessoa e a consequente valorização do seu entorno.

Figura 27: Foto da antiga da Avenida Almirante Tamandaré no bairro de Tambaú em 1927



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

Na década seguinte, surgiu a primeira habitação multifamiliar na orla paraibana, na praia de Tambaú, o edifício de apartamentos Santo Antônio (figura 28), projetado pelo arquiteto Mário Di Lascio em 1959 e construído pela Ausonia, constituindo-se na primeira obra desse gênero localizada no litoral de João Pessoa, mas também considerada pela publicidade da Pibigás como “o primeiro edifício da América do Sul a possuir sistema de instalações centralizadas de gás com medidores individuais” (PEREIRA, 2008, p. 105):

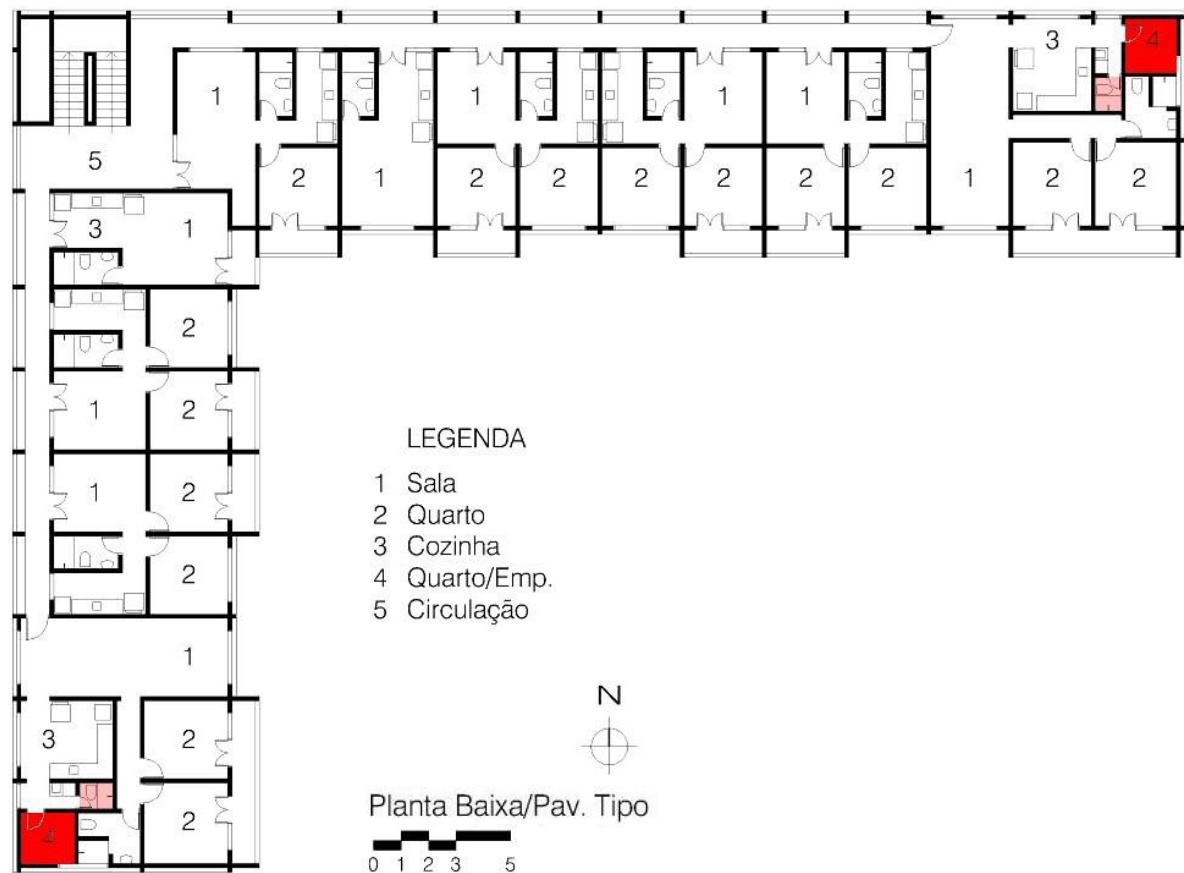
Figura 28: Edifício Santo Antônio em 2015

Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Após onze meses de construção, o edifício foi inaugurado em novembro de 1960 (figura 29) e se configurou como uma habitação possivelmente voltada ao uso sazonal, visto que “um zelador [...] se encarregará do serviço de limpeza do prédio, e cuidará dos apartamentos vazios, durante a estação chuvosa” (PEREIRA, 2008, p. 105 apud AUSONIA oferece..., 1960, p. 3). Com esse desígnio e, de acordo com os princípios da arquitetura moderna, o projeto foi conduzido pela economia e pela simplicidade construtiva expressas nos três pavimentos (dispensando a instalação de elevadores) que abrigam as 29 unidades habitacionais dotadas de um dimensionamento mínimo (figura 30):

Figura 29: Foto aérea do bairro de Tambaú com o Hotel Tropical Tambaú em construção e o edifício Santo Antônio já construído

Fonte: Acervo Humberto Nóbrega.

Figura 30: Planta-baixa do pavimento-tipo (1º e 2º andar) do edifício Santo Antônio

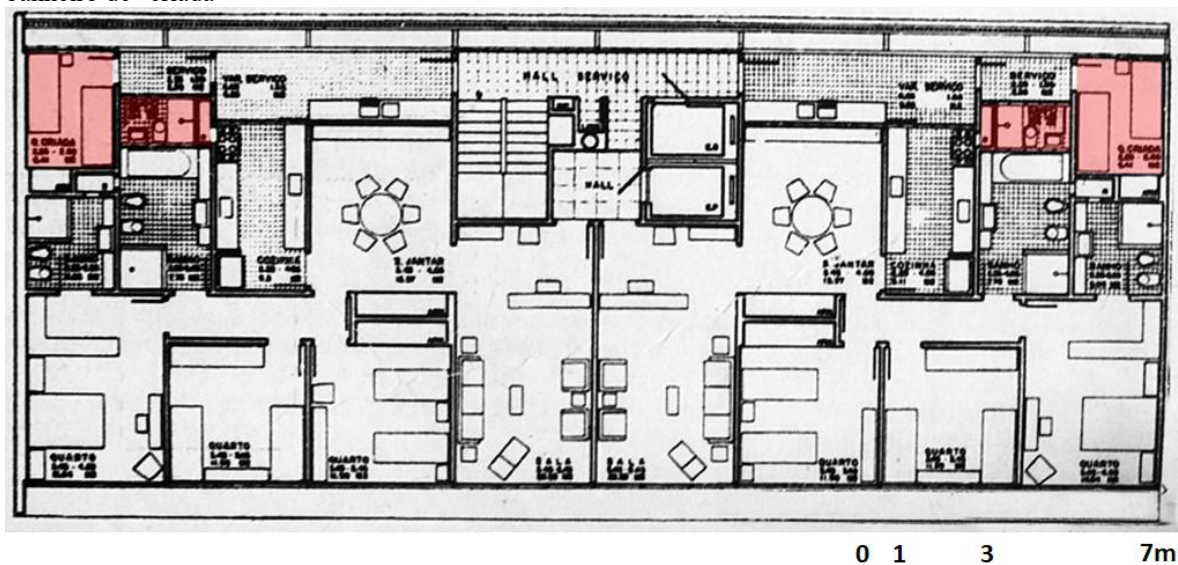
Fonte: Pereira (2008, p. 106). Editado por Fernando Morais.

Dos três tipos de apartamentos, as dependências de serviço estão presentes apenas na tipologia que está localizada nos pavimentos superiores (1 e 2 andares) e nas extremidades, no total de 4 exemplares. Ainda nesta tipologia, o acesso ao apartamento e aos demais aposentos é realizado pela única porta de entrada, evitando a distinção social. Após esta, encontra-se a área de serviço com tamanho reduzido devido à existência da lavanderia coletiva sobre o edifício, que substituiu a necessidade de áreas de serviço individuais. Neste espaço, apresenta-se apenas um tanque de lavar roupas, configurando-se mais como um hall de serviço que dá acessos individuais ao banheiro e ao quarto de empregada: o banheiro é separado do quarto e possui 1,65 m² de enclausuramento com uma pequena janela alta acima da porta, no qual foi adotada a mesma solução interna (não apresenta o lavatório) do edifício Presidente João Pessoa na sua representação⁴⁹, enquanto o quarto possui apenas 3,60 m², com uma janela de correr compartilhada com o cômodo vizinho (W.C.).

⁴⁹O único registro da organização espacial deste edifício foi encontrado na dissertação de Pereira (2008), que fez o levantamento e o redesenho do mesmo, deste modo, compreendemos que a nomeação dos ambientes e o *layout* disposto no banheiro sejam próximos dos desenhos originais.

Deste modo, todos esses espaços de serviço estão em consonância com o dimensionamento mínimo, ou abaixo dele, seja por decisão projetual do uso esporádico do apartamento ou simplesmente pelo desprezo na concepção acerca destes espaços para atribuí-los com metragens desconfortáveis. Este fato faz-nos evocar o exemplo dos alojamentos de serviço das superquadras no plano piloto de Brasília⁵⁰ (figura 31) que são descritos como espaços tão reduzidos que foram apresentados como despensas, sendo motivo de embaraço durante um congresso internacional de críticos de Arte em 1959 (LEMONS, 1978, p. 161).

Figura 31: Planta-baixa do pavimento-tipo do apartamento da superquadra sul 308, com destaque ao quarto e banheiro de “criada”



Fonte: Módulo (n. 17, p. 20, 1960). Editado por Fernando Moraes.

Segundo Chaves (2016), na década de 1960 a produção de habitações multifamiliares apresenta pouca variação na tipologia de apartamentos em um mesmo edifício, atribuindo a homogeneidade social, com poucas exceções. Em João Pessoa, selecionamos alguns exemplares: no bairro do Centro, o edifício Caricé, nas imediações do Parque Sólon de Lucena, também conhecido como “Lagoa”; e da Avenida Getúlio Vargas, áreas funcionais já valorizadas que estavam inseridas no núcleo central de residências, comércio e serviços, facilitando a rápida locomoção pedonal e o acesso aos usos diversificados e essenciais da cidade. Como indicava a publicidade de um edifício adjacente, ele se encontrava: “A 2 minutos do centro comercial da cidade. Pertinho de: Mercado, Colégios, Hospitais, 2 Restaurantes” (EDIFÍCIO Santa Rita, 1968, p. 4).

⁵⁰Projetado pelos arquitetos Marcelo Campello e Sérgio Rocha em Brasília (DF), no ano de 1959.

O projeto é de autoria dos arquitetos Florismundo e Heleny Lins, que apresentaram a primeira proposta do edifício de apartamentos Caricé na revista Acrópole em 1959, seguindo “as normas da arquitetura contemporânea, apresentando linhas simples, aspecto leve de forma a dar aos seus ocupantes as condições de vida ideal” (EDIFÍCIO de apartamentos, 1959, p. 111). No projeto, o edifício possuía dez andares, que abrigavam 40 unidades habitacionais com três tipologias de apartamentos de dimensões generosas e com quarto e banheiro de empregada, que alternavam em localização e tamanho (figura 32): na tipologia A (a menor, com 2 quartos), o dormitório e o banheiro apresentavam acessos distintos pela área de serviço, em que o quarto foi concebido com a forma de trapézio (dificultando a abertura das portas do guarda-roupa segundo o *layout* proposto), com a janela resguardada pela circulação de serviço, enquanto o banheiro era constituído como um cubículo, novamente com a representação gráfica indicando a ausência do lavatório; a tipologia B (a média, com 3 quartos) apresentava a solução mais segregadora do edifício, dispondo o acesso exclusivamente pela circulação externa e sem comunicação com o restante do apartamento, assim, formava um conjunto isolado e resguardado da fachada, composto pelo minúsculo hall de entrada central que dava acesso ao quarto, e, ao banheiro, o menor e o mais simplório de todas as tipologias (indicava apenas um vaso sanitário); enquanto a tipologia C (a maior, com 3 quartos e com novos espaços ao que era comum na época: suíte, gabinete, sala de música, bar, separação das salas de estar e jantar), condizente com o *status* da família e revelava de forma mais evidente a setorização dos espaços. Nesta última, o banheiro é resguardado e com localização justaposta ao quarto de empregada, colado na fachada e com capacidade de abrigar até três pessoas e dois guarda-roupas de casal, de tamanho equivalente aos demais dormitórios, eram agregados ao setor de serviço:

Figura 32: Anteprojeto dos pavimentos-tipo do edifício de apartamentos Caricé em 1959





Fonte: Edifício de apartamentos, 1959, p. 110-111. Editado por Fernando Morais.

Contudo, este projeto não chegou a ser executável, pois foi rejeitado pelos incorporadores e também engenheiros, Walter Vinagre e Romildo Marques, sob a alegação de “mal aproveitamento do terreno”, pois vai em oposição aos anseios da iniciativa privada, que busca o maior lucro por meio do maior aproveitamento do terreno, que reduz as dimensões das unidades habitacionais e aumenta a quantidade das mesmas, ocasionando no adensamento, deste modo, os mesmos se encarregaram do novo projeto que continuou com as três tipologias de apartamentos, grandes (3 quartos grandes), médios (2 quartos grandes + 1 quarto pequeno) e pequenos (2 quartos), a fim de flexibilizar o preço e o perfil de condôminos, totalizando 117 unidades habitacionais distribuídas em catorze andares (figuras 33 e 34), que resultou em uma construção de 17.000 m², equivalente ao Hotel Tropical Tambaú 18.576 m² (PEREIRA, 2008, p. 185). O novo projeto foi iniciado em 1964, e, devido à inadimplência, apenas foi concluído por volta de 1970, viabilizado economicamente por programas de financiamento para construção e aquisição da casa própria, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da Caixa Econômica Federal (CEF) que criou o circuito de crédito para o consumo e produção de edifícios multifamiliares especialmente destinado à conclusão de obras interrompidas por falta de recursos.

Figura 33: Edifício Caricé em 2015



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Figura 34: Publicidade do edifício de apartamentos Caricé em 1964



Fonte: Pereira (2008, p. 187) apud Edifício Caricé (1964, p. 5).

A planta-baixa do pavimento-tipo da proposta que foi executada (figura 35) revela o surgimento do elevador de serviço, indicando o início da separação social na circulação vertical na habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa. A implantação em “L” dispõe, nas cinco tipologias de apartamentos, o quarto e o banheiro de empregada vinculado ao setor de serviço, “células funcionais” (LARA, 2013), que alternam a localização, o tamanho⁵¹, as

⁵¹Medidas referentes ao levantamento do pavimento tipo do acervo do LPPM.

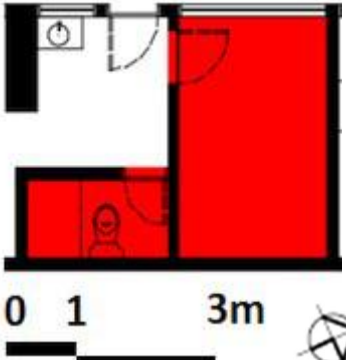
janelas e o mobiliário⁵² dos seus cômodos a depender da disposição do eixo sul-leste (quadro 2):

Figura 35: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos Caricé em 1964

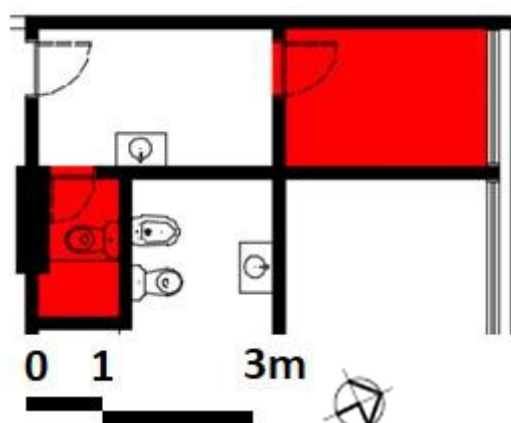


Fonte: Acervo LPPM. Editado por Fernando Moraes.

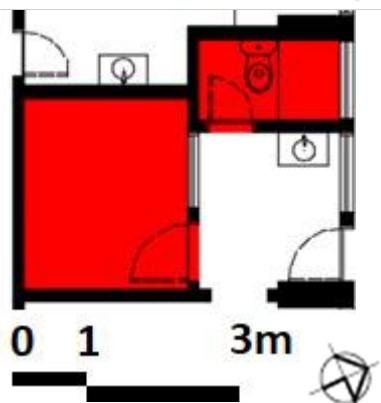
Quadro 2: Tipologias das dependências de serviço do edifício Caricé

Identificação	Quarto		Banheiro	
	Apt. Pequeno	Dimensões maiores (5,75 m ²)	Dimensão padrão (1,75 m ²)	
	Eixo Leste	Janela alta de cobogó para o corredor de circulação	Justaposto ao quarto Enclausurado	Janela alta de cobogó para área de serviço

⁵²Dependendo do tipo de apartamento foi identificada a inserção do guarda roupa embutido no quarto de empregada, a exemplo da tipologia Médio 3 Eixo Sul.



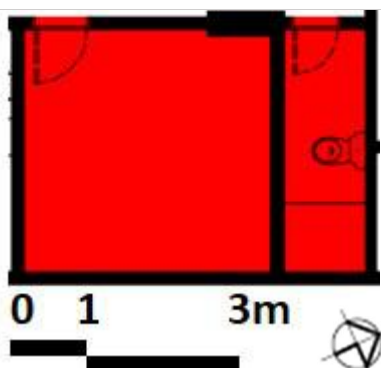
Apt.	Dimensões menores	Dimensões menores
Médio 1	(4,25 m ²)	(1,55 m ²)
Eixo Leste	Janela de correr para área externa	Separado do quarto Enclausurado Não possui janela alta



Apt.	Dimensões menores	Dimensão padrão
Médio 2	(4,70 m ²)	(1,75 m ²)
Eixo Sul	Janela de correr para área de serviço	Parcialmente justaposto ao quarto Janela alta de cobogó para o corredor de circulação



Apt.	Dimensões maiores	Dimensão padrão
Médio 3	(6,56 m ²)	(1,75 m ²)
Eixo Sul	Janela de correr para área externa	Separado do quarto Enclausurado Não possui janela alta



Apt.	O maior quarto (8,85 m ²)	O maior banheiro (2,95 m ²)
Aresta Sul-Leste	Enclausurado Não possui janela	Justaposto ao quarto Enclausurado Não possui janela alta

Fonte: Acervo de Fernando Moraes.

Através do quadro acima é interessante perceber que os banheiros de empregada continuam sem pia, ao mesmo ponto em que a disposição do quarto e do banheiro pode alterar a dimensão de seus cômodos, mesmo inseridos numa mesma área, visto que a tipologia do apartamento “médio 1” revela-se como a menor de todas, enquanto a tipologia de apartamento “pequeno” apresenta as dependências maiores que a tipologia “médio 2”. Já os aposentos de serviço na tipologia “grande”, fazem jus ao nome, visto que são maiores que os quartos sociais da tipologia “médio 3”, contudo, enclausurados, sendo um dos, se não o mais desconfortável do grupo. Outro aspecto interessante a ser observado nas tipologias “médio 3” e “grande” é a setorização e segregação sócioespacial no acesso ao quarto da empregada à área de circulação externa através de duas barreiras espaciais (portas da cozinha e da área de serviço), realçando ainda mais a invisibilidade do trabalhador doméstico. Ressaltamos que as tipologias de apartamentos pequeno eixo leste, médio 2 eixo sul e grande aresta sul-leste possibilitam que a DCE possua acesso reversível através de uma reforma que insira um segundo acesso, isto é, que introduza mais uma porta voltada para o corredor de circulação íntima.

Enquanto, na década de 1960, a orla da cidade de João Pessoa, correspondente aos bairros de Tambaú, Cabo Branco e Manaíra, passou por significativas transformações de maneira lenta até a década de 1970, observou-se a redução das habitações de fins de semana, de uso temporário, de veraneio e de férias, devido à substituição por moradias definitivas da elite, e a instalação de sistemas de infraestrutura, de transporte e de novos empreendimentos como clubes de lazer e o Hotel Tropical Tambaú, relacionados com a busca por uma nova alternativa de lazer, com a imitação dos novos hábitos e novos estilos de vida vinculados ao imaginário sobre a praia de Copacabana (Rio de Janeiro), e, com o discurso de modernização e consumo do “local ideal de moradia”, assumindo assim, caráter residencial e turístico à beira-mar (LEANDRO, 2006; SOARES, 2012). Tal ação também ocasionou a expulsão dos pescadores e da população de menor poder aquisitivo para áreas mais afastadas, à medida que a expansão urbana dos loteamentos e das construções avançava no litoral, em virtude da sua valorização tipicamente comum ao setor oceânico, este espaço recebeu melhoramentos devido à presença da elite, que atribuiu à sua identidade ao mar, passando a ser “associado definitivamente ao signo de modernidade” (VILLAÇA, 2001, p. 111).

O processo de verticalização na capital paraibana, em um primeiro momento, desvinculou-se de uma necessidade de adensamento (SOARES, T., 2012, p. 96), mas foi impulsionado pelos novos símbolos de desenvolvimento e progresso relacionados com a

cultura da praia-veranio e com a construção de uma imagem de cidade cosmopolita, em paralelo ao aumento da especulação imobiliária devido à localização privilegiada, à constituição como símbolos de *status* e ascensão social e ao atributo da amenidade:

Os proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades físicas, como o mar, lagoa, sol, sal, verde, etc., agem pressionando o Estado visando à instalação da infraestrutura urbana ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infraestrutura. Tais investimentos valorizam a terra que anteriormente fora esterilizada por um razoavelmente longo período de tempo. (CORRÊA, 2005, p. 18)

O exemplar residencial da orla da década de 1960 é o edifício João Marques de Almeida (figura 36), sob a incorporação e construção da IMPALA Imobiliária Paraibana Ltda., enquanto o projeto foi assinado em 1965 (figura 37) pelo seu próprio incorporador e engenheiro, Romildo Marques de Almeida, e, concluído em 1968, com treze pavimentos, confirmando a condição de símbolo de modernidade manifestada na tipologia do arranha-céu em um amplo terreno situado entre a falésia e o mar no bairro do Cabo Branco. O edifício manteve um estreito paralelismo em relação ao lote cuja implantação reincidiu nos traços da casa unifamiliar elitizada que persistiu na proposta da unidade de habitação moderna multifamiliar na dialética de frente-fundo: a fachada voltada para o mar (leste) era destinada à área nobre frontal, enquanto a voltada ao oeste era dirigida a disposição mecanicista dos equipamentos de serviço, evocando a tradicional distinção de uma área desprezada ou quintal, isto é, a “valorização social e arquitetônica das frentes e desprestígio dos fundos”, como descrito por Reis Filho (2014, p. 80).

Figura 36: Edifício João Marques de Almeida em 2015



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Figura 37: Publicidade do edifício João Marques de Almeida em 1965



Fonte: Pereira (2008, p. 190) apud Edifício João... (1965, p. 8).

Seguindo o mesmo modelo do edifício Caricé, não por acaso possuíram o mesmo engenheiro, foram dispostos apartamentos com variações de tipologias no tamanho das unidades, a fim de experimentação e comercialização de novos produtos pela iniciativa privada, em que foram propostos 5 tipos de unidades habitacionais que variavam entre 3 e 2 quartos (figura 38). Essas tipologias apresentavam inovações em sua planta-baixa, a exemplo que em uma de suas unidades dispunha, de uma suíte, enquanto a unidade de menor dimensão não possuía o quarto de empregada, muito embora “a variedade de tipos de apartamentos não chegou a resultar em uma ocupação social heterogênea, visto que o empreendimento se destinava a um público de veraneio, ou seja, uma segunda residência em um dos bairros do litoral” (CHAVES, 2016, p. 322). Os 3 modelos de quarto (aprox. 5,20 m²) e banheiro (aprox. 1,70 m²) de empregada apresentavam dimensões semelhantes, com sua disposição justaposta, sem acesso independente pela área de serviço, destacando que os banheiros continuavam sem a representação gráfica da pia (figura 39), enquanto apenas o quarto da unidade da extremidade sul e o banheiro da extremidade norte possuem contato direto com o exterior. Já o quarto da DCE da unidade norte, estava enclausurado, mas

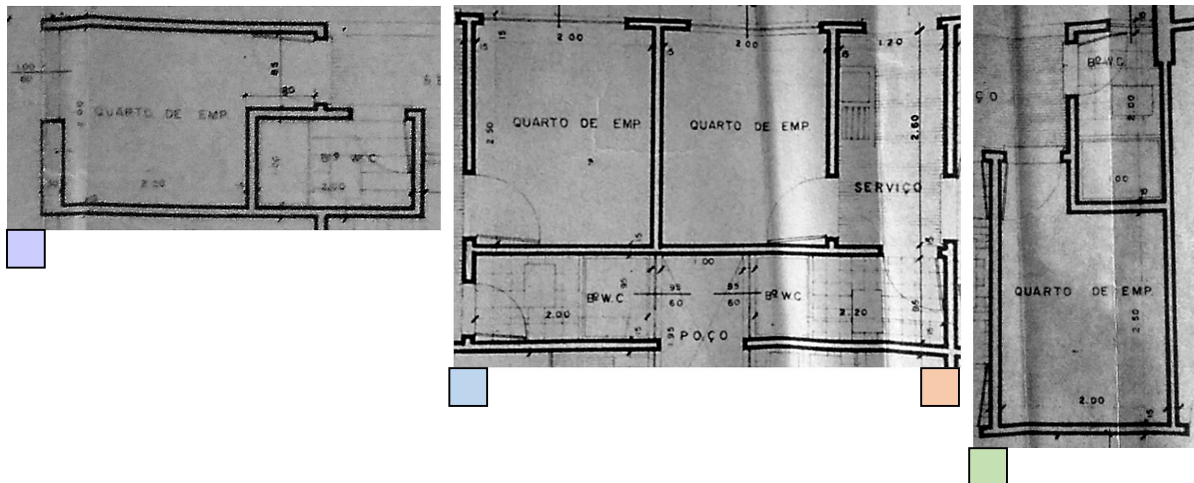
também apresentava a possibilidade de reversibilidade pela inserção de um segundo acesso voltado para o corredor de circulação íntima, enquanto o restante dos cômodos de serviço estava resguardado pelo corredor de circulação externa, enquanto alguns banheiros possuem vinculação ao poço de ventilação:

Figura 38: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos João Marques de Almeida



Fonte: Chaves (2016, p. 323). Editado por Fernando Morais.

Figura 39: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do edifício João Marques de Almeida



Fonte: Cartorio Eunápio Torres. Fotos: Fernando Morais (2016).

Na década de 1970, mais especificamente no ano de 1971, foi elaborada a legislação que regularia a partir de então as novas construções da cidade de João Pessoa: o Código de Obras Municipal⁵³. Nele constavam, pela primeira vez na capital paraibana, as referências de

⁵³Pelas indicações de Lemos (1978, p. 161) Saleiro Filho (2001 p. 34), e de Souza (1991, p. 64) é somente a partir da década de 1950 que o quarto de empregada passou a ter área mínima regulamentada em Códigos de Obras nas cidades brasileiras: na cidade de São Paulo (1955), a área mínima dessa dependência na zona de serviço não devia ser “inferior a 6 m² e não superior a 7 m²,” na cidade de Curitiba (1953) a área mínima era de

dimensões mínimas⁵⁴ indicativas ao quarto e banheiro de empregada, em qualquer tipologia de habitação, dispostas na Lei nº 1.347 de 27 de abril de 1971:

Art. 176 - Os sanitários de uso dos empregados domésticos terão área mínima de 2,00m² (dois metros quadrados) com forma geométrica que admita a inscrição de um círculo de 90cm (noventa centímetros) de diâmetro mínimo, e ser dotados de chuveiro, lavatório e W.C.

Art. 177 - Os quartos de uso de empregados domésticos terão área mínima de 5,00m² (cinco metros quadrados) com forma geométrica que admita a inscrição de um círculo de 2,00m (dois metros) de diâmetro mínimo dotados de pé direito não inferior a 2,40m (dois metros e quarenta centímetros). JOÃO PESSOA. Lei nº 1.347, de 27 de abril de 1971. LIVRO II - Das normas sobre obra TÍTULO I - Das construções, CAPÍTULO V - Das partes componentes das construções e outras condições, SEÇÃO V - Dos compartimentos, SUB-SEÇÃO V - Dos compartimentos de Serviços, p. 30, 2001 (JOÃO PESSOA, 2001b).

Ainda na década de 1970, foi sancionada a lei, 5.859 de 11 de dezembro de 1972, que estabelecia a caracterização do trabalho doméstico e a definição dos primeiros direitos trabalhistas dessa categoria. Assim, percebe-se a ascensão da necessidade de regulamentar a situação trabalhista e arquitetônica aos trabalhadores domésticos. Em relação às habitações multifamiliares desta década, é possível exemplificar um dos seus representantes no bairro do Centro através do edifício Manoel Pires (figura 40), de autoria do arquiteto Carlos Alberto Carneiro da Cunha com colaboração de Armindo Leal da Costa, Geraldo José Monteiro e Maria Helena Peixoto, em 1973, 2 anos após a elaboração do Código de Obras da Cidade, o que pode apontar os caminhos para intuir algumas modificações na configuração espacial interna dos apartamentos segundo as indicações legislativas. O edifício foi construído com recursos privados (Empreendimentos Pires Ltda. e em parceria com a IMENSA, Indústria Metalúrgica do Nordeste S/A) do comerciante Adrião Pires Bezerra, diretor-superintendente do Grupo Pires e membro de uma das famílias mais ricas de João Pessoa entre as décadas de 1960 e 1970, que pediu um empréstimo em dólar para tentar concluir a construção do empreendimento, mas devido a uma super desvalorização da moeda nacional na época. A dívida aumentou em 20 vezes e ocasionou na perda de todos os seus bens durante a construção, adiando o início das obras para o ano de 1975 (figura 41) e conclusão em 1977 (figura 42) (DINAMISMO, 1977, p. 3-4; BRITO, 2013):

5 m², enquanto em Salvador (1976) era de 6 m², em Rio de Janeiro, Florianópolis e Maceió era de 4,50 m², em 1984 o espaço aumenta para 6 m² no Rio de Janeiro, em Fortaleza era de 5 m² e o banheiro com 1,50 m².

⁵⁴Segundo às medidas recomendadas pela literatura, pode-se citar Almeida (2001), que relata que um dormitório precisa ter, no mínimo, 10 m² de área e uma janela; enquanto Neufert (2008) indica que o espaço mínimo para inserir uma cama e um armário é de 6 m².

Figura 40: Edifício Manoel Pires em 2015



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Figura 41: Publicidade do edifício Manoel Pires



Fonte: Pereira (2008, p. 198) apud Edifício Manoel..., (1975, p. 51).

O edifício caracterizava-se como um arranha-céu de uso misto: era composto nos três primeiros pavimentos pelo empreendimento de seu proprietário, o Gran Pires (também conhecido como o Lojão da Lagoa, que, posteriormente, abrigou a antiga loja de departamento Mesbla, substituída adiante pela loja Esplanada, que, mais recentemente, encerrou suas atividades e deu espaço para inauguração do Lagoa Shopping, em janeiro de 2017). Esta foi a primeira e maior loja de departamentos do Estado da Paraíba. Em seguida, inaugurou-se também a primeira escada rolante Otis instalada na Paraíba (figuras 43 e 44). No subsolo deste espaço havia um estacionamento, enquanto nos demais pavimentos superiores foram inseridas duas torres com doze pavimentos destinadas às moradias, elas eram compostas por duas tipologias de apartamentos nos pavimentos-tipo e, mais acima, a inovação de um apartamento com dimensões maiores e espaços diferenciados na cobertura *duplex*⁵⁵ (figura 45). Outro aspecto que se ressaltava era que o edifício foi implantado em frente à Lagoa, o que garantia localização e vista privilegiadas, em adição do prestígio que a família Pires possuía na sociedade paraibana, o que permitia realizar encontros sociais e hospedar convidados ilustres – autoridades, artistas e atletas – tanto em sua antiga mansão na

⁵⁵A cobertura *duplex* é caracterizada como a tipologia de um único apartamento com 2 pavimentos, no exemplar do edifício Manoel Pires é apresentada com acabamento de alto luxo e com ambientes exclusivos, como a piscina privativa.

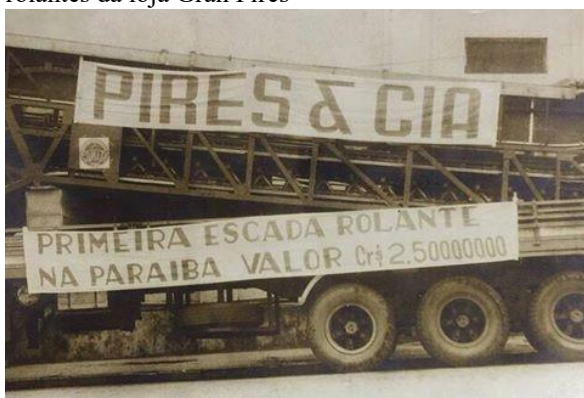
Avenida Presidente Epitácio Pessoa quanto no edifício Manoel Pires. Assim, esses espaços residenciais atuavam como palco privilegiado de práticas sociais da elite local:

Figura 42: Foto de 1977 do edifício Manoel Pires



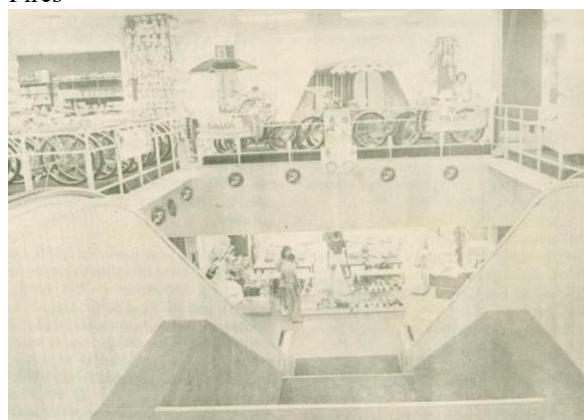
Fonte: Dinamismo (1977, p. 3), foto de Ariel Farias.

Figura 43: Foto de 1974 na inauguração das escadas rolantes da loja Gran Pires

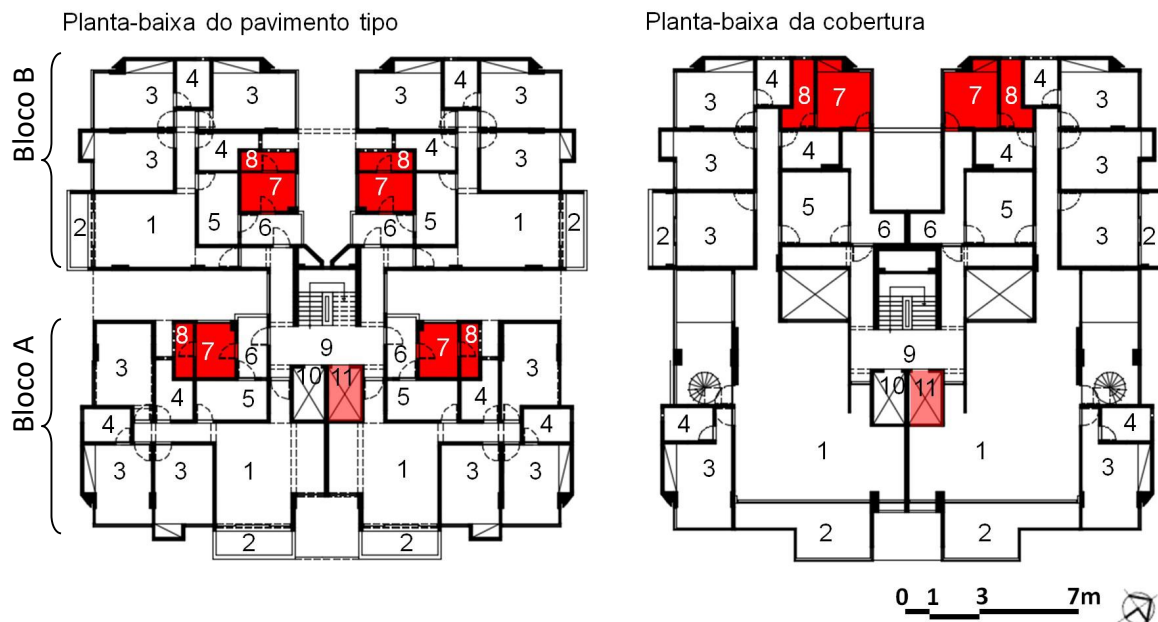


Fonte: Autor da foto desconhecido, publicada no perfil de Wilton Cesar Leitão no Facebook em 19 de maio de 2016.

Figura 44: Foto de 1977 no interior da loja Gran Pires



Fonte: Dinamismo (1977, p. 4), foto de Ariel Farias.

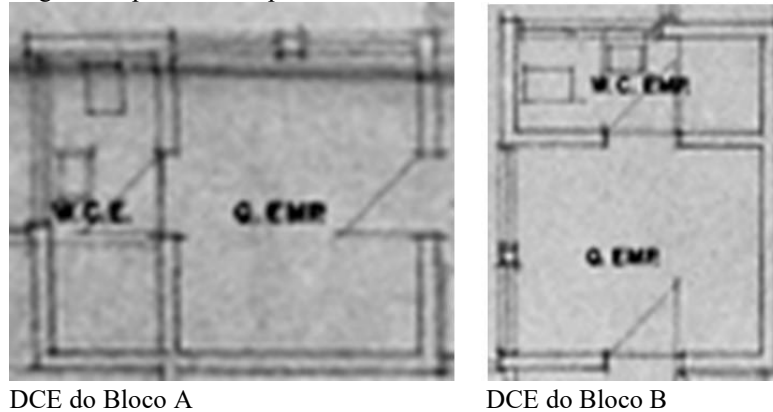
Figura 45: Planta-baixa do pavimento-tipo e da cobertura do edifício de apartamentos Manoel Pires

1 Sala | 2 Varanda | 3 Quarto | 4 Banheiro | 5 Cozinha | 6 Serviço | 7 Quarto de Empregada
8 Banheiro de Empregada | 9 Circulação | 10 Elevador Social | 11 Elevador Serviço

Fonte: Acervo do LLPM. Editado por Fernando Morais.

Em relação às dependências de serviço, verificaram-se algumas inovações, a exemplo da integração do banheiro ao quarto com circulação interna linear-central (pavimento-tipo) e linear-lateral (cobertura), formando a suíte, solução utilizada tanto no pavimento-tipo quanto na cobertura, e da inserção da pia no *layout* do banheiro (figura 46). O acesso ao quarto é realizado pela área de serviço, que, ao possuir duas portas de acesso, proporciona o aumento da invisibilidade do trabalhador doméstico e do seu espaço de morada-trabalho: quarto (5,06 m²) e banheiro (2,43 m²), presentes nas duas tipologias do pavimento-tipo com as mesmas dimensões e com janelas para área externa, auxiliando minimamente na ventilação e iluminação, já que estão recuadas da fachada. Já a cobertura, possui todos os cômodos maiores: o banheiro é estreito e comprido (4,14 m²), com janela alta, e o quarto é espaçoso (8,08 m²), sendo composto por um volume de armário embutido projetado para fora e por um grande conjunto de esquadrias em “L”, que pode tentar beneficiar a ventilação, mas prejudica o conforto térmico, devido à exposição solar no poente, e a privacidade do usuário, visto que esse cômodo coincide paralelamente com o quarto de empregada do apartamento adjacente:

Figura 46: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do pavimento-tipo dos blocos A e B do edifício Manoel Pires



DCE do Bloco A

DCE do Bloco B

Fonte: Chaves (2008, p. 61). Editado por Fernando Moraes.

Para a década de 1970, elegemos o edifício Estrela de Ouro (figura 47), idêntico ao edifício contíguo, Estrela de Prata, no bairro de Tambaú. Ambos possuem onze pavimentos e foram projetados pelo arquiteto William Blanco de Abrunhosa Trindade em 1974, enquanto a construção ficou ao encargo da CENARC (Construção, Engenharia, Arquitetura e Comércio Ltda.), caracterizando-se como “empreendimentos de um engenheiro paulista Yoshinore Kawabe, que traz os projetos já prontos de São Paulo” (ROCHA JUNIOR, 2012, p. 65). O edifício Estrela de Ouro foi concluído no ano de 1979, sendo um dos primeiros edifícios altos que se aproximou do segundo ciclo de verticalização da cidade, iniciado na década de 1980 (figura 48). Acerca do material gráfico, pode-se afirmar que não foi possível localizar qualquer fonte com o projeto arquitetônico dos edifícios Estrela de Ouro e Estrela de Prata⁵⁶, obrigando, então, a realização da medição e do levantamento *in loco* para o posterior redesenho do pavimento-tipo, que veio a contribuir com o registro inédito desse edifício (figura 49):

O pavimento-tipo apresenta uma única tipologia com rebatimento e, nela, as dependências de serviço localizam-se na parte posterior do edifício e não possuem acesso independente, pois a circulação é obrigatória pela área de serviço e cozinha até a entrada de serviço do apartamento. O quarto (4,86 m² ⁵⁷) e banheiro (2,75 m²) de empregada estão

⁵⁶Como os edifícios são idênticos, tentou-se procurar informações sobre ambos, recorrendo a consulta no/s (a/s): Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Cartório Eunápio Torres, Corpo de Bombeiros Militar - Diretoria de Atividades Técnicas, Administradora dos edifícios, Síndicos dos edifícios, Porteiros dos edifícios e consulta à alguns moradores dos edifícios. Deste modo, apesar de busca aprofundada nas fontes acima, não foi possível obter o projeto arquitetônico, levantando-se a hipótese que esse documento seja atualmente inexistente, assim como sua construtora, CENARC, que foi desativada.

⁵⁷O valor corresponde à medição *in loco* e está abaixo dos 5,00 m², estabelecidos como área mínima pelo código de obras, contudo, deve-se considerar que durante a execução é comum existir pequenas diferenças de medidas em relação ao projeto arquitetônico, o que permite supor que o projeto original tenha sido concebido de acordo com a legislação local, devido à proximidade das medidas coletadas com as exigidas.

especialmente separados pela área de serviço, que funciona como um *hall* e proporciona, de forma indireta, o único meio de comunicação com o exterior, já que a janela do quarto não é disposta para fachada, resultando em um cômodo possivelmente abafado, e o banheiro não possui aberturas, isto é, enclausuramento proposital já que janelas poderiam ter sido inseridas na fachada Sul.

Figura 47: Edifício Estrela de Ouro em 2015



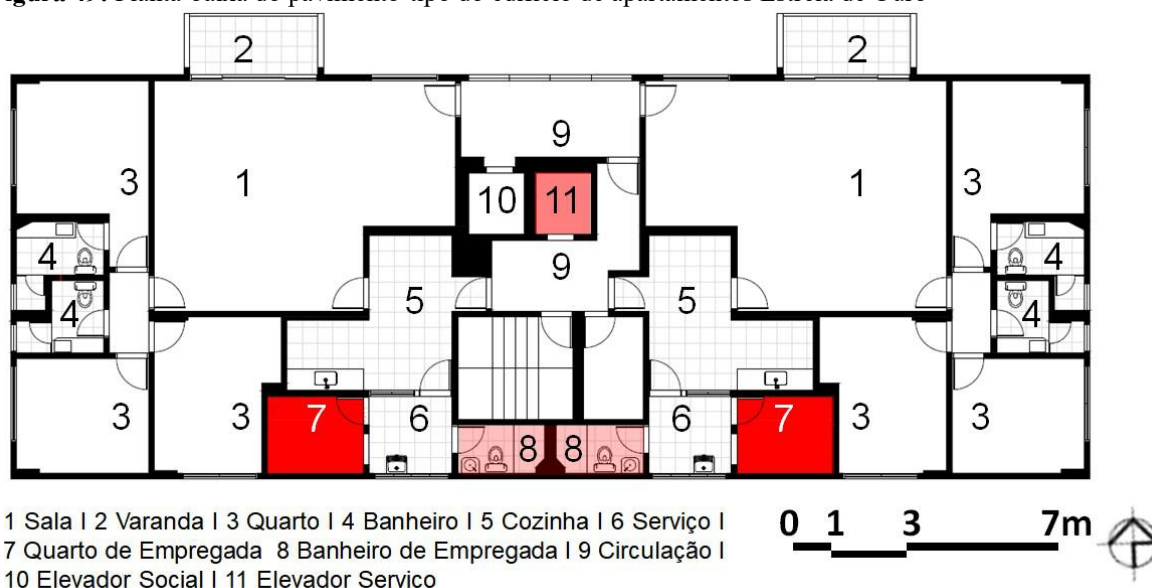
Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Figura 48: Anúncio de Jornal do Edifício Estrela de Ouro, 1979



Fonte: Diniz (2013, p. 21) apud Jornal O Norte, Acervo Estadual Waldemar Duarte – Funesc, 2012.

Figura 49: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos Estrela de Ouro



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

A partir da década de 1980 até o início dos anos 2000, na cidade de João Pessoa, foi registrado um segundo ciclo de verticalização. Pode-ser caracterizar seus efeitos pelo ritmo acelerado da incorporação dos edifícios altos à paisagem da cidade, enfaticamente, nos bairros litorâneos, que começaram a se expandir e adensar, consolidando a ocupação da orla, vinculada ao forte apelo simbólico dos novos edifícios multifamiliares. Os novos edifícios residenciais passaram por discussões legais acerca do limite do seu gabarito na área mais próxima à beira-mar e traziam novas investigações formais, volumetrias monolíticas, plantas-baixas de configuração radial e com o uso de suítes no programa arquitetônico residencial (CHAVES, 2016; DINIZ, 2013, PEREIRA, 2008).

Saleiro Filho (2001, p. 34-41) acrescenta que, ainda na década de 1980, o Brasil encontrava-se numa crise econômica causada pelo fenômeno da inflação, que gerou um processo de mudança de hábito doméstico, em especial, na contratação da trabalhadores domésticos permanentes, que passou a ser oneroso diante do novo cenário econômico e no uso dos seus aposentos. Assim, ocorreu a diminuição da incidência do empregado doméstico que pernoitava em seu trabalho, ou mesmo a sua substituição, pelo diarista, profissional que realiza a prestação de serviço doméstico sem vínculos empregatícios, resultando no início de um processo de transformação de uso nas dependências de serviço que passaram a assumir outras funções tais como: depósito, despensa, quarto de passar roupa, de material de limpeza e escritório.

Já os novos edifícios, começaram a apresentar uma nova disposição desse ambiente, que passou a apresentar maiores dimensões e condições de aeração e insolação, com possibilidade de estabelecer comunicação com as outras áreas da residência. Isso também possibilitou incorporar-se à habitação como um terceiro, ou quarto, dormitório, além de deslocar-se dentro da planta do apartamento, desencaixando-se da exclusividade do setor de serviço, onde se encontrava incorporado tradicionalmente. Deste modo, o espaço passou a possuir uma ou mais paredes comuns ao setor de território do patrão e também uma flexibilidade de duplo acesso: pelo setor de serviço, através da área de serviço ou cozinha, e pelo outro lado pelo setor social ou íntimo, através da circulação social-íntima, bem como pela sala ou pelos quartos, configurado-se como o quarto reversível ou multi-uso.

Durante a pesquisa, o primeiro exemplar da tipologia de quarto reversível foi encontrado no edifício Kumamoto (figura 50), projetado (a identificação do arquiteto ou do engenheiro não foi localizada) em 1986, a pedido do proprietário Francisco Italo Kumamoto,

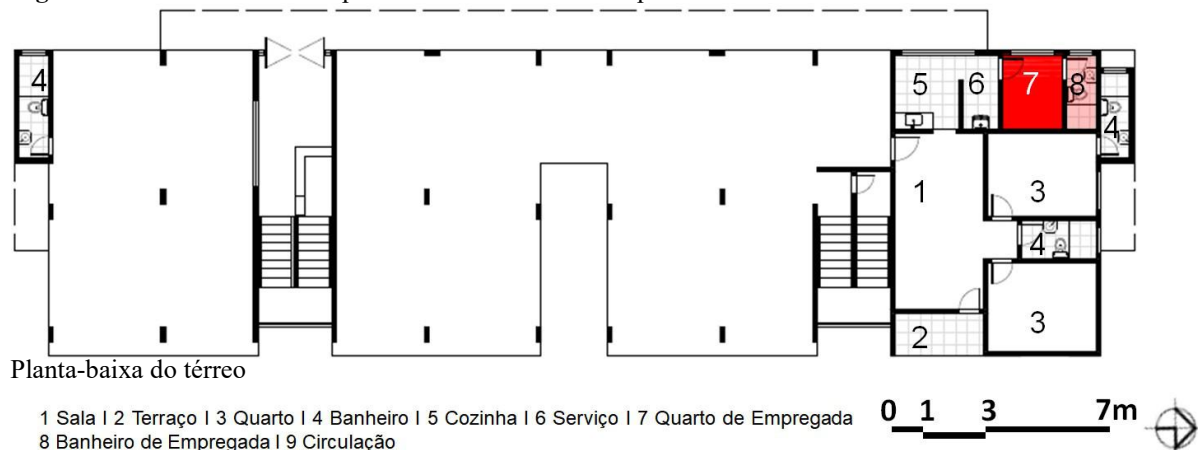
no bairro da Torre, nas proximidades da Avenida Presidente Epitácio Pessoa. O edifício possui 4 pavimentos, com 13 unidades habitacionais, sendo 1 no térreo e 12 nos 3 pavimentos superiores, sendo 4 por andar (figura 51). Em todos os andares as dependências de serviço estão presentes, na tipologia suíte, e com janelas voltadas para fachada oeste. No pavimento térreo o apartamento possui um único acesso, excluindo assim, o acesso independente do setor de serviço, o quarto de empregada possui 5,00 m² enquanto o banheiro (com box, vaso sanitário e pia) possui 2,50 m². Nos 1 e 2 andares, a tipologia do quarto de empregada vinculado ao banheiro se repete, com o acréscimo de um corredor de circulação que gera, o acesso de serviço pela cozinha, como também resguarda as janelas dos cômodos de serviço das unidades habitacionais centrais. Já no 3 andar, exclusivamente, a denominação desse cômodo passar a ser suíte, mesmo com a localização repetida, banheiro com a mesma medida do anterior e quarto que passou a ter 8,70 m², com acesso reversível pela área de serviço e pela sala única (figura 52):

Figura 50: Edifício Kumamoto em 2015



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

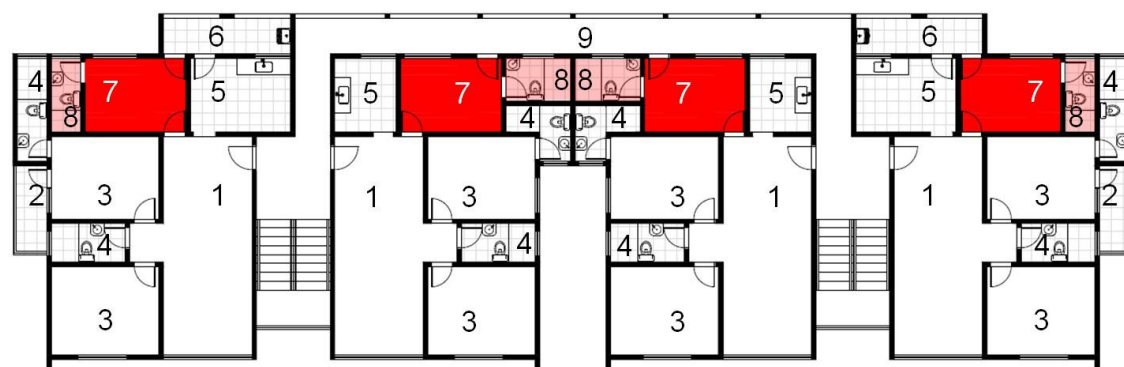
Figura 51: Plantas-baixas dos pavimentos do edifício de apartamentos Kumamoto





Planta-baixa do 1º e 2º andar

1 Sala | 2 Varanda | 3 Quarto | 4 Banheiro | 5 Cozinha | 6 Serviço | 7 Quarto de Empregada
8 Banheiro de Empregada | 9 Circulação



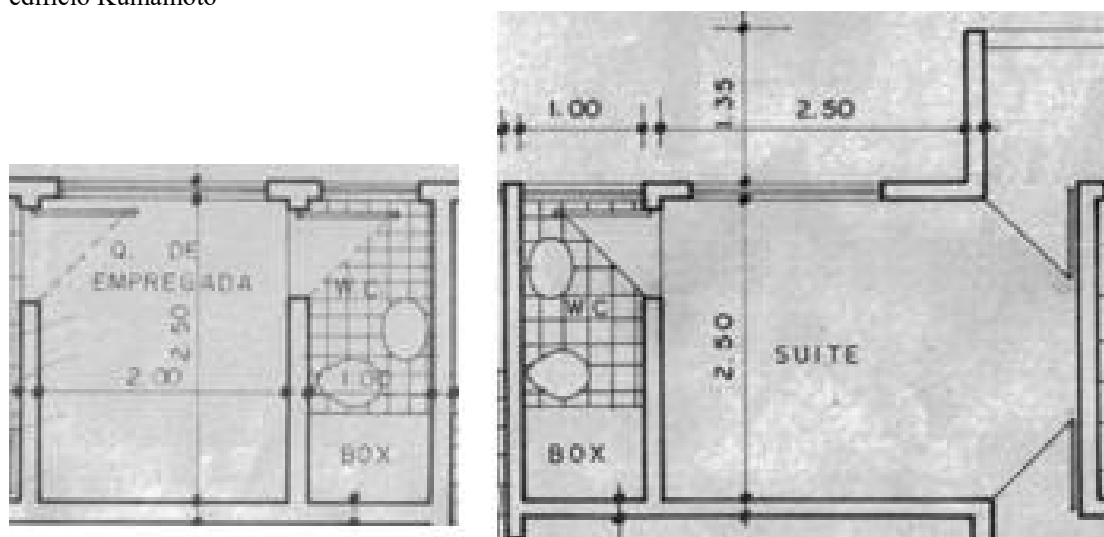
Planta-baixa do 3º andar

1 Sala | 2 Varanda | 3 Quarto | 4 Banheiro | 5 Cozinha | 6 Serviço | 7 Quarto de Empregada
8 Banheiro de Empregada | 9 Circulação



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Figura 52: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do pavimento-tipo do edifício Kumamoto



Planta-baixa da DCE do térreo, 1º e 2º andar | Planta-baixa da DCE do 3º andar

Fonte: Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa (1986). Editado por Fernando Morais.

No bairro de Tambaú, de esquina com a Avenida Presidente Epitácio Pessoa, encontra-se o edifício Clarissa VI (figura 53), projetado em 1986 pelo arquiteto Régis

Cavalcanti e erguido pela construtora Tadeu Pinto (figura 54), resultando em um edifício de 10 pavimentos, com 4 unidades habitacionais dispostas linearmente, sendo 2 tipologias de apartamentos rebatidas no eixo longitudinal. Em ambas as tipologias (figura 55), as dependências de serviço apresentam a caracterização de suítes com o acesso controlado pela porta da cozinha-área de serviço, embora não possuam acesso independente. Nos apartamentos das extremidades, o quarto de empregada possui $5,00 \text{ m}^2$, com janela inserida na fachada oeste e circulação interna paralela ao banheiro de $2,50 \text{ m}^2$ com *layout* completo e janela alta voltada ao poente. A tipologia de apartamentos centrais apresentou uma solução que resultou no formato trapezoidal nos quartos de empregada inseridos entre o elevador, essa disposição aumentou a área de circulação para o acesso desse equipamento, mas o chanfro ocasionou numa perda significativa de espaço nos quartos, embora os mesmos sejam maiores ($6,50 \text{ m}^2$) que a outra tipologia, eles também se distinguem por terem apenas janelas altas, enquanto o banheiro, com $2,49 \text{ m}^2$ possuem apenas janelas altas voltadas para o poço de ventilação, solução que impossibilita a incidência de iluminação direta nesse ambiente (figura 56):

Figura 53: Edifício Clarissa VI em 2015



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Figura 54: Anúncio no jornal de 1986 do Edifício Clarissa VI



Fonte: Diniz (2013, p. 22).

denominação “de empregada”, justaposto ao web, padronizado em todas as tipologias com 2,00 m², que, juntos, são condicionados pelo acesso distinto pela entrada de serviço, contudo, não independente (figura 58):

Figura 57: Edifício Nabor de Assis em 2015



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

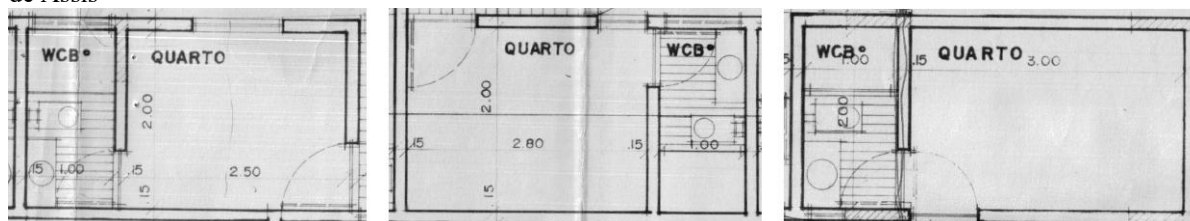
Figura 58: Planta-baixa do pavimento-tipo do edifício de apartamentos Nabor de Assis



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

As tipologias da suíte de serviço variam na disposição da implantação e no tamanho do quarto: a primeira, no setor sul, possui 6,00 m² e não dispõe de janela, dependendo da porta do quarto estar aberta para ter a incidência de iluminação e ventilação pela área de serviço – a mesma porta está inserida perpendicularmente com a porta do banheiro, portanto, barrando seu acesso quando aberta, mas também, devido à proximidade dos dois pontos de acesso beneficia o espaço interno de circulação –; a segunda, no setor norte, possui 5,00 m² com circulação interna paralela para o banheiro, dispondo ambos de janelas para o exterior; o terceiro é dependente de iluminação e ventilação indireta, dispondo o quarto de 5,60 m² e não possui janela, e, mesmo a porta do quarto estando aberta, há pouca incidência de iluminação e ventilação pela área de serviço, pois a única abertura da qual possui proximidade é o poço de ventilação (figura 59). Outro detalhe que a planta-baixa do pavimento-tipo revela é a possibilidade de reversibilidade de duas tipologias de apartamentos através de uma reforma que acrescente uma segunda porta voltada para o corredor de circulação íntima:

Figura 59: Detalhes das dependências de serviço na planta-baixa original do pavimento-tipo do edifício Nabor de Assis



Fonte: Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa (1994). Editado por Fernando Morais.

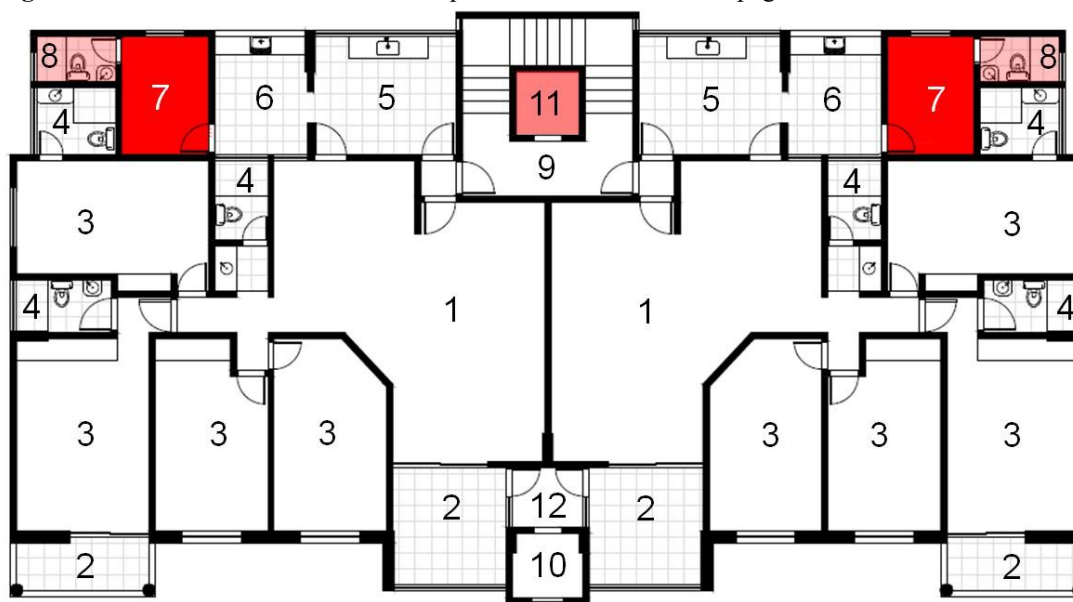
No bairro de Tambaú, encontra-se o edifício Maison D'Ampege, projetado em 1995, novamente pelo arquiteto Régis Cavalcanti e erguido pela construtora Tadeu Pinto (figura 60), resultando em um edifício de 16 pavimentos, com 26 unidades habitacionais e duas tipologias: do pavimento-tipo e da cobertura *tríplex* (1 apartamento com 3 pavimentos), nas quais se encontram o quarto conjugado do banheiro de serviço, formando a suíte (figura 61). No pavimento-tipo, o acesso a suíte da empregada não é independente, o quarto possui 6,60 m², com janela na fachada oeste, ao lado do banheiro de 2,30 m², sem janela. Já na cobertura *tríplex*, os mesmos aposentos são localizados no pavimento 2, acessado por meio de uma escada helicoidal na área de serviço ou pelo hall na circulação vertical geral (acesso independente pela escada e elevador). Mais adiante, encontra-se o quarto de 10,88 m², com duas portas, uma janela na fachada oeste, um espaçoso guarda roupa (provavelmente embutido) e um banheiro de 2,05 m², sem janela para área externa (figura 62):

Figura 60: Edifício Maison D'Ampege em 2015



Fonte: Acervo por Fernando Morais (2015).

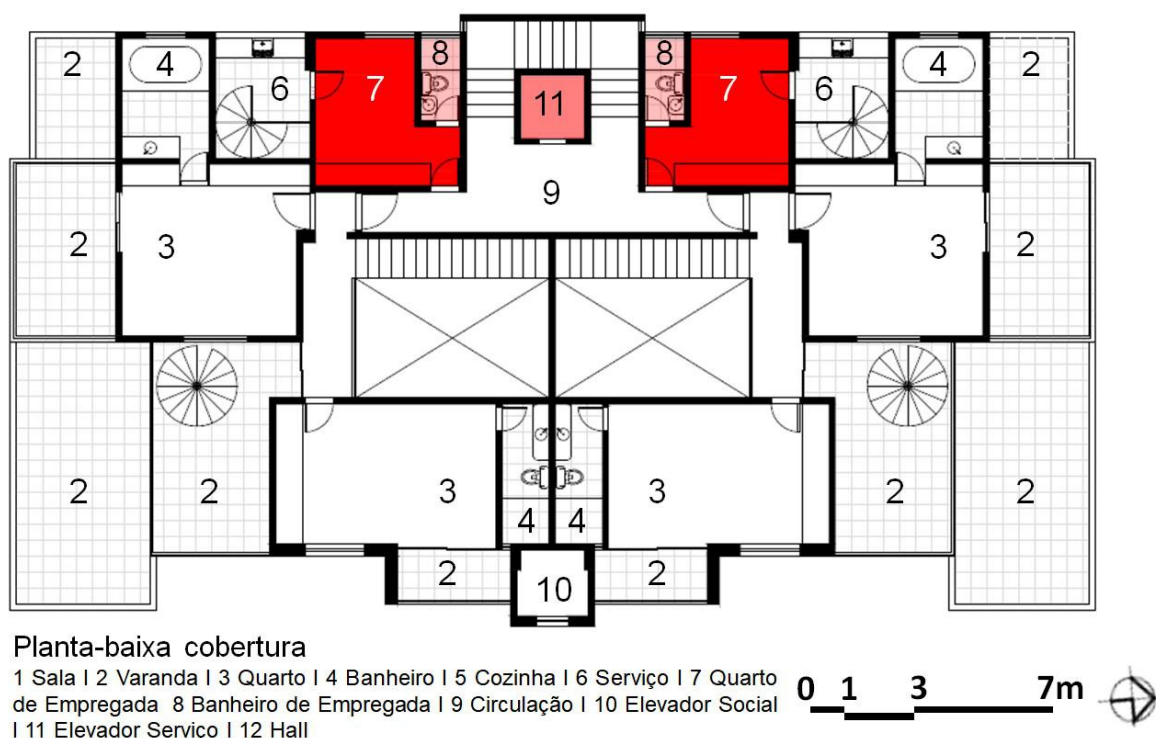
Figura 61: Plantas-baixas do edifício de apartamentos Maison D'Ampege



Planta-baixa pavimento tipo

1 Sala | 2 Varanda | 3 Quarto | 4 Banheiro | 5 Cozinha | 6 Serviço | 7 Quarto de Empregada | 8 Banheiro de Empregada | 9 Circulação | 10 Elevador Social | 11 Elevador Serviço | 12 Hall





arquiteto a gestão do uso desses equipamentos, assim como, se haverá ou não a proibição da circulação nos espaços de circulação externos e às áreas de circulação comuns dos edifícios, podendo as domésticas serem impedidas de permanecerem e reunirem-se no hall. Todavia, ressaltamos que, atualmente, o impedimento do empregado doméstico usar elevador social pode resultar em prisão, segundo o Projeto de Lei nº 6573/2006. Consideramos que há a necessidade da presença do elevador de serviço nos edifícios, visto que é ele que permite a circulação vertical com impermeabilidade e resistência às cargas, devido à aplicação de revestimentos adequados. Assim, seria injusto atribuir a exclusividade da sua concepção e vinculação apenas ao transporte dos empregados domésticos, embora, devido ao hábito segregatório presente na cultura brasileira, eles geralmente costumassem ser omissos e proibidos de utilizarem a circulação social. A diferenciação de circulação nos edifícios de apartamentos, com a adição de dois elevadores, pode até mesmo ser considerada algo característico dos projetos brasileiros. É o que afirma Lemos, para quem

a maioria esmagadora dos planos prevendo diferenciações de circulação, autoriza-nos a generalizar, dizendo que, ao contrário dos projetos de outros países, o apartamento brasileiro caracteriza-se pela dupla entrada, pela previsão de dois acessos, o nobre e o de serviço e pela instalação de dois elevadores separados para cada caso. (LEMOS, 1978, p. 179)

Com exceção dos edifícios com no máximo 3 andares: Santo Antônio (1959) e Kumamoto (1986), a maioria dos prédios pesquisados possui elevadores, em geral dois, social e serviço, com variações de disposição:

Hall e circulação em comum com elevadores justapostos ou paralelos (Presidente João Pessoa (1957), Manoel Pires (1973), Clarissa VI (1986));

Hall e circulação em comum com elevadores separados (Caricé (1964), João Marques de Almeida (1965) Nabor de Assis (1994));

Hall e elevadores distintos (Estrela de Ouro (1974), Maison D'Ampege (1995)).

Em sua maioria, podemos notar que, apesar da distinção de uso dos elevadores, os projetos aceitavam que eles dividissem o mesmo hall e a mesma circulação, mesmo quando separados. A reivindicação mais evidente dessa separação encontra-se nos projetos de 2 edifícios residenciais, quase como um atestado de *status* do edifício: no edifício Estrela de Ouro (1974), os elevadores foram locados de forma oposta num corpo centralizado, ao lado de uma porta que separa o *hall* e delimita a circulação social e de serviço. No edifício Maison D'Ampege (1995), a separação é explícita por duas circulações independentes e

separadas, que estabelecem a relação de frente-fundo, na qual cada elevador fornece o acesso ao seu próprio *hall*.

Já o acesso aos cômodos de serviço pode variar a depender da disposição das portas de entrada e da quantidade de portas internas que se deve atravessar para chegar às dependências de serviço. Segundo Lara (2013), cada uma dessas portas daria acesso a “células funcionais” distintas e a coexistência desses acessos distintos e contíguos seria um “resquício da relação entre casa grande e senzala”, em concordância com o apontamento de Reis Filho (2014, p. 78).

Em relação aos acessos externos, os edifícios podem apresentar o acesso único, sem distinção entre social e serviço, evitando a proposital ocultação do trabalhador doméstico, comum aos edifícios de veraneio na orla, edifício Santo Antônio (1959) e no edifício João Marques de Almeida (1965); ou possuir o acesso duplo, social e serviço, presente nos demais exemplares.

O acesso de serviço pode permitir a entrada tanto para a área de serviço, proporcionando independência e ligação direta ao quarto de empregada, presente nos edifícios Presidente João Pessoa (1957), Caricé (1964) e Manoel Pires (1973), quanto para cozinha, que, por sua vez, conduz à área de serviço, e, posteriormente, as dependências de serviço, presente nos edifícios Caricé (1964), Estrela de Ouro (1974), Kumamoto (1986), Clarissa VI (1986), Nabor de Assis (1994) e Maison D'Ampege (1995).

Independente para qual ambiente a entrada de serviço dará, devem-se considerar os mecanismos que a cozinha exerce na delimitação sócioespacial do quarto de empregada, pois ela é vinculada à área de serviço, permitindo um segundo acesso que pode ser controlado pela inserção de uma porta. Assim, ela possibilita isolar o acesso à cozinha e aos demais ambientes, após o horário de trabalho, a fim de: 1) evitar o uso não autorizado de alimentos e outros bens pelo trabalhador doméstico; 2) resguardar a segurança da família, tendo em vista o receio de que o empregado doméstico sirva de instrumento para assaltantes que queiram penetrar na casa; 3) resguardar a privacidade da família, caso seja permitida a entrada de familiares, amigos e acompanhantes do empregado doméstico no espaço de morada/trabalho.

O recurso de isolamento da cozinha, caso o acesso não seja independente pela área de serviço, pode ocasionar no enjaulamento do empregado doméstico após o expediente de trabalho, visto que nessas circunstâncias de controle dos acessos o trabalhador doméstico

pode ser considerado suspeito, um estranho convivendo sob o mesmo teto com a família empregadora que pode o restringir à área de serviço, mantendo a uma distância regulamentada dele. Os arquitetos forneceram os meios para que as medidas acima fossem executadas nos edifícios Presidente João Pessoa (1957), Caricé (1964), João Marques de Almeida (1965), Manoel Pires (1973), Estrela de Ouro (1974) e Clarissa VI (1986), a depender dos hábitos e das regras da família empregadora. Acrescenta-se, ainda, que a cozinha também pode criar o efeito de segregação ainda mais forte aos aposentes do serviço pela inserção de duas portas, sala-cozinha e cozinha-área de serviço, resguardando por completo todo o setor de serviço no intuito de ocultar e segregar ainda mais os cômodos que já são tradicionalmente camuflados. E, por último, há o acesso duplo no interior do apartamento do quarto reversível, tanto pela área de serviço quanto pela sala, presente na tipologia do 3º andar do edifício Kumamoto (1984).

A implantação do quarto de empregada apresentou uma diversidade de soluções, desfavoráveis, para a locação desse cômodo: na fachada, geralmente voltada ao poente, resguardada por um corredor ou pela própria volumetria do edifício, próxima ao poço de ventilação ou completamente enclausurada. Estabeleceu, ainda, a relação de frente-fundo / referenciando o antigo quintal da casa unifamiliar elitizada que nos apartamentos não existe a solução de um acesso isolado, pelo quintal, por exemplo, o que é feito, por um acesso secundário pela cozinha e pela área, uma alusão aos fundos incorporados ao corpo dos edifícios multifamiliares. A exclusão que antes era declarada, aberta, expressa pelo quarto no quintal, passa a ser na habitação multifamiliar, disciplinada pelas áreas de circulação, recuperando, dentro das casas e apartamentos, o espaço privativo e excludente.

Quanto ao tamanho do quarto de empregada, pode-se afirmar que ele esteve condicionado à configuração espacial da habitação multifamiliar brasileira, que reduziu consideravelmente os programas de necessidades e as dimensões dos cômodos da habitação unifamiliar, embora ainda tenha mantido os traços das segregações sociais ao tentar adaptá-los em espaços de menor dimensão, tornando-os ainda mais perversos. Deste modo, a localização, o acesso, o tamanho e as esquadrias das dependências de serviço são de competência e responsabilidade direta do arquiteto⁵⁸ e dos incorporadores, pois, raramente, o

⁵⁸Souza (1991, pp. 41-42) expõe em sua dissertação o pensamento de um entrevistado que sugere que a formação dos arquitetos é gerada por uma mentalidade elitista, que “busca agradar a uma classe dominante que precisa dessa escravidão, de ter essas pessoas (empregadas) a seu serviço. Então eles (arquitetos) são formados para isso. Tem que obedecer ao sistema. Cada um vai oferecer o seu artigo de venda e vende mais isso”, desta forma, os próprios sistemas de ensino e de prática profissional que vão (re)produzir os valores tradicionalmente aplicados nas dependências de empregada.

cliente vai fazer grandes exigências nesse cômodo. Assim, geralmente, esse espaço é concebido sem muita preocupação ao tentar garantir, no máximo, a adequação às condições mínimas de habitabilidade estabelecidas legalmente. Nessa perspectiva, a proposta arquitetônica desses ambientes é deixada para segundo plano, como se fosse a última etapa a ser projetada, é o espaço secundário referente à área que “sobra”, o resto”, locado em locais pequenos e menos arejados que podem, ou não, ser beneficiados por insolação.

Pode-se afirmar que o tamanho mínimo registrado foi no edifício Santo Antônio (1959), 3,60 m², e o máximo foi em uma das tipologias do edifício Caricé (1964), 8,85 m², resultando uma média de 6,22 m², o que é positivo, pensando isoladamente o tamanho, pois supera o valor mínimo estabelecido no código de obras de 5,00 m². A disposição do quarto e do banheiro de empregada foi inicialmente estabelecida de forma justaposta ou separada no setor de serviço, no qual se organizam as atividades essenciais que mantêm o funcionamento da casa, ou seja, cozinha, área de serviço e aposentos de empregados, em paralelo à disposição do setor nobre composto por quartos e banheiro. Assim, a empregada doméstica teria um banheiro para seu uso privativo, ao passo que os demais ocupantes da residência, com 2 ou 3 quartos, tinham que dividir coletivamente o único banheiro social entre si. A solução de deixar o banheiro independente do quarto permite uma maior flexibilidade ao possibilitar atender um maior número de usuários, pois o seu uso não depende do acesso ao quarto, o resguardando, por outro lado, também se reduz a privacidade do usuário enquanto realiza-se o percurso entre o quarto e o banheiro após o banho.

É somente a partir da década de 1970 que há a difusão do uso de suítes, integrando quarto e banheiro na DCE, o que denota uma solução “modernizadora”, que garante uma maior privacidade ao usuário, mas também delimita o uso do banheiro exclusivamente ao quarto. A disposição justaposta das primeiras dependências de serviço permite realizar adaptações ao gosto do morador por meio de uma reforma, ao mudar o acesso do banheiro, da área de serviço para o quarto ao lado, transformando numa suíte, ou, ainda, num quarto reversível caso a implantação seja entre a área de serviço e algum setor social e íntimo. Aos banheiros, do primeiro edifício multifamiliar (1957) na cidade de João Pessoa até o edifício João Marques de Almeida (1965) apresentavam-se muito pequenos, verdadeiros cubículos nos quais não foram representadas nas plantas-baixas as pias ou lavatórios, e, muito provavelmente, não foram inseridas durante a construção do prédio, proporcionando assim, o desconforto e a falta de privacidade para a empregada a usar o tanque de lavar roupa na ausência da pia no banheiro. O menor banheiro encontra-se no edifício Presidente João

Pessoa (1957, com 1,50m², enquanto o maior, no edifício Caricé (1964), com 2,95 m², com uma média de 2,22 m², segundo o quadro 3:

Quadro 3: As categorias de análise das DCEs nos edifícios do século XX

Década	Edifício	Implantação	Acesso	Quarto	Banheiro	
1950	-	Presidente João Pessoa	Justaposto	Independente	6,90 m²	1,50m² S/ pia
1959	-	Santo Antônio	Separado	-	3,60 m²	1,65 m² S/ pia
1960	-	Caricé	Justaposto	Independente	5,75 m²	1,75 m² S/ pia
1969	-		Separado	Independente	4,25 m²	1,55 m² S/ pia
	-		Separado	Independente	4,70 m²	1,75 m² S/ pia
	-		Separado	Independente	6,56 m²	1,75 m² S/ pia
	-		Justaposto	Independente	8,85 m²	2,95 m² S/ pia
	-	João Marques de Almeida	Justaposto	-	5,20 m²	1,70 m² S/ pia
	-					
1970	-	Manoel Pires	Suíte	Independente	5,06 m²	2,43 m²
1979	-	Estrela de Ouro	Separado	-	4,86 m²	2,75 m²
1980	-	Kumamoto	Suíte	-	5,00 m²	2,50 m²
1989	-	Clarissa VI	Suíte		5,00 m²	2,50 m²
	-				6,50 m²	2,49 m²
1990	-	Nabor de Assis	Suíte	-	6,00 m²	2,00 m²
	-			-	5,00 m²	2,00 m²
	-			-	5,60 m²	2,00 m²
	-	Maison D'Ampege	Suíte		6,60 m²	2,30 m²

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

A proporcionalidade das dependências de serviço com o restante dos cômodos do apartamento é presente apenas nas tipologias da cobertura dos edifícios Manoel Pires (1973) e Maison Ampege (1995), mas também na suíte reversível, no edifício Kumamoto (1984). Os aposentos de serviço nas coberturas possuem espaços maiores de acordo com o tamanho da unidade habitacional, que receberam um tratamento diferenciado, demonstrado no acesso independente, na inserção de suítes maiores com guarda-roupas embutidos e janelas com vãos maiores. A suíte reversível também se apresentou de forma superior às tipologias comuns aos edifícios, em tamanho e acessos, em comparação com o quadro 3, e, por isso, inclui-se na categoria especial de alternativas que melhoraram as condições do espaço destinado ao trabalhador doméstico, segundo os dados do quarto 4:

Quadro 4: As categorias de análise das DCEs especiais nos edifícios do século XX

Quadro 4: As categorias de análise das DCEs especiais nos carneiros do século XXI						
Década		Edifício	Implantação	Acesso	Quarto	Banheiro
1970	-	Manoel Pires	Suíte	Independente	8,08 m²	4,14 m²
1979						
1980	-	Kumamoto	Suíte	Reversível	8,70 m²	2,50 m²
1989						
1990	-	Maison D'Ampege	Suíte	Independente	10,88 m²	2,05 m²
2000						

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Outro aspecto que determina o conforto do usuário no quarto de empregada é referente ao investimento em janelas mais adequadas ao local de dormida, permitindo à

doméstica o acesso à paisagem exterior. Contudo, as janelas, em regra geral, são projetadas com dimensões mínimas. Na maioria das vezes, são inseridas aberturas acima da porta, ou do lado, geralmente com cobogó ou com vidros foscos, ou, janelas altas denominadas como “janelas boca de lobo” ou “janelas de pombos”, que não permitem aeração adequada à permanência confortável no quarto (mesmo à noite), que é comumente instalado no poente, local, portanto, extremamente quente. Há exemplares nos edifícios Presidente João Pessoa (1957), Caricé (1964), João Marques de Almeida (1965) e Clarissa VI (1986), nos quais ela ainda é inexistente! Nesse caso, o quarto não possui a incidência de ventilação, iluminação natural e sem o acesso a qualquer paisagem exterior, apenas conta com a porta que dá para a área de serviço, ou com uma pequena abertura acima da porta que é resguarda pela projeção do corredor de circulação, causando sombra, o que aumenta o seu desconforto para o uso pela empregada. Nessas condições, o quarto de empregada torna-se um local impróprio para dormida, pois elas ficam sufocadas, e ainda mais para sua moradia, sobretudo, considerando as características do clima da região, predominantemente quente durante a maior parte do ano.

Compreendemos que esses espaços são construídos nessas condições precárias pelo não reconhecimento da empregada como pessoa e trabalhadora. Assim, reduzem-se as dimensões do quarto, demarcam-se os espaços internos e limitam-se as áreas externas de circulação. Desta forma, a DCE reflete a ambiguidade dessas relações de trabalho/moradia criando espaços destinados à exclusão da empregada, do ambiente familiar, apagando, simbolicamente sua presença na casa. Deste acordo com o pensamento de Lemos (1978, p. 160), “até hoje não se tolera o único acesso à cozinha através da sala. No fundo a moderna kitchnette ainda é a cozinha da casa-grande, afastada da sala do patrão. No subconsciente, a criada é a escrava de presença desagradável”. Por Sinal, como observa Almeida (1994, p. 192) “a organização do espaço doméstico e a movimentação da empregada nele, procuram negar esta visibilidade da empregada no cotidiano familiar. É como se ao afirmar sua presença na casa, se colocassem, imediatamente, a necessidade da negação de sua presença na família”. Deste modo, a moradia e a circulação da empregada determinam a manutenção “do seu lugar”, resultando numa diversificação e superposição de controles sobre o espaço social das domésticas.

CAPÍTULO III

A DCE NA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR DO SÉCULO XXI

“Dois por dois mede o quarto da empregada / Pra mim ele vale muito, talvez pra outro não vale nada / O quarto da empregada não tem janela, ele não tem nada / O quarto da empregada não tem tevê, ele não tem nada...” (“Empregada”, de Wander Wildner, 1996).

A pesquisa tem como recorte temporal o período de 2001 a 2015, para a análise dos “quartinhos” dos apartamentos referentes aos edifícios construídos. Optou-se por este recorte em função da preocupação em retratar a contemporaneidade da temática abordada e dos processos de especulação imobiliária e verticalização, condicionados à diversidade do morar, aos novos direitos trabalhistas dos empregados domésticos e ao aumento do número de prestadores de serviços sem vínculo empregatício e domiciliar, que influenciam diretamente nos usos e na inserção da DCE nos novos programas arquitetônicos residenciais. De acordo com Chaves (2016, p. 326), a partir do século XXI, na cidade de João Pessoa, observa-se o que pode ser considerado como o terceiro ciclo de verticalização, caracterizado pela construção e divulgação dos edifícios, mas também na produção da paisagem urbana:

1. Consolidação do perfil de condomínio-clubes / *club residence* / supercondomínio: trata-se de uma tendência recente na cidade de João Pessoa, que agrega, numa mesma área, várias opções de consumo vinculados ao lazer, comércio e prestação de serviços, que resultam numa autossuficiência ao empreendimento que praticamente dispensa a necessidade do morador sair do âmbito residencial, ou seja, não viva a cidade, tendo “segurança, conforto e praticidade”, além de convívio social entre semelhantes. Eles surgiram dos discursos de venda que refletem e/ou induzem as necessidades de um público de alta renda através dos argumentos do aumento da violência urbana, do gasto de tempo na circulação urbana (engarrafamentos, tráfegos, longa distância até os destinos almejados), da maior participação da mulher no mercado de trabalho, que não tem com quem deixar os filhos, do maior número de idosos e da elevação das taxas condominiais, e, subdividem-se em dois tipos: o primeiro é definido por apartamentos grandes, um por andar, podendo ser denominado como “mansões”, onde cada unidade pode possuir até 2 DCEs; e o segundo, caracterizado pelo conjunto de pequenos apartamentos que dispensam a área de serviço e DCE, utilizando o recurso de *home-service*, de diaristas e de espaços coletivos para limpeza e manutenção das unidades. Os espaços de consumo valorizariam o empreendimento, no qual a união das três tipologias, comercial, serviços e residencial, numa única edificação, podem ser derivadas do conceito *Mix Building*, que atribui o diferencial de venda, sendo motivo de destaque na publicidade através dos seguintes setores:

1.1. Setores de lazer e entretenimento coletivo: são investimentos em áreas de uso coletivo ou áreas de uso comum, que, na maioria das vezes, possuem nomenclatura de origem inglesa, termos de elitização, a fim de priorizar a oferta de espaços sociais diversificados destinados às diferentes faixas etárias, gêneros e gostos dos condôminos. Os

atrativos convidam os moradores a saírem de seus espaços privados e se ocuparem em alguma atividade, estimulando a socialização entre os mesmos através dos subsetores:

1.1.1. Esportivo: quadras poliesportivas, quadra com areia, quadra de *paddle*, quadra de squash, quadra de tênis, campo de futebol, pista de cooper, *halfpipe* / pista de skate, pista de bocha, pista de golfe, academia, espaço *fitness*, sala de ginástica, sala de *bike indoor / spinning*, sala de artes marciais, sala de *ballet*, piscina (que pode ser aquecida), pranchário, bicicletário;

1.1.2. Relaxamento: sauna úmida/secas, spa com hidro, sala de pilates, sala de *yoga*, espaço de massagem, sala de descanso, espaço *zen*, espaço *futon*;

1.1.3. Recepções e gastronômico: *lobby* (sala de visitas), espaço *gourmet*, salão de festas, espaço pizza, churrasqueira, sorveteria, lanchonete;

1.1.4. Estudos: sala de estudos, espaço de leitura, biblioteca, ateliê;

1.1.5. Visuais: *lan-house*, *home cinema*;

1.1.6. Infante-juvenil: *playground* / *play aventura*, *play baby* / *pateo kids* / espaço *kids* / brinquedoteca, salão de festa infantil, piscina infantil gibiteca, ateliê infantil, salão de jogos *teen*, *game station*, *lounge teen*, espaço *teen* (espaço jovem), *garage band* (estúdio musical), *tecno house* (boate), boliche;

1.1.7. Adultos: espaço mulher / *beauty care* / *beauty center* (salão de beleza), *fumoir* (espaço para fumantes), *wine bar* (adega climatizada), champanheria, bar na piscina, salão de jogos *sênior*;

1.1.8. Limpeza e manutenção: *laundry café* (lavanderia de roupas coletiva + café bar), *car wash* (lavanderia automotiva);

1.1.9. Animais: *pet care* / *pet play* / *pet zoo* (espaço para animais);

1.1.10. Outros: praça de convívio, entre outros.

A promoção dos setores de lazer e entretenimento coletivo pode ser facilmente encontrada nos meios de publicidade dos edifícios residenciais, principalmente os de padrão de alto luxo, que são compostos por uma maior variedade e quantidade de equipamentos e espaços. Um dos exemplos é o edifício residencial Mansões Heron Marinho no bairro do Altiplano (figura 63):

Figura 63: Diferenciais do condomínio residencial Mansões Heron Marinho

https://alliance.com.br/imovel/mansoes-heron-marinho/imprimir? Pesquisar

Diferenciais

Conforto • Solário • Salão Gourmet • Deck • Espelho D'água • Espaço Mulher • Lobby	Lazer • Salão de Festas • Espaço Fitness • Sala de Jogos • Brinquedoteca • Quadra Recreativa • Piscina Infantil • Espaço Teen • Lounge • Home Cinema • Pet Play • Garage Band • Sala de Jogos Adulto • Playground • Piscina Adulto • Deck Molhado • Praça • Apoio Gourmet	Conveniência • Portaria • 05 e 06 Vagas de Garagem • Porte Cochère • Sala de Estudos • Administração • Acesso para carros • Sala de Espera para Visitantes • Sala de Motorista
Exclusividade • Saunas Úmida/Secas • Boliche • Squash • Piscina Adulto Aquecida • Quadra de Tênis		

Fonte: Construtora Alliance.

1.2. Setores de comércio, aluguel e venda incorporados ao edifício: a união entre moradia e comércio é qualificada pela simbiose: vantagem para o comerciante de ter o seu negócio próximo dos clientes, proporcionando um alto potencial de consumo interno, ainda mais se ele também for morador do condomínio, atraído pela facilidade de morar e trabalhar no mesmo lugar; e do outro lado, a vantagem para os moradores que podem ter comodidade e praticidade ao possuir estabelecimentos comerciais facilmente encontrados em ruas e shoppings centers dentro de condomínios residenciais, normalmente representados por conveniências, lojas de artigos gerais, lojas de bicicletas, restaurantes e bares. Na cidade de João Pessoa, essa tipologia encontra-se no edifício residencial Holanda's Prime Shopping Residence, que conta com um shopping interno com 27 lojas (figura 64):

Figura 64: Maquete eletrônica do Holanda's Prime Shopping Residence com lojas do shopping no pavimento térreo

Fonte: Construtora Holanda.

1.3. Setores de prestação de serviço: muitos condomínios também oferecem uma diversidade de serviços opcionais no itinerante de vendas que seguem o sistema “*pay per use*” (pague pelo uso, em inglês). Eles não estão incluídos na despesa mensal de condomínio, são cobrados à parte, conforme são usados, sistema semelhante aos hotéis e aos *flats*, sendo vinculados, geralmente, aos setores de limpeza e manutenção (*home-service*, diaristas, lavanderia de roupas e/ou de carros, manutenção básica (pequenos reparos no apartamento)); de serviços gerais de roupas (tinturaria, passadeira, conserto de sapatos e costura); de esportes (professores de Educação Física, *personal trainer* e recreacionistas); de saúde e relaxamento (fisioterapeutas e massagistas); de cuidadores de idosos e babás, de cuidados pessoais (profissionais da área de estética e beleza); e demais serviços, que podem ser solicitados com a própria administradora, empresas que supervisionam o dia-a-dia nos condomínios e fazem a ponte entre os condôminos e os diversos serviços externos. Na cidade de João Pessoa, pode-se citar o edifício residencial Massai Home Service 31 (MHS_31), no bairro Brisamar (figura 65), que oferece a prestação de alguns desses serviços:

Figura 65: Edifício residencial Massai Home Service 31 com serviços *pay per use*



Fonte: Construtora Massai.

Destaca-se que tais atributos adicionados aos edifícios reforçam a segregação socioespacial ou a autossegregação. Ao oferecer no edifício vários serviços que poderiam ser utilizados pelos moradores no bairro onde moram ou em outras áreas da cidade, estes se “enclausuram” no mesmo edifício onde residem. Tal característica esteve anteriormente presente de forma mais evidente nos condomínios fechados horizontais. A autossegregação, definida por Roberto Lobato Corrêa, é entendida como “segregação da classe dominante” (CORRÊA, 2005, p. 64).

Durante a pesquisa na sessão dos classificados dos jornais, pôde-se perceber que o discurso de venda de localização privilegiada, da vista panorâmica, de segurança e de proximidade de áreas verdes transformou-se em um cliché há muito tempo utilizado pelas construtoras e imobiliárias nos anúncios de vendas de apartamentos em condomínios fechados, ressaltando que a própria denominação desse empreendimento esclarece a intenção além do modo de habitação condominial, isto é, não se trata apenas do espaço partilhado entre coproprietários, pois se apresenta como o espaço que se faz cada vez mais valorizado devido à separação do ambiente que lhe é externo.

O aumento dos números dos condomínios-clubes potencializou o efeito dos espaços que se fecham em si mesmos, ratificando a autosegregação do espaço privado em relação ao espaço público, por meio da difusão explícita de um estilo de vida que traz como uma vantagem a comercialização de condomínios superequipados e autossuficientes, de modo que seus habitantes mantenham-se entretidos, servidos, acomodados e distantes do espaço público com a possibilidade de viver sem sair à rua, ou, saindo o mínimo possível, manifestando, também, o desejo de se fazer distinto sócioespacialmente. Assim, poucos foram os anúncios que ainda trouxeram a planta-baixa em seus espaços publicitários, pois o foco atual do *marketing* já não é mais vender as unidades habitacionais por suas qualidades espaciais, como tamanho do apartamento e a distribuição dos espaços internos, uma vez que o interesse está voltado na venda associada aos espaços de área comum, de lazer, de comércio e dos serviços que podem ser prestados, visto que a diversidade de atrativos citados acima são o “*carro-chefe*” das ilustrações que visam deslumbrar o leitor através dos seus ditos benefícios desse produto habitacional acoplado ao novo estilo de morar contemporâneo e elitizado, cujo grande destaque dado às imagens representa o diferencial de vendas entre a concorrência (figuras 66 e 67):

Figura 66: Anúncio publicitário de um edifício residencial sem constar a representação das plantas-baixas dos apartamentos a serem comercializados

16 - Paraíba - Domingo, 08 de Agosto de 2010

Classificados

CORREIO DA PARAÍBA



Fairmont RESIDENCE

Viva de bem com a vida.

Apto FINAL 01 81,09m² e 03 80,45m²

- 03 quartos sendo 1 suite
- Sala para 02 ambientes com varanda
- WC social
- Cozinha
- Área de serviço e WC de serviço

Apto FINAL 02 e 04 55,37m²

- 02 quartos sendo 1 suite
- Sala para 02 ambientes com varanda
- WC social
- Cozinha
- Área de serviço e WC de serviço

APARTAMENTOS A PARTIR DE R\$ 138.425,00*

FINANCIAMENTO DIRETO COM A CONSTRUTORA

859,36 MENSAL

** Valor médio em apartamento final, 02*

ÁREA DE LAZER PARA TODA FAMÍLIA.

- Piscina adulto e infantil
- Quadra poliesportiva
- Sala de jogos
- Playground
- Speedball
- Espaço Fitness
- Lobby de entrada com pé direito duplo

ÁREAS COMUNS ENTREGUES AMBIENTADAS PRÓXIMO AS BELAS PRAÇAS DE MANAIRA




CONSTRUTORA

EQUILIBRIO

CONSTRUTORA LTDA

hofmann

arquitetura

PLANTAS NA UNIDADE

Av. Prof. Maria Salas
700 - Torre 01
www.fairmontresidence.com.br

83 3247.0909 / 8743.5731

CRÉDITO

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 08 de agosto de 2010, p. 16.

Figura 67: Anúncio publicitário com 2 páginas destinadas para venda de um único edifício residencial sem constar a representação das plantas-baixas dos apartamentos a serem comercializados



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Publicidade, 14 de fevereiro de 2009, p. A18-19. Foto: Fernando Moraes (2016).

2) O aumento das unidades habitacionais com espaços reduzidos: como foi exposto acima, uma das tipologias dos condomínios-clubes caracteriza-se pela metragem interna reduzida dos apartamentos e pelo maior número de unidades habitacionais em um mesmo pavimento, nos quais algumas empreendedoras vendem a área comum do condomínio como uma extensão do espaço privativo, proporcionando a supervalorização e o aumento do tamanho das áreas comuns dos condomínios. Nóbrega (2011) destaca que:

a lógica de quanto mais unidades, habitacionais ou comerciais no mesmo lote, menor o valor a ser pago pelo propenso comprador pelo metro quadrado pretendido, não é uma realidade. O que se aplica é: quanto mais unidades habitacionais no lote, maior o lucro dos agentes imobiliários. O capitalismo vence a lógica, que deixa de ser óbvia em detrimento da valorização da mercadoria. (NÓBREGA, 2011, p. 106)

Desta forma, a tipologia de apartamentos compactos é uma tendência recente e está em crescimento na cidade de João Pessoa, na qual produz espaços como *lofts*, estúdios, *kitchenette* ou apartamentos de até dois quartos, nos quais excluem o espaço da área de serviço e da DCE pela substituição por lavanderias coletivas e pela prestação de serviço doméstico por diaristas ou *home-service*.

A ascensão dessa tipologia indica duas vertentes. A primeira é resultado dos altos custos do preço fundiário, da especulação imobiliária, e dos próprios custos referentes à construção do empreendimento, que estimulou a redução das despesas com obras ao aproveitar ao máximo os espaços disponíveis por meio da integração e compartilhamento dos ambientes e da redução de todos os cômodos, principalmente na cozinha e no banheiro, devido ao custo com instalações hidráulicas e revestimento ser maior. Já a segunda, é resultado de uma demanda do novo perfil de cliente/morador que almeja unidades habitacionais compactas, relacionadas aos novos modos de morar contemporâneo, que fazem uso das novas tecnologias dos aparelhos domésticos, da funcionalidade dos móveis planejados, da facilidade de limpeza em um espaço compacto, do racionalismo e minimalismo, do custo mais econômico na divisão da mensalidade do condomínio-clubes, e, das novas configurações familiares: solteiros, divorciados, idosos e seus cuidadores, famílias compostas por até três pessoas e sem empregada doméstica. Segundo o diretor de uma construtora da cidade de João Pessoa, parte da procura por essa tipologia também pode ser atribuída pelas “mudanças em função dos reflexos da PEC das Domésticas. Muitas famílias não querem mais ter uma empregada doméstica em casa para dormir. Com isso, muita gente não vai precisar de mais um cômodo de dependência de empregadas, o que torna os imóveis mais compactos” (HOME, 2015).

Contudo, é possível afirmar os anúncios publicitários dos apartamentos nos jornais apresentaram o dado que o espaço da DCE não reduziu de tamanho generalizadamente nos apartamentos de mesma tipologia, pois houve uma variação de até 15 metros, que tanto aumentou quanto diminuiu o tamanho do cômodo, independentemente do intervalo de uma década, e, que equivale à inserção de mais um cômodo na unidade habitacional ou ao aumento do tamanho dos cômodos, constatado nos quadros comparativos 5 e 6, que apresentam dois lançamentos de apartamentos nos mesmos bairros e com o mesmo programa arquitetônico, isto é, a mesma quantidade de ambientes:

Quadro 5: Quadro comparativo de dois apartamentos anunciados no bairro de Manaíra entre 1999-2009



Fonte: A) Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 04 de julho de 1999, p. 2; B) Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 25 de janeiro de 2009, p. 17. Editado por Fernando Morais.

Quadro 6: Quadro comparativo de dois apartamentos anunciados no bairro Jardim Oceania entre 2002-2011



Fonte: A) Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 05 de maio de 2002, p. 26; B) Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 06 de novembro de 2011, p. 2.

3) O “boom imobiliário”, o processo de verticalização, a especulação imobiliária e a legitimação de um processo de expansão sul que reconfiguram o processo de ocupação do solo urbano nos bairros litorâneos destinados às rendas mais altas, isto é, onde se concentram as novas DCEs nas habitações multifamiliares do século XXI? Como já foi explanado no capítulo anterior, a expansão e a verticalização na cidade de João Pessoa seguiram rumo à orla, como na maioria das cidades litorâneas, sem o objetivo inicial de adensamento, mas pelo simbolismo do *status*, da modernidade, do progresso, do turismo e da proximidade das áreas de amenidades, o mar. Adiante faremos um resumo dos processos urbanos que decorreram desde o início do século XXI e que influem na produção da DCE nos edifícios multifamiliares, destacando primeiramente que no ano de 2012 houve o ápice do que ficou conhecido como um “boom imobiliário⁵⁹” na cidade de João Pessoa, que resultou em um acelerado processo de verticalização de várias áreas da cidade, e que se prolonga até os dias atuais, conforme os dados dos anuários de alvarás de construção das habitações multifamiliares da soma dos usos R5 e R6⁶⁰ emitidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa⁶¹:

Quadro 7: Anuários de alvarás de construção das habitações multifamiliares da soma dos usos R5 + R6 na cidade de João Pessoa (PB)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PMJP Alvará	67	93	40	39	50	88	97	111	124	148	118	119	82

Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa (SEPLAN/PMJP). Editado por Fernando Morais.

De acordo com Fernandes (2013, p. 153), um dos fatores que colaboraram com o crescimento do setor da construção civil no Brasil foi estabilização econômica que permitiu a abertura de crédito imobiliário nos bancos públicos e privados promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em adição da alteração na política de financiamento, que se deu após 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que impulsionou mais ainda o mercado imobiliário, possibilitando uma atuação de maneira ainda mais efetiva

⁵⁹Expressão de origem inglesa que significa o desenvolvimento acelerado da atividade econômica no setor imobiliário de uma cidade, estado ou país.

⁶⁰De acordo com o Anexo 8 - Classificação e Codificação dos Usos do Solo no Código de Urbanismo do município de João Pessoa, que aborda a classificação e codificação do uso do solo, a tipologia de uso Residencial 5 (R5) consiste em mais de duas habitações por lote agrupadas verticalmente em edificações que tenham altura limitada em 3 (três) pavimentos sendo em todos os casos admitindo a solução duplex para o último pavimento, enquanto o uso Residencial 6 (R6) compreende as residências multifamiliares contendo mais de duas habitações por lote, agrupadas verticalmente em edificações que tenham altura de mais de 3 (três) pavimentos, considerando-se obrigatório o uso de pilotis (JOÃO PESSOA, 2001a).

⁶¹Os dados apenas começaram a serem contabilizados a partir do ano de 2003 porque não há dados referentes aos anos anteriores no sistema da Prefeitura Municipal de João Pessoa. O quadro com os dados completos encontra-se nos Apêndices.

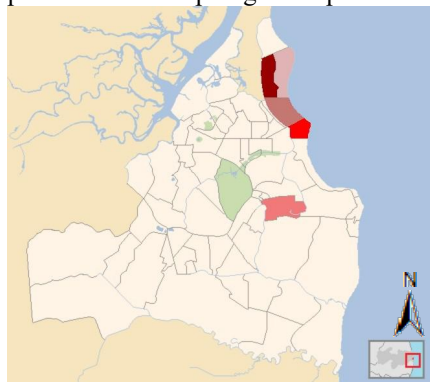
junto ao mercado da construção e fornecendo uma maior credibilidade para o construtor, que passou a concluir suas obras em prazos mais curtos, mas também, beneficiou o consumidor que passou a ter uma maior facilidade de parcelamento para adquirir imóveis de valores superiores.

O cenário brasileiro do impulso no setor da construção também atingiu a cidade de João Pessoa, cujo principal fator que gerou a supervalorização do metro quadrado foi o aumento do volume de procura por imóveis, em adição da dificuldade de contratação de mão de obra para construção civil, do crescimento da cidade e da melhoria na qualidade espacial dos empreendimentos, que resultou num acréscimo de vendas de mais de 263,30% entre 2005 e 2010 na orla marítima, visto que a cotação de janeiro de 2005 custava em média R\$ 1.477, enquanto em junho de 2011 o preço médio registrado foi de R\$ 3.889, segundo os dados do Sindicato da Indústria da Construção Civil em João Pessoa (Sinduscon-JP) (OLIVEIRA, J. 2011).

O “*boom* imobiliário” resultou na efetiva verticalização de várias áreas da cidade, principalmente na tipologia de habitação multifamiliar, segundo a comparação dos dados dos censos demográficos dos anos de 2000 e 2010⁶² (tabela 1), nos quais se pode comprovar a concentração de edifícios residenciais verticais nos bairros litorâneos no sentido norte, como Tambaú, Manaíra, Jardim Oceania e Aeroclube, voltados para camadas de média e alta renda. No sentido sul, no bairro Jardim Cidade Universitária, composto por muitos estudantes, devido à proximidade com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), foi destinado ao perfil com renda média-baixa e média, e, portanto, o bairro é predominantemente formado por habitações multifamiliares com espaços compactos de 2 ou 3 quartos e sem DCE, resultando numa baixa representatividade de exemplares com DCE na pesquisa:

⁶²O quadro com os dados completos encontra-se nos Apêndices.

Tabela 1: Tabela ilustrada dos 5 bairros com o maior número de unidades de domicílios particulares permanentes na tipologia de apartamentos em João Pessoa nos censos de 2000 e 2010

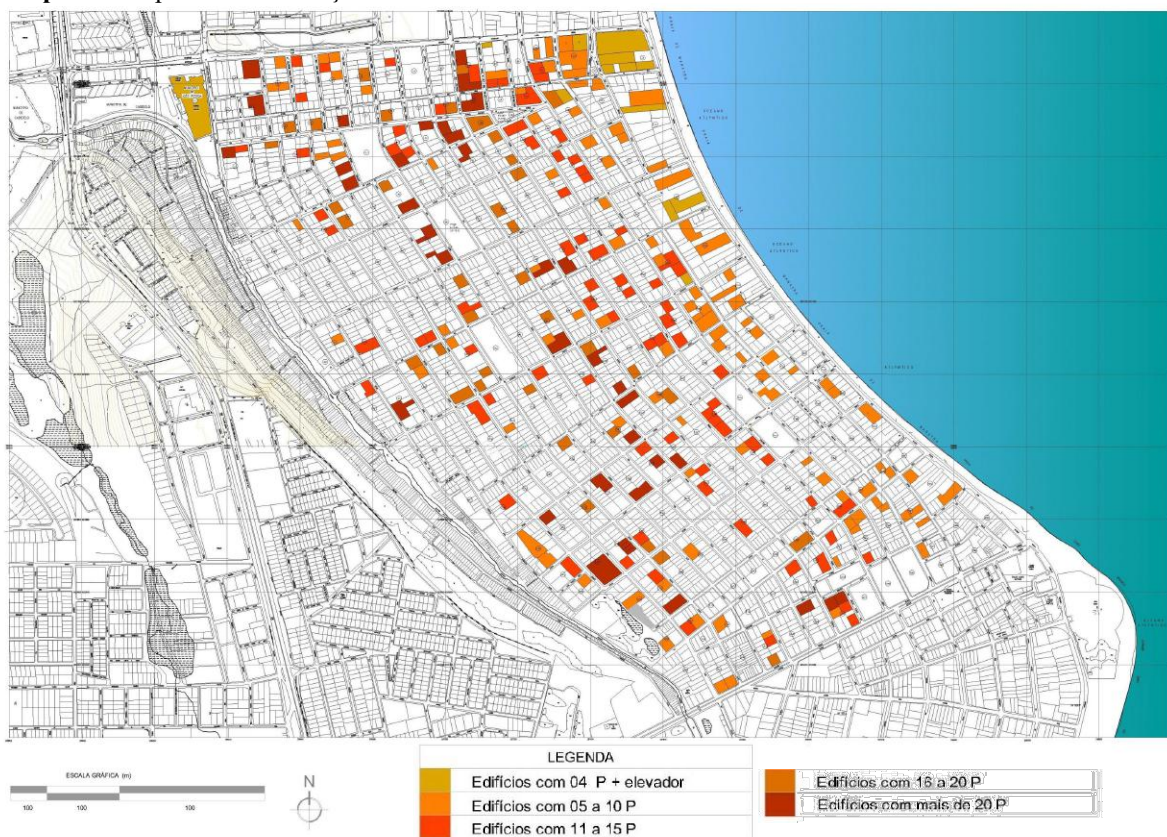


Bairro	Censo 2000	Censo 2010 (>)	Números percentuais
1. Manaíra	2.459	6.109	248,43 %
2. Jardim Cidade Universitária	1.684	4.806	285,39 %
3. Jardim Oceania	1.869	4.099	219,31 %
4. Tambaú	1.185	2.937	247,84 %
5. Aeroclube	950	2.785	293,15 %

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Wikipédia (mapa da cidade de João Pessoa). Editado por Fernando Morais.

Até o censo demográfico de 2010, o bairro de Manaíra destacava-se por ser o bairro mais verticalizado da cidade de João Pessoa, cujo título pode ser comprovado tanto pelos dados da tabela 1, sendo mais detalhado pelo levantamento realizado por Nóbrega (2011), no mapa 10 e tabela 2, e, mais adiante, pelo número de anúncios de lançamentos imobiliários identificados na pesquisa:

Mapa 10: Mapa de verticalização no bairro de Manaíra em 2010



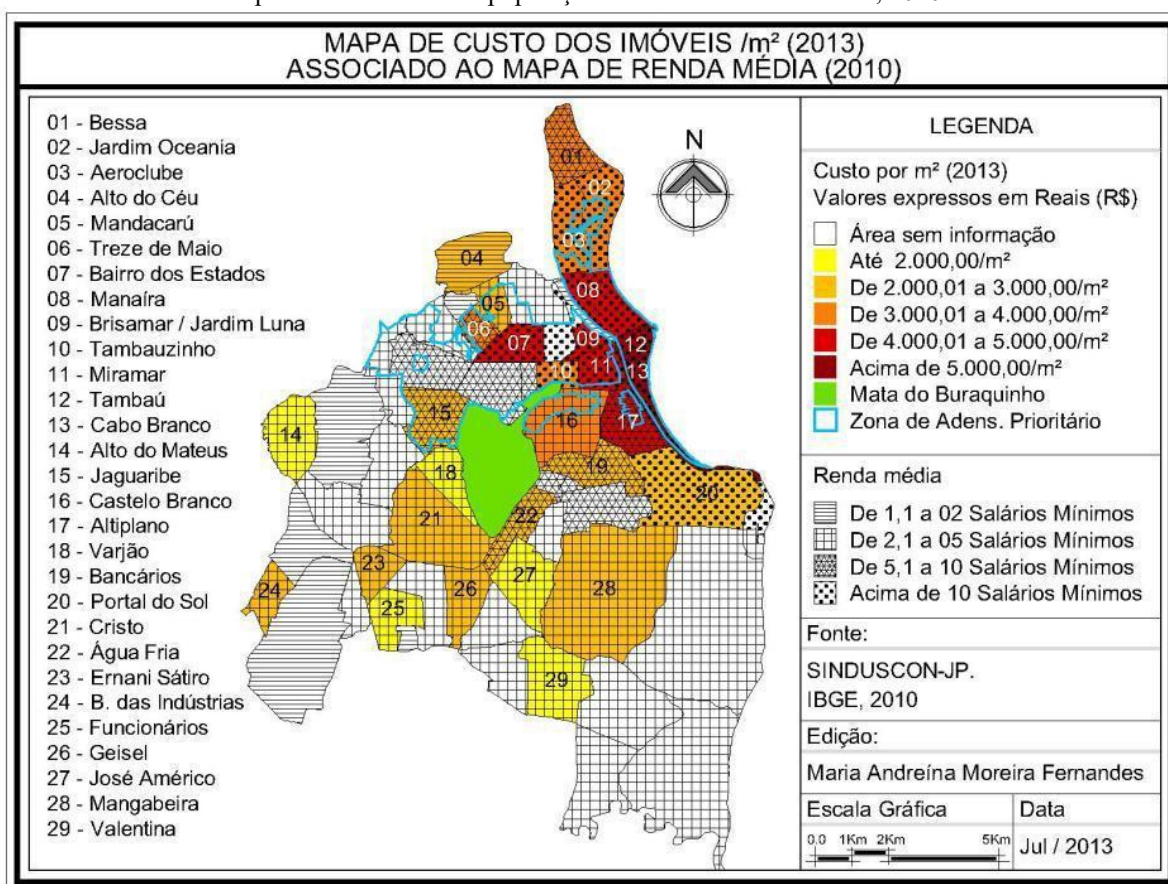
Fonte: Nóbrega, 2011, p. 101. Editado por Fernando Morais.

Tabela 2: Levantamento das habitações multifamiliares no bairro de Manaíra em 2010

Tipologia	Número existente	Números percentuais
Com 04 pavimentos com elevador	10	3,57 %
Com 05 a 10 pavimentos	120	42,85 %
Com 11 a 15 pavimentos	83	29,64 %
Com 16 a 20 pavimentos	34	12,14 %
Com mais de 20 pavimentos	33	11,78 %
TOTAL	280	100 %

Fonte: Nóbrega, 2011, p. 102.

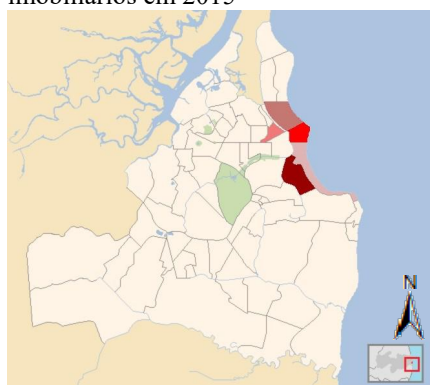
A explicação para a concentração da verticalização no bairro de Manaíra pode ser atribuída à acumulação do capital e às ações do Estado, responsáveis pela transformação sócioespacial e valor fundiário no bairro, mas, principalmente, à proximidade dos equipamentos aos *shopping centers*, às praças, ao mar e ao próprio conjunto de edifícios de alto gabarito, em que predomina a tipologia de habitações com 05 a 10 pavimentos. Assim, pode-se afirmar, através do mapa 11, que os índices de verticalização (censo demográfico 2010 pelo IBGE), do valor fundiário (referentes à meados de 2013 pela Sinduscon-JP) e da concentração da população de renda mais elevada (censo demográfico 2010 pelo IBGE) se integram e sobrepõem.

Mapa 11: Mapa do custo médio dos imóveis por metro quadrado no primeiro semestre de 2013 em João Pessoa associado ao Mapa de renda média da população residente em João Pessoa, 2010

Fonte: Fernandes, 2013, p. 160.

Através da observação do mapa, é possível comprovar que nos bairros localizados no eixo da Avenida Presidente Epitácio Pessoa (Bairro dos Estados, Tambauzinho, Brisamar e Miramar) apresentaram valores imobiliários altos ou médio-altos e níveis e renda alta ou médio-altas, enquanto nos bairros litorâneos (Cabo Branco, Tambaú, Manaíra, Jardim Oceania e Bessa). Com seu *status* consolidado, eles permaneceram apresentando constante crescimento no valor do metro quadrado comercializado, detendo localização privilegiada e infraestrutura estabelecida, que permitiu abrigar a população na faixa entre 5 e 10 salários mínimos. Completamos o mapa 11 com a tabela 3 que apresenta os dados referentes ao ano de 2015⁶³, de janeiro a dezembro:

Tabela 3: Tabela ilustrada dos 5 bairros com valor mais alto por m² em João Pessoa, de lançamentos imobiliários em 2015



Bairro	R\$/M ² em janeiro	R\$/M ² em dezembro (>)	Porcentagem
1. Tambaú	6.618,96	8.552,92	129,21 %
2. Cabo Branco	4.576,26	7.519,66	164,31 %
3. Altiplano	5.243,51	5.819,89	110,99 %
4. Manaíra	4.980,38	5.567,17	111,78 %
5. Brisamar	3.914,93	5.285,76	135,01 %

Fonte: Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa (Sinduscon-JP) e Wikipédia (mapa da cidade de João Pessoa). Editado por Fernando Morais.

Dos 5 bairros com valor mais alto por metro quadrado em João Pessoa no ano de 2015, três deles estavam localizados na orla, com destaque para o Bairro Tambaú, que apresentou o preço mais elevado, enquanto a expansão no setor norte da cidade já estava saturada. Cabe destacar o bairro Altiplano, próximo do bairro Cabo Branco, que passa por um processo expansão ao setor sul, mas também por uma forte verticalização habitacional e adensamento, com perfil voltado para elite e para classe média em ascensão. A efetiva ocupação do bairro ocorreu por meio da:

[...] publicação do Decreto Municipal Nº 5844 em 2007, que permitiu o adensamento e consequente verticalização no interior de um perímetro demarcado pela Prefeitura. Um dos facilitadores para este processo foi a estrutura fundiária instalada outrora, conferindo dimensões diferenciadas aos lotes inseridos nesta delimitação. O parcelamento que anteriormente gerou o congelamento do Altiplano, hoje lhe é benéfico, uma vez que se constata a presença de grandes terrenos, que aliados ao aumento nos índices de ocupação e aproveitamento, tornam-se propícios à verticalização. Deste modo, aquilo que num primeiro momento representava um obstáculo à ocupação, numa etapa posterior, ou melhor,

⁶³O quadro com os dados completos encontra-se nos Apêndices.

num momento oportuno, torna-se condição e possibilidade para a verticalização. (FERNANDES, 2013, p. 148-149)

Após a permissão legal para construção de edifícios de alto gabarito nesse bairro, iniciou-se uma competição imobiliária para aquisição dos melhores terrenos dentro da área delimitada pela Prefeitura, compostos, em sua maioria, por grandes lotes com mansões, favorecendo, assim, a produção de empreendimentos diferenciados, isto é, com grande área disponível para construção de “mansões verticais”, em relação ao que foi produzido no restante da cidade, e, por isso, concentram a grande parte dos principais condomínios-clubes da cidade⁶⁴, visto a predominância na tipologia que possui acima de 4 dormitórios (tabela 4), isto é, o tipo do perfil de habitação de luxo indica grandes chances de encontrar as DCEs nas unidades habitacionais dos condomínios-clubes:

Tabela 4: Variação do número de empreendimentos lançados de acordo com quantidade de dormitórios entre o ano de 2006 e o primeiro semestre de 2013

Ano de lançamento	2 dormitórios	3 dormitórios	4 dormitórios ou +
2006			1
2007			1
2008			3
2009			2
2010			4
2011			3
2012		1	3
2013		1	1
			Não contabilizado
TOTAL		2	8
			17

Fonte: Sinduscon-JP elaborado por Fernandes (2013, p. 168). Editado por Fernando Morais.

Desde 2007, foram realizados investimentos de forma parcelada, que visam à obtenção de lucros planejados nesse bairro que ainda não possui uma estrutura de apoio de infraestrutura e de equipamentos urbanos com comércio e serviços condizentes com os padrões da nova demanda populacional e dos empreendimentos produzidos, além da indicação de agravamentos futuros de adensamento e de mobilidade urbana, que serão gerados quando todas as unidades estiverem efetivamente ocupadas (tabela 5):

Tabela 5: Quantidade de habitantes e veículos que serão acrescentados no bairro Altiplano após a conclusão das obras aprovadas até maio de 2013

Edifício	Nº Unidades Habitacionais (>)	Vagas De Garagem
Next Towers	216	494
Arizona	200	406
Residencial Liège	188	399
Almanara	152	309
Aquamare	150	310
Ultramaré	140	358
Grandmare	132	297

⁶⁴ Até o primeiro semestre de 2013 foram identificados 23 empreendimentos, entre concluídos e em construção, com 2.258 unidades (FERNANDES, 2013).

Alliance Plaza	110	260
Montalcino	100	293
Maison de Florence	100	Alvará não localizado
Tour Geneve	91	391
Greenmare	88	273
Saint Germain	72	292
Residencial Maralto	70	Alvará não localizado
Tours Mont Blanc	68	225
Altiplano Residence Club	68	264
Residencial Yaweh	62	Alvará não localizado
Altavista	56	Processo em análise
Fontana di Mare	48	Alvará não localizado
Porto Dalian	44	101
Netanyahu Residence	35	Alvará não localizado
Heron Marinho	35	216
Saint Michel Boulevard	33	136
TOTAL	2.258	5.024

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa elaborado por Fernandes (2013, p. 176). Editado por Fernando Morais.

Percebe-se que o bairro do Altiplano está configurando-se como um dos bairros mais verticalizados e concentradores da população de alta renda na cidade de João Pessoa, com grande possibilidade de suas unidades habitacionais conterem DCEs compatíveis ao padrão dos empreendimentos produzidos, embora a condição da infraestrutura do bairro ainda precise ser desenvolvida para suprir a demanda dessa área.

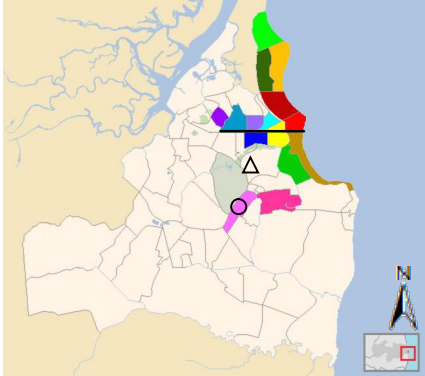
3.1. A DCE nas plantas-baixas dos meios de publicidade residencial

A pesquisa documentou nos meios de publicidade residencial (*websites* e acervo das construtoras, das imobiliárias e dos corretores de imóveis, sessões dos classificados e de publicidade do Jornal Correio da Paraíba) 180 edifícios residenciais equipados com DCE e entregues entre os anos de 2001 a 2015 localizados em 15 bairros da cidade de João Pessoa⁶⁵, conforme mostra a tabela 6. Correlacionando esse material com os dados já apresentados dos índices de verticalização, do valor fundiário e da concentração da população de renda mais elevada, confirma-se a assertiva de que o Bairro de Manaíra também possui o maior número de anúncios publicitários de habitações multifamiliares com DCE (30%), seguidos pelos bairros na orla ou próximo desta, como Tambaú (ao Sul de Manaíra), Jardim Oceania (ao Norte de Manaíra), Cabo Branco (ao Sul de Tambaú) e Miramar (a Oeste de Tambaú e parte do Cabo Branco), enquanto o restante corresponde aos edifícios situados nos bairros contíguos do eixo da Avenida Presidente Epitácio Pessoa, a Oeste – Brisamar, Bairro dos Estados, Tambauzinho, Treze de Maio, Pedro Gondim –, na

⁶⁵Lista completa com a identificação e endereço dos 180 edifícios residenciais completos encontra-se nos Apêndices.

expansão norte próximo da orla (Aeroclube e Bessa), e na expansão sul – Jardim Cidade Universitária e Água Fria – bairros localizados no entorno das instituições de ensino superior, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ).

Tabela 6: Tabela com a identificação dos bairros com edifícios residenciais com DCE encontrados nos meios de publicidade residencial

	Bairro	Nº Edifícios	Porcentagem (>)
 — Av. Presidente Epitácio Pessoa △ UFPB ○ UNIPÊ	1. Manaíra	54	30 %
	2. Tambaú	22	12,22 %
	3. Jardim Oceania	22	12,22 %
	4. Cabo Branco	15	8,33 %
	5. Miramar	13	7,22 %
	6. Aeroclube	12	6,66 %
	7. Altiplano	11	6,11 %
	8. Bessa	9	5 %
	9. Brisamar	8	4,44 %
	10. Bairro dos Estados	5	2,77 %
	11. Tambauzinho	4	2,22 %
	12. Treze de Maio	2	1,11 %
	13. Pedro Gondim	1	0,55%
	14. Jardim Cidade Universitária	1	0,55%
	15. Água Fria	1	0,55%
	TOTAL	180	100 %

Fonte: Wikipédia (mapa da cidade de João Pessoa). Editado por Fernando Morais. Acervo de Fernando Morais.

Outro dado importante é o percentual do número de unidades habitacionais com DCE por bairro (tabela 7), pois um mesmo edifício residencial pode possuir mais de um tipo de apartamento de DCE com disposição de unidades diferenciadas, seja no pavimento-tipo, na cobertura ou nas torres, como no edifício residencial Alisson Holanda (figura 68). Na contagem, não foi considerado como uma tipologia distinta os casos de rebatimento e espelhamento de unidades idênticas. Os dados revelam que o Bairro de Manaíra ainda continua como o bairro com maior quantidade de apartamentos com DCE (25,40%), destacando que a variação do percentual em alguns bairros neste quantitativo diferencia-se da anterior, como os bairros Jardim Oceania, Altiplano e Bairro dos Estados.

3.1.1. Relação da DCE x número de quartos do apartamento

Sabendo-se da quantidade de DCEs na amostragem, 248 unidades, pode-se seguir adiante com a análise, a começar pela relação da DCE com o número de quartos numa mesma unidade habitacional que indica o perfil socioeconômico dos usuários e dos bairros, conforme os dados da tabela 8:

Tabela 8: Tabela com a relação da DCE x número de quartos do apartamento

Nº de quartos	Nº Unidades	Porcentagem (>)
1. 3 quartos + DCE	125	50,40 %
2. 4 quartos + DCE	78	31,45 %
3. 2 quartos + DCE	41	16,53 %
4. 5 quartos + DCE	2	0,80 %
5. 1 quarto + DCE	2	0,80 %
TOTAL	248	100 %

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Os números apresentados mostram que a presença desse cômodo é mais frequente nas unidades habitacionais de 3 quartos, considerado como uma tipologia mediana, em comparação à tipologia de padrão mais modesto, 1 e 2 quartos, e de padrão alto, 4 e 5 quartos, sendo escassos os exemplares de 1 e 5 quartos. Com esses dados, pode-se identificar que 32,25 % das 248 unidades são elitizadas, indicando também quais os bairros de renda mais alta da cidade de João Pessoa abrigam as 80 unidades (78 com 4 quartos + 2 com 5 quartos) (tabela 9), assim como o “índice de nobreza” dos bairros em relação às demais tipologias pertencentes a eles próprios (tabela 10):

Tabela 9: Tabela com os bairros que abrigam apartamentos com 4 e 5 quartos + DCE

Bairro	Nº Unidades de apartamentos com 4 e 5 quartos + DCE	Porcentagem (>)
1. Manaíra	24	30 %
2. Altiplano	14	17,50 %
3. Cabo Branco	9	11,25 %
4. Miramar	9	11,25 %
5. Tambaú	8	10 %
6. Brisamar	7	8,75 %
7. Jardim Oceania	4	5 %
8. Bairro dos Estados	3	3,75 %
9. Aeroclube	2	2,50 %
TOTAL	80	100 %

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Tabela 10: Tabela com o “índice de nobreza” dos bairros que abrigam apartamentos com 4 e 5 quartos + DCE

Bairro	Nº Unidades de apartamentos com 4 e 5 quartos + DCE	Nº Total de Unidades do Bairro	Porcentagem (>)
1. Altiplano	14	22	63,63 %
2. Brisamar	7	11	63,63 %
3. Miramar	9	16	56,25 %
4. Cabo Branco	9	21	42,85 %
5. Manaíra	24	63	38,09 %
6. Tambaú	8	30	26,66 %
7. Bairro dos Estados	3	15	20 %
8. Jardim Oceania	4	31	12,90 %
9. Aeroclube	2	18	11,11 %
TOTAL	80	227	35,24 %

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Percebe-se que os resultados das tabelas 9 e 10 coincidem com os bairros que concentram os índices de renda mais alta da cidade de João Pessoa no censo de 2010, presente no quadro 8⁶⁶, como os bairros de Cabo Branco, Tambaú, Manaíra. Destacamos que o bairro do Altiplano não constou entre os dez primeiros bairros com maior valor do rendimento nominal médio mensal⁶⁷, porque, na época do censo, apesar de ter existido uma abundante procura pelos novos empreendimentos voltados para a elite, a maioria dos edifícios ainda encontrava-se em fase de projeto ou construção, ou seja, a população mais abastada que adquiriu os imóveis ainda não tinha instalado-se efetivamente no bairro.

Quadro 8: Quadro do valor do rendimento nominal médio mensal (em reais) nos bairros de João Pessoa no censo de 2010

Bairro	Rendimento nominal médio mensal (em reais) (>)
1. Cabo Branco	8.652,35
2. Tambaú	7.865,29
3. Manaíra	7.620,48
4. Jardim Oceania	7.062,24
5. Brisamar	6.871,95
6. Bairro dos Estados	6.773,86
7. Ponta do Seixas	6.621,63
8. Miramar	6.595,55
9. Tambauzinho	6.511,23
10. Pedro Gondim	5.682,95

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Editado por Fernando Morais.

Observamos que o bairro de Manaíra detém 30 % das unidades de apartamentos com 4 e 5 quartos + DCE dos 80 exemplares identificados na pesquisa, isto é, o bairro com o maior número dessa tipologia, enquanto que suas 24 unidades representam 38,09 % em relação ao total de 63 habitações multifamiliares no bairro. Destacamos também o bairro do Altiplano, que ocupa o segundo lugar com 17,50 %, e o primeiro lugar no “índice de nobreza”, mesmo índice do bairro do Brisamar, com 63,63%, e, como já mencionado, o

⁶⁶O quadro com os dados completos encontra-se nos Apêndices.

⁶⁷No ano de 2010 o salário mínimo era de R\$ 510,00 reais.

bairro do Altiplano abriga a maioria dos condomínios-clubes da cidade de João Pessoa, e por isso, já se esperava encontrar as tipologias mais elitizadas nessa área, enquanto os demais bairros apresentaram pouca variação na posição do *ranking* das duas tabelas.

3.1.2. Apartamentos com 2 DCEs

Ainda nos bairros de Manaíra e Altiplano, foi constada a presença de 3 apartamentos que possuem 2 DCEs numa mesma unidade, representando 1,20 % das 248 unidades habitacionais na cidade de João Pessoa, isto é, “ostentação” para pouquíssimas famílias na capital paraibana, o que traduz a importância simbólica em expor que tem condições financeiras de contratar um, ou mais de um, empregado(s) doméstico(s), além da própria valorização da unidade habitacional que conta com um número maior de quartos de serviço. Contudo, como não foi disposto um espaço destinado para depósito nos apartamentos, sugere-se que um dos seus quartos de serviço ocupe tal função. Essa tipologia começou a ser difundida no ano de 2003, com a aprovação do projeto do edifício residencial Valle Valognes, no bairro de Manaíra, pioneiro no que pode ser considerado como “mansões”, apartamentos superluxuosos com 1 unidade habitacional por andar e área privativa próxima ou acima de 500 metros quadrados. Posteriormente, com o processo de verticalização do Altiplano, surgiram os projetos dos edifícios residenciais Saint Michel Boulevard em 2007, e, Mansões Heron Marinho em 2010, o que confere ao Bairro do Altiplano o maior o número de “mansões” verticais (quadro 9):

Quadro 9: Quadro com apartamentos com 2 DCEs

Bairro	Edifício residencial	Ilustração
1. Manaíra	Valle Valognes	 Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 25 de julho de 2004, p. 10.

2. Altiplano Saint Michel Boulevard



Fonte: Acervo do Grupo Conserpa Enger (2007).

3. Altiplano Mansões Heron Marinho



Fonte: Acervo da construtora Alliance (2010).

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Os raros apartamentos que possuem 2 DCEs geralmente as dispõe com justaposição, apresentando *layout* sugerido por cama e guarda roupa de tamanho médio e contam com um único banheiro que serve às duas unidades.

3.1.3. Denominação do espaço destinado ao alojamento do empregado doméstico

Ao fazermos o registro das plantas com DCE nos anúncios dos jornais, constatamos uma variedade na sua nomenclatura. Esta variação foi computada e está apresentada na Tabela 14. Verificamos que a denominação mais usual é a de “DCE”, seguida da “dependência”. Contudo, vale destacar o grande número de plantas veiculadas nas publicidades dos anúncios de jornais sem denominação (16, 93%), disposta na tabela 11:

Tabela 11: Tabela com a denominação do espaço destinado ao alojamento do empregado doméstico

Denominação	Nº Unidades	Porcentagem (>)
1. DCE	47	18,95 %
2. Sem discriminação	42	16,93 %
3. Dependência	37	14,91 %
4. Quarto de empregada	31	12,50 %
5. Quarto reversível	18	7,25 %
6. Dependência de empregada	17	6,85 %
7. Quarto de serviço	17	6,85 %
8. Suíte de empregada	9	3,62 %
9. Suíte de serviço	9	3,62 %
10. Quarto	8	3,22 %
11. Depósito	5	2,01 %
12. Reversível	5	2,01 %
13. Dependência de serviço	3	1,20 %
TOTAL	248	100 %

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

A sigla DCE lidera com 18,95 % das 248 unidades, cujo significado remete à Dependência Completa de Empregada, e que sugere três hipóteses: a primeira é que o uso da sigla poderia ter “caído no gosto” e se popularizado no setor imobiliário e de construção e, portanto, fixou-se; a segunda é que a sigla de três letras facilitaria na denominação do espaço destinado ao alojamento do empregado doméstico na planta-baixa por ocupar menos espaço que a nomenclatura “quarto de empregada” mesmo quando abreviada; a terceira, por omitir a palavra “empregada” da denominação “oficial” no desenho / anúncio de publicidade, já que o termo pode ser considerado como ofensivo e preconceituoso, visto a existência das variações do complemento nominal como “de secretária” (termo que aparenta elevar o “*status*” da empregada doméstica) e/ou “de serviço” (termo que sugere que o uso do espaço não seja um dormitório, mas uma extensão da área de serviço).

A segunda posição curiosamente não possui discriminação da nomenclatura do alojamento do empregado doméstico, seja porque não houve o interesse para nomeá-lo e/ou porque se quis evitar os termos pejorativos para denominação do espaço, enquanto o terceiro maior índice é do uso do termo “dependência”, palavra mais “suave” que pode eliminar o complemento nominal, utilizado para designar o usuário, o trabalhador doméstico, para um determinado espaço. Dentre os vários significados do termo “dependência” que Ferreira (2010) classificou, destacamos os que mais se aproximam do sentido da nossa interpretação desse cômodo (quadro 10):

Quadro 10: Significado e interpretação do termo “dependência”

Definição de Ferreira (2010)	Interpretação em relação à DCE
1. Sujeição, subordinação	Quando utilizado com o complemento nominal, dependência doméstica, remete à subordinação de mão dupla: os patrões que dependem da prestação dos serviços do empregado doméstico e o empregado doméstico que depende do emprego oferecido pelos patrões, além de possuir sentido próximo do “quarto de empregada”, embora seja interpretado de forma mais “suave” pela ausência da palavra “empregada”;
2. Cada uma das peças, ou cômodos de uma casa	Quando utilizado sem o complemento nominal, remete à generalização e à indistinção entre os demais aposentos da residência, sugere sentido próximo do espaço multiuso;
3. Bras. Edificação anexa a uma casa; puxado, puxada	Remete à edícula, ao anexo, ao puxado, e, embora seja originalmente empregado nas habitações unifamiliares passou a ser utilizado nas habitações multifamiliares.

Fonte: Ferreira (2010). Editado por Fernando Morais.

A partir do quadro 10, os termos referem-se aos diferentes significados que a palavra “dependência” pode assumir a depender do uso do complemento nominal, mas sempre remetendo ao alojamento do empregado doméstico, que, sem a especificação “doméstica”, costuma ser habitualmente entendido como sinônimo de aposento ou cômodo da residência.

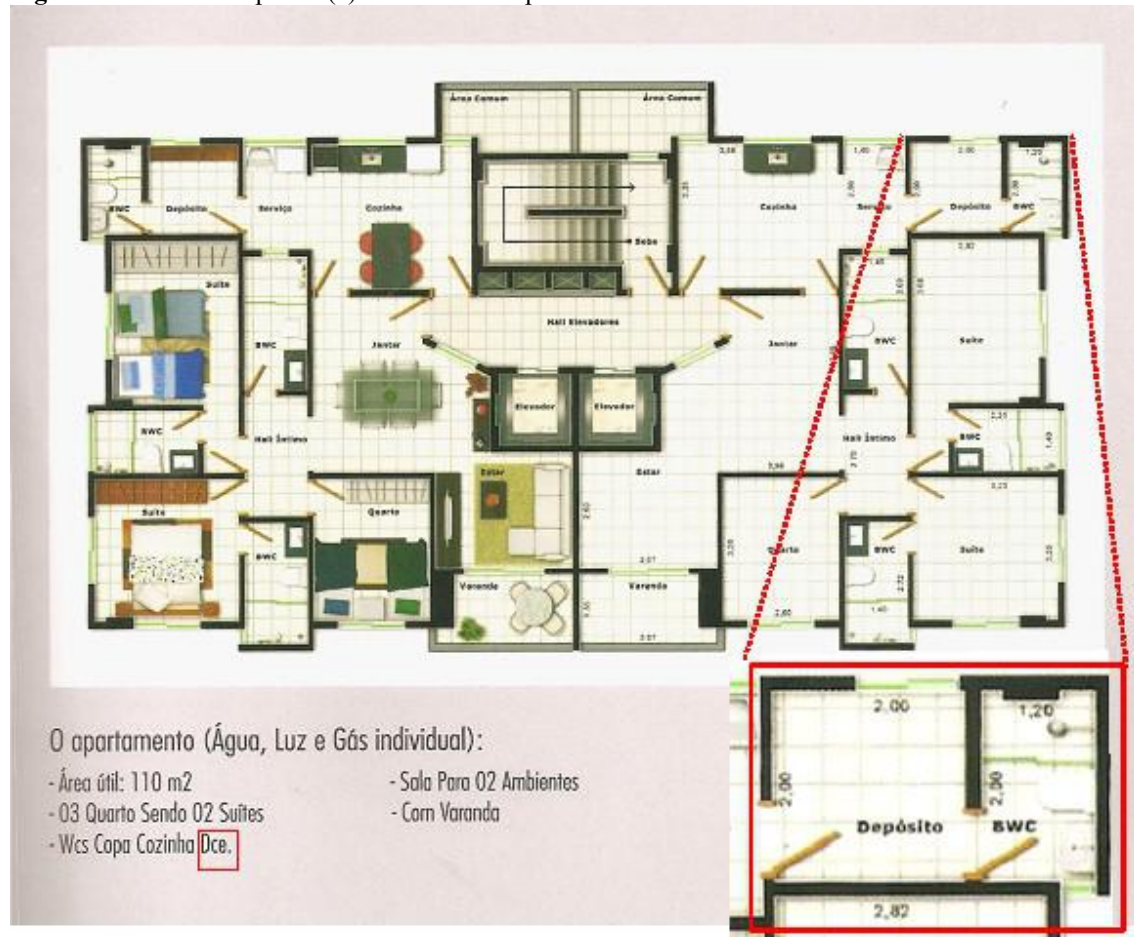
Adiante, na quarta posição, apresenta-se o termo tradicional e muito utilizado nas plantas-baixas do século XX, “quarto de empregada”, também se fez presente nos anúncios (12,50%). Este termo expressa de forma explícita que o espaço é destinado ao trabalhador doméstico do gênero feminino. Contudo, cabe ressaltar a diferença do uso do complemento nominal “de” e “para”: quando utilizado como “quarto de empregada” ou “quarto da empregada”, entende-se que a preposição “de” adquire sentido de pertença, porém, este aqui é utilizado de maneira falsa, já que a empregada doméstica não é proprietária do quarto. Assim, o mais correto seria a expressão “quarto para empregada”, por meio do uso da preposição “para” com sentido de ocupação, disposição ou propósito, denotando que ela apenas irá ocupar o espaço de um determinado cômodo ligado ao setor de serviço na residência dos patrões e que não garante a função exclusiva de dormitório.

Na sequência decrescente, aparece o termo “quarto reversível”, cuja definição foi melhor trabalhada no capítulo 1. O termo “reversível” possui um maior “*status*” social que o “quarto de empregada”, podendo revalorizá-lo na compra e venda do imóvel. Foram contabilizadas 18 unidades que nomearam um dos seus aposentos como “quarto reversível” e 5 unidades que reduziram o termo para apenas “reversível”. Da análise das 23 unidades

que apresentaram essa denominação na planta baixa, 19 unidades possuem acesso duplo, indicando que o termo “reversível” permite a escolha do acesso tanto pelo setor de serviço quanto pelo setor social ou íntimo, em contrapartida, 4 unidades possuem acesso exclusivo pela área de serviço e utilizaram o termo “reversível” como sinônimo de multiuso que pode assumir diferentes usos além de dormitório para alojamento de empregado doméstico

Destaca-se, ainda, a utilização do termo “depósito”, mas que convenhamos, onde já se viu um depósito com banheiro integrado formando uma suíte? Embora represente apenas 2,01 % da amostragem de 248 unidades, a prática de burlar a legislação é muito mais comum “por de baixo dos panos”, embora às vezes seja até mesmo explícita, como está representada na figura 69:

Figura 69: DCE ou depósito (?) em anúncio de publicidade de um edifício residencial em João Pessoa



Fonte: Construtoraspb. Editado por Fernando Morais

A tática é utilizada devido ao fato do espaço possuir dimensão ou aberturas com valores abaixo e incompatíveis com o mínimo exigido pela lei, relacionando-se também com a ausência de janelas. Assim, denomina-se e vende-se o dormitório do empregado doméstico como “DCE”, ou como termos de sentido semelhante, na planta-baixa humanizada dos

anúncios publicitários, enquanto na planta-baixa técnica, encaminhada para aprovação nos órgãos fiscalizadores. Esse mesmo espaço é denominado como “depósito” por causa do tamanho, que é menor que um dormitório, sendo sinônimo de quarto de despejo, que segundo Ferreira (2010), pode ser entendido como “quarto ou aposento onde se guardam trastes velhos ou utensílios de pouco uso”. Deste modo, o quarto-cubículo passa a ser usado como depósito, onde o trabalhador é “depositado”, como mais um “objeto” junto aos outros, ou até mesmo comparável às peças “despejadas”, revelando a superposição de funções na moradia.

3.1.4. Acessos

Nessa sessão apresentam-se os resultados da análise dos acessos da DCE nas plantas-baixas das unidades habitacionais, a fim de revelar quais as configurações foram implantadas e que antecedem a entrada na DCE (tabela 12):

Tabela 12: Tabela com os tipos de acesso para DCE

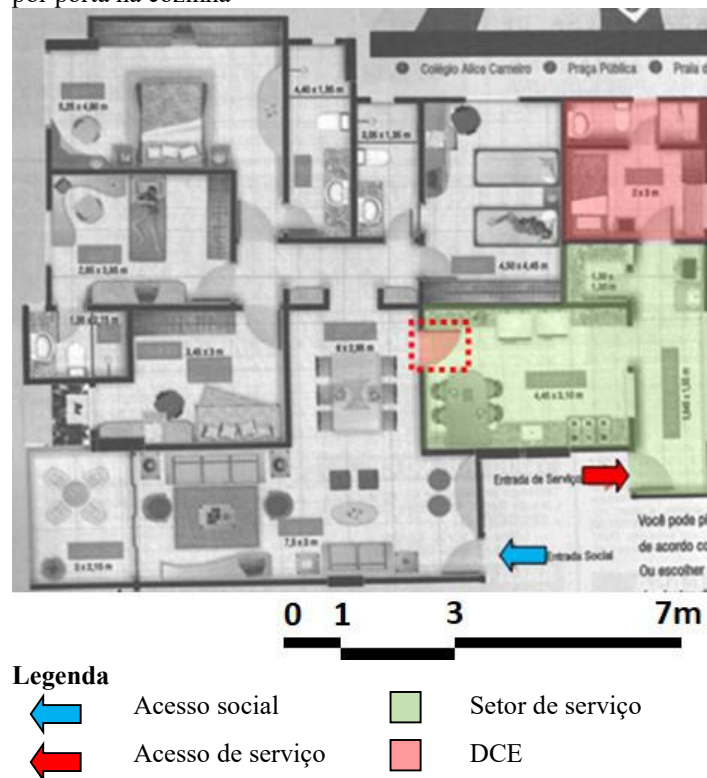
Denominação	Nº Unidades	Porcentagem (>)
1. DCE separada por porta na Cozinha	103	41,53 %
2. DCE com acesso direto pela Área de Serviço	46	18,54%
3. DCE separada por porta na Cozinha e na Área de Serviço	39	15,72%
4. DCE com acesso Reversível	28	11,29%
5. Sem representação de portas na planta-baixa	23	9,27%
6. DCE separada por porta na Área de Serviço	9	3,62%
TOTAL	248	100 %

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

DCE separada por porta na Cozinha: essa solução foi a mais utilizada, representada por 41,53% da amostragem das unidades habitacionais. Consiste na inserção de uma porta entre a cozinha e o setor social/íntimo que permite o acesso e ocultar a visibilidade, quando necessário, de todo o setor de serviço, isto é, tudo o que está inserido após a cozinha e que não possui barreiras físicas de acesso, portas, entre os seus demais ambientes. Muitos são os argumentos a favor da inserção de uma porta na cozinha: 1) permite esconder, dos olhares curiosos das visitas, a visão de todos os espaços, afazeres domésticos e do próprio trabalhador; 2) garante a maior privacidade para quem estiver trabalhando no interior da cozinha, sendo aplicável para esconder o setor de serviço e o trabalhador, que podem não estar tão “apresentáveis” durante a preparação dos alimentos e limpeza dos utensílios; 3) controla a passagem de sons e odores indesejáveis da cozinha para os outros setores; 4)

delimita a separação do espaço do empregado doméstico e da família dos patrões, podendo inclusive ser trancada a partir de determinados turnos a depender da gestão familiar que prese resguardar a privacidade do setor social e íntimo, presente no edifício residencial Genova (figura 70):

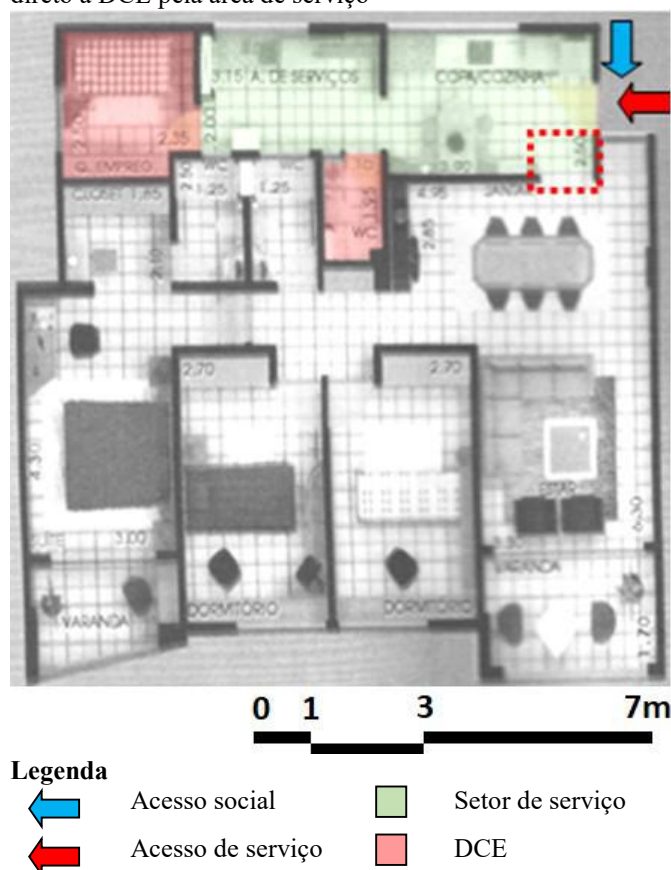
Figura 70: Edifício residencial Genova com separação da DCE por porta na cozinha



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 18 de maio de 2003, p. 17. Editado por Fernando Moraes.

DCE com acesso direto pela Área de Serviço: segunda solução mais utilizada nas unidades habitacionais (18,54%). É definida pela ausência de portas entre a cozinha e o setor social/íntimo, assim como na área de serviço. Deste modo, não há o controle do acesso e da visibilidade do setor de serviço e do trabalhador doméstico, porém, existe o acesso direto para a DCE. É uma solução que garante uma maior integridade e fluidez à circulação dos usuários entre os cômodos, presente no edifício residencial Jeová Mesquita (figura 71):

Figura 71: Edifício residencial Jeová Mesquita com acesso direto à DCE pela área de serviço



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 10 de fevereiro de 2001, p. 2. Editado por Fernando Morais.

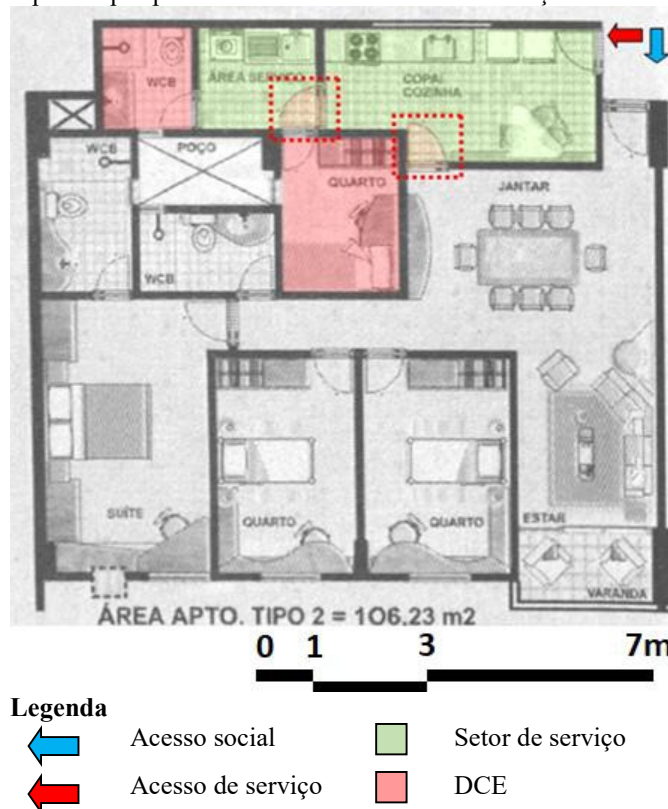
DCE separada por porta na Cozinha e na Área de Serviço: estratégia que isola e esconde em dobro a DCE do setor social/íntimo da moradia, por meio da inserção da primeira barreira espacial (porta) na cozinha e, logo a seguir, da segunda na área de serviço, que utiliza os mesmos argumentos para inserção da DCE separada por porta na Cozinha e DCE separada por porta na Área de Serviço. Tal solução revela-se elitizada, visto que, quanto mais “nobre” o apartamento for, proporcionalmente será segregado e invisível o espaço de serviço e o trabalhador doméstico estarão, segundo os dados referentes às 39 unidades que revelam que o maior índice dessa tipologia está presente nos apartamentos de 4 quartos, conforme a tabela 13 e exemplificado no edifício William Ramon (figura 72):

Tabela 13: Tabela com o índice de apartamentos com DCE separada por porta na Cozinha e na Área de Serviço

Denominação	Nº Unidades	Porcentagem (>)	
1. 4 quartos + DCE	26	66,66 %	
2. 3 quartos + DCE	10	25,64 %	
3. 5 quartos + DCE	2	5,12 %	
4. 2 quartos + DCE	1	2,56 %	
TOTAL	39	100 %	

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Figura 72: Edifício residencial William Ramon com DCE separada por porta na Cozinha e na Área de Serviço



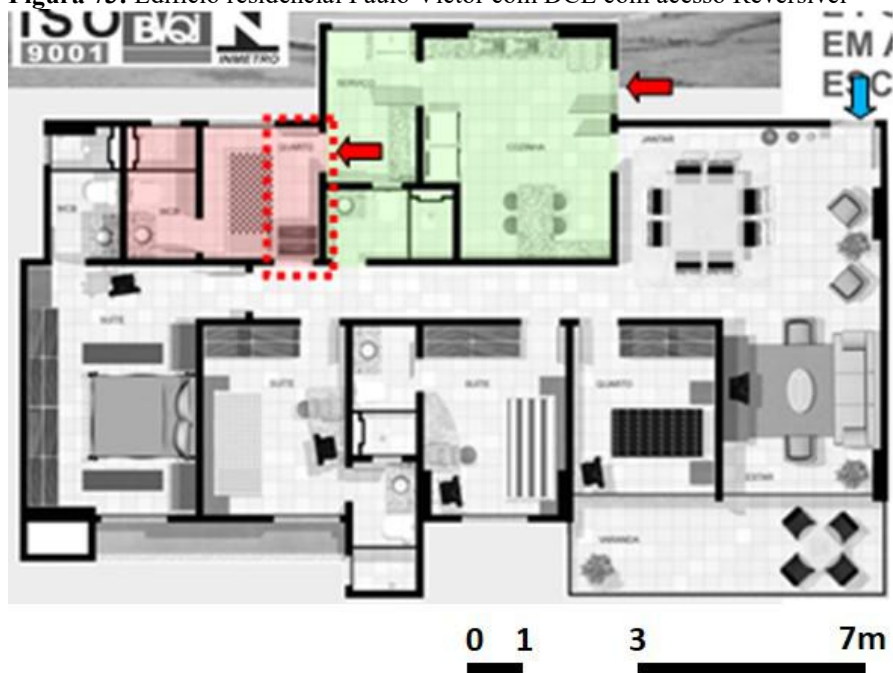
Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 30 de janeiro de 2005, p. 26. Editado por Fernando Moraes.

DCE com acesso Reversível: o acesso reversível com duas portas, uma para o setor de serviço e outra para o setor social ou íntimo. Apareceu em 28 unidades, número superior às 23 unidades que possuíam denominação de “reversível”, sendo a solução mais comum nos apartamentos de 2 quartos, apartamentos pequenos que utilizam, por meio de reversibilidade, a conversão que resulta no acréscimo de mais 1 quarto ao setor íntimo, conforme a tabela 14. Cabe o esclarecimento que, nem todas as unidades reversíveis de acesso duplo, de fato denominavam-se como tal na planta-baixa, exemplificado pelo edifício residencial Paulo Victor (figura 73), enquanto a implantação do banheiro, quando justaposto ao quarto, costuma ser voltado para área de serviço, reafirmando a tendência do quarto reversível ter uma maior vinculação ao setor de serviço (figura 74):

Tabela 14: Tabela com o índice de apartamentos com DCE com acesso Reversível

Denominação	Nº Unidades	Porcentagem (>)	
1. 2 quartos + DCE	23	82,14 %	
2. 3 quartos + DCE	3	10,71 %	
3. 1 quarto + DCE	1	3,57 %	
4. 4 quartos + DCE	1	3,57 %	
TOTAL	28	100 %	

Fonte: Acervo por Fernando Moraes.

Figura 73: Edifício residencial Paulo Victor com DCE com acesso Reversível**Legenda**

Acesso social

Acesso de serviço

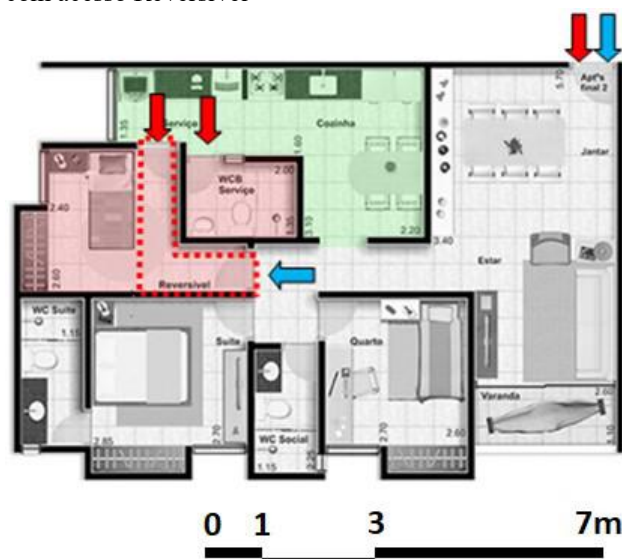


Setor de serviço



DCE

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 22 de janeiro de 2006, p. 2. Editado por Fernando Moraes.

Figura 74: Edifício residencial William Ramon com DCE com acesso Reversível**Legenda**

Acesso social

Acesso de serviço



Setor de serviço

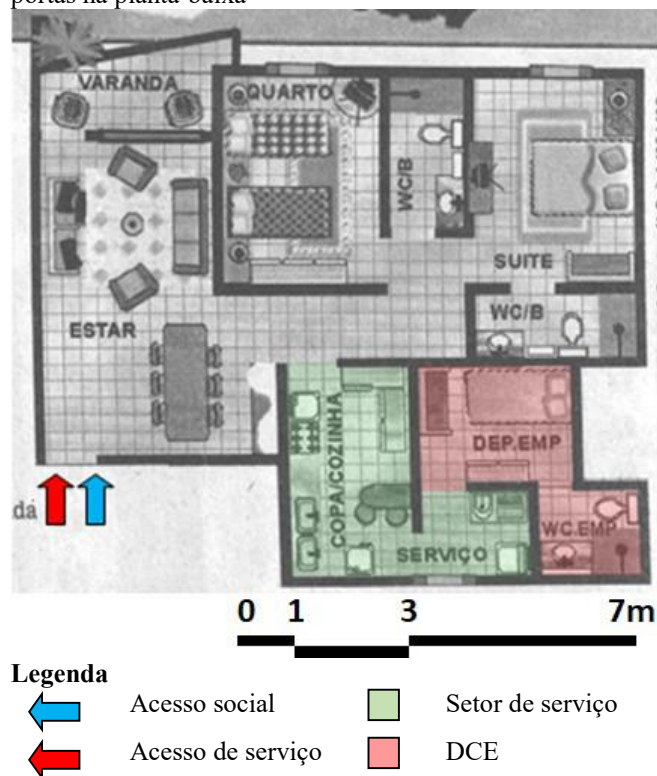


DCE

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 30 de janeiro de 2005, p. 26. Editado por Fernando Moraes.

Sem representação de portas na planta-baixa: alguns edifícios residenciais não apresentam a inserção de portas nos cômodos da planta-baixa, impossibilitando a dos acessos e seus meios de controle, a exemplo do edifício residencial XX, na figura 75:

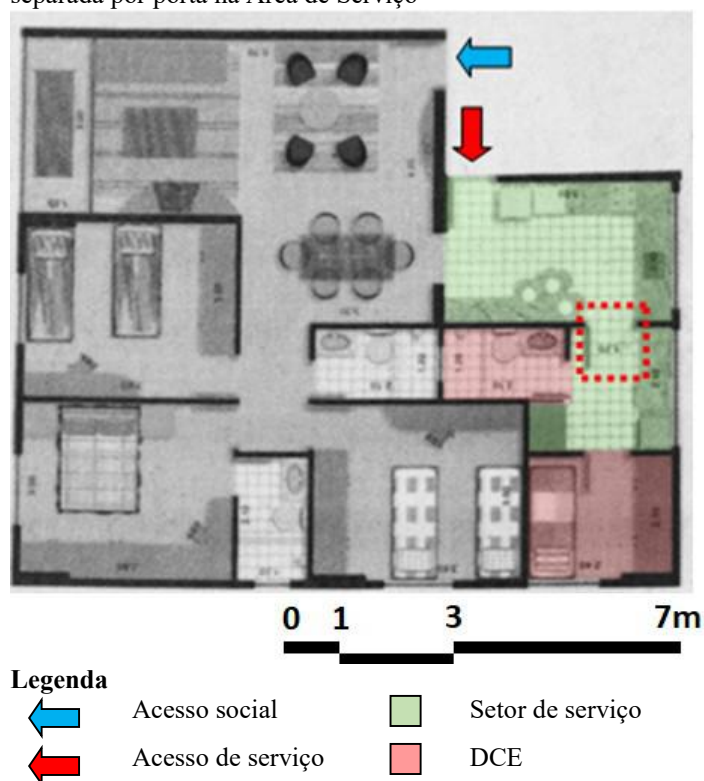
Figura 75: Edifício residencial Sangallo sem representação de portas na planta-baixa



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 10 de janeiro de 1998, p. 1. Editado por Fernando Moraes.

DCE separada por porta na Área de Serviço: solução que dispensa a inserção e os argumentos da porta entre a cozinha e o setor social/íntimo, contudo, esconde a área de serviço, e, por consequência, a DCE. Os argumentos utilizados são baseados: 1) na separação higiênica e visual entre a cozinha, que abriga alimentos comestíveis e perecíveis, e a área de serviço, que armazena produtos de limpeza, e, por vezes, roupas estendidas, um cenário não-apresentável; 2) novamente, no apelo da segurança e privacidade da família do patrão ao ser estranho que é considerado o empregado doméstico e se localiza na DCE. Essa tipologia de acesso pode ser encontrada no edifício residencial Príncipe de Veneza (figura 76):

Figura 76: Edifício residencial Príncipe de Veneza com DCE separada por porta na Área de Serviço



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 5 de agosto de 2001, p. 30. Editado por Fernando Moraes.

Esconder ou integrar a cozinha e a área de serviço com o restante do apartamento é uma questão que vai além da presença do trabalhador doméstico, já que envolve outras necessidades funcionais/culturais dos moradores e que resultam no estilo de morar, também influenciado pelo tamanho do espaço disponível, visto que, em apartamentos pequenos, a solução utilizada é integrar os espaços, com o uso da cozinha americana, que une cozinha e setor social. A área de serviço, quando existente, torna-se um cubículo sem portas.

3.1.5. Implantação

Uma outra leitura dos anúncios publicitários diz respeito à disposição e composição da DCE, ou seja, como foram dispostos o quarto e o banheiro destinados ao empregado doméstico nas plantas baixas dos anúncios publicitários, que apresentaram 3 variações (tabela 15):

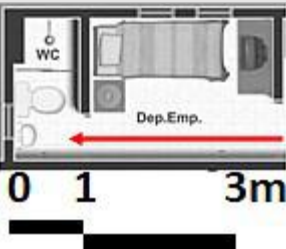
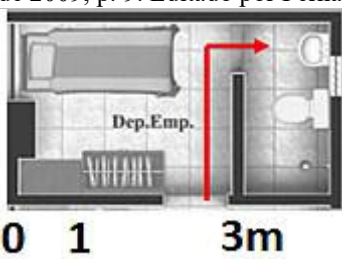
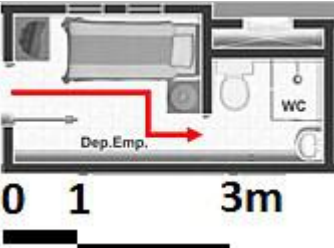
Tabela 15: Tabela com os tipos de implantação da DCE

Denominação	Nº Unidades	Porcentagem (>)	
1. Suíte	154	62,09 %	
2. Quarto justaposto do Banheiro	63	25,40 %	
3. Quarto separado do Banheiro	31	12,50 %	
TOTAL	248	100 %	

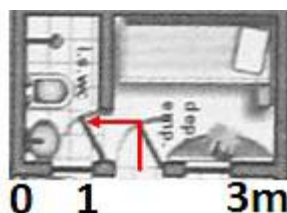
Fonte: Acervo de Fernando Morais.

A tipologia suíte foi a mais encontrada (62,09%). Ela consiste na união do quarto com o banheiro, formando um aposento que possui o banheiro de uso exclusivo, além de garantir maior privacidade ao usuário do quarto. Entretanto, também cria uma circulação que reduz o espaço interno, muitas vezes pequeno, e que poderia ser ocupado com mobiliário. A seguir, na tabela 16, apresentamos os tipos de circulação interna das suítes de serviço identificadas na pesquisa, que infere diretamente na disposição do mobiliário, demonstrando a possibilidade de ganho ou perda de espaço interno a depender do posicionamento das portas do quarto e do banheiro:

Tabela 16: Tabela com os tipos de circulação interna nas suítes de serviço

Denominação	Nº Unidades	Porcentagem (>)	Ilustração
1. “I” - Linear, ou corredor, ao lado da parede	42	27,27 %	 Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 25 de outubro de 2009, p. 9. Editado por Fernando Morais.
2. “L” - distante médio	34	20,77 %	 Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 25 de outubro de 2009, p. 9. Editado por Fernando Morais.
3. “S”	28	18,18 %	 Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 5 de agosto de 2001, p. 30. Editado por Fernando Morais.

4. “L” - 17 11,03 %
próximo



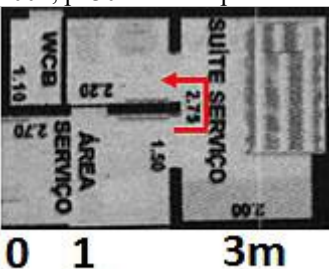
Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 23 de fevereiro de 2003, p. 24. Editado por Fernando Morais.

5. “I” - 14 9,09 %
Linear, ou
corredor,
centralizad
o



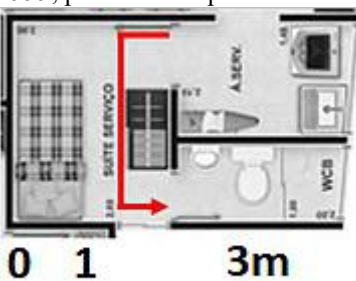
Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 5 de agosto de 2001, p. 30. Editado por Fernando Morais.

6. “U” - 12 7,79 %
Justaposto,
próximo



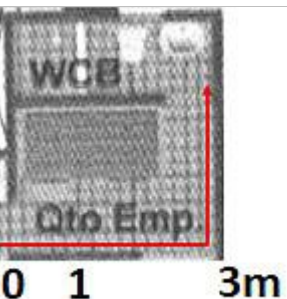
Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 4 de julho de 1999, p. 2. Editado por Fernando Morais.

7. “U” - 5 3,24 %
Justaposto,
distante



Fonte: Acervo da construtora Alconil (2015). Editado por Fernando Morais.

8. “L” - 2 1,29 %
distante
longo,
circundante



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 17 de janeiro de 1999, p. 1. Editado por Fernando Morais.

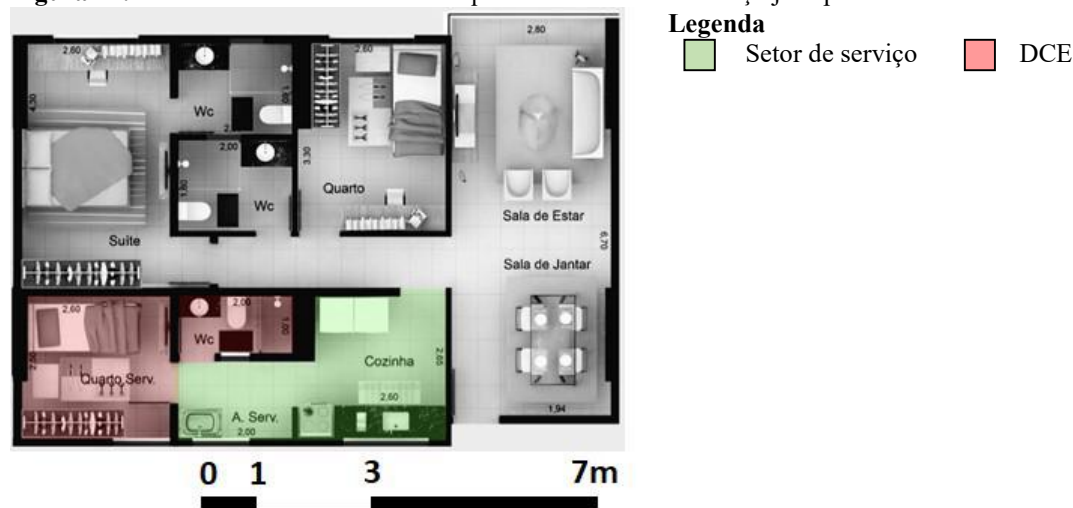
TOTAL 154 100 %

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Percebemos que a circulação mais utilizada nas suítes de serviço é a linear justaposta da parede, que consome no mínimo 60 cm apenas para circulação, em adição dos 88 cm da largura da cama de solteiro, resultando em uma sobra de 52 cm de largura, que equivale a ocupar com apenas um criado mudo ou um módulo, caso o espaço tenha 2 m. As circulações ““L” - distante médio” e ““U” – jstaposto e distante” também possuem efeito semelhante da circulação linear justaposta da parede, enquanto a circulação em ““L” - distante longo e circundante” é a que consome mais espaço interno por circundar a cama em 2 laterais. A circulação em “S” com portas desencontradas deixa visível a inserção de um guarda roupa paralelo à cama e no canto da parede. A circulação ““L” – próximo”, e, ““U” - jstaposto, próximo”, possuem efeito na economia do espaço de circulação interna, devido à proximidade das suas duas portas de acesso, enquanto a circulação linear centralizada, proporcionará otimização ao espaço em comparação à circulação linear justaposta da parede, pois de um lado insere-se a cama e paralelamente caberá um guarda roupa de largura equivalente à profundidade da cama de solteiro de 1.80 m, com a circulação central servindo aos dois móveis e ao acesso ao banheiro.

Quarto justaposto do Banheiro: a segunda tipologia de implantação mais utilizada é identificada pela justaposição do quarto ao banheiro, favorecendo: 1) a diminuição da circulação interna, ganhando mais espaço para ocupação do mobiliário; 2) a flexibilização espacial para reforma do acesso do banheiro, da área externa para o interior do quarto, podendo se converter em uma suíte devido à proximidade dos dois ambientes; 3) a utilização do banheiro que pode ser usado por outras pessoas sem invadir o quarto, representado no edifício residencial Ibiza (figura 77):

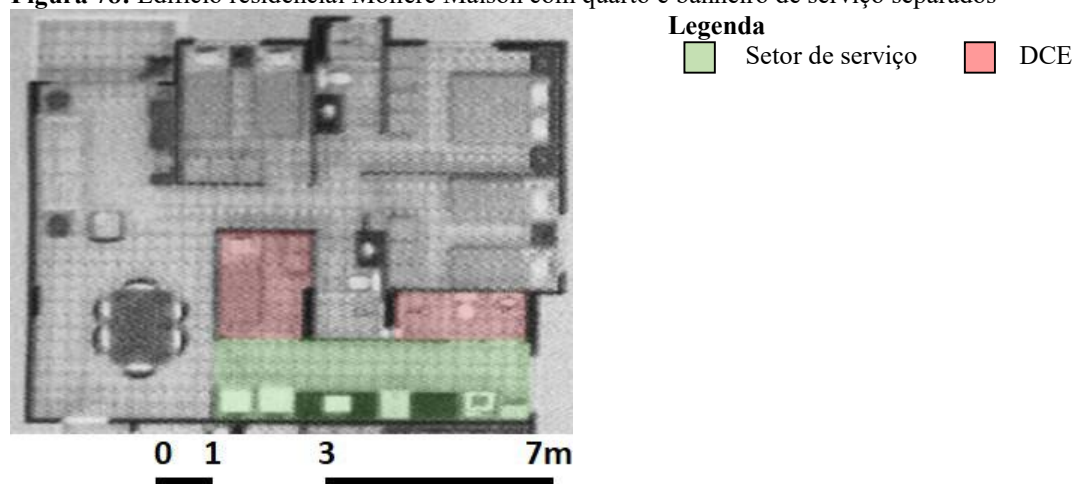
Figura 77: Edifício residencial Ibiza com quarto e banheiro de serviço justapostos



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 20 de dezembro de 2009, p. 8. Editado por Fernando Moraes.

Quarto separado do Banheiro: outra opção de implantação é separar o quarto do banheiro, o que, a priori, possui as vantagens semelhantes à implantação do banheiro e quarto justapostos, com a diferença que nessa tipologia não é possível transformar os dois em suíte, devido à distância entre os dois ambientes, distância que também pode proporcionar a falta de privacidade e a exposição ao empregado doméstico durante trajeto entre o quarto e banheiro, por exemplo, após o banho, representado no edifício residencial Molíere Maison (figura 78):

Figura 78: Edifício residencial Molíere Maison com quarto e banheiro de serviço separados

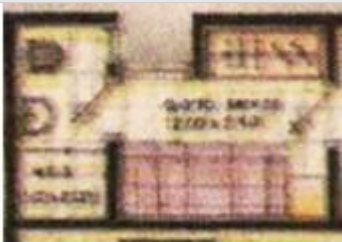
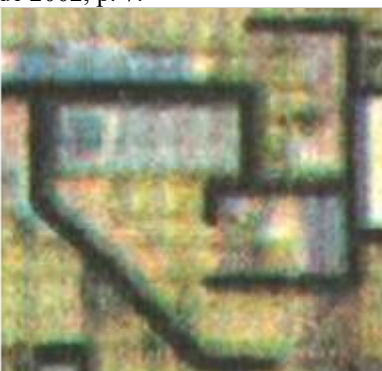


Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 24 de julho de 2005, p. 15. Editado por Fernando Morais.

3.1.6. Forma geométrica

A maioria das formas que a DCE assume é remetida à tradicional aplicação da geometria regular, com formatos quadrados ou retangulares, expressando 92,74 % de unidades na pesquisa, enquanto 7,25 %, equivalente a 18 unidades, utilizaram a forma geométrica / polígono irregular com a aplicação de: 1) elementos que se projetam para o exterior na fachada; 2) organização espacial interna com dentes (formação de elementos de alvenaria que ficam salientes em uma parede), chanfros (corte diagonal na extremidade de objetos para formar uma borda com ângulos), paredes de ângulo agudo, obtuso ou com formas orgânicas (curvas), provenientes da experimentação da volumetria do edifício que atribui às fachadas formas inusitadas a fim de se obter o tratamento estético e a criação de identidade visual diferenciada, que, gera a suposição que, na etapa projetual, as DCEs tenham sido “jogadas” para o espaço que sobrou, como mostra alguns exemplares no quadro 11:

Quadro 11: Exemplos dos tipos formas geométricas irregulares encontradas nas DCEs

Bairro	Edifício residencial	Efeito na DCE	Ilustração
Manaíra	Pedro Furtado	Subtração de parte do guarda roupa ou volume (guarda roupa) que se projeta para área externa	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 3 de março de 1999, p. 16.
Manaíra	Imperial Palace	Parede chanfrada	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 13 de maio de 2000, p. 8.
Manaíra	Paineiras	Encaixe prolomgado para módulo embutido	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 27 de janeiro de 2002, p. 7.
Cabo Branco	Niagara	Disposição espacial com formato de “E” inclinado	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 6 de junho de 1998, p. 1.

Tambaú

Maison De
ParisDisposição
espacial com
formato de
trapézio

0 1 3m

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 21 de outubro de 1999, p. 1.

Miramar

Mar
CáspioDisposição
espacial com
formato de
trapézio e
parede
levemente
curvada

0 1 3m

Fonte: Acervo da construtora Imagem Construções e Empreendimentos (2014).

Miramar

Palazzo
MilleluciDisposição
espacial com
formato de
ângulo
obtuso

0 1 3m

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 9 de abril de 2006, p. 9.

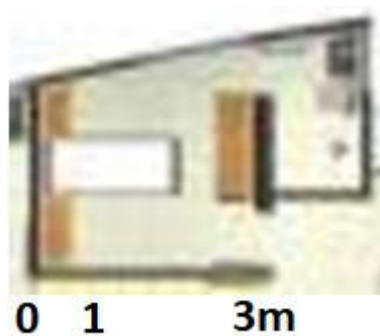
Jardim Cidade
UniversitáriaRoyal
TropicalDisposição
espacial com
formato de
“L”

0 1 3m

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 26 de agosto de 2012, p. 1.

Altiplano

Yahweh

Parede
levemente
curvada

Fonte: Acervo da construtora Mashia (2015).

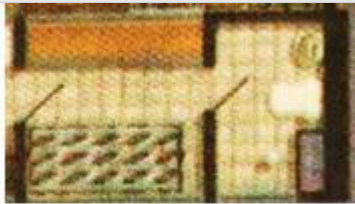
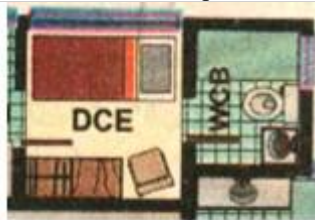
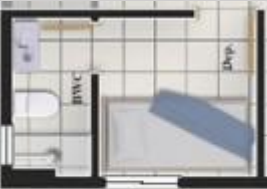
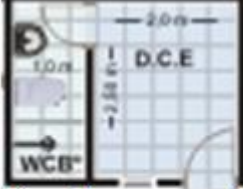
Fonte: Acervo de Fernando Morais.

É visível que cada formato do polígono irregular resultou em um efeito distinto, pois pode reduzir ainda mais o tamanho do quatinho, já tradicionalmente pequeno, como nos edifícios residenciais: Royal Tropical (devido ao formato em “L”, para deitar-se na cama, que está cercada por paredes nas duas laterais e pela janela na cabeceira da cama, só tem acesso pelo “pé da cama”); Niagara (com o formato em “E” a circulação interna fica muito estreita); Paineiras (o formato do quarto não comporta um guarda roupa de 2 portas, apenas um módulo que fica embutido na parede); quanto aumentar um pouco mais o espaço da DCE, visto nos edifícios Yahweh, Palazzo Milleluci, Mar Cáspio, Imperial Palace. Ademais, ainda há exemplares nos quais a forma diferenciada teria efeito semelhante se a DCE fosse adequada ao polígono de formato regular, como nos edifícios Pedro Furtado (mesmo que o quarto fosse um retângulo, no espaço subtraído encontra-se uma janela, que não permite que o guarda roupa tenha dimensões maiores, assim, a proposta do novo layout ainda se manteria muito semelhante) e Maison De Paris (apenas ganhou mais espaço de circulação interna linear centralizada, a disposição e a quantidade dos móveis continuaria a mesma com o formato regular, além do acréscimo de espaço para o guarda roupa que ficaria ocupando toda a extensão da parede).

3.1.7. *Layout* e disposição de mobiliário sugeridos

Quanto à sugestão de mobiliário para ocupação do quarto do trabalhador doméstico nos anúncios de publicidade residenciais, foi constatado uma variação de 6 tipologias apresentadas na tabela 17:

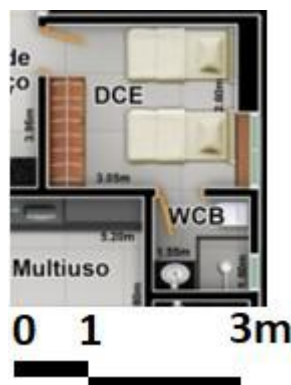
Tabela 17: Tabela com o índice de tipologias de *layout* e disposição de mobiliário sugeridos na DCE

Denominação	Nº Unidades	Porcentagem (>)	Ilustração
1. Cama + Guarda Roupa	99	39,91 %	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 16 de setembro de 2001, p. 1.
2. Cama + Guarda Roupa + Outro Mobiliário	92	37,09 %	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 1 de abril de 1998, p. 1.
3. Cama + Módulo / Criado Mudo	32	12,90 %	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 19 de março de 2006, p. 16.
4. Cama	11	4,43 %	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 7 de dezembro de 2008, p. 22.
5. Sem representação de mobiliário na planta-baixa	8	3,22 %	 0 1 3m Fonte: Acervo da construtora Moreira e Ruffo's (2006).

6. 2 Camas +
Guarda Roupa
ou Módulo /
Criado Mudo

6

2,41 %



Fonte: Acervo da construtora Massai (2014).

TOTAL **248** **100 %**

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Percebe-se que a maioria é das DCEs que possui sugestão de ocupação composta por cama e guarda roupa (acima de duas portas), representando 39,91 % das unidades. Aprofundamos a análise dessa tipologia (tabela 18), com o intuito de revelar a disposição desses dois mobiliários no interior desse cômodo, sintetizando a moradia no dormitório com o mínimo de espaço e necessidades refletidos unicamente em uma cama para repouso e em um guarda roupa para guardar os pertences:

Tabela 18: Tabela com o índice da disposição do *layout* de cama + guarda roupa na DCE

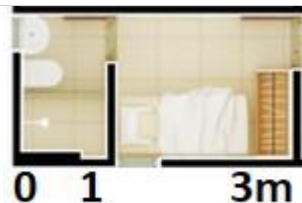
Denominação	Nº Unidades	Porcentagem (>)	Ilustração
1. Cama + guarda roupa justaposto perpendicular	35	35,35 %	Fonte: Acervo da construtora Alliance (2013).
2. Cama + guarda roupa paralelo (grande)	20	20,20 %	Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 29 de novembro de 2009, p. 27.

3. Cama + guarda roupa paralelo (médio) 16 16,16 %



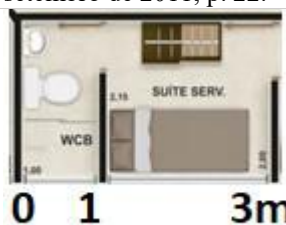
Fonte: Acervo da construtora Mediterranee (2006).

4. Cama + guarda roupa no “pé da cama” perpendicular 14 14,14 %



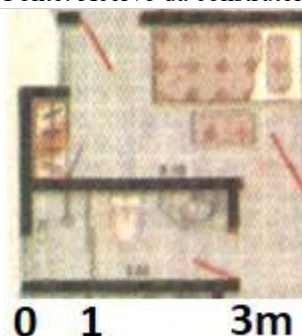
Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 4 de setembro de 2011, p. 22.

5. Cama + guarda roupa paralelo (pequeno) 9 9,09 %



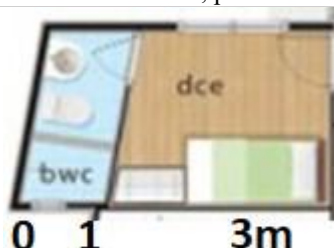
Fonte: Acervo da construtora Alconil (2015).

6. Cama + guarda roupa desencontrado 3 3,03 %



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 17 de dezembro de 2000, p. 18.

7. Cama + guarda roupa no “pé da cama” justaposto 2 2,02 %



Fonte: Acervo da construtora Atlantis (2010).

TOTAL 99 100 %

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Curiosamente, os três primeiros tipos mais utilizados na disposição da cama e do guarda roupa podem ser considerados como satisfatórios, pois o tamanho dos guarda roupas ilustrados, se estiverem com as medidas e escalas corretas, são equivalentes ao tamanho

médio-grande, que permite um bom espaço para guardar os pertences. O segundo tipo mais utilizado, com 37,09 % de exemplares, agrega ao espaço um terceiro mobiliário (escrivaninha, criado mudo, móvel para televisão, prateleira, poltrona, etc.) que acrescenta mais “valor” ao espaço que passa a se tornar melhor equipado.

A seguir são apresentadas duas tipologias preocupantes, pois 12,90 % dos arquitetos e/ou das construtoras sugeriram ocupar a DCE com uma cama de solteiro e com um módulo (guarda roupa de 1 porta) ou criado mudo, mostrando que a DCE não possui espaço suficiente para acomodar um guarda roupa de 2 portas. A situação piora ainda mais na tipologia que apresenta a DCE ocupada apenas por uma única cama de solteiro, representando 4,43 % das unidades da pesquisa. Assim, geram-se os questionamentos: para quem essas tipologias são destinadas e que tipo de uso espera-se delas?

Podemos deduzir que, se há pouco mobiliário no quarto, é porque ele não pode comportar muito, denunciando que esse cômodo provavelmente possa ter dimensões abaixo das exigidas pela lei, ou, fez uso de uma escolha que consome muito espaço de circulação interna, visto as diferenças entre a circulação linear na parede e a circulação linear centralizada. Assim, esses espaços seriam recomendáveis como quarto de apoio para diaristas ou visitas eventuais e de curta duração, mas não para moradia permanente e alojamento de empregados domésticos, tendo em vista a falta de espaço interno, que não permite o conforto e o bem-estar diário, além de impossibilitar ocupação e limitar a quantidade de pertences do usuário enquanto cômodo de moradia fixa. Isso se o indivíduo ainda contar com a “sorte” de não ter que dividir o espaço com os itens de despejo do patrão e de serviço.

Continuando o raciocínio, um guarda roupa de duas portas possui aproximadamente entre 90 centímetros (modulado) a 1,20 metros de largura por 55 centímetros de profundidade, e, segundo Bastos (2015), costuma ser dividido internamente em três partes: inferior – sapateiras, calceiros (calças dobradas no cabide ou saia, gavetas (peças íntimas, peças de verão e pequenos acessórios) –; superior – cabideiro, prateleiras e nichos para camisas, camisetas, vestidos curtos e itens dobráveis como malhas, molettons, toalhas, jogos de cama, lençóis e também bolsas, além de peças que precisem ser guardadas em caixas menores de uso mais frequente –; e maleiro (malas de viagens, caixas maiores e itens pouco utilizados), enquanto a estimativa de um guarda roupa minimalista é de 37 peças, incluindo os sapatos, de acordo com Mingo (2015). Agora pensemos como um único módulo de 1

porta, de aproximadamente 38 a 47 centímetros de largura por 55 centímetros de profundidade vai conseguir guardar ao menos a metade do que foi listado acima, ou pior, e se a ilustração referenciar um criado mudo? O número de roupas terá que ser reduzido, obrigando o amontoamento e/ou empilhamento das roupas de trabalho do empregado doméstico e das peças de uso íntimo e diário do quarto e banheiro nas divisões dos pequenos nichos e prateleiras do módulo, que podem variar sua organização interna, conforme a figura 79:

Figura 79: Tipos de módulos / guardas roupas de 1 porta



Fonte: Americanas e Manbel (2016).

Nos casos das DCEs que contêm apenas uma cama, considerando que não se adquiram móveis planejados e aéreos, a única solução obriga a compra de uma cama especial, cama-baú ou da cama com gaveteiro embutido, ambas inconvenientes e sem acessibilidade e ergonomia, pois obrigam que o usuário tenha que levantar o colchão sempre que quiser pegar algo que esteja contido no baú ou de abaixar-se para abrir as gavetas (figura 80). Assim, as tipologias compostas por 1 módulo/criado mudo ou apenas pela cama desprezam as necessidades e o mínimo de conforto do trabalhador doméstico:

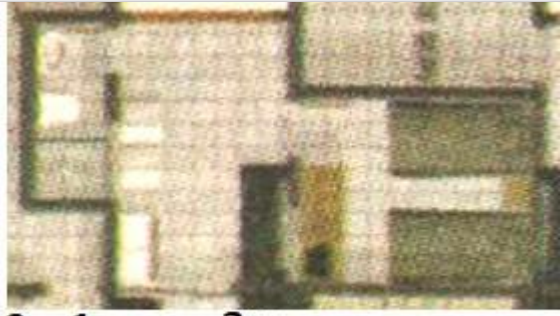
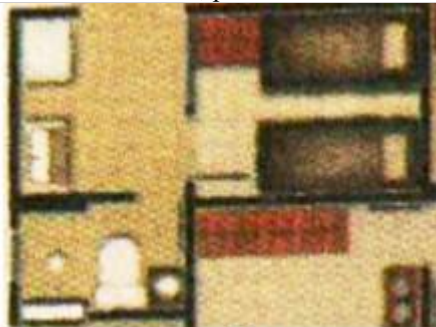
Figura 80: Tipos de camas para a DCE que não possui guarda roupa



Fonte: Varejão dos Colchões (2016).

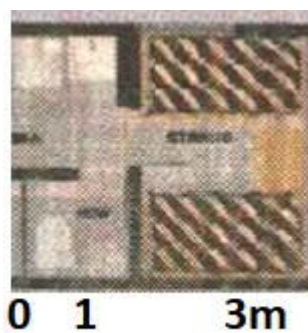
Por último, destacamos que 6 unidades propuseram a ocupação com 2 camas de solteiro na DCE, a fim de proporcionar a sensação ao leitor que o espaço da DCE era maior do que se costumava produzir. Contudo, após um pouco mais de observação, percebe-se que a sensação de um espaço amplo em algumas ilustrações é falsa, pois há anúncios que representaram um alto estreitamento na circulação entre as 2 camas que poderiam vir acompanhadas de um criado mudo. Neste cenário, seria mais honesto trocar uma das camas por um guarda roupa de largura equivalente. Há também exemplares que inseriram as 2 camas acrescidas de um guarda roupa, indicando, assim, que o espaço poderia verdadeiramente ter dimensões maiores e apresentar um pouco mais de conforto, conforme o quadro 12:

Quadro 12: Exemplos de DCE equipadas com 2 camas de solteiro

Bairro	Edifício residencial	Ilustração
Jardim Oceania	Enseada Do Bessa	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 23 de novembro de 2003, p. 1.
Tambaú	Boulevard Tambaú	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 1 de junho de 2003, p. 23.

Brisamar

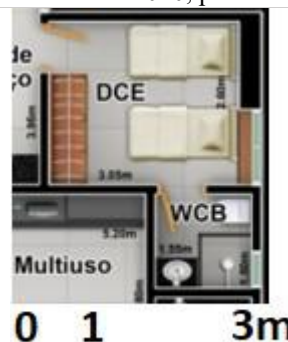
Mar Adriático



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 29 de outubro de 2010, p. 2.

Brisamar

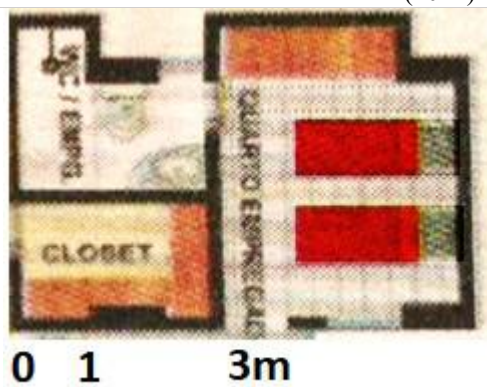
Spazio Di Ravenna



Fonte: Acervo da construtora Massai (2014).

Miramar

Ana Capri



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 17 de agosto de 2003, p. 9.

Miramar

Namastê

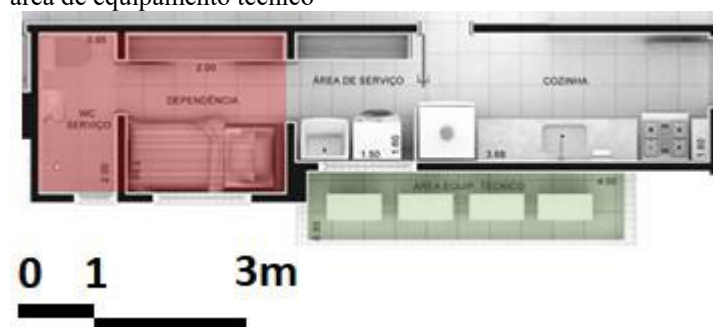


Fonte: Acervo da construtora Lacerda e Maia (2013).

3.1.8. Conforto ambiental

No que concerne à ventilação e iluminação natural dos quartos de empregada, verificamos que 34 unidades das 248 foram identificadas por estarem nas proximidades das áreas técnicas, que podem produzir barulho, a exemplo do edifício residencial Bessa Tower na figura 81. Na tabela 19, foram identificadas 5 tipologias, que permitem a incidência de ventilação e iluminação no interior da DCE:

Figura 81: Edifício residencial Bessa Tower com DCE próxima da área de equipamento técnico

**Legenda**

Área de equipamento técnico



DCE

Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 5 de agosto de 2010, p. 30. Editado por Fernando Moraes.

Tabela 19: Tabela com os tipos de acesso para DCE

Denominação	Nº Unidades	Porcentagem m (>)	Ilustração
1. Fachada	159	64,11 %	
2. Área de Serviço	43	17,33 %	

Fonte: Acervo da construtora Alliance (2010).

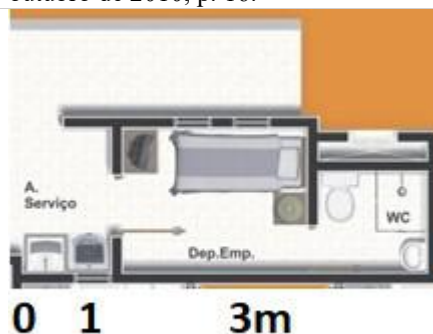
Fonte: Acervo da construtora Alliance (2010).

3. Suposição de Enclausuramento 26 10,48 %



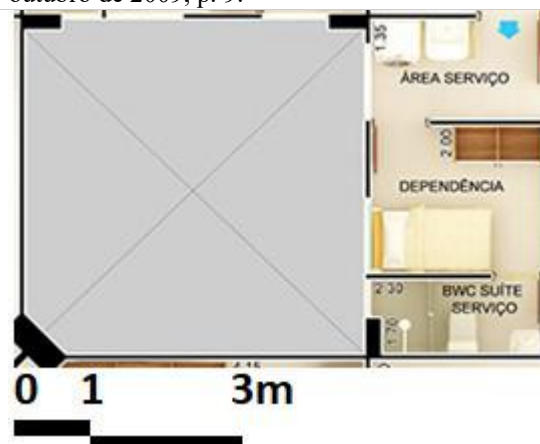
Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 17 de outubro de 2010, p. 16.

4. Área de Circulação Externa 17 6,85 %



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 25 de outubro de 2009, p. 9.

5. Poço de ventilação 3 1,20 %



Fonte: Acervo da construtora Galvão Amorim (2012).

TOTAL 248 100 %

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

A tipologia mais utilizada é a que possui janela inserida na fachada do edifício (64,11%). Contudo, os anúncios publicitários não informam a posição geográfica da fachada que a DCE tem abertura, sugerindo que, pela tradição, seja voltada para oeste, (poente), pois é a fachada que recebe o maior índice de exposição solar. O alto número de janelas nas fachadas também reflete a preocupação das construtoras e dos arquitetos em atender às exigências da Norma Brasileira (NBR) 15.575 – Edificações Habitacionais – Desempenho, e, a legislação local, que estabelece valores mínimos das aberturas para os dormitórios. A segunda tipologia já não tem comunicação direta com a área exterior, pois é indireta, uma

vez que a janela está voltada para área de serviço, nem sempre bem iluminada. Uma outra constatação gera dúvidas quanto ao enclausuramento da DCE, devido à representação da planta-baixa não conter janelas, apenas a alvenaria. Mesmo assim, não se pode confirmar se efetivamente esse espaço é enclausurado, pois, nas planta-baixas dos anúncios publicitários, não se representam as janelas altas, o que tornaria o espaço insalubre. A quarta tipologia possui janelas protegidas pelo corredor de circulação, embora isso não impeça a entrada da luz solar incida na DCE durante o pôr do sol. Por último, a janela da 5ª tipologia, com baixa representatividade, é voltada ao interior de um poço de ventilação e iluminação, que pode proporcionar uma maior ventilação ao quarto devido à passagem de ar por esse cômodo próximo ao canal de saída, enquanto a maior iluminação incide ao meio dia.

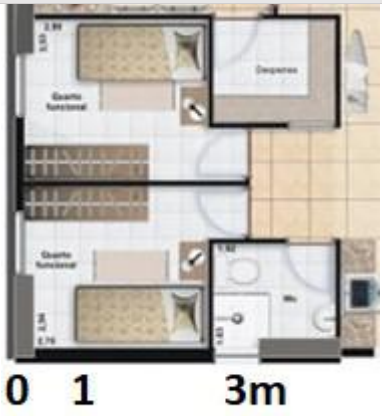
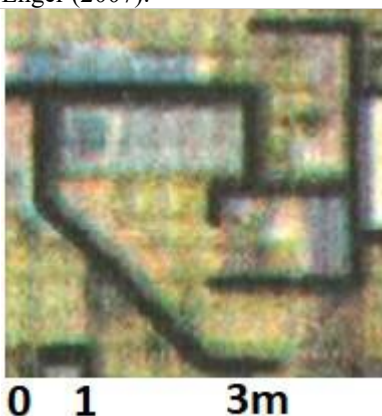
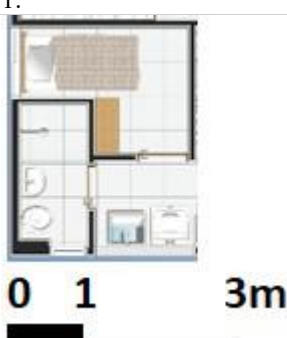
Desta forma, após as análises quantitativa e qualitativa das disposições, da forma geométrica, do layout e disposição de mobiliário sugeridos, constatamos que, nos anúncios de publicidade residencial, em relação ao tamanho da DCE, a maioria apresenta uma projeção de um espaço de tamanho médio (62,50%), isto é, a circulação interna e a disposição mobiliário pode ser considerada regular, seguido do tamanho pequeno 25% das unidades, com o mal aproveitamento da circulação interna, espaços reduzidos e mobiliário proposto composto por apenas cama e/ou 1 módulo. Por último, o pequeno número das unidades com dimensões mais espaçosas, compostas por ambientes grandes, com boa circulação interna e inserção de mais um mobiliário além da cama e do guarda roupa de mais de 2 portas, representado por 31 unidades, equivalente à 12,50% das 248 unidades da DCE nos edifícios residenciais multifamiliares.

3.2. A verificação *in loco* da DCE nos edifícios residências entregues para morar do século XXI

Após a seleção dos edifícios residenciais dos séculos XX e da análise dos anúncios publicitários que revelaram as diferentes tipologias das unidades habitacionais entregues para moradia a partir do início do século XXI na cidade de João Pessoa, seguimos com os passos metodológicos descritos no capítulo 1 e selecionamos os apartamentos dos edifícios construídos no século XXI que apresentaram uma maior variedade de tipologias de análise: “forma geométrica”; “*layout*, disposição de mobiliário sugeridos” e “conforto ambiental”, presentes no quadro 13, indicando a localização nos bairros de Manaíra, Tambaú, Cabo Branco, Altiplano, Miramar, Tambauzinho e Jardim Cidade Universitária (mapa 12). Tais

procedimentos foram utilizados para realizar o “*as built*”⁶⁸ e revelar as configurações que não são perceptíveis em planta-baixa, como as formas de apropriação e ocupação, tipologias de mobiliário e os usos contemporâneos da DCE nos apartamentos dos séculos XX e XXI, além do olhar do morador e trabalhador doméstico sobre esse cômodo.

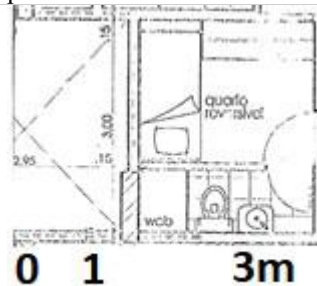
Quadro 13: Seleção dos apartamentos do século XXI

Bairro	Edifício Residencial	Motivo da seleção	Ilustração
1. Altiplano	Saint Michel Boulevard	Apartamento com 2 DCEs	 0 1 3m Fonte: Acervo do Grupo Conserpa Enger (2007).
2. Cabo Branco	Niagara	Forma geométrica irregular: Disposição espacial com formato de “E” inclinado, <i>layout</i> composto por cama + 1 módulo	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 6 de junho de 1998, p. 1.
3. Jardim Cidade Universitária	Royal Tropical	Forma geométrica irregular: Disposição espacial com formato de “L” que sugere espaço pequeno que pode estar abaixo da norma	 0 1 3m Fonte: Jornal Correio da Paraíba,

⁶⁸“As built” é uma expressão de origem inglesa que significa “como construído”, sendo referenciada na NBR 14645-1 - 2001 - Elaboração do como construído, compreende a verificação e comparação do que foi construído corresponde ao que foi descrito no projeto original ou no anúncio de publicidade residencial.

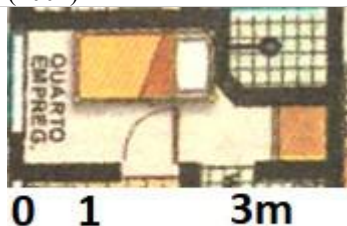
Classificados, 26 de agosto de 2012, p. 1.

4. Manaíra Pablo Neruda Janela voltada para Poço de Ventilação e Iluminação



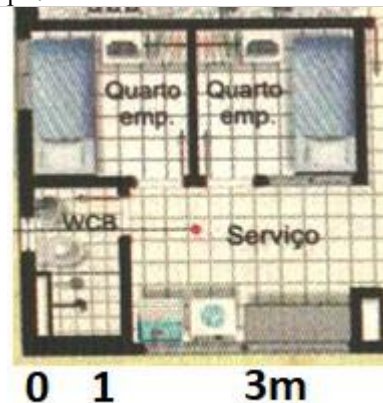
Fonte: Acervo do Morador 15 (2001).

5. Manaíra Paineiras Forma geométrica irregular: Encaixe prolongado para módulo embutido, *layout* composto por cama + 1 módulo



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 27 de janeiro de 2002, p. 7.

6. Manaíra Valle Valognes Apartamento com 2 DCEs



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 25 de julho de 2004, p. 10.

7. Miramar Namastê *Layout* sugere espaço grande



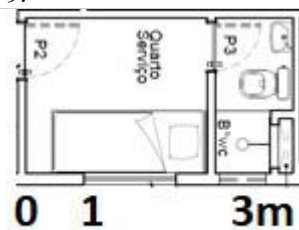
Fonte: Acervo da construtora Lacerda e Maia (2013).

8. Miramar Palazzo Milleluci Forma geométrica irregular: Disposição espacial com formato de ângulo obtuso, sugere espaço grande



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 9 de abril de 2006, p. 9.

9. Tambaú Maison Saint Laurent *Layout* sugere espaço pequeno sendo ocupado apenas por uma cama



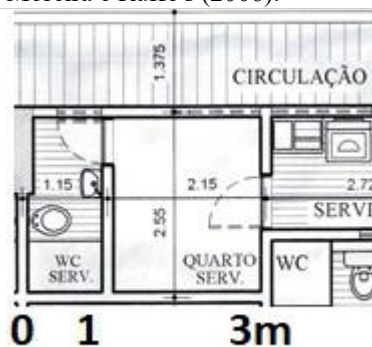
Fonte: Acervo da construtora Brascon (2010).

10. Tambaú Porto Di Bari Janela voltada para Área de Serviço



Fonte: Acervo da construtora Moreira e Ruffo's (2006).

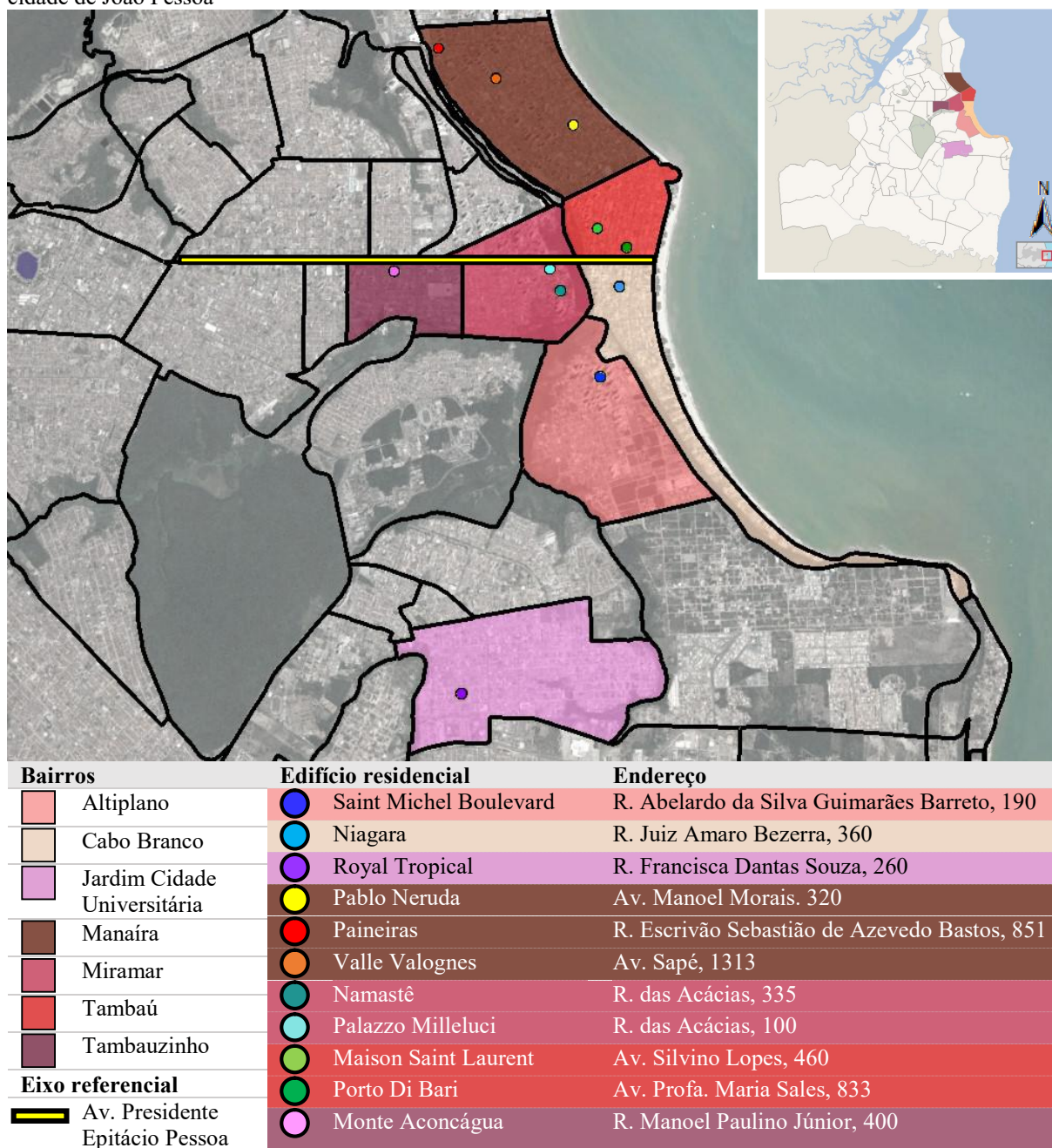
11. Tambauzinho Monte Aconcágua Janela voltada para Área de Circulação Externa



Fonte: Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Fonte: Acervo de Fernando Morais.

Mapa 12: Mapa de localização dos edifícios residenciais eleitos para a pesquisa construídos no século XXI na cidade de João Pessoa



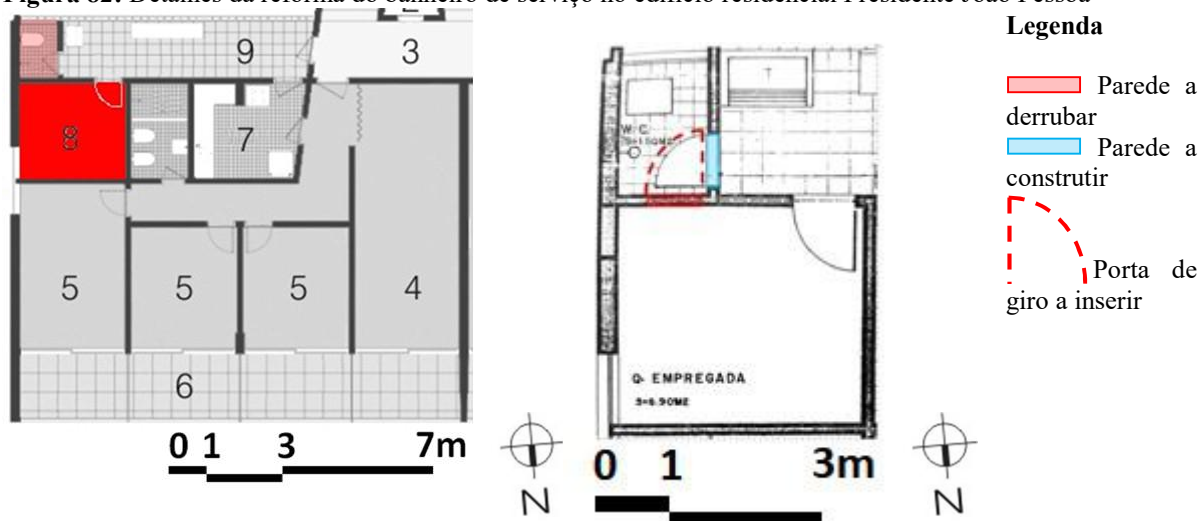
Fonte: Wikipédia (mapa da cidade de João Pessoa) e Google Earth. Editado por Fernando Moraes.

Antes de iniciar a análise das DCEs, cabe lembrar que nem sempre o que foi representado nas imagens “meramente ilustrativas” dos anúncios publicitários residenciais ou nas plantas-baixas técnicas aprovadas na Prefeitura corresponde ao que foi realmente construído, tanto porque o projeto estrutural poderia ter exigido a alteração do projeto arquitetônico, divulgado antes do consenso da adaptação entre os projetos, quanto poderia ter mudado durante o processo de construção por decisão da construtora ou do arquiteto para

uma nova proposta arquitetônica. Após essa observação, seguimos com a análise dos usos contemporâneos e ocupação da DCE nos 21 apartamentos dos séculos XX⁶⁹ e XXI:

1. Presidente João Pessoa: o apartamento visitado no primeiro “arranha-céu” da cidade de João Pessoa possui 3 quartos + DCE e 3 moradores e sem empregada doméstica, sendo que o morador optou por transformar o banheiro da DCE, que, originalmente, era justaposto ao quarto, em uma suíte (figura 82), para que o usuário do quarto tivesse mais privacidade:

Figura 82: Detalhes da reforma do banheiro de serviço no edifício residencial Presidente João Pessoa



a) Planta-baixa do apartamento

b) Cópia da planta-baixa da DCE

Fonte: a) Pereira (2008, p. 102). b) Acervo do Morador 1 (1957). Editado por Fernando Moraes.

A medição do quarto realizada durante a visita revelou um cômodo espaçoso de 7,50 m², com janela voltada para o leste, com uma boa ventilação, e com duplo uso, pois funciona como depósito e extensão da área de serviço, denunciado pelo mobiliário composto por uma estante de concreto com muitas caixas e objetos variados, além de varal, secador de roupas portátil, tábua de passar roupas e garrações de água. Já o banheiro possui apenas 1,32 m², e de tão pequeno, em largura e profundidade, resultou que não possui lavatório e o chuveiro foi locado acima do vaso sanitário (figura 83):

⁶⁹Para maiores informações acerca do projeto consultar o subcapítulo 2.2: O panorama da habitação multifamiliar no século XX.

Figura 83: Fotos da DCE do edifício residencial Presidente João Pessoa em 14/10/2015

Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

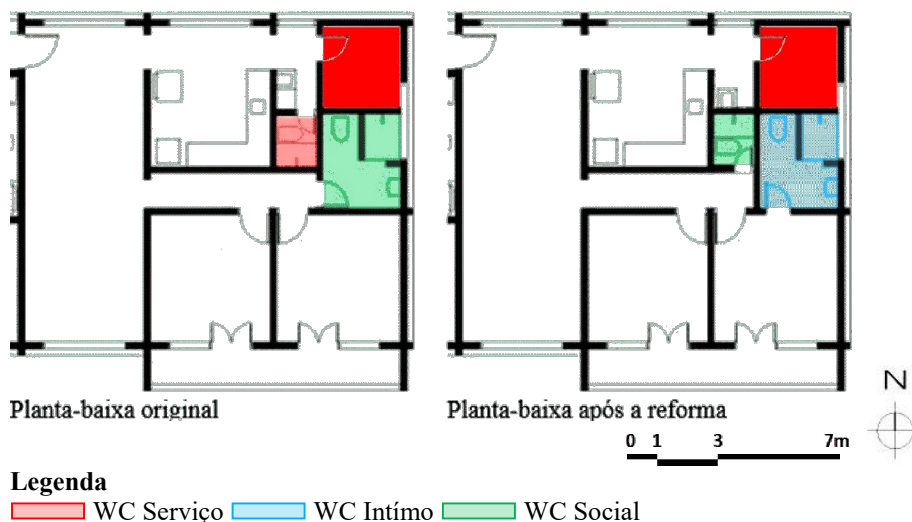
Para o morador, a DCE “é um quarto para os tamanhos de hoje, um **quarto grande**, porque tem **nove metros quadrados**, e uma janela que dá para parte do nascente e um banheiro de empregada. [...] Bem **arrumadinho**, é **confortável**, **bem ventilado** e tudo” (grifo nosso – Morador 1, 14/10/2015). No discurso do morador 1 foi atribuído a sensação de dimensões superiores que ao que foi encontrado na medição, aparentando, então, estar satisfeito com o tamanho e com a aeração adequados para suas necessidades.

2. Santo Antônio: o primeiro edifício de veraneio da cidade de João Pessoa apresentou o apartamento 2 quartos + DCE e 3 moradores e sem empregada doméstica, sendo que o morador optou por transformar o banheiro da DCE, que, originalmente, era voltado para área de serviço, em um banheiro social (figura 84), e integrou o antigo banheiro social ao quarto justaposto, transformando-o em uma suíte. A medição do quarto revelou um cômodo pequeno de 3,60 m², provavelmente sob a justificativa de um espaço de uso sazonal durante o veraneio e numa época que ainda não existia uma legislação municipal que estabelecia o limite mínimo de dimensionamento espacial para dormitórios. O quarto de empregada do apartamento visitado é utilizado como quarto de despejo / depósito, no qual se encontravam vários itens como uma geladeira em desuso, cadeira, materiais de limpeza, prateleiras, livros, caixas, mancebo com roupas acumuladas, etc. e possui uma janela

compartilhada com o banheiro da suíte voltada para o leste (figura 85). Acerca deste cômodo o morador destaca:

Eu acho muito **pequeno** para ser um quarto de empregada. A gente **nunca colocou**, assim, ninguém para **dormir** ai, né, assim, hoje mamãe tem essa pessoa que ajuda e tem outra menina que fica o dia todo pra ajudar, mas nenhuma usa não, fica só pra tipo **despejo** e guarda alguma coisa, somente. (grifo nosso – Morador 2, 15/10/2015)

Figura 84: Indicação da reforma no banheiro de serviço na planta-baixa no edifício residencial Santo Antônio



Fonte: Pereira (2008, p. 106). Editado por Fernando Moraes.

Figura 85: Fotos da DCE do edifício residencial Santo Antônio em 15/10/2015



Fonte: Acervo de Fernando Moraes (2015).

No discurso do morador 2, foi atribuído o reconhecimento do espaço de dimensões diminutas, como também afirmou-se nunca ter sido utilizado como dormitório, até porque o número de quartos oferecidos no apartamento já comporta as necessidades da família, que, por sua vez, necessitou ocupar esse espaço como quarto de despejo, visto a quantidade de objetos que precisavam de um lugar para serem alocados.

3. Caricé: neste edifício foram identificadas 5 tipologias de “células funcionais” de serviço. Destas, apenas 2 estiveram disponíveis para visitação. O apartamento identificado por nós como “Médio 2 Eixo Sul” (figura 86) possui 3 quartos + DCE e 3 moradores, que são recuados pelo corredor de circulação externa, que, por sua vez, possui uma vedação de cobogó de piso a teto, escurecendo o espaço originalmente proposto ao alojamento do empregado doméstico.

Figura 86: Apartamento Médio 2 Eixo Sul do edifício residencial Caricé



Acervo LPPM. Editado por Fernando Morais.

Nesse apartamento o cômodo foi utilizado como despensa para guardar mantimentos e alimentos, mas também como extensão da área de serviço, que abriga os materiais de limpeza, vassouras, rodos, cestos, tábua de engomar, caixas e prateleiras, função também desempenhada pelo banheiro que não possui lavatório (figura 87), que pode adquirir boas feições segundo o ponto de vista do morador:

É um **quarto comum**, é assim, deve ter uns **três metros quadrados**, assim, eu não sei a medida. **Ele dá muito bem para uma pessoa só**, porque cabe uma cama de solteiro, cabe armário, dá pra armar uma rede, tem prateleiras. **Se for para uma pessoa só dá muito bem**, é um quarto comum. Tem porta, tem uma janela que ajuda a **ventilação e tem um banheiro também**, que faz parte da dependência, banheiro completo. (grifo nosso – Morador 3, 06/10/2015)

Na concepção do morador 3, o quarto pode tornar-se confortável, caso seja futuramente utilizado como dormitório. Contudo, percebe-se que o mesmo desconhece a medida da área desse cômodo, que está um pouco abaixo dos 5 m²:

Figura 87: Fotos da DCE na tipologia “Médio 2 Eixo Sul” do edifício residencial Caricé em 06/10/2015



Fonte: Acervo de Fernando Moraes (2015).

Já a segunda tipologia denominada por “Médio 3 Eixo Sul” (figura 88) possui 3 quartos + DCE e 2 moradores, e, inseriu na DCE uma janela que ocupa um espaço considerável da fachada, que, por sua vez, recebe uma forte incidência solar no poente ao espaço. Nas palavras do morador, o quarto:

[...] não é muito grande, e ele tem uma iluminação boa, à tarde, que o sol tá numa posição que deixa bem claro, mas que não entra diretamente, ele também é arejado, não é tanto, mas é um pouquinho. Se fosse usado como quarto, pela manhã não seria confortável, e à noite seria confortável. (grifo nosso – Morador 4, 06/10/2015)

Esse espaço é ocupado como depósito que abriga dois guarda roupas embutidos, uma estante de aço com materiais de limpeza e vários objetos, escada portátil, mesa, cadeira, televisão, som, caixas, etc. O banheiro é enclausurado, sem aberturas na parede ou acima da porta para área de serviço e serve como uma segunda alternativa para o uso íntimo, caso o único banheiro social do apartamento esteja ocupado, embora não possua lavatório (figura 89).

Figura 88: Apartamento Médio 3 Eixo Sul do edifício residencial Caricé



Acervo LPPM. Editado por Fernando Morais.

Figura 89: Fotos da DCE na tipologia “Médio 3 Eixo Sul” do edifício residencial Caricé em 06/10/2015



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

4. João Marques de Almeida: conhecido como o edifício mais alto da orla e também construído na década de 1965, apresenta 3 tipologias de DCE. Destas, apenas uma esteve disponível para visita (figura 90), apresentando o apartamento 3 quartos + DCE e 4 moradores e sem empregada doméstica. A moradora do apartamento visitado optou por utilizar o quartinho de 5,19 m² como depósito, com guarda roupa, escada portátil, máquina de lavar roupa, geladeira, televisão, fogão, malas, banco, entre outros objetos, mas também

ocupa como arquivo de materiais relacionados ao trabalho (figura 91), conforme o relato da moradora:

Para mim (o quarto) é **importantíssimo!** Porque como **professora**, eu tenho muito material impresso, muitos documentos, que eu também **não posso jogar fora**, já fiz muita limpeza, mas eu não posso me desfazer desse arquivo, porque para mim é um arquivo vivo. Então eu organizei o quarto com algumas estantes, nessas estantes têm algumas gavetas de plástico, classificadas, nas partes mais altas têm umas caixas de plástico também, com vários cds, ainda, de trabalhos de aluno, que ainda **guardo**, e também tem um armário de ferramentas, um armário de coisas de natal que a gente usa raramente durante o ano. Então ele é um quarto pra nossa **organização fundamental**, porque senão, não saberíamos onde **guardar tanta bugiganga**. (grifo nosso – Morador 5, 05/10/2015)

Figura 90: Apartamento visitado no edifício residencial João Marques de Almeida



Fonte: Chaves (2016, p. 323). Editado por Fernando Moraes.

Figura 91: Fotos da DCE do edifício residencial João Marques de Almeida em 05/10/2015



Fonte: Acervo de Fernando Moraes (2015).

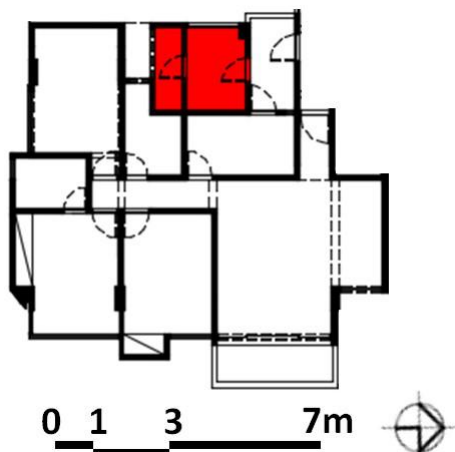
Assim como os edifícios residências dessa época, e anteriores, o banheiro de serviço, com 1,67 m², serve como uma segunda alternativa para o uso íntimo, caso o único banheiro social do apartamento esteja ocupado, e, neste exemplar, foi inserido lavatório.

5. Manoel Pires: localizado no centro da cidade e defronte ao Parque Sólon de Lucena (Lagoa), o edifício conta com 3 tipologias de DCE, duas no pavimento-tipo e outra na cobertura. Na tipologia do pavimento-tipo do bloco A (figura 92), o apartamento apresentou 3 quartos + DCE e 3 moradores, que decidiram utilizar o espaço de 5,22 m² como depósito, composto por cestos, caixas, tábua de engomar, máquina de lavar, mesa e outros

itens, enquanto o banheiro da suíte, que é muito estreito, embora tenha área de 2,24 m², abriga vassoura, bacia e escada portátil (figura 93), que, na opinião do morador:

Ele é uma **área pequena**, com banheiro, que é considerado até como se fosse uma **suíte**, e lá a gente tem ele lá como pra **botar nossas coisinhas que a gente não tá usando mais**, até que a gente tenha tempo de tornar ele um cantinho **mais agradável** para tirar as coisas e dar destino a elas, então eu posso transformar ele no meu **escritório**. (grifo nosso - Morador 6, 14/10/2015)

Figura 92: Apartamento visitado do bloco A no edifício residencial Manoel Pires



Fonte: Acervo do LLPM. Editado por Fernando Morais.

Figura 93: Fotos da DCE do pavimento-tipo do edifício residencial Manoel Pires em 14/10/2015

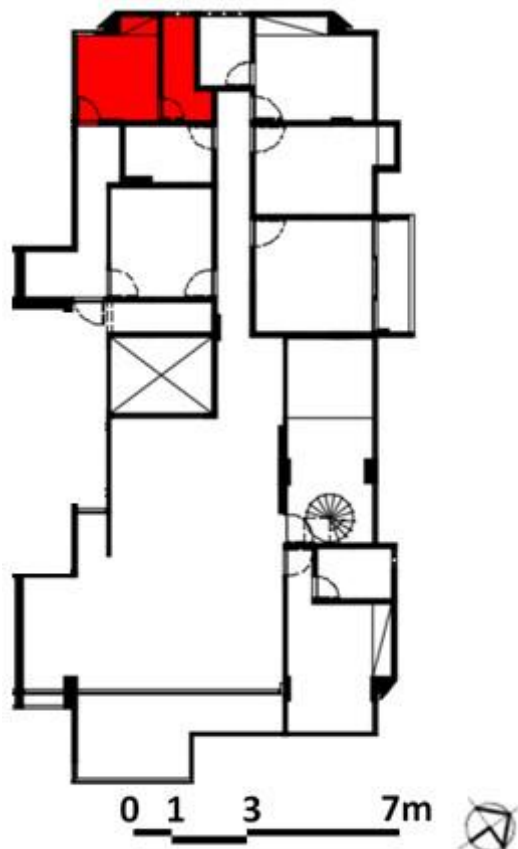


Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

A tipologia da cobertura (figura 94) faz jus ao tipo, visto que apresenta 6 quartos + DCE e 8 moradores, sendo uma das maiores DCEs identificadas na pesquisa, representada por uma suíte composta por um quarto de 8,08 m², equipado com cama, guarda roupa embutido, cadeira, televisão e com um conjunto de esquadrias que permitem a incidência de forte insolação no poente, e um banheiro de 4,41 m², que ainda conserva o revestimento

original, azulejos ornamentados, em suas paredes (figura 95). A suíte nesse apartamento é ocupada com a acomodação do cachorro da residência, e, eventualmente é utilizada como quarto de hóspedes segundo o relato do morador: “ele (o quarto) tem um guarda roupa embutido, uma **“suitiezinha”**, dá espaço para botar uma cama beliche, dá legal, uma televisão, legal também, **dá pro “caba” se acomodar bem lá**” (grifo nosso – Morador 7, 08/10/2015).

Figura 94: Apartamento visitado da cobertura no edifício residencial Manoel Pires



Fonte: Acervo do LLPM. Editado por Fernando Morais.

Figura 95: Fotos da DCE da cobertura do edifício residencial Manoel Pires em 08/10/2015

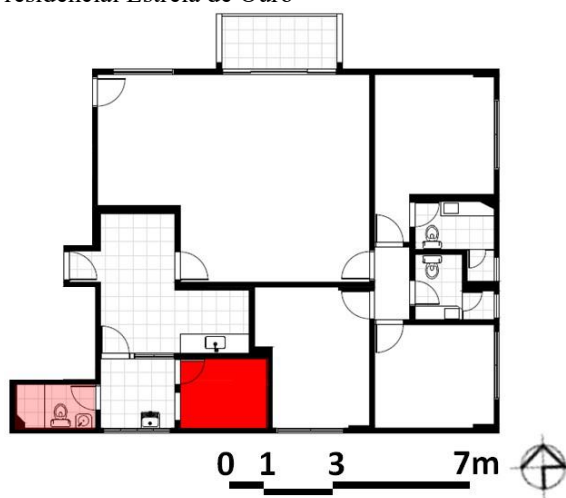


Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

6. Estrela de Ouro: essa residência (figura 96) apresenta uma única tipologia de apartamento com 3 quartos + DCE e 3 moradores, que decidiram utilizar o espaço de 4,86

m²⁷⁰ com uso misto de depósito com estantes de livros ou uma biblioteca de acervo privado, e um escritório com mesa, cadeira e computador. Contudo, a janela é voltada para área de serviço, o que causa o desconforto segundo o relato do morador: “é **pequeno, não é bom** porque tem **pouca ventilação**” (grifo nosso – Morador 8, 03/10/2015). Destacamos a necessidade do uso de ventilação mecânica para permanência no espaço, enquanto o banheiro de 2,75 m² foi o primeiro exemplar identificado na pesquisa a possuir chuveiro elétrico. Contudo, ele também é enclausurado (figura 97):

Figura 96: Apartamento visitado no edifício residencial Estrela de Ouro



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Figura 97: Fotos da DCE do edifício residencial Estrela de Ouro em 03/10/2015

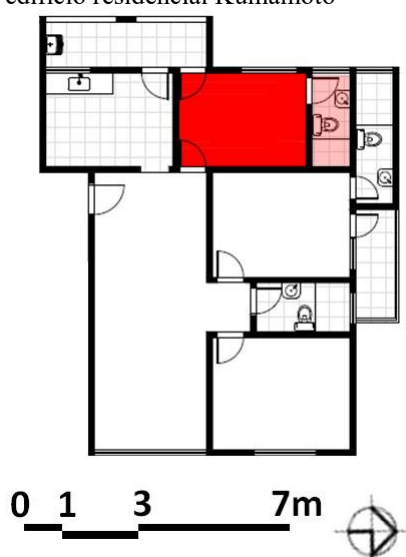


Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

⁷⁰Muito provavelmente na planta-baixa esse espaço tenha sido concebido com o tamanho mínimo permitido na legislação municipal, 5 metros quadrados. Contudo, achamos possível que durante a construção pequenas ações tenham contribuído no engrossamento das paredes e na redução do espaço interno do cômodo, como a aplicação do reboco.

7. Kumamoto: das 2 tipologias de DCE, apenas 1 esteve disponível para visitação, a que possui acesso reversível. O apartamento (figura 98) possui 2 quartos + suíte reversível e 3 moradores, sem empregada doméstica, sendo que o morador optou por utilizar a suíte reversível de 8,65 m², o maior da pesquisa referente aos edifícios construídos no século XX. O uso desse espaço desempenha muitas funções: espaço para uma criança brincar, expansão da área de serviço remetida através da presença da tábua de engomar, e, depósito, com estante de ferro, cadeira, malas, muitas caixas, papeis e itens variados, que têm o ocupam o banheiro da suíte de 2,43 m² (figura 99):

Figura 98: Apartamento visitado no edifício residencial Kumamoto



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Figura 99: Fotos da DCE do edifício residencial Kumamoto em 11/10/2015



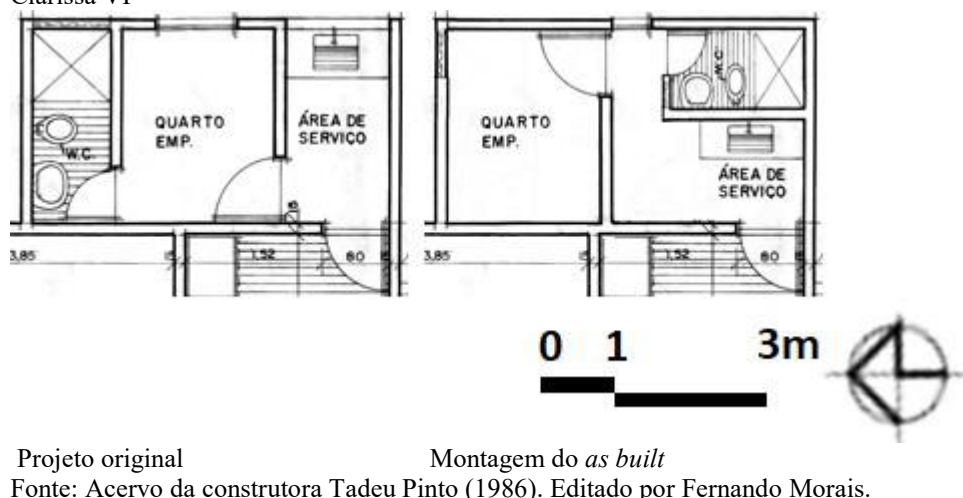
Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Destacam-se,  l m do tamanho, o duplo acesso e a disposi o dos pontos de energias dentre as qualidades espaciais do cômodo, conforme o relato do morador: “nós temos hoje

esse **quarto reversível** que tem toda uma **estrutura** de tomadas, ele tá **equipado** para receber uma **pessoa permanente**” (grifo nosso – Morador 9, 11/10/2015).

8. Clarissa VI: das 2 tipologias de DCE, apenas 1 pudemos visitar. Nesse apartamento⁷¹, a disposição espacial da área de serviço e das suas dependências não correspondia ao que constava na planta baixa no projeto original (figura 100). O apartamento visitado (figura 101) possui 3 quartos + DCE abrigando 3 moradores e uma empregada doméstica. O quarto de 4,53 m² desempenha, portanto, a função de dormitório, com algumas especificidades: 1) intenção do morador em aumentar a área de espaço útil por meio da verticalização do mobiliário, demonstrada pela inserção de prateleiras que comportam sacos e objetos avulsos dos padrões misturados entre os pertences da trabalhadora doméstica, mas também, pela própria beliche, inserida num quarto já abaixo do mínimo, para abrigar dois usuários, exacerba o desconforto da dormida, embora tenha sido relatado que esse dormitório era ocupado por apenas um único usuário. Deste modo, o colchão superior funciona como uma extensão das prateleiras para abrigar mais objetos; 2) a grande quantidade de pontos de energia e extensões, no qual fornecem energia para mais de dois celulares, televisão e ventilador; 3) a sobreposição de atividades, denunciada pela presença de tábua de engomar, ferro, cesto de roupas (extensão da área de serviço), e depósito (objetos dos padrões nas prateleiras e num armário baixo deteriorado); 4) a ausência de um guarda roupa no quarto, sendo substituído pela improvisação de um cabideiro nos suportes das prateleiras; enquanto o banheiro de 1,58 m² possui apenas uma pequena abertura, vedada com brises de vidro, voltada para área de serviço, obtendo o efeito de penumbra (figura 102).

Figura 100: Comparação do projeto original e do *as built* da DCE do edifício residencial Clarissa VI



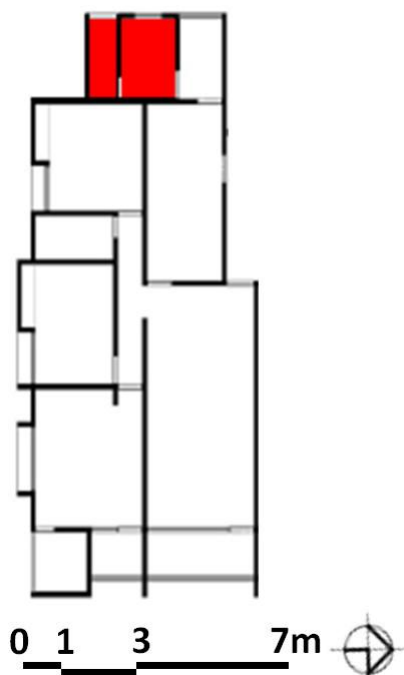
Projeto original

Montagem do *as built*

Fonte: Acervo da construtora Tadeu Pinto (1986). Editado por Fernando Morais.

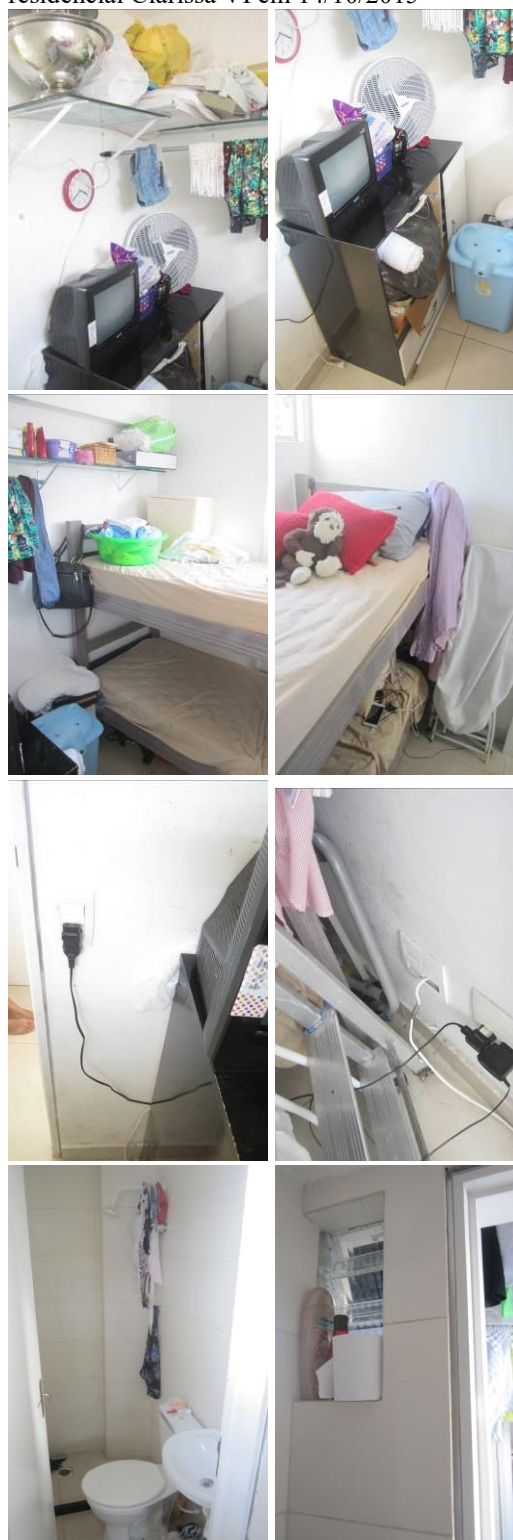
⁷¹O morador informou que já recebeu o apartamento com essa disposição espacial, não se sabe se os demais também possuem a mesma configuração.

Figura 101: Apartamento visitado no edifício residencial Clarissa VI



Fonte: Diniz (2013, p. 107). Editado por Fernando Morais.

Figura 102; Fotos da DCE do edifício residencial Clarissa VI em 14/10/2015



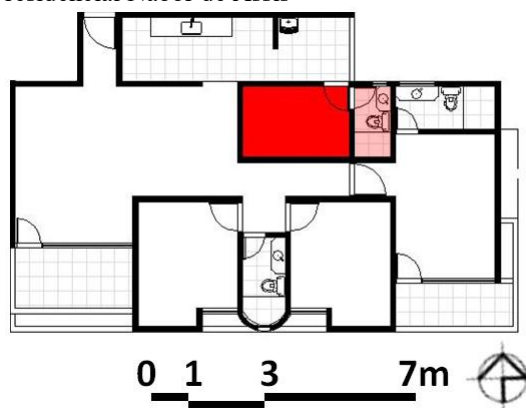
Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

Nas palavras do morador/patrão, o quarto é “**acolhedor e suficiente** para nossa moradia. É **confortável**, fizemos uma reforma (de mobiliário) e o deixamos as **nossas características**” (grifo nosso – Morador 10, 14/10/2015). Já do ponto de vista do usuário/trabalhadora doméstica, deixa-se explícito que “só gosto da **cama** mesmo. Eu não

gosto muito porque ele é **pequeno**. / Mudaria, mas não tem como. **O espaço né, que é pequeno demais**. Mas também não tem como esticar demais, porque **já tem coisa demais aqui**” (grifo nosso – Empregada Doméstica 1, 11/10/2015). Deste modo, o relato enquanto usuária comprova o que as fotos já mostram, o espaço além de pequeno, abaixo das normas, ainda é potencializado para receber mais objetos e sofrer com a sobreposição de atividades e funções, proporcionando desconforto ao usuário/trabalhadora doméstica que nada pode fazer, pois o quarto não é dela, ele apenas serve para sua acomodação ao lado dos objetos de despejo.

9. Nabor de Assis: das 3 tipologias de DCE, apenas 1 esteve disponível para visitação (figura 103), que apresentou o apartamento 3 quartos + DCE e 4 moradores e sem empregada doméstica. Neste, o morador decidiu utiliz -lo como suíte para hóspedes e depósito, equipado com cama de solteiro, guarda roupa, bancada, duas cadeiras, prateleiras e com uma pequena janela basculante voltada para a área de serviço. O quarto possui 5,30 m² e o banheiro de 1,90 m², estreito e equipado com barras e banco de apoio na tentativa de deixá-lo adaptado às necessidades especiais de um idoso, destacando que ambos comportam itens dos moradores, como caixas e escada portátil (figura 104). Segundo o morador, o quarto é “**pequeno**, mas como quem vem aqui **não vai passar muitos dias**, tem tudo o que oferece, porque ele é uma **suíte**, nós fizemos até a **adaptação** da cama, **ficou meio aconchegante**, mas **se fosse um pouquinho maior era melhor**” (grifo nosso – Morador 11, 06/10/2015).

Figura 103: Apartamento visitado no edifício residencial Nabor de Assis



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

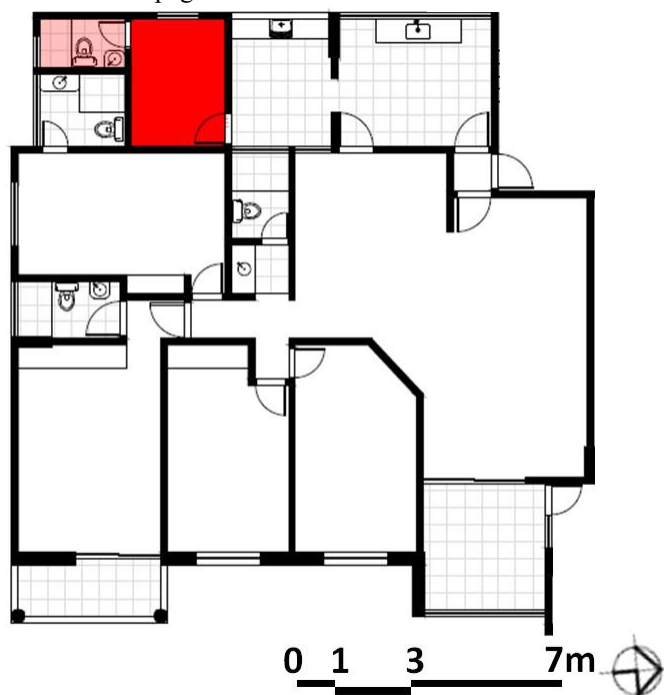
Figura 104: Fotos da DCE do edifício residencial Nabor de Assis em 06/10/2015



Fonte: Acervo de Fernando Moraes (2015).

10. Maison D'Ampege: esse edifício residencial possui 2 tipologias de DCE, uma no pavimento tipo e a outra na cobertura, contudo, apenas a unidade do pavimento tipo foi disponibilizada para realizar a visita (figura 105).

Figura 105: Apartamento visitado no edifício residencial Maison D'Ampege



Fonte: Acervo de Fernando Moraes (2015).

O apartamento 4 quartos + DCE e 4 moradores e com empregada doméstica. Neste, a suíte de serviço assumiu uso de dormitório com feições discretas de depósito organizado/”apresentável” (mala, revistas/livros em quantidade, cesto de roupa, caixa térmica de isopor e escada portátil), sendo o quarto de 6,30 m², equipado com cama de solteiro, guarda roupa de 2 portas com extensão de módulo aéreo, arara de roupas, bancada com gaveteiro, banco, prateleira e nichos, e, o banheiro de 2,13 m² (figura 106):

Figura 106: Fotos da DCE do edifício residencial Maison D'Ampege em 07/10/2015



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2015).

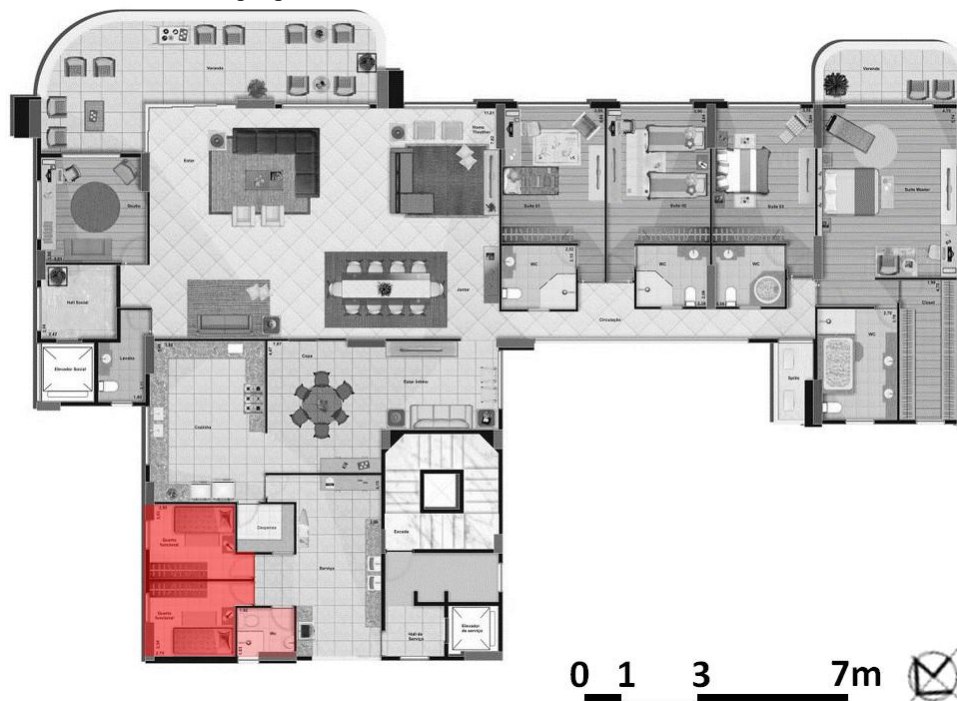
Segundo o morador/patrão, esse espaço é “uma **suitezinha**, tem quarto com banheiro, os armários, parede, cama, **completo**” (grifo nosso – Morador 12, 07/10/2015), enquanto, para o usuário/trabalhador doméstico:

Meu quarto eu acho ótimo, é muito organizado, eu acho que qualquer pessoa queria um quarto assim, é um quarto como qualquer outro, não falta nada, é confortável como se fosse minha casa, mas o que eu não gosto é um pouquinho do espaço do banheiro. (grifo nosso – Empregada Doméstica 2, 07/10/2015)

Percebe-se que, de acordo com o relato da usuária desse espaço, há a satisfação de ocupar esse espaço, que, pelas fotos, percebe-se que o projeto de mobiliário otimizou a organização especial interna, dotando o quarto com mais conforto e aparentando ser um espaço organizado, mesmo ainda havendo uma sobreposição de usos, como se pode perceber nas prateleiras alguns utensílios domésticos de uso eventual.

11. Saint Michel Boulevard: esse edifício seguramente foi o que apresentou a maior dimensão dentre os apartamentos visitados, sendo uma unidade por andar com 426 m² de área privativa, equipada com 2 DCEs (figura 107), compostas por dois quartos (um de 7,33 m² e outro de 6,98 m²) e um banheiro (figura 108):

Figura 107: Planta baixa do acervo publicitário do edifício residencial Saint Michel Boulevard com destaque para a DCE



Fonte: Acervo do Grupo Conserpa Enger (2007). Editado por Fernando Morais.

Figura 108: Comparação do projeto publicitário e do projeto da prefeitura da DCE do edifício residencial Saint Michel Boulevard



a) Anúncio publicitário do pavimento-tipo

b) Planta-baixa técnica do pavimento-tipo

Fonte: a) Acervo do Grupo Conserpa Enger (2007). b) Fonte: Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

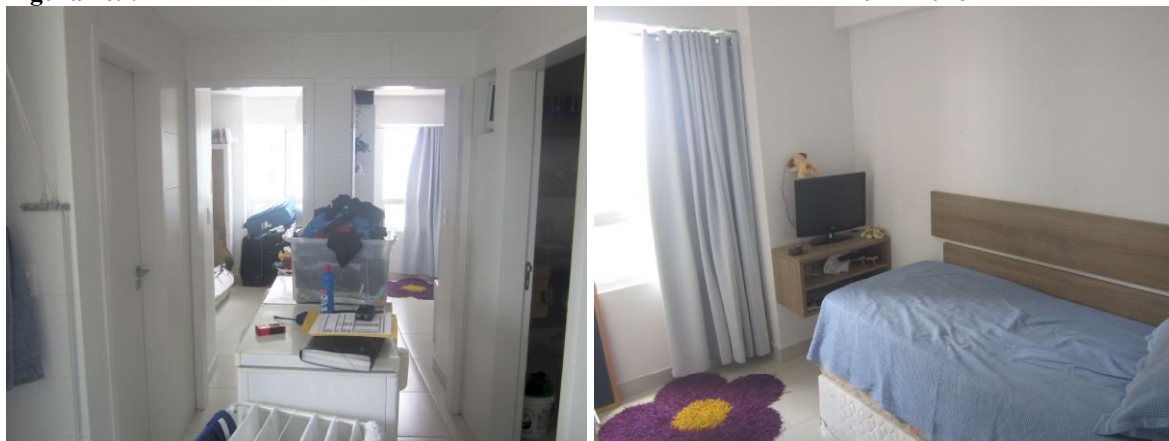
O apartamento visitado possuía 4 suítes e 4 moradores, que faziam uso das 2 DCEs como dormitório para a empregada doméstica e como depósito, embora dispunham de duas trabalhadoras domésticas, apenas uma delas dormia no serviço. Segundo o relato do morador acerca da DCE que serve como dormitório, foi dito que ela possui boas acomodações, embora com mobiliário básico, cama *box* e guarda-roupa, conforme suas palavras:

Eu tenho um (quarto) que é **próprio para a secretária**, e está pronto para ela, **com cama e guarda roupa**, e o outro é um **depósito** de coisas particulares, com **malas e objetos da casa**. Os cômodos são **espaçosos**, é realmente me surpreendeu quando eu vim olhar o apartamento, são **bem arejados, iluminados, os espaços são confortáveis**. (grifo nosso – Morador 13, 10/12/2016)

Já no discurso do trabalhador doméstico, percebe-se a satisfação com o seu dormitório, em tamanho e no mobiliário, destacando uma feição especial à televisão, que sugere ser o seu único meio de lazer após a jornada de trabalho, com adição que há o incomodo térmico devido à posição na qual o quarto encontra-se exposto à insolação do poente, necessitando de ventilação mecânica através de um ventilador (figura 109):

Para mim **(o quarto) é bom**, porque eu **só durmo à noite**, que eu **passo o dia todinho trabalhando**, aí só à noite que assim, ou então à tarde, quando eu termino as coisas, que eu tomo um banho e fico aí assistindo (televisão), **para mim o tamanho tá bom** né [...], o que eu mais gosto é a parte de lazer, é **a minha televisão**, e o que eu menos gosto acho que é porque é quente, **é do lado do sol e é um pouco quente**. (grifo nosso – Empregada Doméstica 3, 10/12/2016)

Figura 109: Fotos da DCE do edifício residencial Saint Michel Boulevard em 10/12/2016

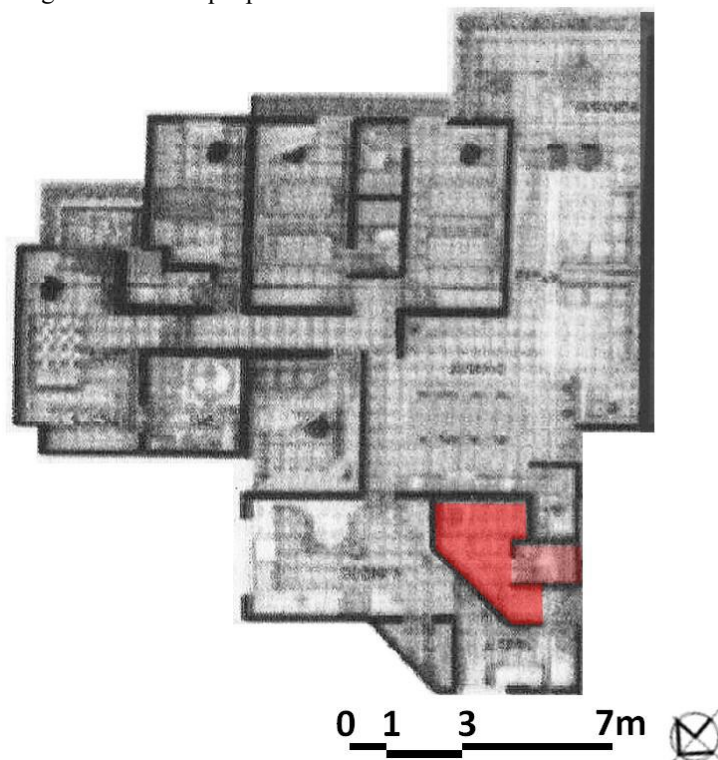




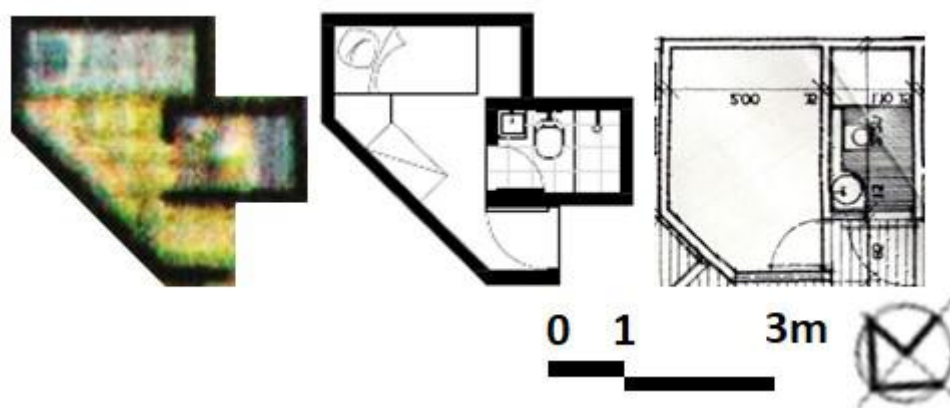
Fonte: Acervo de Fernando Morais (2016).

12. Niagara: a escolha desse edifício foi motivada pelo formato inusitado representado na organização espacial interna do quartinho, visto inicialmente no anúncio publicitário (figura 110). Posteriormente, foi verificado que tal disposição foi, felizmente (já que um quarto construído com o modelo que foi proposto seria um verdadeiro desafio para permanência em seu interior), alterada na planta-baixa do projeto técnico, resultando num cômodo de 5,75 m² sem tantas formas geométricas irregulares (figura 111). No entanto, sua visita foi inviabilizada pela falta de moradores que se dispusessem a participar da pesquisa:

Figura 110: Planta baixa do acervo técnico do edifício residencial Niagara com destaque para a DCE



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 6 de junho de 1998, p. 1. Editado por Fernando Morais.

Figura 111: Comparativo da representação da DCE do edifício residencial Niagara

a) Anúncio publicitário

b) Redesenho

c) Planta baixa técnica

Fonte: a) Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 6 de junho de 1998, p. 1. b) Acervo de Fernando Moraes (2016). c) Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Moraes.

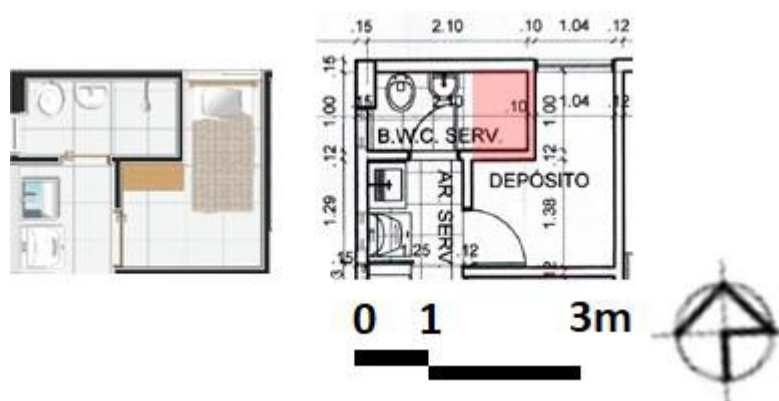
13. Royal Tropical: a escolha desse edifício foi motivada pelo formato singular da DCE na representação do *layout* no anúncio publicitário que indicava que o quarto tinha o formato em “L”, contornando a cama que se encaixava entre as paredes e a única forma de deitar na cama seria apenas pelo “pé da cama”. Tal disposição já apresentava visivelmente que estava abaixo das exigências das normas e por isso instigou a curiosidade de saber se tinha realmente sido construído como foi concebido e divulgado (figura 112). Para nossa surpresa, o projeto da planta-baixa técnica permaneceu com a mesma disposição do anúncio publicitário, o que possibilitou fazer o redesenho de suas medidas propostas e revelar que o quarto teria $3,74 \text{ m}^2$, isto é, realmente muito abaixo da norma e completamente desconfortável para o usuário que permaneceria ou até mesmo que repousaria eventualmente nesse cômodo, além de ter utilizado do artifício de nomear o quarto como “depósito”, e, assim, obter a aprovação da Prefeitura Municipal para construção. Contudo, ele não foi construído conforme o anúncio publicado e a planta-baixa técnica. A alteração durante a construção aumentou o tamanho do quarto, por meio do deslocamento e diminuição de área do banheiro que originalmente invadia parte do espaço do quarto, e, por isso, formava o “L”. Com a mudança, o quarto converteu-se ao formato tradicional de geometria regular e passou a ter $4,40 \text{ m}^2$ e o banheiro, que teve a área de banho (box) eliminada, passou a ter $2,02 \text{ m}^2$ (figura 113):

Figura 112: Planta baixa do anúncio publicitário do edifício residencial Royal Tropical com destaque para a DCE



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 26 de agosto de 2012, p. 1. Editado por Fernando Morais.

Figura 113: Comparação da representação da DCE do edifício residencial Royal Tropical



a) Anúncio publicitário

b) Planta baixa técnica

Legenda

■ *As built* da área a ser incorporada no quarto

Fonte: a) Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 26 de agosto de 2012, p. 1. b) Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

O apartamento visitado possuía 3 quartos e 3 moradores, sendo que a DCE é, atualmente, utilizada como extensão da área de serviço, pois a mesma é muito diminuta. Assim, encontram-se varais suspensos e portáteis com o objetivo de ser um espaço de secagem de roupas, enquanto o banheiro possui um tanque de lavar roupas e armários para armazenagem de material de limpeza (figura 114). Em relação ao olhar do morador, é afirmado que **“tá num bom tamanho para as necessidades da família”** (grifo nosso), Morador 14, 11/12/2016. Desta forma, percebe-se a problemática de áreas de serviço muito pequenas que estimulam a ocupação e a expansão de parte de suas funções na DCE, resultando na sobreposição de usos quando ocupada como dormitório:

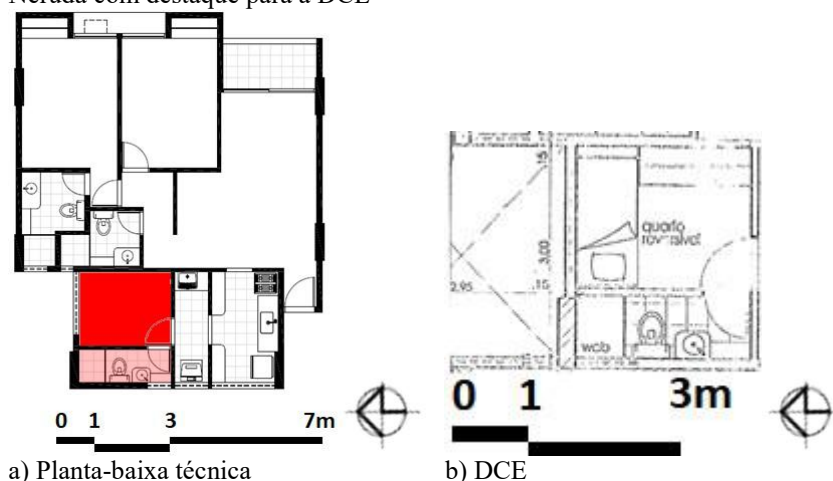
Figura 114: Fotos da DCE do edifício residencial Royal Tropical em 11/12/2016



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2016).

14. Pablo Neruda: o edifício possui 2 tipologias de DCE. Ele foi selecionado por uma delas ter uma janela voltada exclusivamente para o poço de ventilação e iluminação. Assim, almejamos revelar o modo de habitar nesse espaço (figura 115):

Figura 115: Planta baixa do acervo técnico do edifício residencial Pablo Neruda com destaque para a DCE



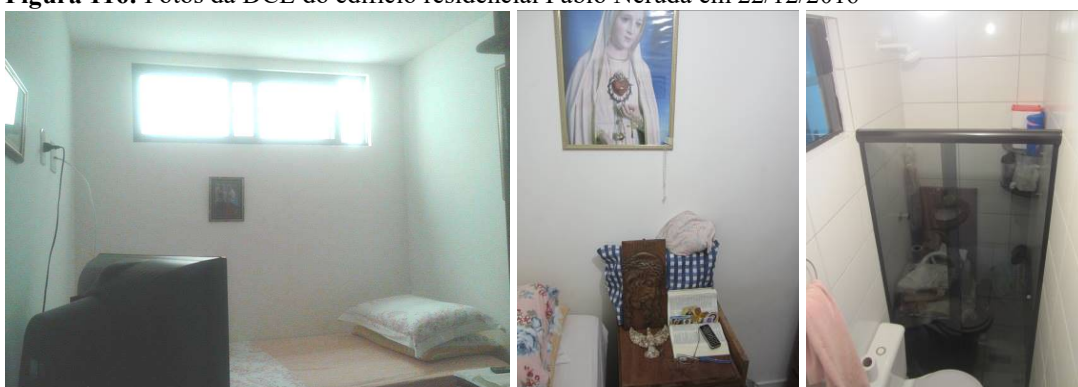
Fonte: a) Acervo da GBM Engenharia (2007). b) Acervo do Morador 14 (2007).
Editado por Fernando Morais.

O apartamento que disponibilizou a visita possui 2 quartos + DCE, 4 moradores e não possui empregada doméstica. Devido ao reduzido número de quartos para a quantidade de moradores, a suíte de serviço, composta por quarto de 5 m² e banheiro de 2,25 m², passou a ser ocupada por um deles, servindo como dormitório. Esse cômodo também possui possibilidade torna-se reversível através da inserção de uma porta para o corredor de circulação íntima. Em relação ao tamanho e ao conforto ambiental, um dos moradores emitiu a opinião:

É um quarto **pequeno**, não chega a ser um espaço asfíxiante, mas é um quarto pequeno, que tem um banheiro, onde a gente encontrou algumas **dificuldades**, porque como a **minha mãe** utiliza esse quarto, a princípio era uma suíte, uma **pequena suíte**, só que ela ficou **impossibilitada** de usar o chuveiro, por exemplo, um **chuveiro aquecido, porque não existe...** a **parte elétrica é inexistente nesse banheiro**, e ficou inviável, hoje a parte do box é inutilizada, no mais, é um espaço onde cabe uma cama de solteiro, um guarda roupa pequeno, de 2 portas, e um móvel com uma tv, apenas, é o básico. Apesar de ser o **menor quarto do apartamento, é o quarto mais bem ventilado**, que, conforto térmico, é o quarto que tem o melhor circulação de ar, porque, tem a **janela superior que dá num fosso do prédio**, então, em contato com o vento que vem da sala e da janela da cozinha, então, ventila melhor esse quarto, inclusive eu acho que isso foi **proposital no desenho**, no projeto, porque fica bem, a lavanderia fica ao lado, e isso facilita com que seque a roupa, que tá estendida no varal com mais facilidade. (grifo nosso – Morador 15, 22/12/2016)

Concordamos com a opinião do morador, que relatou com detalhes a concepção do quarto de serviço e as características inerentes a ele devido à sua localização estratégica, que pode ser complementada pelo relato do usuário, que revela a experiência de habitar esse aposento: “**é confortável**, dá minha cama, o guarda roupa e uma televisão, e o banheiro. **Eu gosto muito do quarto**, mas tem uma janela que tem que viver um pouco fechada, **porque corre muito vento**” (grifo nosso – Morador 16, 22/12/2016). Assim, para nossa surpresa no decorrer da análise, o exemplar desse edifício foge “da regra” da implantação da DCE voltada para o poente, superaquecida, iluminada e com deficiência de ventilação (figura 116):

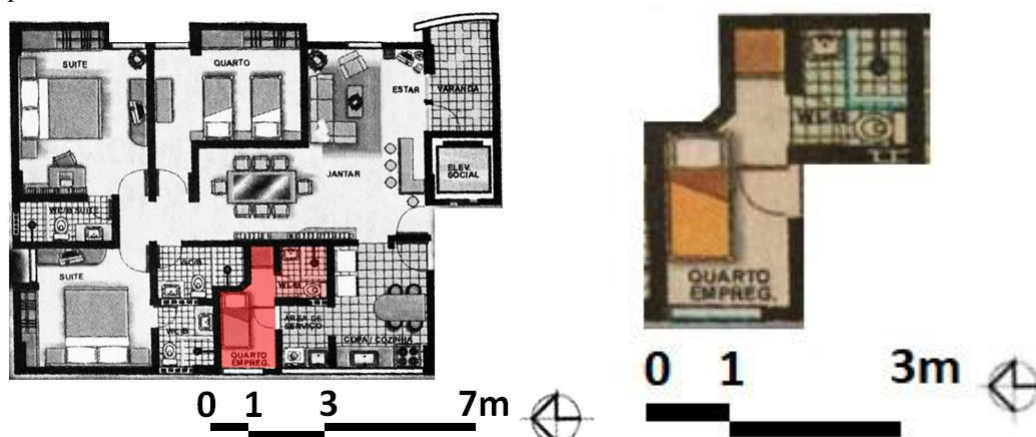
Figura 116: Fotos da DCE do edifício residencial Pablo Neruda em 22/12/2016



Fonte: Acervo de Fernando Moraes (2016).

15. Paineiras: o edifício só possui uma única tipologia de DCE (figura 117), instituída como suíte, que apresenta um retângulo que se prolonga por um corredor. No projeto abrigaria um guarda roupa embutido, segundo a proposta do anúncio publicitário:

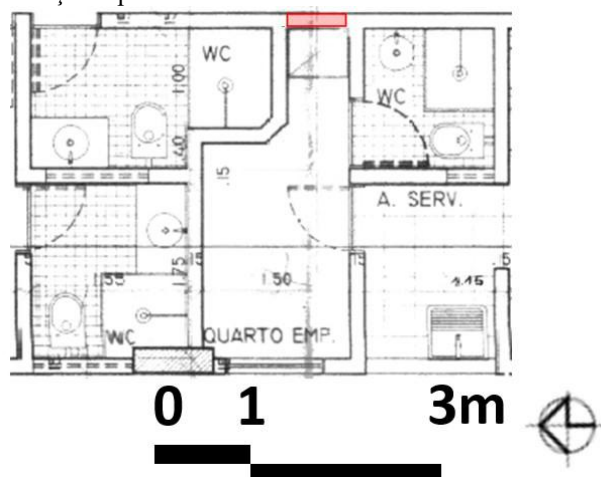
Figura 117: Planta-baixa do anúncio publicitário do edifício residencial Paineiras com destaque para a DCE



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 27 de janeiro de 2002, p. 7. Editado por Fernando Moraes.

Contudo, após verificar a planta baixa, que não informa a área total do quarto, descobriu-se, por meio do redesenho com as medidas indicadas, que ele possui 4,05 m², isto é, está abaixo da norma; e o mais curioso é que foi aprovado pela Prefeitura Municipal com essas medidas e sob a designação de “quarto de empregada” (figura 118):

Figura 118: Indicação da reforma no banheiro de serviço na planta-baixa no edifício residencial Paineiras



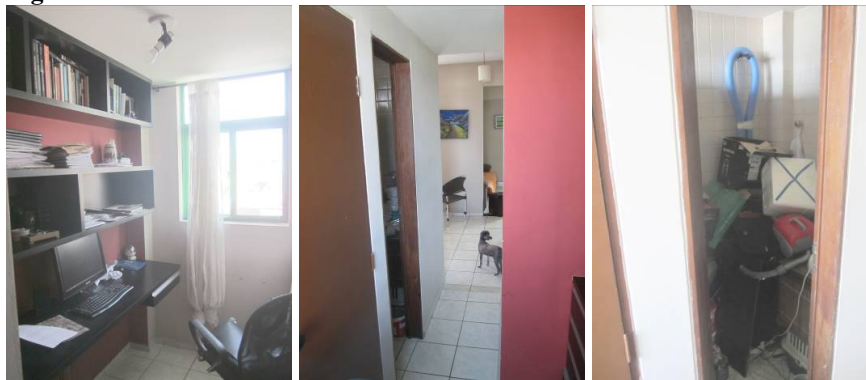
Legenda

 Parede a derrubar

Fonte: Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

O apartamento visitado possui 3 quartos e 2 moradores, que decidiram eliminar a parede entre a DCE e a sala de estar para transformar a DCE em um escritório reversível, e, também removeu todas as instalações hidráulicas do banheiro, que possui 1,82 m², para que o espaço ficasse amplo para o uso de depósito (figura 119):

Figura 119: Fotos da DCE do edifício residencial Paineiras em 20/12/2016



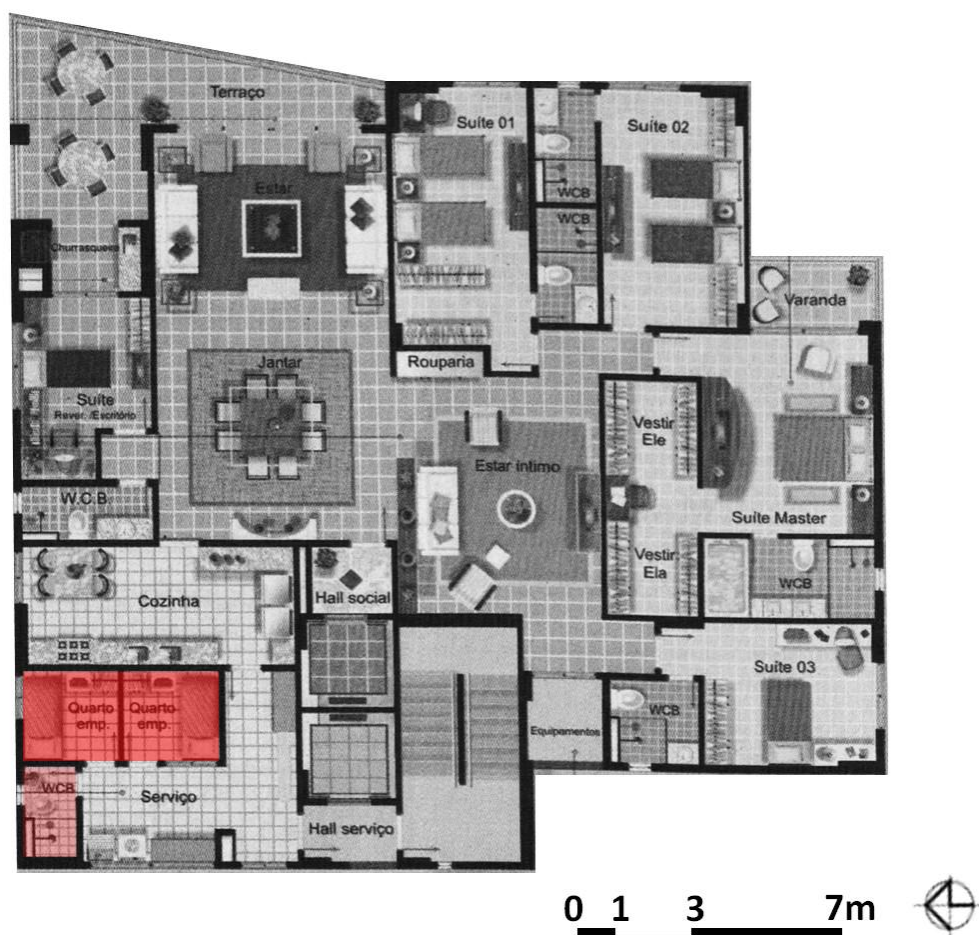
Fonte: Acervo de Fernando Morais (2016).

Na opinião do morador, esse cômodo “**é pequeno e não é ventilado**, na boa parte do tempo ele é muito quente, mesmo com a abertura (a janela) ele é **insuportável de ficar**

muito tempo” (grifo nosso – Morador 17, 20/12/2016), isso porque ele é voltado para o poente e não possui nenhuma proteção solar.

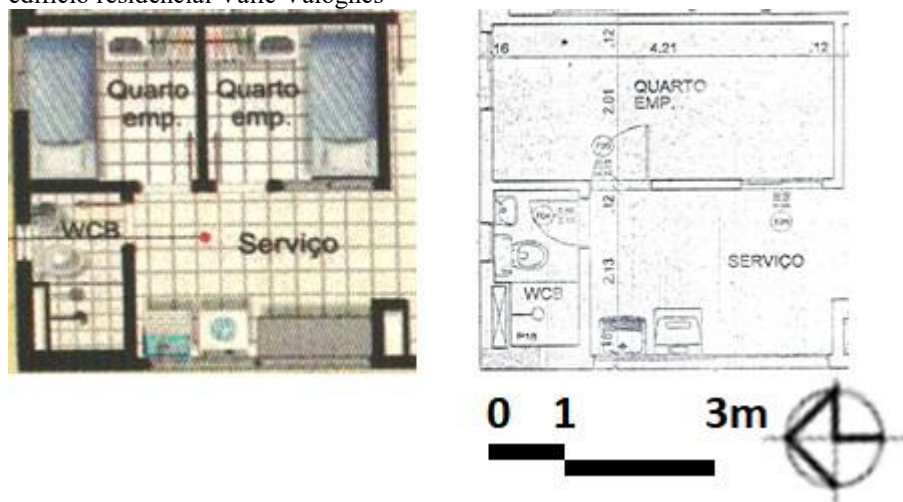
16. Valle Valognes: a visita nesse edifício residencial não foi viabilizada, pois não houve a disponibilidade de participantes. Assim, a análise foi realizada pela planta-baixa e pelo prospecto (figura 120) adquiridos. No primeiro momento, o diferencial dos apartamentos foi exposto na representação do anúncio publicitário que indicava que eles possuem 2 DCEs por unidade, enquanto na planta-baixa técnica, esses espaços foram agrupados formando uma única DCE com espaço interno “muito generoso” de 8,46 m² e banheiro de 2,20 m² (figura 121). A opção de 2 DCEs ficou espacialmente restrita à cobertura, composta pela primeira DCE de 7,74 m², e, a segunda de 6,24 m², com banheiro de 2,43 m² entre as duas unidades. Deste modo, podemos considerar que todas as tipologias apresentam os aposentos de serviço com medidas superiores aos padrões atuais (figura 122):

Figura 120: Planta-baixa do anúncio publicitário do edifício residencial Valle Valognes com destaque para a DCE



Fonte: Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

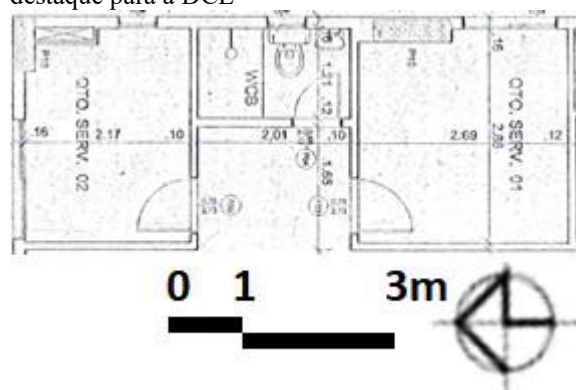
Figura 121: Comparação do projeto publicitário e do projeto da prefeitura da DCE do edifício residencial Valle Valognes



a) Anúncio publicitário do pavimento-tipo b) Planta-baixa técnica do pavimento-tipo

Fonte: a) Jornal Correio da Paraíba, Classificados, 25 de julho de 2004, p. 10. b) Fonte: Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

Figura 122: Planta-baixa técnica do pavimento da cobertura do edifício residencial Valle Valognes com destaque para a DCE



Fonte: Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

17. Namastê: esse edifício foi selecionado pela representação do *layout* da DCE. No anúncio publicitário indicava-se que o quarto comportava duas camas de solteiro, sinalizando que seria um exemplar de tamanho singular na pesquisa (figura 123). Contudo, após a verificação da planta-baixa técnica e da visita *in loco*, foi percebido que a suíte sofreu modificações posteriores na organização espacial interna (figura 124). Houve redução considerável do tamanho do quarto para 5,68 m². O banheiro de 2,96 m² foi movido completamente para dentro do quarto, que, por sua vez, forneceu espaço para inserção de uma despensa que não existia no anúncio publicitário:

Figura 123: Planta-baixa do anúncio publicitário do edifício residencial Namastê com destaque para a DCE



Fonte: Acervo da construtora Lacerda e Maia (2013). Editado por Fernando Morais.

Figura 124: Comparação da representação da DCE do edifício residencial Namastê



a) Anúncio publicitário

b) Planta-baixa técnica

Fonte: a) Acervo da construtora Lacerda e Maia (2013). b) Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

A apartamento visitado tem 4 quartos + DCE e 3 pessoas, e, com empregada doméstica (que estava de folga no dia da visita), que, em relação ao quarto da empregada/secretária o morador relata sua concepção:

Ele é um cômodo como todo outro, ele faz parte do apartamento, e quando você tem a **secretária** que **dorme em casa**, ele deve ser tão **tratado como qualquer outro cômodo**, porque afinal de contas **ela faz parte do núcleo familiar**, e **precisa ser acomodada tão bem quanto todos os outros**. (grifo nosso – Morador 18, 10/12/2016)

Apesar de ter sua área reduzida em comparação ao tamanho anteriormente divulgado, o apartamento visitado conseguiu proporcionar conforto ao quarto e ao trabalhador doméstico, pois foram acrescentados, individualmente nessa unidade, pontos de energia elétrica, de telefone e de televisão, a parede foi revestida com papel de parede, foi inserida

uma cama de solteiro, uma cortina, um painel com televisão acoplada, um guarda roupa de duas portas e um criado mudo, Porém, não foi possível a instalação de um chuveiro elétrico porque o edifício não possui infraestrutura adequada para esse tipo instalação no banheiro de serviço, em adição que não há a diferenciação de piso do restante do apartamento (figura 125).

Figura 125: Fotos da DCE do edifício residencial Namastê em 10/12/2016



Fonte: Acervo de Fernando Moraes (2016).

Percebe-se o pensamento inclusivo do morador ao tratar o espaço e o empregado doméstico com dignidade que proporcionou que essa suíte de serviço servisse como exemplo de que é possível modificar um ambiente tradicionalmente concebido de forma excludente e transformá-lo num espaço confortável.

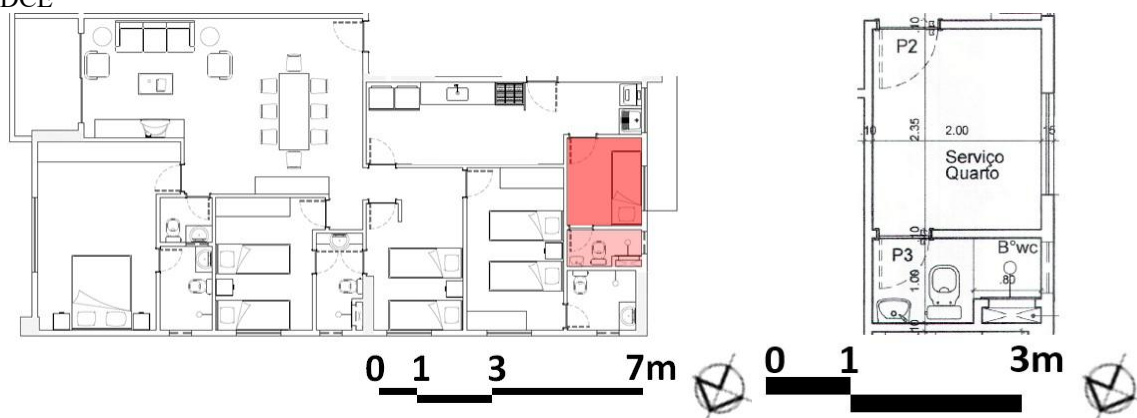
18. Palazzo Milleluci: a escolha desse edifício foi motivada pelo formato singular da Planta-baixa dos apartamentos (figura 126), incluindo o cômodo destinado ao alojamento de empregados domésticos, mas que, após a visita e a realização do *as built*, foi constatado com houve mudança no projeto arquitetônico e que resultou na diminuição da DCE, embora ainda permanecesse com sua forma exclusiva (figura 127). O apartamento visitado possui 4 quartos + DCE e 4 moradores, que destinaram o uso da suíte de serviço, com quarto de 5,96 m² e banheiro de 2,40 m², como depósito e apoio para empregada doméstica, que não pernoita na residência dos patrões. A suíte é bem servida de pontos elétricos e não possui diferenciação de piso do restante do apartamento. Para o morador, este cômodo:

[...] é considerado como um **quarto ventilado**, ele **pega muito sol durante à tarde**, mas ele tem um **tamanho razoável**, tem um **banheiro bom**, e hoje a gente tem um armário que ocupa a maior parte do quarto, e tem o *freezer* também, e é onde a **secretária daqui de casa troca de roupa** (grifo nosso), Morador 19, 20/12/2016.

Figura 128: Fotos da DCE do edifício residencial Palazzo Milleluci em 20/12/2016

Fonte: Acervo de Fernando Morais (2016).

19. Maison Saint Laurent: esse edifício foi selecionado por apresentar dimensões reduzidas da DCE, denunciadas por apenas conter/caber uma cama de solteiro em sua representação na planta-baixa técnica (figura 129), que instigou a busca pela revelação de seus usos e modos distintos de ocupação. O apartamento no qual a visita foi permitida, possui 4 quartos + DCE e 5 moradores, que, por não ter empregado doméstico, destinou o uso da DCE como depósito (figura 130). O mesmo necessitou de um projeto de mobiliário especial para que o armário fosse suspenso, também conhecido como aéreo (figura 131). Este foi instalado um armário acima da cama para que o quarto tivesse onde armazenar objetos, e, ao mesmo tempo, permitir que alguma diarista ou eventual visita pudesse repousar nesse espaço constituído na tipologia de suíte, com o quarto de 4,07 m² e banheiro de 1,90 m²:

Figura 129: Planta-baixa do acervo técnico do edifício residencial Maison Saint Laurent com destaque para a DCE

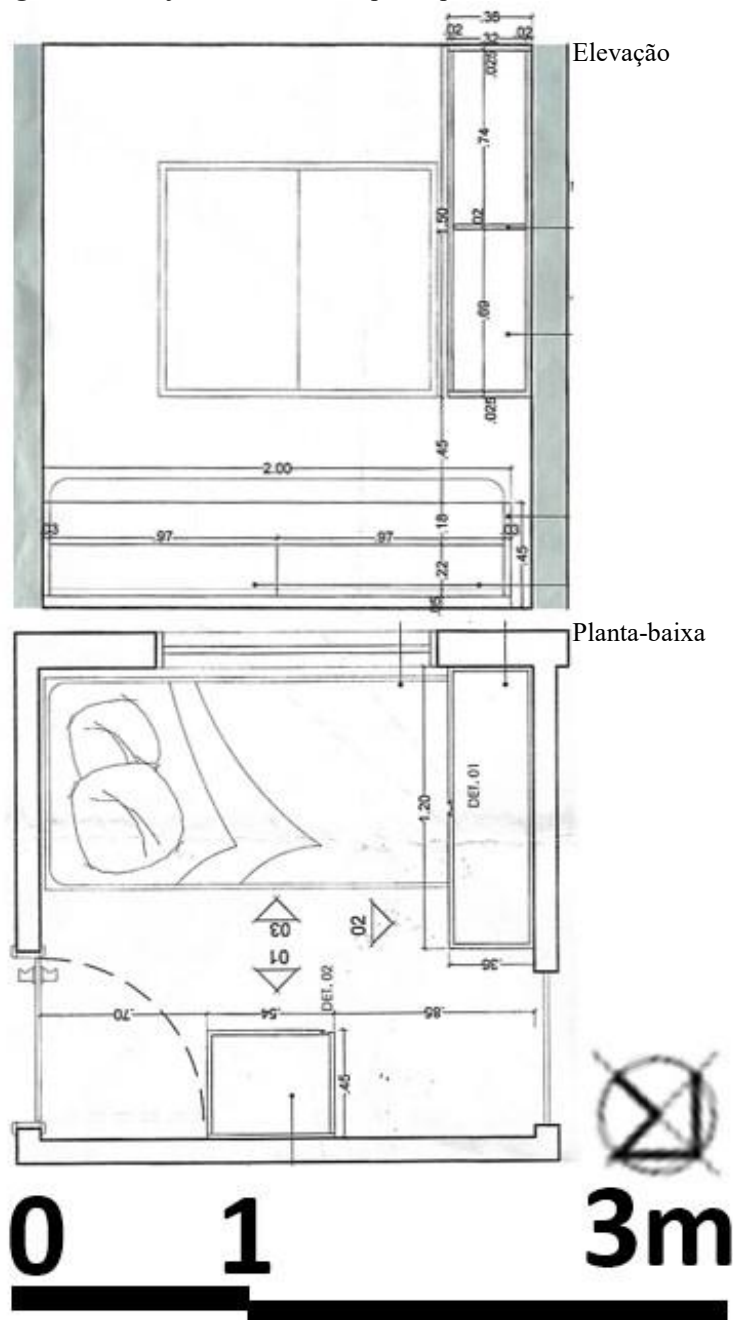
a) Planta-baixa técnica da construtora

b) Planta-baixa técnica da prefeitura

Fonte: a) Acervo da construtora Brascon (2010). b) Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

Figura 130: Fotos da DCE do edifício residencial Maison Saint Laurent em 20/12/2016

Fonte: Acervo de Fernando Moraes (2016).

Figura 131: Projeto do armário suspenso para a DCE

Acervo do Morador 20.

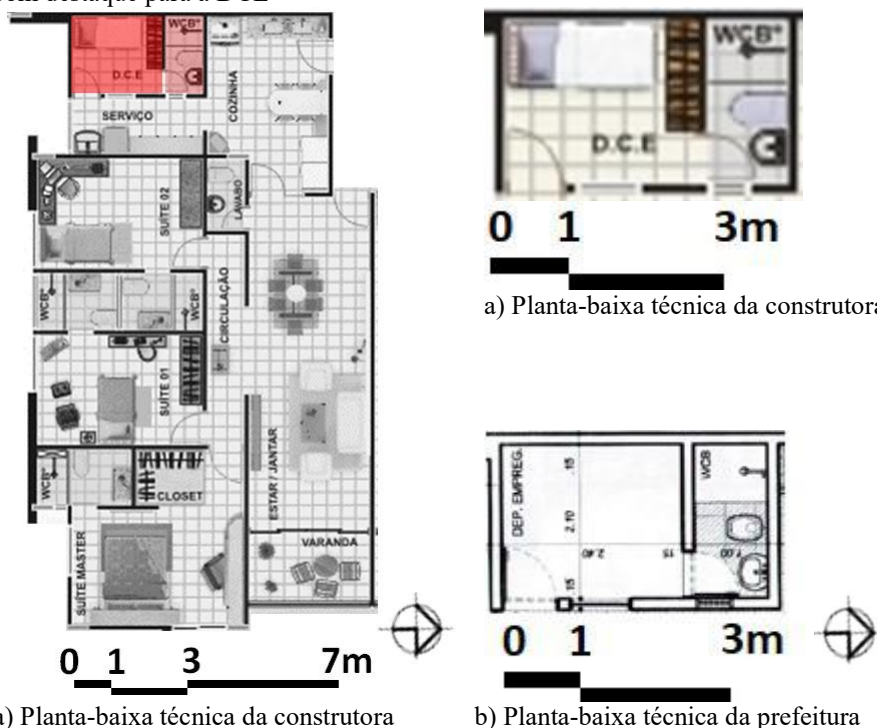
Segundo o morador, esse cômodo pode ser definido como:

[...] **bastante pequeno** que foi inicialmente organizado para **acomodar uma pessoa de forma eventual**, como horário de descanso. Entretanto, em função do **pequeno tamanho da área de serviço e também da ausência de local para acomodar objetos de uso mais geral** (ferramentas, por exemplo). O quarto tem uma janela para a parte externa, mas é realmente bastante pequeno, não acomodando uma cama e um guarda-roupas. Está anexado a um banheiro também muito pequeno. Foi solicitado a confecção de um armário para ficar sobre parte da cama, mas nunca um roupeiro. (grifo nosso – Morador 20, 20/12/2016)

Deste modo, percebe-se que espaços pequenos requerem o projeto de móveis especiais, isto é, planejados, por não serem fáceis de encontrar as especificidades do móvel que corresponda ao tamanho do espaço, o que é irônico, um espaço tradicionalmente desprestigiado demandar o gasto extra de dinheiro para que se possa mobiliá-lo.

20. Porto Di Bari: o edifício possui 2 tipologias de DCE, sendo selecionado por uma delas ter janela voltada para a área de serviço, que estimulou a revelação do modo de habitar nesse espaço com iluminação e ventilação indireta (figura 132):

Figura 132: Planta-baixa do acervo técnico do edifício residencial Porto Di Bari com destaque para a DCE



Fonte: a) Acervo da construtora Moreira e Ruffo's (2006). b) Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

O apartamento selecionado possui 3 quartos + DCE e 5 moradores, que também não possui empregado doméstico. O aposento fica, então, destinando o uso da suíte de serviço,

composta por quarto de 5,35 m² e banheiro de 2,47 m², como depósito (figura 133). Na fala do morador:

É um **cômodo pequeno** cuja a **distribuição de mobiliário** (cama e guarda-roupa) se torna **comprometida por conta do posicionamento das portas de entrada e do banheiro**. Além disso o quarto não possui janela voltada para o exterior do edifício, apenas uma pequena **janela tipo boca-de-lobo voltada para a área de serviço**, tornando-o **escuro e pouco arejado**. (grifo nosso – Morador 21, 20/12/2016)

Figura 133: Fotos da DCE do edifício residencial Porto Di Bari em 13/12/2016



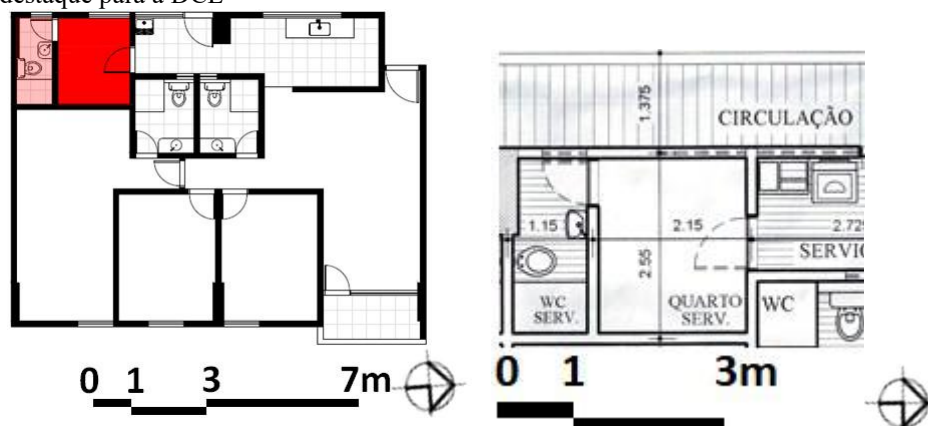
Fonte: Acervo de Fernando Moraes (2016).

Percebe-se, no relato do morador e nas fotos, que a única abertura para passagem de luz e ar para o interior desse cômodo é por meio de uma única janela alta, e, detalhes como este, apenas são revelados nas visitas, que podem surpreender pela qualidade, abaixo do esperado, que atribui ao espaço o reconhecimento de ser desconfortável.

21. Monte Aconcágua: o edifício foi selecionado pela janela da DCE ser voltada para o corredor de circulação externa, que estimulou a revelação do modo de habitar nesse espaço com iluminação e ventilação direta, mas recuada da fachada. O apartamento selecionado possui 3 quartos + DCE e 2 moradores, que também não possui empregado doméstico, destinando o uso da suíte de serviço, composta por quarto de 4,97 m² e banheiro de 2,40 m², como depósito e escritório (figura 97). Para o morador, este espaço:

É um cômodo **pequeno**, é um cômodo **suíte**, e eu vou transformar esse cômodo em **escritório**, pra que eu possa estudar, eu sou **pastor**, eu vou estudar, **e tenho muitos livros**, inclusive a bíblia, então eu tenho que estudar, para poder ensinar alguma coisa. (grifo nosso – Morador 22, 06/12/2016)

Figura 134: Planta-baixa do acervo técnico do edifício residencial Monte Aconcágua com destaque para a DCE



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2016). Acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado por Fernando Morais.

Figura 135: Fotos da DCE do edifício residencial Monte Aconcágua em 06/12/2016



Fonte: Acervo de Fernando Morais (2016).

Percebe-se, pelas fotos, que mesmo a DCE estando recuada da fachada e das aberturas serem compostas por janelas altas, a incidência de iluminação no interior desse cômodo é satisfatória.

Podemos perceber que as visitas configuraram-se como uma etapa importante que possibilitou a coleta de informações que só se obtém *in loco*, como a verificação dos usos, do tamanho do espaço, das configurações de ocupação, e, a opinião dos moradores e dos usuários. Pelo exposto, é notória a redução da presença da empregada doméstica, e, por consequência, o não uso desse espaço como dormitório, mas como depósito ou quarto de despejo, muitas vezes servindo de apoio para área de serviço, que, por sua vez, também é pequena.

Em relação ao olhar dos moradores para o quartinho, muitos reconhecem esse espaço como “pequeno” e que poderia ter sido projetado com dimensões mais generosas, especialmente para acomodar um usuário que faria o uso como moradia permanente,

enquanto uma parte dos entrevistados está satisfeita com o tamanho do quarto. Embora alguns quartos tenham apresentado elementos que qualificam o desconforto para permanência do usuário em tamanho ou em conforto ambiental, foi revelado que dos poucos quartos tiveram uso de dormitório. As duas empregadas entrevistadas relataram estar satisfeitas com as acomodações, o que gera um resultado positivo ao desmitificar o imaginário generalizado que todo quarto de empregado é ruim, pequeno e sem estrutura para a morada com conforto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É tão linda a minha casa / tem tudo
minha morada / tem sala quarto e
cozinha / tem varanda e tem sacada /
sala de estar e jantar / tem o quarto da
empregada” (“Coração Vazio”, de
Sergio Oliveira, 2010).

Segundo Carlos Lemos (1989, p. 9), “a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários”, mas também susceptível às mudanças decorrentes de alterações das novas tecnologias, das normas e legislações, da economia, do gosto estético, dos hábitos e dos valores culturais, e que implicam na diversidade do morar. Sendo os edifícios residências, os reflexos materializados dos diversos momentos da sociedade e do espaço dão-se também por meio da casa-apartamento. Assim, finalizamos a pesquisa em busca das configurações contemporâneas que a DCE assumiu nos edifícios multifamiliares na cidade de João Pessoa no século XXI.

A fim de entendermos as origens sócioespaciais do “quartinho”, partimos da conceitualização e da análise do que deu origem à permanência deste cômodo na “casa” brasileira e tivemos então que iniciarmos essa história com as senzalas remanescentes no estado paraibano até chegarmos nos apartamentos recém-entregues dos condomínios-clubes. Estes últimos representam a nova tendência na forma de habitar da população de João Pessoa de renda média e alta. A permanência ao longo da história da casa brasileira que confirmam que a DCE fez e faz parte da história da arquitetura (a concepção projetual, a tecnologia disponível, os costumes e o modo de morar da época que o edifício foi construído). Construímos, assim, uma breve história da cidade de João Pessoa, particularmente da “casa-apartamento” nesta cidade, pois a narrativa dá-se desde o primeiro edifício multifamiliar e arranha-céu da cidade, registrando o pioneirismo dos edifícios modernistas de veraneio que marca o momento da expansão da cidade rumo ao mar; o primeiro edifício de uso misto com escadas rolantes, e, mais recentemente, os supervalorizados condomínios-clubes agrupados principalmente em um bairro até recentemente inexplorado por esse tipo de empreendimento em altura, densidade e luxo destinado aos consumidores de alto poder aquisitivo que o Bairro do Altiplano.

Na realidade brasileira, a opção por verticalizar se constituiu como um símbolo de prestígio e de transitoriedade que representava um novo modo de vida entre a casa isolada, que necessitava de criadagem para funcionar, e, da unidade habitacional moderna, feita e agenciada, de tal maneira que a família pudesse viver por si só sem depender da ajuda doméstica remunerada (LEMOS, 1978, p. 161-162). Já a origem dos espaços destinados ao empregado doméstico nas habitações multifamiliares modernizaram as configurações da antiga senzala (BRUAND, 1981, p. 20; LARA, 2013; REIS FILHO, 2014, p. 78) e proporcionaram a diferenciação de circulações que daria acesso às “células funcionais”

distintas, caracterizando-se pelo duplo acesso nos apartamentos, o nobre e o de serviço e pela instalação de elevadores separados.

Já no século atual, o edifício residencial incorporou a construção de um ideário de valorização da aparência externa do edifício e da oferta de áreas coletivas de lazer e entretenimento, assim como passou a abrigar estabelecimentos de comércio e de prestação de serviços, independentemente da qualidade da ambiência do espaço de morar ou da adequação à infraestrutura do local onde foi implantado. Observa-se que o programa arquitetônico reflete o novo estilo de vida, dispensando a dependência doméstica da habitação multifamiliar, do mesmo modo como a presença do empregado doméstico, que já não mais precisa pernoitar no trabalho, sendo substituído pelo home-service e pela diarista. Embora se tenha o prenúncio da extinção do cômodo da DCE, seu completo desaparecimento da realidade brasileira é improvável que ocorra a curto prazo, visto a necessidade que as famílias brasileiras elitizadas ainda têm de serem servidas por empregadas domésticas que pernoitem em suas residências.

Para melhor identificarmos a projeção das DCEs nos edifícios pesquisamos os anúncios publicitários no Jornal Correio da Paraíba e nos *websites* das construtoras que atuam na cidade de João Pessoa, registramos 180 anúncios de edifícios residenciais e 248 tipologias de DCE. Este conjunto de material revelou dados importantes que vão além da dimensão do espaço físico. Constatamos que o imaginário “2 x 2”, que traduz simploriamente um quatinho de dimensões mínimas equipado com uma cama de solteiro e um guarda roupa, não é única e nem dominante, pois verificamos que há uma vasta quantidade de tipologias, identificadas pelos elementos que conduziram a análise: nomenclatura, acesso, conforto ambiental, forma, implantação, *layout*, quantidade e tamanho que mostraram a diversidade de exemplares, do padrão luxo ao padrão “fora da lei”. O que aqui denominamos “fora da lei” são os projetos que não estão em conformidade com os padrões mínimos exigidos pelas normas para a construção de um dormitório, e, por isso, ao publicarem a planta do imóvel, alteram a denominação do “quarto de empregada” para “depósito” para serem aprovados pela Prefeitura Municipal. Contudo, também refletem diretamente a concepção do imaginário da DCE dos arquitetos e construtoras, os modos de morar e a demanda da sociedade pessoense, que está sincronizada com a situação brasileira, socioeconomicamente e culturalmente.

Os anúncios foram importantes para traduzirmos as mudanças na concepção do “quartinho”. Porém, não nos limitamos a este procedimento, que se tratam de “imagens meramente ilustrativas” nos anúncios publicitários passíveis de alterações quando construídos os edifícios, pois tanto é possível a alteração do projeto arquitetônico e estrutural durante a construção, como a escala do mobiliário sugerido pode ser ou não verossímil, já que existe uma prática comum e desonesta de iludir os compradores através da representação de mobiliário subdimensionado, com medidas reduzidas que não correspondem à realidade disposta para caber num cubículo. Foi observado que o conteúdo do material de divulgação dos empreendimentos não apresentou o texto que informa a área total da DCE, enquanto no desenho técnico, verificado na Prefeitura Municipal, houve casos de omissão das cotas que possibilitariam indicar as medidas desse cômodo, sugerindo que essa ação poderia ter sido proposital com o objetivo de não revelar as medidas que indicariam explicitamente o tamanho dos pequenos espaços, muitas vezes abaixo das normas, propostos para DCE.

Deste modo, quando um quarto é concebido apenas com uma cama de solteiro ou com o acréscimo de um módulo ou criado mudo, podemos afirmar que ele se destina exclusivamente à ocupação eventual, indicando a transitoriedade, um ponto de apoio para diaristas. Entretanto, identificamos a prática de generalizar a dependência doméstica com apenas uma cama e, quando em alguns projetos se insere um guarda-roupa, mesmo que de 1 porta, isto revela a desconsideração para dignidade do usuário/trabalhador doméstico e o uso inadequado desse espaço e do mobiliário para efetiva ocupação com permanência. Consideramos também que os espaços pequenos requerem a inserção de mobiliário planejado que se adeque às medidas especiais do ambiente e possibilite otimizar o ganho de espaço interno por meio da verticalização ou da flexibilização do mobiliário.

Após a identificação das diferentes tipologias de DCEs nos variados edifícios construídos na cidade de João Pessoa no período de 2001 a 2015, sentimos a necessidade de constatar *in loco* os cômodos de alguns projetos, pois, a representação gráfica das plantas-baixas não revela muitas informações: como saber se a representação de uma cama poderia ser um beliche, ou, como afirmar se o espaço é enclausurado se não há a representação de janelas altas? E o mais importante: os anúncios não mostram - e nem poderiam - os usos e as apropriações no interior da DCE, que são informações essenciais nesta pesquisa.

Verificamos a predominância da tipologia suíte nas dependências de serviço, tanto na concepção do projeto original quanto nas reformas posteriores à construção, na tentativa de modernizar e proporcionar maior privacidade ao usuário, além de buscar a valorização do apartamento, afinal, o *status* condiz proporcionalmente com o número de suítes. No senso comum, ouve-se corriqueiramente: “já não se fazem mais apartamentos como antigamente”, frase com de sentido saudosista que indica o imaginário de que a produção de antigamente era melhor, ou, mais espaçosa, que as de atualmente. A hipótese levantada que o tamanho médio das DCEs nas habitações multifamiliares do século XX era superior às do século XXI foi comprovada e verificada por meio da medição e/ou verificação dos projetos arquitetônicos. Do total de cômodos levantados, aqueles construídos no século XX, o quarto de menor área possui 3,60 m² (Edf. Santo Antônio) e o de maior área possui 10,88 m² (Edf. Maison D'Ampege), resultando na média de 7,24 m², enquanto nos apartamentos dos edifícios construídos já no século XXI, o quarto de menor área possui 4,05 m² (Edf. Paineiras) e o de maior área possui 8,46 m² (Edf. Valle Valognes), resultando na média de 6,25 m². Deste modo, houve a redução de 1 metro quadrado do tamanho médio da DCE entre os dois séculos, o que implica a diminuição do tamanho dos maiores. Além disso, observou-se que, no século XX, houve uma maior variação de tamanho dos quartos das DCEs, enquanto no século XXI o tamanho dos quatinhos aproxima-se.

Para além do exposto, destacamos que o problema do quatinho não se restringe aos dados e às informações apresentadas, pois não se resume ao tamanho que é concebido. Afinal, qual qualidade espacial de um ambiente, mesmo que com grandes dimensões, mas que possui sobreposição de funções? Nessa perspectiva, o dormitório efetivamente nunca será “de”, mas, “para”, obrigando que o empregado doméstico tenha que dividir o espaço com outras atividades de serviço e com objetos “tralha / bagunça” pertencentes do patrão. O uso da dependência doméstica como depósito foi o mais representativo na pesquisa, assumindo sua função com mais honestidade, sem se camuflar por trás do dormitório.

Percebemos que o quatinho denuncia e assume os problemas socioespaciais da morada brasileira, em especial na habitação multifamiliar, que, por ser compacta, potencializa os efeitos de segregação e revela uma maior falta de empatia das ações de alguns arquitetos/construtoras/patrões para com o empregado doméstico ao destiná-lo aos aposentos de qualidades desconfortáveis, e, às vezes até insalubres. A forma de ocupação da DCE também faz emergir questões de negligência no programa de espaços da habitação contemporânea, a exemplo da inexistência de um lugar (depósito) para o armazenamento de

malas, caixas, tábua de engomar, escada portátil, entre outros, objetos comuns, e que estimulam a sobreposição de funções na DCE, efeito semelhante à produção de áreas de serviço pequenas que não possuem espaço suficiente para a secagem de roupas e o armazenamento de produtos de limpeza, resultando na ocupação e invasão do espaço da DCE para a extensão de suas atividades.

Se o acesso nos condomínios fechados já foi difícil, encontrar empregadas domésticas e DCEs que sejam ocupadas com dormitórios foi mais difícil ainda! A maioria dos dormitórios identificados apresentou o espaço considerado de tamanho regular para uma dependência doméstica, segundo a legislação, e também a satisfação dos seus usuários, conforme os relatos das entrevistas. Acrescentamos que por melhores que sejam as boas intenções que o morador tenha para oferecer um pouco mais de conforto à DCE, que já é tão sacrificada em tamanho, e proporcionar o bem-estar para empregada doméstica, através da instalação de uma televisão, ar condicionado ou chuveiro elétrico, essas ações, muitas vezes, acabam impossibilitadas uma vez que o edifício pode não oferecer o suporte para tal. Constatamos que as construtoras propositalmente não equipam os quartos e os banheiros das DCEs com pontos de energia, por questão de economia de materiais e custos, mas também, de desconsideração com aquele cômodo, portanto com o empregado doméstico.

A pesquisa revelou que a oferta do quarto de empregada está relacionada ao poder aquisitivo, assim como às necessidades da prestação dos serviços domésticos por parte dos empregadores domésticos. Contudo, o seu uso tem reduzido consideravelmente devido à preferência pelas novas formas de prestação de serviço doméstico sem vínculo empregatício. Em relação à produção desse espaço, é possível afirmar que os incorporadores e as construtoras geralmente atribuem dimensões mínimas, ou abaixo destas, além de uma variante de meios que desfavorecem o quarto em relação ao demais cômodos da residência. Assim, a pesquisa permitiu revelar as modificações ocorridas na projeção das DCEs das unidades residenciais verticais na cidade de João Pessoa, mas também a sua permanência, ou seja, muda-se o “jeito” de morar, passando-se da casa para o apartamento, mantendo-se muito dos hábitos anteriores. Além disso, mesmo com a reforma na legislação trabalhista, o empregado doméstico ainda está muito presente na habitação brasileira e pessoense, portanto, também o quartinho, mesmo que seja transformado em depósito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“O quartinho dos fundos / Tem um monte de mistérios / No quartinho dos fundos / Quem é que não tem um quartinho com mistério? / É o quartinho dos fundos” (“O quartinho dos fundos”, de Cuidado que Mancha, 2011).

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMASTÉCNICAS. **NBR 14645-1:**

Elaboração do "como construído" (as built) para edificações. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **NBR 15.575:** Edificações Habitacionais – Desempenho. Rio de Janeiro, 2013.

ACAYABA, Marlene Milan. **Residências em São Paulo: 1947-1975.** São Paulo: Romano Guerra, 1986.

AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos.** João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba (FUNCEP), 1985.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). **História da vida privada no Brasil:** Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, vol. 2, p. 11-94.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo e (org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, vol. 1, p. 84-153.

ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Colcha de retalhos:** estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **Mulher, mulheres:** Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

AQUARIUS. Direção: Kleber Mendonça Filho, Produção: Emilie Lesclaux; Saïd Ben Saïd; Michel Merkt. Pernambuco (BRA): CinemaScópio; SBS Productions 2016, 1 DVD.

ARAGÃO, Solange de. **Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX.** São Paulo: Blucher, 2011.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino.** São Paulo: Editora Ática, 2004.

_____. Sobre a tipologia em arquitetura. In: NESBITT, Kate.(Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura:** antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.

ARÍS, Carlos Martí. **Las variaciones de la identidad:** Ensaio sobre El Tipo em Arquitectura. Barcelona: Demarcación de Barcelona del Colégio de Arquitectos de Cataluña y Ediciones del Serbal, 1993.

AUSONIA oferece as melhores condições. In: **Correio da Paraíba,** João Pessoa, p. 3, 29 nov. 1960.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do açúcar.** São Paulo: Nobel, 1990.

AZEVEDO, Maria Helena; MOURA FILHA, Maria Berthilde; GONÇALVES, Isabela Rolim Moreira Henrique. Higienismo e Ecletismo: as casas da modernização urbana do

- início do século XX. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Marcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan (orgs.). **Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016.
- BADRA JUNIOR, Miguel. **Notas à teoria da arquitetura**. São Paulo: Editora Anhambi, 1957.
- BALBI, Thiago. A exclusão no espaço doméstico. In: **Portal Fórum**. Mai 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/05/a-exclusao-no-espaco-domestico/>>. Acesso em: 25 Jun. 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BASTOS, Marcelo. Guarda-roupas planejados, itens essenciais para espaços pequenos. In: **VivaDecora**. 08 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.vivadecora.com.br/revista/quarto/guarda-roupas-planejados-itens-essenciais-para-espacos-pequenos/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (orgs.). **Arquitetura na formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.
- BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2010.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1997.
- BRANDÃO, Douglas Queiroz. **Diversidade e potencial de flexibilidade de arranjos espaciais de apartamentos: uma análise do produto imobiliário brasileiro**. 2002. 443 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cartilha do trabalhador doméstico**. 2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/trabalho-domestico.htm>. Acesso em: 05 jun. 2015.
- _____. PORTAL BRASIL. (Org.). **Trabalho doméstico é a ocupação de 5,9 milhões de brasileiras**. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacao-de-5-9-milhoes-de-brasileiras>>. Acesso em: 16 set. 2016.
- BRASILEIRO, Vanessa Borges; SALLES, Cristiane Tomaz de Campos. A casa é uma máquina de morar (?): analisando a casa modernista. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 14, n. 15, p. 92-114, out. 2009. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/813/778>>.

Acesso em: 04 jan. 2016.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BRITO, Juliana. Casarão da família Pires foi 'primeiro hotel de luxo' de João Pessoa. In:

Portal de Notícias G1 Paraíba, João Pessoa, 04 ago. 2013. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-neves/2013/noticia/2013/08/casarao-da-familia-pires-foi-primeiro-hotel-de-luxo-de-joao-pessoa.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CABRAL, Heitor; MELLO, José Octávio de Arruda; FARIAS, Arion; MELLO, Humberto.

História da Paraíba e sua capital. João Pessoa: Imprell Editora, 2010.

CABRITA, António Manuel da Silva Rocha Reis. **O homem e a casa**: definição individual e social da qualidade da habitação. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia

Civil/Departamento de Edifícios, 1995.

CAJU, Náhya Maria Lyra, CAVALCANTI FILHO, Ivan. **O patrimônio arquitetônico de Areia**: um inventário. João Pessoa: Idéia, 2005.

CARTEIRA de empréstimos imobiliários do IAPB. **O Norte**, João Pessoa, p. 1, 26 out. 1957.

CARVALHO, Ana Tereza Siqueira de. **Dependência doméstica**: o espaço da empregada na arquitetura. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Pré-inventário dos engenhos da várzea do Rio Paraíba**. Vol. 1: Estudo teórico. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005a.

_____. **Pré-inventário dos engenhos da várzea do Rio Paraíba**. Vol. 2: Fichas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005b.

CASA Grande. Direção: Fellipe Barbosa, Produção: Migdal Filmes. Rio de Janeiro (BRA): IMOVISION, 2014, 1 DVD.

CHACON, Sonia Maria Cherullo. **Um estudo tipológico das transformações das edificações multifamiliares no Rio de Janeiro, entre 1930 e 2000**: o caso do bairro de Botafogo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CHAVES, Carolina Marques. Construindo uma cidade moderna: entre a casa e o edifício de apartamentos. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Marcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan (orgs.). **Entre o rio e o mar**: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016.

- _____. **João Pessoa**: Verticalização, progresso e modernidade. Registro dos prédios altos 1958 – 1975. Vol. 2. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- CONSTRUTORASPB. Disponível em: <<http://www.construtoraspb.com.br/anuncio.php?id=71>>. Acesso em: 04 Jan. 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Ekabó!** Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador: MAU-FAUFBa, 1989.
- COSTA, Lúcio. “Depoimento de um arquiteto carioca”. In: **Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura**. Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 1962.
- CRESCER para cima. **A União**, João Pessoa, p. 3, 5 mar. 1963.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2006.
- DINAMISMO e Expansão do Grupo Pires. **FISCO** – Finanças, Economia e Administração. João Pessoa, n. 48, p. 3-4, mar. 1977.
- DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros**: fazendas de gado das Ribeiras do Norte. 2013. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- DINIZ, Yane Almeida. **A forma do edifício alto**: análise de edifícios residenciais em João Pessoa-PB (1979-1990). 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- EDIFÍCIO de Apartamentos. **Acrópole**, São Paulo, n. 243, p. 110-111, jan. 1959.
- EDIFÍCIO João Marques de Almeida. **A União**, João Pessoa, p. 8, 28 dez. 1965.
- EDIFÍCIO Manoel Pires, na área mais verde da cidade. **Paraíba, Ontem e Hoje**, João Pessoa, n. 1, p. 51, 1975.
- EDIFÍCIO Santa Rita. **O Norte**, João Pessoa, p. 4, 26 nov. 1968.
- EMPRESAS DO BRASIL. Disponível em: <<http://empresasdobrasil.com/empresas/joao-pessoa-pb/condominios-prediais/filtro-bairro>>. Acesso em 20 set. 2015.
- FERNANDES, Maria Andreína Moreira. **A (re)produção do espaço urbano no bairro Altiplano, João Pessoa-PB**: estratégias, iniciativas e interesses dos agentes que produzem a cidade. 2013. 286 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- FERRARA, Lucrécia d’Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp, 2000.

- FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FIGUEIREDO, Adriana Nogueira da Costa. **Poder, progresso, luxo e opulência: Um reexame da arquitetura rural fluminense do Século XIX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ / FAU / PROARQ, 1999.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2003.
- G1. Brasil tem o maior número de domésticas do mundo, diz OIT. In: **Portal de Notícias G1**, São Paulo, 09 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>>. Acesso em: 16 set. 2016.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil: História da província Santa Cruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- GASPAR, Lúcia. **Mucamas**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo, Perspectiva, 2013.
- GOMES, Geraldo. **Engenho e arquitetura**. Recife: Fundaj/Ed. Massangana, 2007.
- _____. **Engenho e arquitetura: morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar pernambucanos**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- _____. Linguagem Clássica. In: MONTEZUMA, Roberto (org.). **Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002, Vol. 1, p. 64 a 181.
- GOMES FILHO, Mário. O dezoito andares. In: **Blog do Mário**, João Pessoa, 19 set. 2009. Disponível em: <<http://oiramsemog.blogspot.com.br/2009/09/o-dezoito-andares.html>>. Acesso em: 1 nov. 2016.
- GUERRA, Abilio; RIBEIRO, Alessandro José Castroviejo. Casas brasileiras do século XX. In: **Vitruvius**, Arquitectos, São Paulo, 07.074, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/07.074/335>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

- GUERRA, José Wilton (org.). Dependência. In: ACAYABA, Marlene Milan (Coord.). **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira: Construção**. São Paulo: Edusp; Museu da Casa Brasileira, 2001. Vol.2. Cap. 5. p. 65-74.
- GUIA para recolhimento de encargos e 13º dos domésticos está disponível. In: **Jornal Hoje**. 21 dez. 2015. Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/4689687>>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- HIERNAUX, Daniel. Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. **EURE**, Santiago do Chile, v. 33, n. 99, p. 17-30, ago. 2007.
- HOME service é tendência para público solteiro ou pequenas famílias. In: **Construtora Massai**, 04 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.massai.com.br/novo/home-service-e-tendencia-para-publico-solteiro-ou-pequenas-familias/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira: 1867-1918**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- JOÃO PESSOA. Anexo 8 - Classificação e codificação dos usos do solo. In: **Código de Urbanismo**. Secretária de Planejamento, Prefeitura Municipal de João Pessoa, João Pessoa, 2001a.
- _____. Lei nº 1.347, de 27 de abril de 1971. Institui o código de obras do município de João Pessoa. In: **Código de obras**. Secretária de Planejamento, Prefeitura Municipal de João Pessoa, João Pessoa, 2001b.
- LARA, Fernando. A exclusão do espaço doméstico. In: **Portal Fórum**, 02 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/05/02/a-exclusao-no-espaco-domestico/>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Satisfação e comportamento do usuário como critérios de avaliação pós-ocupação da unidade e do conjunto habitacional. São Paulo, SP. 1993. v.2, p. 903-912. In: **Encontro nacional de tecnologia do ambiente construído**, 1993, São Paulo. Artigo técnico.
- LEANDRO, Aldo Gomes. **O Turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006
- LEITÃO, Deusdedit. **Ruas de Tambaú**. João Pessoa: DPG Secretaria de Educação e Cultura, 1998.
- LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística de sobrados e mucambos e outros ensaios gilbertianos**. 2ª edição. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

LE CORBUSIER; JEANNERET, Pierre. **Oeuvre complète**. Paris: Editions Dr. H. Girsberger, 1937.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. **A república ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Alvenaria burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos / Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. **Cozinhas, etc.**: Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

LEVANTAMENTO do IBGE mostra aumento no número de diaristas: Número de empregados domésticos que trabalham numa mesma casa diminuiu. Já os que trabalham em mais de uma aumentou em 12,5%. ". In: **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, 02 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/levantamento-do-ibge-mostra-aumento-no-numero-de-diaristas.html>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

LIMA, Silvana Félix de. **Impactos territoriais da criação de assentamentos rurais: o caso dos PA's Timbó e Mata Verde—Espírito Santo/RN**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

LINDÓN, Alicia; AGUILAR, Miguel Ángel; HIERNAUX, Daniel (Coords.). **Lugares e imaginarios en la metrópolis**. Barcelona: Anthropos-UAM-I, 2006.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. **Páginas de história da Paraíba**. João Pessoa: Empório dos Livros, 1999.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G. H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOPES, Roberta. Mulheres negras e com baixa escolaridade são maioria das trabalhadoras domésticas. In: **Uol Notícias Cotidiano**, João Pessoa, 27 abr. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/27/mulheres-negras-e-com-baixa-escolaridade-sao-maioria-das-trabalhadoras-domesticas.htm>>. Acesso em: 16 set. 2016.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MAIA, Doralice Sátyro. A cidade em transformação: Primeiros sintomas da modernidade urbana no século XIX. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Marcio;

CAVALCANTI FILHO, Ivan (orgs.). **Entre o rio e o mar**: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016.

_____. **Tempos lentos na cidade:** Permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa – PB. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.).

História da vida privada no Brasil: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, vol. 3, p. 131-214.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba.** João Pessoa: A União, 1978.

MARTINS, Paula Dieb; MAIA, Doralice Sátyro. O caminho que leva ao mar: a Avenida Epitácio Pessoa, via de expansão e estruturação da cidade de João Pessoa. In: **XVI ENANPUR**, 2015, XVI ENAMPUR Desenvolvimento Planejamento e Insurgências, Belo Horizonte, 2015.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal:** história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil:** de D. João VI a Deodoro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.

MINGO, Marcela de. Como um guarda-roupa de 37 peças me ensinou a viver com menos: Para montar looks bem pensados, às vezes menos é mais. Jornalista conta como revolucionou seu guarda-roupa. In: **M de mulher**. 19 ago. 2015. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/moda/como-um-guarda-roupa-de-37-pecas-me-ensinou-a-viver-com-menos/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MÓDULO, n. 17, p. 20, 1960.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. A cidade em sua origem: organização espacial, morfologia urbana e arquitetura residencial. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Marcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan (orgs.). **Entre o rio e o mar:** arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016.

MOURA FILHA, Maria Berthilde; SOARES, Maria Simone Moraes. Da casa colonial à casa de porão alto: uma lenta trajetória. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Marcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan (orgs.). **Entre o rio e o mar:** arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016.

MÜLLER, Willy; GUALLART, Vicente; SORIANO, Federico; MORALES, José; PORRAS Fernando. **Diccionario metápolis de arquitectura avanzada:** Ciudad y Tecnología en la Sociedad de la Información. Barcelona: Edictora Actar, 2000.

- NATIONAAL Archief. **Kaartcollectie Buitenland Leupe**. 2012. Disponível em: <<http://www.gahetna.nl/en/collectie/afbeeldingen/kaartencollectie/zoeken/weergave/detail/q/id/af879ba2-d0b4-102d-bcf8-003048976d84>> Acesso em: 03 jun. 2016.
- NERY, Juliana Cardoso. Os arranha-céus de Belo Horizonte e a metrópole moderna - 1935/1960. In: **IV Seminário DOCOMOMO Brasil**, 2001, Viçosa-Cataguases. IV Seminário DOCOMOMO Brasil - Caderno de Resumos. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2001. v. 1. p. 26-27.
- NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**. 17ª ed. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2008.
- NÓBREGA, Flávia Dantas da. **O processo de verticalização e a (re)produção da cidade: um estudo do bairro de Manaíra em João Pessoa, Paraíba**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- OLIVEIRA, José Luciano Agra de. **Uma contribuição aos estudos sobre a relação transportes e crescimento urbano: o caso de João Pessoa (PB)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- OLIVEIRA, Jhonathan. Valor do metro quadrado em João Pessoa sobe 154% em seis anos: na contramão nacional, capital paraibana vive boom no mercado imobiliário, na orla, metro quadrado custa quase R\$ 4 mil. In: **G1 Paraíba**. João Pessoa, 28 ago. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2011/08/valor-do-metro-quadrado-em-joao-pessoa-sobe-154-em-seis-anos.html>>. Acesso em: 08 jan. 2017.
- PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2006.
- PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956 – 1974)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- PESSOA, Adailton; HONORATO, Anne Karenine Q. de; COSTA, Carolina; LIMA, Raoni Venâncio dos S.; GRILO, Walter. **Residência da família Ávila Lins: Trabalho-proposta de tombamento de imóvel**. 2003. Trabalho da Disciplina de Intervenção em Áreas Históricas (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940**. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, vol.16, n.1, p. 109-149, jan./jun. 2008.
- QUE HORAS ela volta?.** Direção: Anna Muylaert, Produção: Fabiano Gullane; Caio Gullane; Débora Ivanov; Anna Muylaert. São Paulo (BRA): Pandora Filmes, 2015, 1 DVD.

- RECIFE Frio.** Direção: Kleber Mendonça Filho, Produção: Emilie Lesclaux. Pernambuco (BRA): CinemaScópio, 2009, 1 DVD.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 12ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ROCHA, Mércia Parente. **Patrimônio arquitetônico moderno: do debate às intervenções.** 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- ROCHA JUNIOR, Rui Vanderlei. **Construção arquitetônica contemporânea: a obra de Gilberto Guedes.** 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- RONCADOR, Sônia. **A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção empregada doméstica no Brasil (1889-1999).** Brasília: UNB, 2008.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RUGENDAS, Johann Moritz. PRÉPARATION DE LA RACINE DE MENDIOCCA. In: **Malerische Reise In Brasilien.** Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). 1835.
- SALEIRO FILHO, Mário de Oliveira. **A arquitetura na anarquia: Os conceitos de flexibilidades espaciais na produção imobiliária na cidade do Rio de Janeiro.** (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2009.
- _____. **A dependência da dependência de empregado: de espaço segregado a espaço revertido?** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B.. **Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, ideologia e representação social. **Caderno de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas.** Florianópolis, V. 52, p.2, 2003.
- SILVEIRA, Daniel. Trabalho doméstico cresce na crise, especialmente de diaristas, diz IBGE: Número de trabalhadores domésticos foi de 6 mi para 6,2 mi em 1 ano. Participação de diaristas na categoria aumentou, puxada por "bicos". In: **G1 Economia.** Rio de Janeiro, 13 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/10/trabalho-domestico-cresce-na-crise-especialmente-de-diaristas-diz-ibge.html>>. Acesso em: 08 jan. 2017.
- SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. **Percursos e processo de evolução urbana: O caso da Avenida Epitácio Pessoa, na Cidade de João Pessoa-PB.** Tese (Doutorado) – Programa de

Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SIMÕES, Renata (org.). Criadagem. In: ACAYABA, Marlene Milan (Coord.).

Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira: Costumes. São Paulo: Edusp; Museu da Casa Brasileira, 2001. Vol.3. Cap. 3. p. 41-59.

SINDICATO das Domésticas da PB é fundado com apoio da PMJP. In: **Prefeitura**

Municipal de João Pessoa. 20 de nov. 2009. Disponível em:

<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/sindicato-das-domesticas-da-pbe-fundado-com-apoio-da-pmjp/>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor:** Esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). **História da vida privada no Brasil:** Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, vol. 2, p. 233-290.

SMITH, Robert Chester. Arquitetura civil do período colonial. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.17, p. 27-126, 1969.

_____. **Igrejas, casas e móveis:** Aspectos da arte colonial brasileira. Recife: MEC/UFPE/IPHAN, 1979.

SOARES, Ana Carolina. Famílias investem em diaristas e mudam rotina: Com a nova lei das domésticas, paulistanos dispensam as mensalistas e utilizam serviços como agências de domésticas, coach do lar e escolas em tempo integral. In: **Veja São Paulo.** 30 nov. 2015. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/lei-domestica-familias-adotam-diarista>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

SOARES, Thaise Gambarra. **A invenção da praia:** A construção imagética e a transformação do território da praia de Tambaú, João Pessoa – PB: 1950-1970. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades:** Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

SOUZA, Lêda Maria Teles de. **Dependência da empregada:** O espaço da exclusão. 1991. (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

TEIXEIRA, Fúlvio. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974).** 2008. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em

Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos/Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; CARRIERI, Alexandre de Pádua; MAFRA, Flávia Luciana Naves. “A bichinha é safadinha”: O imaginário social sobre a empregada doméstica refletido em músicas brasileiras. In: **VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD EnEO 2014**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

TELLES, Lorena Feres da Silva. **Libertas entre sobrados**: Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2014.

THIS IS not Paradise. Direção: Gaia Vianello, Lisa Tormena, Produção: Gaia Vianello, Lisa Tormena, Sunset Soc. Coop.. Italia (ITA): Sunset Studio, 2014, 1 DVD.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. **Recuperação e revitalização do Sobrado/Casarão Solar José Rufino**: Bem Histórico e Arquitetônico da Cidade de Areia Patrimônio Cultural Nacional. João Pessoa: Coordenadoria de Comunicação Social do Poder Judiciário da Paraíba, 2007.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. Sobrados coloniais: um tipo só? / Are colonial sobrados seen-one-seen-them-all buildings?. **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 19, p. 194-211, 2012.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria; CUNHA, Viviane. **THE MAID’S ROOM**: a tale of unchanging apartheid in a changing domestic space. São Paulo: **Arquitextos**, 2014.

VAUTHIER, Louis Léger. Casa de Residência no Brasil. In: **Arquitetura Civil I**. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX Lilian Fessler Vaz, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. **500 anos da casa no Brasil**: As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIANA, Máira Boratto Xavier; TREVISAN, Ricardo. O “quartinho de empregada” e seu lugar na morada brasileira. In: **IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre: 2016.

VIDAL, Wylinna Carlos Lima. **Transformações urbanas**: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade 1910-1940. (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

VIEIRA, Felipe Marin. **Trabalho: atividade, ofício ou profissão**. 2010. Disponível em: <<http://felipemarinvieira.blogspot.com.br/2010/04/recentemente-em-uma-aula-ministrada.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WEIMER, Günter. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ZEVI, Bruno. **Saber ver arquitetura**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

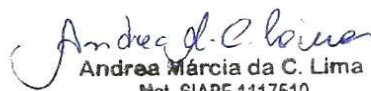
**CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA PELO
COMITÊ DE ÉTICA DA UFPB**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

C E R T I D A Õ

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 10ª Reunião realizada no dia 19/11/2015, o Projeto de pesquisa intitulado: **“O QUARTINHO: A DEPENDÊNCIA DOMÉSTICA NA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB”**, do pesquisador Fernando de Oliveira Moraes. Prot. nº 0578/15. CAAE: 58413715.6.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andrea Márcia da C. Lima
Mat. SIAPE 1117510
Secretária do CEP-CCS-UFPB

EMISSÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO DE USO R5 E R6 NOS ANOS DE 2003 A 2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Folha: 1
Usuário: GILSON
Data/Hora: 10/12/2015

Uso Construção	Quantidade	Total das Áreas
R5 MULTIFAMILIAR		
Totais 2003:	30	39.008,21
Totais 2004:	35	60.566,71
Totais 2005:	29	47.546,41
Totais 2006:	20	21.118,31
Totais 2007:	32	54.404,55
Totais 2008:	47	121.749,80
Totais 2009:	48	89.974,63
Totais 2010:	68	1.819.736,25
Totais 2011:	80	162.590,75
Totais 2012:	97	343.879,19
Totais 2013:	75	183.073,14
Totais 2014:	89	315.953,86
Totais 2015:	58	155.330,83



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Folha: 1
Usuário: GILSON
Data/Hora: 10/12/2015

Uso Construção	Quantidade	Total das Áreas
R6 MULTIFAMILIAR		
Totais 2003:	37	197.375,05
Totais 2004:	58	318.170,64
Totais 2005:	11	53.480,09
Totais 2006:	19	94.402,08
Totais 2007:	18	145.349,18
Totais 2008:	41	462.578,56
Totais 2009:	49	481.875,78
Totais 2010:	43	449.963,87
Totais 2011:	44	492.643,31
Totais 2012:	51	454.813,93
Totais 2013:	43	345.721,05
Totais 2014:	30	235.775,85
Totais 2015:	24	353.106,94

Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa (SEPLAN / PMJP). Editado por Fernando Morais.

LISTA DE APARTAMENTOS NOS BAIRROS DO CENTRO, TAMBAÚ, CABO BRANCO E MANAÍRA (1957-1999)

Bairro Centro

Ano	Bairro	Edifício	Endereço
1977	Centro	CONDOMINIO DO EDIFICIO MANOEL PIRES	PRQ SOLON DE LUCENA, 205
1982	Centro	CONDOMINIO DO EDIFICIO MONICA	AV ALMIRANTE BARROSO, 705
1985	Centro	EDIFICIO 5 DE AGOSTO	R DUQUE DE CAXIAS, 400
1986	Centro	EDIFICIO REGIS	R DUQUE DE CAXIAS, 470
1987	Centro	EDIFICIO PRESIDENTE JOAO PESSOA	AV GENERAL OSORIO, 280
1988	Centro	EDIFICIO DUNAS	R DES SOUTO MAIOR, 46
1989	Centro	EDIFICIO VINA DEL MAR	R MIGUEL COUTO, 251
1990	Centro	EDIFICIO SANTA RITA	AV GETULIO VARGAS, 90
1992	Centro	EDIFICIO MARI	R BARAO DO ABIAI, 40
1996	Centro	EDIFICIO FELIX CAHINO	R RODRIGUES DE CARVALHO, 34
1996	Centro	CONDOMINIO RESIDENCIAL MANAIM	PC PEDRO AMERICO, S/N
1996	Centro	EDIFICIO NOSSA SENHORA DE LOURDES	AV JOAO MACHADO, 421
1997	Centro	CONDOMINIO DO EDIFICIO KARLOTA III	R DUQUE DE CAXIAS, 583

Bairro Tambaú

Ano	Bairro	Edifício	Endereço
1966	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO CANNES	AV ALMIRANTE TAMANDARE, 654
1983	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO ATLANTICO SUL	R INFANTE DOM HENRIQUE, 220
1984	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO SOLAR DOS NAVEGANTES	AV NS DOS NAVEGANTES, 205
1985	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO BUZIOS	R SIDNEY CLEMENTE DORE, 275
1985	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO MARIA CLAUDIA	AV SILVINO LOPES, 840
1986	Tambaú	RESIDENCIAL JOAQUIM GALVAO	AV INFANTE DOM HENRIQUE, 252
1986	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO JOSE ALYSSON	AV ANTONIO LIRA, 400
1987	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO MARIANA	AV PROFESSORA MARIA SALES, 461
1987	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL TAMBAU	AV RUI CARNEIRO, S/N
1987	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL TAMBAU	AV RUI CARNEIRO, S/N
1989	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL CLARISSA II	R PROFESSORA MARIA SALES, 500
1989	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL MEDITERRANEE	AV NEGO, 585
1989	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO MILTON SIMOES	AV JOSE AUGUSTO TRINDADE, 284
1989	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO SORIEDEM	AV PROFESSORA MARIA SALES, 591
1989	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO SOLAR TAMBAU	AV HELENA MEIRA LIMA, 345
1989	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL	R PROF MARIA SALES, 431

		AVIS RARA	
1990	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO DULCE III	R SILVINO LOPES, 495
1990	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO JAMAICA	AV MONTEIRO LOBATO, 340
1990	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO TROPICUS	R INFANTE DOM HENRIQUE, 574
1990	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO ESTRELA DE OURO	AV OLINDA, 345
1990	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO SANTO ANTONIO	AV ALMIRANTE TAMANDARE, 120
1991	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO CLODOALDO SOARES DE OLIVEIRA	AV MONTEIRO LOBATO, SN
1991	Tambaú	CONDOMINIO ACROPOLE	R SIDNEY CLEMENTE DORE, 100
1991	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO PRIA CENTER	AV NOSSA S DOS NAVEGANTES, 370
1992	Tambaú	CONDOMINIO VISCONDE DE SABUGOSA	R MONTEIRO LOBATO, 307
1992	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO SOLAR DA PRAIA	AV N S DOS NAVEGANTES, 426
1992	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO CLARISSA III	R PROF MARIA SALES, 460
1992	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO ESTRELA DE PRATA	AV OLINDA, 385
1992	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO SAO MARCOS	AV ALMIRANTE TAMANDARE, 380
1992	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO COSTA BRAVA	R JOSE AUGUSTO TRINDADE, 734
1992	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO MONTEIRO LOBATO	AV MONTEIRO LOBATO, 501
1992	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO NAPOLIS	AV HELENA MEIRA LIMA, 700
1992	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL ANTONIO MEDEIROS	R PROFESSORA MARIA SALES, 621
1993	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL DOS NAVEGANTES	AV N SRA DOS NAVEGANTES, 753
1993	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL DOM HENRIQUE	R INFANTE DOM HENRIQUE, 334
1993	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO CLARISSA IV	R SILVINO LOPES, 425
1993	Tambaú	CONDOMINIO JOSE RODRIGUES	AV ANTONIO LIRA, 74
1993	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL PARNASSUS	AV INFANTE DOM HENRIQUE, SN
1993	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO ATLANTICO	AV PROFESSORA MARIA SALES, 140
1994	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO NEOMARES	R SIDNEY CLEMENTE DORE, 295
1994	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO HELENA DE LUCENA BARBOSA	R PAULINO PINTO, 36
1994	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO RESIDENCIAL JOSE ALVES XAVIER	R PROF MARIA SALES, 600
1994	Tambaú	CONDOMINIO VANESSA RESIDENCE	AV MONTEIRO LOBATO, 789
1994	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO MALIBU	R SILVINO LOPES, 393
1995	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL JULIANNE DE MEDEIROS	R ANTONIO LIRA, SN

		GUEDES	
1995	Tambaú	CONDOMINIO ILHA DE RHODES RESIDENSE	AV NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, 1090
1995	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL MAILSON D AMPEGE	R IZIDRO GOMES, 435
1996	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO RESIDENCIAL GARDENIA	AV NEGÓ, SN
1996	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO JULIO AUGUSTO	AV OLINDA, 478
1996	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL TAMBAU ATLANTE PLAZA	AV MONTEIRO LOBATO, 418
1996	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL OLINDA	AV OLINDA, S/N
1996	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO MIRAGE	R JOSE AUGUSTO TRINDADE, 620
1996	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL EDIFICIO ANA BEATRIZ	AV SEVERINO M SPINELLI, 474
1996	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL VANGUARD RESIDENCE	R UBIRAJARA TARGINO BOTTO, S/N
1996	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL TRIADE	R IZIDRO GOMES, S/N
1996	Tambaú	CONDOMINIO ST THOMAS RESIDENCE	R SEVERINO M SPINELLI, 167
1996	Tambaú	RESIDENCIAL CENTER ESCUNA	R PAULINO PINTO, 597
1997	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL CAPITAO TAIGY	AV MONTEIRO LOBATO, 746
1997	Tambaú	COND EMPRES NAVEGANTES EDIF ENG JOSE D'AVILA LINS	R NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, 415
1997	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL KARINYA	R JOSE AUGUSTO TRINDADE, 299
1997	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL MAISON TAMBAU	R SEVERINO MASSA SPINELLI, 545
1997	Tambaú	CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL CAMBORIU	AV NEGÓ, 935
1997	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO RESIDENCIAL RIVIERA	AV EPITACIO PESSOA, 4050
1997	Tambaú	CONDOMINIO MAISON DE SARON	AV SEVERINO MASSA SPINELLI, 131
1997	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL TRIADE	AV ISIDRO GOMES, 341
1998	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO NASHVILLE RESIDENCE	AV PRESIDENTE EPITACIO PESSOA, 5070
1998	Tambaú	CONDOMINIO EDIFICIO MINDELO	R PRPF MARIA SALES, 300
1998	Tambaú	EDIFICIO SEA PALACE RESIDENCE	AV ALMIRANTE TAMANDARE, 844
1998	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO GLENN MILLER	R SILVINO LOPES, 649
1998	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL ONASSIS	AV MONTEIRO LOBATO, 690
1998	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL SAN THOMAS	AV SEVERINO MASSA SPINELLI, 191
1999	Tambaú	CONDOMINIO RESIDENCIAL SANTORINI	AV ANTONIO LIRA, 936
1999	Tambaú	EDIFICIO MAR EGEU	R SILVINO LOPES, 755
1999	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL FILADELFIA	R JOSE AUGUSTO TRINDADE, 549
1999	Tambaú	CONDOMINIO MAISON SAINT REMY	AV HELENA MEIRA LIMA, S/N,
1999	Tambaú	CONDOMINIO DO EDIFICIO	R PROFESSORA MARIA SALES, 820

		MAISON DE PARIS	
1999	Tambaú	CONDOMINIO SANTA MARIA	AV PROFESSORA MARIA SALES, 439

Bairro Cabo Branco

Ano	Bairro	Edifício	Endereço
1977	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO BORBOREMA	AV CABO BRANCO, 1738
1977	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO BEIRAMAR	AV CABO BRANCO, 2204
1983	Cabo Branco	ED. TROPICAL	AV CABO BRANCO, 3844
1987	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO TAPAJOS	R BUARQUE, 252
1991	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO QUINTA DE LA LUNA	R GILVAN MURIBECA, 236
1991	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO CLARISSA V	AV MANOEL CAVALC DE SOUZA, 250
1992	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO JOAO MARQUES DE ALMEIDA	AV CABO BRANCO, 3380
1992	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO ITATIAIA	R TAB JOSE RAMALHO LEITE, 1442
1992	Cabo Branco	CONDOMINIO QUINTA DEL MAR	R GILVAN MURIBECA, 215
1993	Cabo Branco	RESIDENCIAL PABLO PICASSO	R JUIZ AMARO BEZERRA, SN,
1993	Cabo Branco	EDIFICIO CORAIS DE ABROLHOS	AV CABO BRANCO, 3250
1993	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO MAKSLANE	R INDIO ARABUTAN, 500
1994	Cabo Branco	EDF IMIRA	R TABELIAO JOSE R LEITE, 1220
1994	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO GAROTO	R TAB JOSE RAMALHO LEITE, 1234
1994	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL GALAPAGOS	R MARIA LOUREIRO FRANCA, SN
1994	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL CABO VERDE	R ACAD FLOREC A BASTOS, 67
1994	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO ACAPULCO	AV CEL MIGUEL SATIRO, 150
1994	Cabo Branco	CONDOMINIO OPUS	R MARIA ELIZABETH, 220
1994	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFIO SOLAR CABO BRANCO	R JUIZ AMARO BEZERRA, 81
1994	Cabo Branco	EDIFICIO RESIDENCIAL MERIDIEN	R ANTONIO C DE ARAUJO, 100
1994	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO ADRINA GLORIA	R EDVALDO B C PINHO, 701
1996	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO ANAVILHANAS	AV MONSENHOR O COUTINHO, 404
1996	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL PIRAMIDE IV	R MONS ODILON R COUTINHO, 305
1996	Cabo Branco	CONDOMINIO NIAGARA RESIDENCE	R AMARO BEZERRA, S/N
1996	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL OPUS II	R DESP JOSE E DE HOLANDA, S/N
1996	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL AMETISTA	R TABELIAO JOSE RAMALHO LEITE, 1233
1997	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL CHRONOS	R TAB JOSE RAMALHO LEITE, 1485
1997	Cabo Branco	EDIFICIO RESIDENCIAL ILHA DE CAMANDATUBA	R EDVALDO B. CAVALCANTE PINHO, 1029
1997	Cabo Branco	EDIFICIO AGUA AZUL RESIDENCE	MANOEL CAVALCANTE DE SOUZA, 95

1997	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL ARABUTAN	AV INDIO ARABUTAN, 199
1997	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL YOLANDA PINHO	R MIRTES ALMEIDA BICHARA SOBREIRA, S/N
1997	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO NIAGARA RESIDENCE	R JUIZ AMARO BEZERRA, S/N
1998	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL HYDESVILLE	AV CAIRU, 199
1998	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL IMPERIAL PALACE	R MONS ODILON COUTINHO, 56
1998	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL EXCELSIOR	AV CABO BRANCO, S/N
1998	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL IMPERIAL PRAIA	AV CAIRU, 369
1998	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL PABLO PICASSO	R JUIZ AMARO BEZERRA, S/N
1998	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL MARES DO SUL	R MAJOR JOSE EUGENIO LINS, 107
1998	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL SAINT DENNIS E SAINT PAUL	R AUREA, 72
1998	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO BARAO DE MARAU	AV CABO BRANCO, 3320
1999	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL JUPITER	R MONSENHOR ODILON COUTINHO, S/N
1999	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO 5. PIRAMIDE	R MANOEL CAVALCANTE DE SOUZA, 122
1999	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL PARAISO TROPICAL	AV CABO BRANCO, S/N
1999	Cabo Branco	CONDOMINIO REGINALDO ACIOLY	R PREFEITO OSVALDO PESSOA, 555
1999	Cabo Branco	CONDOMINIO DO EDIFICIO MILLENIUM RESIDENCE	R TABELIAO JOSE RAMALHO LEITE, 1669
1999	Cabo Branco	CONDOMINIO AL MANARA	R TABELIAO JOSE RAMALHO LEITE, S/N
1999	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL MANSO LUIZ LUCAS	AV EPITACIO PESSOA, 4885
1999	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL NIEMAYER	AV TAB JOSE RAMALHO LEITE, SN
1999	Cabo Branco	CONDOMINIO RESIDENCIAL OSORIO ABATH	R CEL. MIGUEL SATIRO, 30

Bairro Manaíra

Ano	Bairro	Edifício	Endereço
1979	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL FILIPEIA	AV MANOEL MORAIS. 684
1982	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO VERDES MARES	AV GOVERNADOR FLAVIO RIBEIRO COUTINHO, 1027
1982	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL VITORIA	R SAO GONCALO, 847
1983	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO MARIA TEREZA	R MANOEL MORAIS. 878
1983	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL EDF. RIO NEGRO	R JAIME C. TAVARES DE MELO, 1684
1983	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO SHALON	R SILVINO CHAVES, 987
1984	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO LUCIDIA TAVARES	R VIGOLVINO F DA COSTA, 581
1984	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO MEDEIROS JUNIOR	AV JOAO CANCIO DA SILVA, 1487
1984	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO	AV EDSON RAMALHO, 1250

		CLARISSA	
1985	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO MISTIC	AV GEN EDSON RAMALHO, 695
1987	Manaíra	CONDOMINIO SAMARA	R FRANCISCO DE ASSIS FRADE, 126
1987	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ALDEIOTA	R JOAO CANCIO DA SILVA, 1852
1987	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO HORACIO TAVARES I	AV SAO GONCALO, 850
1988	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO HALLEY	R SILVINO CHAVES, 205
1988	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO SYRIUS	R JAIME TAVARES DE MELO, 1637
1988	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO MONALISA	AV ESPERANCA, S/N
1988	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO COSTA DO MARFIM	R JOAQUIM FERREIRA COSTA, 73
1988	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO CARANDA	R FRANCISCO DE A. FRADE, 151
1989	Manaíra	EDIFICIO ANTARES	AV FRANCA FILHO, 589
1989	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ANA TRIGUEIRO DO VALLE	AV GOV FLAVIO R COUTINHO, 513
1989	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO HORACIO TAVARES II	AV SAO GONCALO, 820
1990	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO DULCE IV	AV POMBAL, 500
1990	Manaíra	CONDOMINIO POLIEDRO II	R GERALDO COSTA, 350
1990	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO AGUA MARINHA	R VIGOLVINO F DA COSTA, 737
1990	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO BERNADETE TAVARES II	R VIGOLVINO F DA COSTA, 643
1990	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ARISTEU CASADO	AV EDSON RAMALHO, 777
1990	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO ALEXANDRE I RESIDENTIAL PARK	R GERALDO COSTA, 820
1990	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO SCORPIUS II	AV MARIA ROSA, SN
1990	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO LUIS ALBERTO	AV GUARABIRA, 640
1990	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO BOUGAINVILLE	AV UMBUZEIRO, 1125
1991	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO GIOVANA	R FRANCISCO BRANDAO, 465
1991	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL MOURINE II	AV MARIA ROSA, 331
1991	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO PONTA DE MAR	AV SAPE, 1800
1991	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL MANAIRA	R MONTEIRO DA FRANCA, SN
1991	Manaíra	RESIDENCIAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	R EUTQUIANO BARRETO, 444
1991	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL DES SYLVIO PORTO	R FRANCISCO BRANDAO, 1117
1991	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ILHA BELLA	R FRANCISCO BRANDAO, 537
1991	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ILHA DO SUL	R GERALDO COSTA, 880
1991	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO FELIPE COSTA	R FRANCISCO BRANDAO, 731
1992	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO	R SILVINO CHAVES, 385

		MINUANO	
1992	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL EDIFICIO IPIRANGA	AV MANOEL MORAIS, 950
1992	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO LIVIA	AV INGA, 975
1992	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO STATUS	AV GEN EDSON RAMALHO, 745
1992	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ARAGUAIA	R GERALDO COSTA, 300
1992	Manaíra	CONDOMINIO COMUNALI	R MARIA EUNICE FERNANDES, 101
1992	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO SAN GEORGE	R EUTQUIANO BARRETO, 815
1992	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL ARMANDO DE FREITAS	AV JOAO CANCIO DA SILVA, 1891
1992	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL MILANO	AV MONTEIRO DA FRANCA, S N
1992	Manaíra	CONDOMINIO ITACUA	R ALINE FERREIRA RUFFO, 83
1992	Manaíra	CONDOMINIO PORTO SALINAS	R LUPERCIO BRANCO, SN
1992	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO RIO AMAZONAS	AV GUARABIRA, 1340
1992	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO OURO VERDE	AV FLAVIO RIBEIRO COUTINHO, 84
1992	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ALVORADA	R SANTOS COELHO NETO, 51
1992	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL SALVADOR DALI	AV GOV. FLAVIO RIBEIRO COUTINHO, 961, TERREO
1992	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL BESSA	R EUZELY FABRICIO SOUZA, 1051
1993	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RAFAEL	AV INGA, 955
1993	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO GUARABIRA	AV GUARABIRA, 1009
1993	Manaíra	CONDOMINIO VANCOUVER RESIDENCE	R SILVINO CHAVES, SN
1993	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO DONA LUCA	AV MARIA ROSA, 362
1993	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO BRISA DO MAR	AV SAPE, 434
1993	Manaíra	EDIFICIO RESIDENCIAL COSTA BELLA	R CANDELARIA, 80
1993	Manaíra	CONDOMINIO SAINT GERMAIN RESIDENCE	AV MARIA ROSA, SN
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RIO TURIACU	AV INGA, 250
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO EMILIA SARMENTO	R MONTEIRO DA FRANCA, 1383
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO GUARUJA	AV GUARABIRA, 806
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ROSA DO PRADO	AV FERNANDO L H DOS SANTOS, 756
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL ITAVERA	AV ESPERANCA, 66
1994	Manaíra	CONDOMINIO HABITAT MARIA ROSA	AV SAO GONCALO, 786
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO AMOARAS	AV SAO GONCALO, 110
1994	Manaíra	CONDOMINIO PORTOVIEJO	AV MARIA ROSA
1994	Manaíra	RESIDENCIAL MOZART	R SILVINO CHAVES, SN
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO	R FRANCISCO ASSIS FRADE, 185

		TOCANTINS	
1994	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL COSTA VERDE	R MARIA EUNICE FERNANDES, 151
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO PORTINARI	R JOAO MAURICIO, 530
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO MARINAS I	R FRANCISCO BRANDAO, 1423
1994	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL ACAPULCO	AV UMBUZEIRO, 1287
1994	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL STELLA MARIS	R UMBUZEIRO, 630
1994	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ITAIPAVA II	AV MANOEL MORAIS. 959
1994	Manaíra	RESIDENCIAL MATISSE	R OSVALDO TAVARES DE MELO, SN
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO MIRASOL I	R HORTENCIO O CARNEIRO, 448
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO PEGASOS	AV SAPE ESQ SANTOS C NETO, 1780
1995	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL COSTA AZUL	AV JOAO MAURICIO, 1553
1995	Manaíra	CONDOMINIO MARINAS II	R VIGOLVINO F DA COSTA, 910
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO PONTAL DA PRAIA	R JOAQUIM C MESQUITA, 94
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO PARANAGUA	AV GERALDO COSTA, SN
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO CIDADE VERDE	AV GENERAL EDSON RAMALHO, 675
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL TAMABAU	R SILVINO CHAVES, 25
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO BUZIOS DO MAR	R JUVENAL MARIO DA SILVA, 213
1995	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO ESPERANCA	R MARIA ROSA, 721
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ALISSON	AV MONTEIRO DA FRANCA, 1198
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ITAQUATIARA	R ALINE FERREIRA RUFFO, 76
1995	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO PIERRE ET MARIE	R ALUISIO FRANCA, 253
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL ATHENAS	R ROSA XAVIER, SN
1995	Manaíra	CONDOMINIO CENTRO COMERCIAL QUINTA AVENIDA	AV ESPERANCA, 1695
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ANTONIO FRANCISCO DO BU VIII	R FRANCISCO BRANDAO, 513
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO DI CAVALCANTI	AV GENERAL EDSON RAMALHO, 1103
1995	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO FRANCELINO COSTA	AV CAFE FILHO, 269
1996	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL VELAZQUEZ	AV MONTEIRO DA FRANCA, S/N
1996	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL CALADIUM	R JAIME T C DE MELO, S/N
1996	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL CAJAZEIRAS	AV CAJAZEIRAS, S/N
1996	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL HANNOVER	R HUERTA FERREIRA DE MELO, S/N
1996	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL MERIDIEN	R SANTOS COELHO NETO, S/N

1996	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL JOSE PRIMO	AV JOAO MAURICIO, 1277
1996	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO GENESIS PRIVE	R SAO GONCALO, 89
1997	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL NEGREIROS	AV INGA, 135
1997	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL MONTE EVEREST	R DR JOAO FRANCA, 223
1997	Manaíra	RESIDENCIAL LAGUNA	AV UMBUZEIRO, 547
1997	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL ANA RAFAELA	AV GAL EDSON RAMALHO, 397
1997	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL HARMONY	R WALBER BELO RABELO, 111
1997	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL PIXINGUINHA	R FERNANDO L HENRIQUE DOS SANTOS, 968
1997	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO AMSTERDAN	R FERNANDO L H DOS SANTOS, 1528
1997	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL GAUDI	R DAS CANDELARIAS, 155
1997	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL MASHIA	AV SAPE, S/N
1997	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO LUSAMAR	AV FRANCISCO BRANDAO, 920
1997	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL ARPEJO	R DR SEIXAS MAIA, 111
1997	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL MARSEILLE	AV MONTEIRO DA FRANCA, 1300
1997	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO JAIME MENDONCA	AV EDSON RAMALHO, 543
1997	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ANA JULIA	R FRANCISCO BRANDAO, 944
1997	Manaíra	RESIDENCIAL RIO URARICUERA	AV GERALDO COSTA, S/N
1997	Manaíra	CONDOMINIO DO ED. RESIDENCIAL VALENCIA	AV GUARABIRA, S/N
1997	Manaíra	RESIDENCIAL SANTA THEREZA	AV NEGÓ, 99
1998	Manaíra	CONDOMINIO VOLPI RESIDENCE	AV INGA, S/N
1998	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO AZALEIA	AV ESPERANCA, 872
1998	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ARPOADOR RESIDENCE	R FENNANDO LUIZ HENRIQUE, 226
1998	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO RUBAYAT	R REINALDO TAVARES DE MELO, 142
1998	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO LUXOR RESIDENCE	R MAJOR CIRAULO,, S/N,
1998	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL AQUARIUM	R JOAQUIM F COSTA, 40
1998	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO LAUSANNE	R MANOEL MEDEIROS GUEDES, 95
1998	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL PHILADELFIA	AV INGA, S/N,
1998	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL RIO CAIAPO	AV GERALDO COSTA, SN
1998	Manaíra	CONDOMINIO EDIFICIO CAJUEIRO	SEVERINO PEREIRA DE ARAUJO, 170
1998	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RIO JAVARI	R FRANCISCO CLAUDINO PEREIRA, S/N
1998	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO SAN RODRIGUES	R JUVENAL MARIO DA SILVA, SN

1998	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL ANDRES SEGOVIA	AV DR. JOAO FRANCA, 242
1988	Manaíra	CONDOMINIO IMPERIAL PALACE	AV GUARABIRA, S/N
1999	Manaíra	RESIDENCIAL PRAIA NORTE	AV GAL. EDSON RAMALHO, 1515
1999	Manaíra	RESIDENCIAL AMARCORD	R REINALDO TAVARES DE MELO, 120
1999	Manaíra	EDIFICIO RESIDENCIAL AGAPE	AV EUTQUIANO BARRETO, S/N
1999	Manaíra	RESIDENCIAL QUEEN VITORIA	AV ESPERANA, 1360
1999	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL IMPERIAL MANAIRA	AV MONTEIRO DA FRANCA, 777
1999	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL ILHA DO SOL	AV GUARABIRA, S/N
1999	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL DO EDIFICIO ANA KARINA	R EUTQUIANO BARRETO, 501
1999	Manaíra	RESIDENCIAL JOSE DIAS FILHO	R FERNANDO LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS, 374
1999	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL VIENA	AV MANOEL MORAIS. 192
1999	Manaíra	CONDOMINIO NIAGARA RESIDENCE II	AV INGA, S/N
1999	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO CARUZZO	DR. REINALDO TAVARES DE MELO, 25
1999	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO ROSA BRAGA	R SANTOS COELHO NETO, 199
1999	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL WALDOMIRA BRANDAO ATHAYDE	GERALDO COSTA, S/N, S/N
1999	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL VANGELIS	AV GUARABIRA, 612, ED VANGELIS
1999	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL DIONISIO COSTA	AV UMBUZEIRO, 1164, EDIFICIO
1999	Manaíra	RESID MADRID	R JUVENAL MARIO DA SILVA, SN
1999	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO JOSE FERNANDES DANTAS	R EUTQUIANO BARRETO, 77
1999	Manaíra	CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL PRINCIPE DE BRAGANCA	AV MONTEIRO DA FRANCA, S/N
1999	Manaíra	CONDOMINIO METROPOLITAN RESIDENCE	AV UMBUZEIRO, 235
1999	Manaíra	CORDOBA RESIDENCIAL	AV GUARABIRA, 1131
1999	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL MAR DE BERTIOGA	R SEBASTIAO AZEVEDO BASTOS, 279
1999	Manaíra	CONDOMINIO RESIDENCIAL MANAIRA TOWER	R SILVINO CHAVES, S/N

Fonte: Empresas do Brasil. Editado por Fernando Moraes.

LISTA DOS 180 APARTAMENTOS NOS MEIOS DE PUBLICIDADE IMOBILIÁRIA NO SÉCULO XXI

Nº Total	Nº por Bairro	Bairro	Endereço	Condomínio Residencial
1.	1.	Manaíra	R. Eng. Luciano Vareda, 51	Vitoria
2.	2.	Manaíra	R. Ubirajara Targino Botto, 154	Príncipe De Castela
3.	3.	Manaíra	Av. Monteiro da Franca, 390	Príncipe De Bragança
4.	4.	Manaíra	R. Escrivão Sebastião de Azevedo Bastos, 871	El Shammah
5.	5.	Manaíra	R. Jacinto Dantas, 214	Roma Di Fiori
6.	6.	Manaíra	Av. Esperança, 1140	Príncipe De Napoli
7.	7.	Manaíra	Av. Monteiro da Franca, 256	Ana Bela
8.	8.	Manaíra	R. Manoel Bezerra Cavalcante, 115	Pedro Furtado
9.	9.	Manaíra	R. Escrivão Sebastião de Azevedo Bastos, 279	Mar De Bertioiga
10.	10.	Manaíra	R. Escrivão Sebastião de Azevedo Bastos, 40	Imperial Palace
11.	11.	Manaíra	Av. Umbuzeiro, 881	Shanaya
12.	12.	Manaíra	Av. Guarabira, 1167	Romagold
13.	13.	Manaíra	R. Santos Coelho Neto, 257	Hannover
14.	14.	Manaíra	R. Maria Eunice Fernandes, 178	Manaíra Classic
15.	15.	Manaíra	Av. Umbuzeiro, 791	Luiz Felipe
16.	16.	Manaíra	R. Geraldo Costa, 420	Príncipe De Veneza
17.	17.	Manaíra	Av. Umbuzeiro, 185	Príncipe De Milão
18.	18.	Manaíra	Av. Esperança, 975	Valle Vicenza
19.	19.	Manaíra	R. Escrivão Sebastião de Azevedo Bastos, 851	Paineiras
20.	20.	Manaíra	Av. Esperança, 801	Hilda Zaccara
21.	21.	Manaíra	AV. Umbuzeiro, 431	Porto Madero
22.	22.	Manaíra	R. Vigolvino Florentino Costa, 549	Colorado
23.	23.	Manaíra	Av. São Gonçalo, 416	Denver
24.	24.	Manaíra	Av. Guarabira, 753	Rio Juruá
25.	25.	Manaíra	Av. Pombal, 1413	Rio Gurupí
26.	26.	Manaíra	R. Osvaldo Távares de Melo, 91	Castel Gandolfo
27.	27.	Manaíra	Av. São Gonçalo, 712	Genova
28.	28.	Manaíra	Av. Sapé, 1393	Valle Nevado
29.	29.	Manaíra	Av. Umbuzeiro, 791	Imperial Maiorca
30.	30.	Manaíra	R. Santos Coelho Neto, 270	Royal Palace
31.	31.	Manaíra	R. Francisco Claudino Pereira, 160	Golden Palace
32.	32.	Manaíra	Av. Sapé, 1651	Topkapi
33.	33.	Manaíra	R. Francisco Brandão, 1600	Dallas
34.	34.	Manaíra	Av. Sapé, 1313	Valle Valognes
35.	35.	Manaíra	R. Euzely Fabricio de Souza, 820	Stephano
36.	36.	Manaíra	R. Francisco Brandão, 1520	Monier
37.	37.	Manaíra	Av. Pombal, 719	Carthago
38.	38.	Manaíra	Av. França Filho, 107	Joana Moura
39.	39.	Manaíra	Av. Ingá, 540	Killie De Lamberti
40.	40.	Manaíra	R. Comerciante Jaime Tavares de Melo, 1600	Arcádia
41.	41.	Manaíra	Av. Ingá, 539	Porto Dover
42.	42.	Manaíra	Av. Monteiro da Franca, 903	Chalizê IV
43.	43.	Manaíra	Av. Monteiro da Franca, 954	Tour D'argent
44.	44.	Manaíra	R. Silvino Chaves, 481	Porto Benghazi
45.	45.	Manaíra	R. Franca Filho, 820	Príncipe De Borgonha
46.	46.	Manaíra	R. Reinaldo Tavares de Melo, 129	Fidji
47.	47.	Manaíra	Av. Esperança, 189	Chateau Royal
48.	48.	Manaíra	Av. Umbuzeiro, 750	Villaggio Di Capri
49.	49.	Manaíra	R. Severino Pereira de Araújo, 151	Champs Elysées

50.	50.	Manaíra	R. Silvino Chaves, 361	Fairmont Residence
51.	51.	Manaíra	Av. Sapé, 160	Chalizê V
52.	52.	Manaíra	Av. Sapé, 1581	Villaggio Di Roma
53.	53.	Manaíra	R. da Candelária, 93	Frida Kahlo
54.	54.	Manaíra	Av. Manoel Morais, 320	Pablo Neruda
55.	1.	Bessa	R. João Cabral de Lucena, 325	Excalibur
56.	2.	Bessa	Av. Pres. Delfim Moreira, 338	Enseada Guarujá Iii
57.	3.	Bessa	Av. Pres. Delfim Moreira, 353	Enseada Guarujá Iv
58.	4.	Bessa	R. Laurimar Rafael Santos, 48	Paulina Virgolino
59.	5.	Bessa	Av. Pres. Washington Luis, 268	Baía De Vigo
60.	6.	Bessa	R. João Cabral de Lucena, 282	Vicky
61.	7.	Bessa	R. Pres. Venceslau Braz, 1220	Maria José
62.	8.	Bessa	Av. Gov. Argemiro De Figueiredo, 4828	Nautilus Residence
63.	9.	Bessa	R. João Cabral de Lucena, 305	Vicky II
64.	1.	Cabo Branco	R. Mirtes Bichara Sobreira, 66	Yolanda Pinho
65.	2.	Cabo Branco	R. Juiz Amaro Bezerra, 360	Niagara
66.	3.	Cabo Branco	R. Dr. Alcebiades Silva, 121	Amneres Santiago
67.	4.	Cabo Branco	Av. Buarque, 276	Imperial Cabo Branco
68.	5.	Cabo Branco	Av. Cel. Miguel Sátiro, 170	Ana Márcia
69.	6.	Cabo Branco	R. Tab. José Ramalho Leite, 1463	Oswaldo Pessoa
70.	7.	Cabo Branco	Av. Cabo Branco, 3524	Monteverdi
71.	8.	Cabo Branco	Av. Cel. Miguel Sátiro, 200	Holanda's Life Place
72.	9.	Cabo Branco	Av. Cel. Miguel Sátiro, 350	Rio Arauá
73.	10.	Cabo Branco	Av. Índio Arabutan, 161	William Ramon
74.	11.	Cabo Branco	Av. Cel. Miguel Sátiro, 170	Flávio Tavares
75.	12.	Cabo Branco	R. Francisco Diomedes Cantalice, 21	Fantastic Cabo Branco
76.	13.	Cabo Branco	Av. Índio Arabutan, 600	Montparnasse
77.	14.	Cabo Branco	Av. Adolfo Loureiro França, 494	Montpellier
78.	15.	Cabo Branco	Av. Antônio Lira, 1198	San Marino
79.	1.	Jardim Oceania	Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 535	Príncipe De Creta
80.	2.	Jardim Oceania	Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 3100	Maria Eunice
81.	3.	Jardim Oceania	R. Herberto Pereira de Lucena, 159	Ricardo Fernandes
82.	4.	Jardim Oceania	Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 1645	Príncipe De Granada
83.	5.	Jardim Oceania	Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 1593	Carpathia
84.	6.	Jardim Oceania	R. Huerta Ferreira de Melo, 231	Jeová Mesquita
85.	7.	Jardim Oceania	R. Joaquim Mesquita Filho, 128	Estoril
86.	8.	Jardim Oceania	Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 485	Emília Moura
87.	9.	Jardim Oceania	Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 1969	Enseada Do Bessa
88.	10.	Jardim Oceania	R. Fernando Luiz Henrique dos Santos, 1289	Punta Del Este
89.	11.	Jardim Oceania	R. Doutor Ivanildo Guedes Pessoa, 81	Algarve
90.	12.	Jardim Oceania	R. Professora Severina de Sousa Souto, 91	Goya
91.	13.	Jardim Oceania	R. Poeta Luiz Raimundo Batista de Carvalho, 801	Maria Julia
92.	14.	Jardim Oceania	R. Norberto de Castro Nogueira, 123	Roberto Amorim
93.	15.	Jardim Oceania	R. Josemar Rodrigues de Carvalho, 50	Attuale
94.	16.	Jardim Oceania	R. Oceano Antártico, 281	Bessa Tower
95.	17.	Jardim Oceania	R. Antônio de Souza Leão, 132	Baron De Montesquieu
96.	18.	Jardim Oceania	R. Cantora Maria da Glória Gouvêia de Vasconcelos, 49	St. Thomas
97.	19.	Jardim Oceania	R. Edvaldo Silva Brandão, 181	Bessa Classic
98.	20.	Jardim Oceania	R. Norberto de Castro Nogueira, 580	St. Barth
99.	21.	Jardim Oceania	R. Comerciante José Miranda de Araújo, 75	Artefato
100.	22.	Jardim Oceania	Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 1321	Colossus
101.	1.	Tambaú	R. Helena Meira Lima, 691	Ilha De Mármara
102.	2.	Tambaú	Av. Pres. Epitácio Pessoa, 4747	Paradiso
103.	3.	Tambaú	Av. Antônio Lira, 900	Piazza Navona

104.	4.	Tambaú	Av. Profa. Maria Sales, 820	Maison De Paris
105.	5.	Tambaú	Av. Silvino Lopes, 710	Portland
106.	6.	Tambaú	Av. Cel. Miguel Sátiro, 30	Osório Abath
107.	7.	Tambaú	R. Severino Massa Spinelli, 381	Maison Des Princes
108.	8.	Tambaú	Av. Profa. Maria Sales, 439	Santa Maria
109.	9.	Tambaú	Av. Profa. Maria Sales, 303	Cameroon
110.	10.	Tambaú	R. Silvino Lopes, 688	Montgallet
111.	11.	Tambaú	Av. Izidro Gomes, 221	Mar Da Galiléia
112.	12.	Tambaú	R. Infante Dom Henrique, 406	Boulevard Tambaú
113.	13.	Tambaú	Av. Profa. Maria Sales, 731	Moliere Maison
114.	14.	Tambaú	R. Severino Massa Spinelli, 200	Paulo Victor
115.	15.	Tambaú	Av. Silvino Lopes, 440	Majestic Tambaú
116.	16.	Tambaú	Av. Silvino Lopes, 460	Maison Saint Laurent
117.	17.	Tambaú	R. Sidnei Clemento Dore, 300	Fascinant
118.	18.	Tambaú	R. Infante Dom Henrique, 835	Oceanos
119.	19.	Tambaú	R. Infante Dom Henrique, 513	Atlantis Plaza
120.	20.	Tambaú	R. Infante Dom Henrique, 780	Atlantis Praia Bela
121.	21.	Tambaú	Av. Monteiro Lobato, 663	Palácio Real
122.	22.	Tambaú	Av. Profa. Maria Sales, 833	Porto Di Bari
123.	1.	Aeroclube	R. Aviador Roberto Marques, 370	Residenciale Sangallo
124.	2.	Aeroclube	R. Est. José Klean Pereira Moura, 52	Alzir Gomes
125.	3.	Aeroclube	R. Maria Helena Rocha, 113	Ilhas Gregas
126.	4.	Aeroclube	R. Débora da Silva Braga, 17	Amitai
127.	5.	Aeroclube	R. Luiz Edir Queiroz Marinho, 270	Adonai
128.	6.	Aeroclube	R. João Soares Padilha, 81	Montserrat
129.	7.	Aeroclube	R. Antônio de Oliveira Moura, 345	Madison
130.	8.	Aeroclube	R. João Batista Fernandes, 123	Chateau De Montparnasse
131.	9.	Aeroclube	R. Bacharel José De Oliveira Curchatuz, 855	Alfredo Volpi
132.	10.	Aeroclube	R. Promotor Waldemar Farias, 184	Ibiza Palace
133.	11.	Aeroclube	R. Rita Sábio de Andrade, 157	Marine Home
134.	12.	Aeroclube	R. Adão Viana da Rosa, 29	Spazio Di Piemonte
135.	1.	Altiplano	R. Bancário Elías Feliciano Madruga, 300	Tours Mont-Blanc
136.	2.	Altiplano	R. Abelardo da Silva Guimarães Barreto, 190	Saint Michel Boulevard
137.	3.	Altiplano	R. Rui Costa, 80	Porto Dalian Eco
138.	4.	Altiplano	R. Abelardo da Silva Guimarães Barreto, 100	Ultramar Class Club
139.	5.	Altiplano	R. Abelardo da Silva Guimarães Barreto, 115	Aquamare Club
140.	6.	Altiplano	R. Poe. Targino Teixeira, 230	Fontana Di Mare
141.	7.	Altiplano	R. Edgar de Albuquerque Lins, 320	Alta Vista Premium
142.	8.	Altiplano	R. Maria das Dores Souza, 60	Grandmare Club
143.	9.	Altiplano	R. João Cyrilo da Silva, 291	Mansões Heron Marinho
144.	10.	Altiplano	R. Bancário Elías Feliciano Madruga, 41	Maralto Prime
145.	11.	Altiplano	R. Abelardo da Silva Guimarães Barreto, 400	Yahweh
146.	1.	B. Estados	Av. Espírito Santo, 585	Comfort Village
147.	2.	B. Estados	Av. Mato Grosso, 417	Monte Aragats
148.	3.	B. Estados	Av. Roraima, 323	Castelfidardo
149.	4.	B. Estados	Av. Goiás, 865	Mont Chevalier
150.	5.	B. Estados	Av. Bahia, 980	Vivant Club
151.	1.	Brisamar	R. Nevinha Gondim De Oliveira, 66	Mar Adriático
152.	2.	Brisamar	R. Juraci de Carvalho Luna, 68	Kerinci
153.	3.	Brisamar	R. Catulo da Paixão Cearense, 607	Kilimanjaro
154.	4.	Brisamar	R. Maria Facunda de Oliveira Dias, 337	Sociólogo Gilberto Freyre
155.	5.	Brisamar	R. Custódio Domingos dos Santos, 181	Lasar Segall
156.	6.	Brisamar	Av. Senador Ruy Carneiro, 777	Maison De Lyon

157.	7.	Brisamar	R. Paulo Peixoto de Vasconcelos, 41	Spazio Di Ravenna
158.	8.	Brisamar	R. Custódio Domingos dos Santos, 22	Royal Luna
159.	1.	Miramar	R. Antônio Rabelo Júnior, 225	Icaraí
160.	2.	Miramar	R. Antônio Rabelo Júnior, 83	Alisson Holanda
161.	3.	Miramar	R. Giacomio Pôrto, 205	Salzburg
162.	4.	Miramar	Av. Sen. Ruy Carneiro, 742	Ambassador
163.	5.	Miramar	R. da Aurora, 246	Ana Capri
164.	6.	Miramar	R. das Acácias, 100	Palazzo Milleluci
165.	7.	Miramar	R. Dr. Eliseu Lira, 25	Residencial Miramar
166.	8.	Miramar	R. José Liberato, 396	Enseada De Miramar
167.	9.	Miramar	R. Doutor Eliseu Lira, 122	Porto Azzurro
168.	10.	Miramar	R. Nevinha Cavalcante, 40	Rio Mamoré
169.	11.	Miramar	R. Padre Ayres, 358	Mar Cáspio
170.	12.	Miramar	R. Marieta Steimbach Silva, 211	Maison Miramar
171.	13.	Miramar	R. das Acácias, 335	Namaste
172.	1.	Pedro Gondim	R. José Faustino Cavalcanti, 700	Victoria Club
173.	1.	Tambauzinho	R. Deputado José Mariz, 1140	Táfnis II
174.	2.	Tambauzinho	R. Jose Paulino Junior, 89	Puerto Vallarta
175.	3.	Tambauzinho	R. Antônio Gama, 126	Mediterrâneo
176.	4.	Tambauzinho	R. Prof. Álvaro Carvalho, 111	Ibiza
177.	1.	Treze de Maio	R. Tomé de Souza, 235	Villa Borghese
178.	2.	Treze de Maio	R. Jornalista Alirio Wanderley, 215	Plaza De Mayo
179.	1.	Água Fria	R. Iolanda Eloy de Medeiros, 113	Renascença
180.	2.	Jardim Cidade Universitária	R. Francisca Dantas Souza, 260	Royal Tropical

Fonte: Acervo do autor.

MODELO DE FICHA DE ANÁLISE

DADOS DO EMPREENDIMENTO			SITUAÇÃO
Identificação			Imagem do edifício
Ano do alvará			
Ano do habite-se			
Construtora			
Engenheiro			
Arquiteto			
Padrão IPTU			

DADOS DE LOCALIZAÇÃO				IMAGEM
Endereço				Imagem da quadra do edifício
Bairro		Setor		
Quadra		Lote		

TIPOLOGIA DO EMPREENDIMENTO				IMAGEM
Á. do lote (m ²)		Á. do bloco (m ²)		Imagem da planta-baixa do pavimento-tipo
Blocos edificadas		Á. do apt. Tipo 1 (m ²)		
Número de Pavimentos		Á. do apt. Tipo 2 (m ²)		
Total de Unid. Habit.		Á. do apt. Tipo 3 (m ²)		

DEPENDÊNCIA DOMÉSTICA – APT. TIPO 1				IMAGEM
Quarto		Banheiro		Imagem da planta-baixa da DCE do apartamento
Uso		Uso		
Reforma		Reforma		
Reversível		Reversível		
Ocupantes		-		
Área (m ²)		Área (m ²)		
Lar.x Pro. (m)		Lar.x Pro. (m)		
Acesso		Acesso		
Á. Janela (m ²)		Á. Janela (m ²)		
Lar.x Alt. (m)		Lar.x Alt. (m)		
Janela Tipo		Janela Tipo		
Orientação Solar		Orientação Solar		
Iluminação Natural		Iluminação Natural		
Ventilação Natural		Ventilação Natural		
Mobiliário		Mobiliário		

Pontos Elétricos		Pontos Elétricos		
------------------	--	------------------	--	--

Fotos Quarto

Fotos Banheiro

ROTEIRO DE ENTREVISTAS**Entrevista com o Morador**

Nome: _____

Edifício: _____ Ano _____

Construtora: _____

Nº de residentes no apartamento _____

1. O número de quartos que consta no apartamento que você adquiriu é suficiente para acomodar você e/ou a sua família?
2. Você tem empregado doméstico que pernoita em casa?
3. Que tipo de uso você dá ao quarto de empregado (a)?
4. O quarto de empregado (a) sofreu alguma alteração espacial ou reforma? Qual? Por que?
5. Descreva este cômodo do seu apartamento.

Entrevista com o Trabalhador Doméstico

Nome: _____

Edifício: _____ Ano _____

Construtora: _____

Gênero: _____ Etnia: _____ Idade: _____ Naturalidade: _____

1. Dorme no trabalho? Sim / Não? Por quê?
2. Se sim, descreva esse local onde habita. Se não, descreva o local onde você utiliza durante o dia e como o utiliza.
3. Divide o quarto com outras funções da casa?
4. Você se sente confortável nele?
5. O que mais gosta e o que menos gosta nele?
6. Mudaria alguma coisa nele?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (EMPREGADO DOMÉSTICO)

Prezado (a) Senhor (a),

Este é um convite para você participar da pesquisa de mestrado *O Quartinho: A dependência doméstica na habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa – PB*, que tem como pesquisador responsável, Fernando de Oliveira Morais, discente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Doralice Sátyro Maia.

Esta pesquisa busca investigar as transformações socioespaciais da dependência doméstica (quarto de empregada) nas habitações multifamiliares (apartamentos) na cidade de João Pessoa (PB). O estudo propõe identificar, registrar e analisar os elementos estruturadores deste cômodo no espaço residencial no decorrer do tempo, a fim de contribuir com projetos futuros no meio acadêmico sobre a habitação vertical. A sua participação é de grande contribuição para a realização e avanço da pesquisa, pois permite aprofundar a pesquisa qualitativa e compreender sua relação com o espaço de trabalho e moradia.

Solicitamos a sua colaboração para responder uma entrevista (com gravação de áudio, que levará cerca de 10 minutos, no caso deste último, solicito autorização para gravação de voz), como também a sua autorização para publicação e apresentação dos resultados deste estudo nos âmbitos acadêmicos e científicos. As informações pessoais que por ventura sejam dadas serão confidenciais, não havendo divulgação de dados que possam identificar o informante. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 05 anos.

Informamos que durante a realização da visita e entrevista na sua residência, a previsão de riscos é mínima, ou seja, o risco que você corre é semelhante ao desconforto àquele sentido num exame psicológico de rotina, de acordo com a Resolução 466/12 da CONEP/MS.

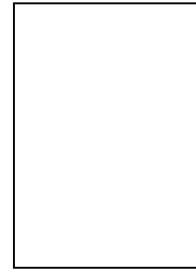
Esclarecemos que sua participação é voluntária, portanto, o (a) Senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. O participante poderá a qualquer momento facultar-se a responder qualquer questão que lhe cause desconforto ou constrangimento. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Fernando de Oliveira Morais.

Consentimento Livre e Esclarecido

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, ____/____/201__.



Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável**Legal**

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)

Contato do Pesquisador Responsável: Fernando de Oliveira Moraes

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador: (83) 98790-1909 – E-mail: eriol_jp@hotmail.com.

Endereço: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - CEP 58051-900 - João Pessoa/PB

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
(83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Espaço para impressão dactiloscópica

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo: *O Quartinho: A dependência doméstica na habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa – PB*, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

João Pessoa, ____/____/201__.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (MORADOR)

Prezado (a) Senhor (a),

Este é um convite para você participar da pesquisa de mestrado *O Quartinho: A dependência doméstica na habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa – PB*, que tem como pesquisador responsável, Fernando de Oliveira Morais, discente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Doralice Sátiro Maia.

Esta pesquisa busca investigar as transformações socioespaciais da dependência doméstica (quarto de empregada) nas habitações multifamiliares (apartamentos) na cidade de João Pessoa (PB). O estudo propõe identificar, registrar e analisar os elementos estruturadores deste cômodo no espaço residencial no decorrer do tempo, a fim de contribuir com projetos futuros no meio acadêmico sobre a habitação vertical. A sua participação é de grande contribuição para a realização e avanço da pesquisa, pois permite o acesso à unidade habitacional, além de aprofundar a pesquisa qualitativa.

Solicitamos a sua colaboração para autorizar o acesso, a medição, o registro fotográfico e audiovisual da dependência doméstica na sua residência, assim como, responder uma entrevista (com gravação de áudio, que levará cerca de 10 minutos, no caso deste último, solicito autorização para gravação de voz) e permitir a entrevista com o empregado doméstico (caso possua), como também a sua autorização para publicação e apresentação dos resultados deste estudo nos âmbitos acadêmicos e científicos. As informações pessoais que por ventura sejam dadas serão confidenciais, não havendo divulgação de dados que possam identificar o informante. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 05 anos.

Informamos que durante a realização da visita e entrevista na sua residência, a previsão de riscos é mínima, ou seja, o risco que você corre é semelhante ao desconforto àquele sentido num exame psicológico de rotina, de acordo com a Resolução 466/12 da CONEP/MS.

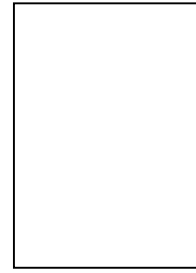
Esclarecemos que sua participação é voluntária, portanto, o (a) Senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. O participante poderá a qualquer momento facultar-se a responder qualquer questão que lhe cause desconforto ou constrangimento. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Fernando de Oliveira Morais.

Consentimento Livre e Esclarecido

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, ____/____/201__.



Espaço para impressão dactiloscópica

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável**Legal**

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)

Contato do Pesquisador Responsável: Fernando de Oliveira Moraes

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador: (83) 98790-1909 – E-mail: eriol_jp@hotmail.com.

Endereço: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - CEP 58051-900 - João Pessoa/PB

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
(83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com*Declaração do pesquisador responsável*

Como pesquisador responsável pelo estudo *O Quartinho: A dependência doméstica na habitação multifamiliar na cidade de João Pessoa – PB*, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

João Pessoa, ____/____/201__.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

VALOR DO M² POR BAIRRO EM JOÃO PESSOA - LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS EM 2015

Bairro	R\$/M² em janeiro	R\$/M² em dezembro (>)
1. Tambaú	6.618,96	8.552,92
2. Cabo Branco	4.576,26	7.519,66
3. Altiplano	5.243,51	5.819,89
4. Manaíra	4.980,38	5.567,17
5. Brisamar	3.914,93	5.285,76
6. Bairro dos Estados	6.539,25	5.163,74
7. Miramar	5.363,48	5.080,08
8. Bessa	3.702,83	4.827,67
9. Tambauzinho	4.527,21	4.711,39
10. Castelo Branco	3.882,07	4.533,62
11. Expedicionários	2.609,46	4.494,74
12. Jaguaribe	2.726,43	4.036,01
13. Treze de Maio	5.441,14	3.940,36
14. Bancários	4.844,69	3.771,96
15. Centro	4.333,62	3.287,55
16. Portal do Sol	2.504,42	2.964,43
17. Água Fria	2.896,14	2.909,30
18. Mangabeira	2.478,55	2.713,32
19. Cristo	3.740,18	2.705,84
20. Geisel	2.545,22	2.699,64
21. Rangel	2.759,52	2.654,03
22. Alto do Mateus	2.387,10	2.649,00
23. José Américo	3.179,10	2.582,76
24. Valentina	2.276,94	2.377,56
25. Bairro das Indústrias	2.135,43	2.342,96
26. Oitizeiro	2.550,38	2.258,35

Fonte: Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa (Sinduscon-JP). Editado por Fernando Moraes.

VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL NOS BAIRROS DE JOÃO PESSOA NO CENSO DE 2010

Bairro	Rendimento nominal médio mensal (em reais) (>)
1. Cabo Branco - João Pessoa (PB)	8652,35
2. Tambaú - João Pessoa (PB)	7865,29
3. Manaíra - João Pessoa (PB)	7620,48
4. Jardim Oceania - João Pessoa (PB)	7062,24
5. Brisamar - João Pessoa (PB)	6871,95
6. Estados - João Pessoa (PB)	6773,86
7. Ponta do Seixas - João Pessoa (PB)	6621,63
8. Miramar - João Pessoa (PB)	6595,55
9. Tambauzinho - João Pessoa (PB)	6511,23
10. Pedro Gondim - João Pessoa (PB)	5682,95
11. João Agripino - João Pessoa (PB)	5502,69
12. Aeroclube - João Pessoa (PB)	5419,25
13. Portal do Sol - João Pessoa (PB)	5268,96
14. Altiplano Cabo Branco - João Pessoa (PB)	5032,2
15. Bessa - João Pessoa (PB)	4732,95
16. Expedicionários - João Pessoa (PB)	4099,64
17. Anatólia - João Pessoa (PB)	3996
18. Jardim Cidade Universitária - João Pessoa (PB)	3378,92
19. Bancários - João Pessoa (PB)	3323,79
20. Jardim São Paulo - João Pessoa (PB)	3174,86
21. Treze de Maio - João Pessoa (PB)	3124,22
22. Torre - João Pessoa (PB)	2877,08
23. Centro - João Pessoa (PB)	2869,04
24. Jaguaribe - João Pessoa (PB)	2786,95
25. Água Fria - João Pessoa (PB)	2626,45
26. Tambiá - João Pessoa (PB)	2482,41
27. Cuiá - João Pessoa (PB)	2286,22
28. Ipês - João Pessoa (PB)	2274,22
29. Ernesto Geisel - João Pessoa (PB)	2138,99
30. Castelo Branco - João Pessoa (PB)	2017,03
31. José Américo - João Pessoa (PB)	1932,39
32. Cristo Redentor - João Pessoa (PB)	1926,09
33. Valentina - João Pessoa (PB)	1763,11
34. Cidade dos Colibris - João Pessoa (PB)	1693,56
35. Mangabeira - João Pessoa (PB)	1610,07
36. Funcionários - João Pessoa (PB)	1531,59
37. Roger - João Pessoa (PB)	1457,69
38. João Paulo II - João Pessoa (PB)	1454,56
39. Ernani Sátiro - João Pessoa (PB)	1406,69
40. Penha - João Pessoa (PB)	1401,2
41. Planalto da Boa Esperança - João Pessoa (PB)	1352,52
42. Mandacarú - João Pessoa (PB)	1334,9
43. Trincadeiras - João Pessoa (PB)	1301,24
44. Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	1285,15
45. Varadouro - João Pessoa (PB)	1233,11
46. Varjão - João Pessoa (PB)	1191,51
47. Costa e Silva - João Pessoa (PB)	1151,89
48. Alto do Mateus - João Pessoa (PB)	1144,32
49. Indústrias - João Pessoa (PB)	1139,17
50. Barra de Gramame - João Pessoa (PB)	1110,49
51. Oitizeiro - João Pessoa (PB)	1103,95
52. Costa do Sol - João Pessoa (PB)	1070,09
53. Paratibe - João Pessoa (PB)	1037,4
54. Mucumago - João Pessoa (PB)	1032,08

55. Padre Zé - João Pessoa (PB)	1005,42
56. Gramame - João Pessoa (PB)	988,63
57. Grotão - João Pessoa (PB)	960
58. Mumbaba - João Pessoa (PB)	940,49
59. Jardim Veneza - João Pessoa (PB)	919,92
60. Distrito Industrial - João Pessoa (PB)	901,86
61. Alto do Céu - João Pessoa (PB)	878,41
62. Ilha do Bispo - João Pessoa (PB)	729,98
63. São José - João Pessoa (PB)	660,43

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Editado por Fernando Moraes.

VERTICALIZAÇÃO DE APARTAMENTOS EM JOÃO PESSOA NOS CENSOS DE 2000 E 2010

Bairro	Censo 2000	Censo 2010 (>)
João Pessoa (PB)	19.750	44.366
1. Manaíra - João Pessoa (PB)	2.459	6.109
2. Jardim Cidade Universitária - João Pessoa (PB)	1.684	4.806
3. Jardim Oceania - João Pessoa (PB)	1.869	4.099
4. Tambaú - João Pessoa (PB)	1.185	2.937
5. Aeroclube - João Pessoa (PB)	950	2.785
6. Bessa - João Pessoa (PB)	775	2.467
7. Cabo Branco - João Pessoa (PB)	853	1.976
8. Mangabeira - João Pessoa (PB)	1.284	1.921
9. Água Fria - João Pessoa (PB)	612	1.666
10. Miramar - João Pessoa (PB)	485	1.509
11. Jardim São Paulo - João Pessoa (PB)	520	1.178
12. Cristo Redentor - João Pessoa (PB)	786	1.158
13. Bancários - João Pessoa (PB)	207	986
14. Torre - João Pessoa (PB)	531	984
15. Ernesto Geisel - João Pessoa (PB)	632	886
16. Brisamar - João Pessoa (PB)	473	718
17. Ipês - João Pessoa (PB)	635	601
18. Estados - João Pessoa (PB)	380	586
19. Tambauzinho - João Pessoa (PB)	296	573
20. Paratibe - João Pessoa (PB)	599	527
21. Jaguaribe - João Pessoa (PB)	251	448
22. Centro - João Pessoa (PB)	415	447
23. José Américo - João Pessoa (PB)	5	401
24. Expedicionários - João Pessoa (PB)	187	381
25. Cuiá - João Pessoa (PB)	70	373
26. Pedro Gondim - João Pessoa (PB)	60	331
27. João Paulo II - João Pessoa (PB)	29	296
28. Mandacarú - João Pessoa (PB)	123	266
29. Alto do Céu - João Pessoa (PB)	78	257
30. Castelo Branco - João Pessoa (PB)	20	250
31. Roger - João Pessoa (PB)	191	195
32. Treze de Maio - João Pessoa (PB)	89	191
33. Padre Zé - João Pessoa (PB)	202	183
34. Tambiá - João Pessoa (PB)	106	178
35. Anatólia - João Pessoa (PB)	72	172
36. Alto do Mateus - João Pessoa (PB)	4	155
37. Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	92	155
38. Varjão - João Pessoa (PB)	105	141
39. Altiplano Cabo Branco - João Pessoa (PB)	42	138
40. Trinchiras - João Pessoa (PB)	56	112
41. Jardim Veneza - João Pessoa (PB)	14	102
42. Gramame - João Pessoa (PB)	2	95
43. Cidade dos Colibris - João Pessoa (PB)	18	91
44. Valentina - João Pessoa (PB)	77	90
45. Varadouro - João Pessoa (PB)	40	69
46. Ilha do Bispo - João Pessoa (PB)	29	61
47. João Agripino - João Pessoa (PB)	26	59
48. Funcionários - João Pessoa (PB)	51	52
49. Oitizeiro - João Pessoa (PB)	45	51
50. Portal do Sol - João Pessoa (PB)	2	39
51. São José - João Pessoa (PB)	7	28
52. Mucumago - João Pessoa (PB)	-	24
53. Mumbaba - João Pessoa (PB)	-	21
54. Planalto da Boa Esperança - João Pessoa (PB)	5	20

55. Ponta do Seixas - João Pessoa (PB)	3	5
56. Indústrias - João Pessoa (PB)	-	4
57. Penha - João Pessoa (PB)	-	4
58. Costa do Sol - João Pessoa (PB)	-	4
59. Distrito Industrial - João Pessoa (PB)	4	3
60. Costa e Silva - João Pessoa (PB)	2	1
61. Ernani Sátiro - João Pessoa (PB)	5	1
62. Grotão - João Pessoa (PB)	8	-
63. Barra de Gramame - João Pessoa (PB)	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Editado por Fernando Moraes.

